

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
DOUTORADO EM GEOGRAFIA

**“ACREANIDADE”: INVENÇÃO E REINVENÇÃO DA IDENTIDADE
ACREANA**

Maria de Jesus Morais
(Doutoranda)

Rogério Haesbaert da Costa
(Orientador)

Niterói-RJ, Dezembro de 2008

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
DOUTORADO EM GEOGRAFIA

“ACREANIDADE”: INVENÇÃO E REINVENÇÃO DA IDENTIDADE
ACREANA

Maria de Jesus Morais
Doutoranda

Tese apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Geografia da
Universidade Federal Fluminense,
como requisito parcial para a obtenção
do título de Doutora em Geografia.
Área de Concentração: Ordenamento
Territorial Urbano-Regional

Rogério Haesbaert da Costa
(Orientador)

Niterói-RJ, Dezembro de 2008

**“ACREANIDADE”: INVENÇÃO E REINVENÇÃO DA IDENTIDADE
ACREANA**

Maria de Jesus Morais

Tese apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Geografia da
Universidade Federal Fluminense,
como requisito parcial para a obtenção
do grau de Doutora em Geografia.
Área de Concentração: Ordenamento
Territorial Urbano-Regional

Aprovada em: 17-12-2008

Banca Examinadora

Prof. Dr. Rogério Haesbaert da Costa - UFF (Orientador)

Prof. Dr. Carlos Walter Porto-Gonçalves – UFF (Membro)

Prof^a. Dra. Eli Napoleão de Lima – CPDA-UFRRJ (Membro)

Prof. Dr. Jones Dari Goettert – UFGD-MS (Membro)

Prof. Dr. Márcio Pinon de Oliveira – UFF (Membro)

Niterói-RJ, Dezembro de 2008

Dedicatória

À Osmarino Amâncio, seringueiro de Brasília,
liderança do movimento social dos seringueiros
das décadas de 1970 e 1980,
por não se deixar “enganar” pelo
discurso florestânico e da acreanidade.

M827 Morais, Maria de Jesus
 “Acreanidade”: invenção e reinvenção da identidade
acreana /
 Maria de Jesus Moraes. – Niterói : [s.n.], 2008.
 301 f.

 Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade
Federal Fluminense, 2008.

 1.Territorialidade humana. 2.Identidade. 3.Estado do
Acre.
 I.Título.

CDD 304.2098112

AGRADECIMENTOS

A elaboração deste trabalho foi compartilhada por vários profissionais e amigos, em um emaranhado de vínculos e experiências riquíssimas.

Neste sentido, gostaria de expressar aqui, os meus sinceros agradecimentos às instituições e pessoas que colaboraram para mais esta etapa de minha trajetória profissional, consciente que este muito obrigada, é pouco para expressar minha eterna gratidão.

Especialmente agradeço:

Ao Rogério Haesbaert, meu orientador, pela presente e atenciosa orientação, compartilhando todas as etapas da pesquisa.

A CAPES pelo apoio e financiamento da pesquisa no decorrer desses 03 anos.

À UFAC, através do Departamento e Coordenação do Curso de Geografia, pela liberação e apoio durante o meu afastamento.

Aos amigos-professores da Geografia da UFAC, pela força dos mais próximos, pelo apoio operacional, através dos professores Sílvio Simione da Silva, Miriam Aparecida Bueno e Socorro Maia.

Aos amigos dos primeiros anos de trabalho no Acre: professora Maria de Arruda e professor Macedo.

Aos amigos do Acre (jovens geógrafos): Lucilene Almeida, Floripes Rebouças, Cláudio Cavalcante (ah! Os mapas da tese) e Dermeson Lima, os quatro sempre disponíveis no apoio moral e operacional. A Allana pela confecção de mapas.

A geógrafa Cleide Prudêncio pela prestimosa colaboração no agendamento das entrevistas com membros do governo.

A Eliana de Castela pelo apoio incondicional e pela ajuda no contato com o antropólogo Terri Aquino. Ao Terri pelos textos sobre a questão indígena no Acre.

A Elder Andrade de Paula e Gerson Albuquerque sempre no apoio e disponíveis para discutir a temática. Vicente Cerqueira e Mark Clark a turma do aconchego. À Maria Geralda de Almeida, sempre de “ouvido atento aos chamados de Jesus”.

Aos amigos do Acre em programas de pós-graduação no Rio de Janeiro, Nazira Camely sempre disponível, Isac Guimarães e Chico Bento sempre disponíveis para o “No Stress”.

A todos os entrevistados que dedicaram seu tempo e gentilmente me cederam valiosas e imprescindíveis informações.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Geografia, através de Carlos Walter Porto-Gonçalves, sempre presente e alerta; Márcio Pinon, sempre com uma palavra de conforto; Mônica Cox, sempre na torcida para que tudo corresse bem.

Aos amigos do NUREG, espaço de discussões, de risos e festas, espaço libertário, especialmente Denílson Oliveira (o negro gato), Thiago Romeo e as suas trajetórias migratórias, Fernando, o pequeno notável, Vânia Menezes e sua geografia do sabor, o casal Valter do Carmo e Amélia Cristina a antenada, Edir Augusto, o excêntrico e Maria Lúcia e seus os territórios-redes da solidariedade e Rogério Haesbaert, o coordenador de tudo isso.

Aos colegas do Curso de Doutorado pelas amizades construídas e discussões de nossos trabalhos, entre eles: Aguinaldo Fratucci, Lúcia Simões, Simone Batista e Charlles de França.

A Edílson o “help” do computador.

Vários professores e amigos leram e comentaram trechos deste trabalho ao longo dos anos preparatórios da tese, nesse sentido gostaria de agradecer à Jones Dari Goettert, Valter do Carmo Cruz, Amélia Cristina e Socorro Lima.

Aos novos amigos amazônicos, conhecidos em Niterói, Edir Augusto e Valter Cruz pelas saudades do açaí e do cupuaçu, pela saudade compartilhada, do “cheiro da terra molhada”.

A todos aqueles que de forma direta ou indireta contribuíram para a realização desta pesquisa e que por ventura a minha memória não tenha permitido registrar neste momento.

Enfim, a todos vocês,

Muito Obrigada!

RESUMO

Esta tese discute a construção de uma certa identidade acreana, protagonizada pelo Governo da Floresta (auto-denominação do executivo estadual) a partir de 1999. A acreanidade, termo que define a identidade acreana, é aqui discutida, pelo seu viés geográfico, ou seja, o das identidades territoriais. As identidades territoriais são aquelas identidades construídas tendo como referenciais os “espaços de referências identitárias”, isto é, o território. O que significa dizer que a acreanidade é discutida em duas dimensões: a histórica e a geográfica. A dimensão histórica está ancorada em uma memória coletiva, que também é construída, na qual foram encadeados pelo “historiador oficial” em três eventos históricos (a Revolução Acreana, o Movimento Autonomista e o Movimento Social de Índios e Seringueiros no Acre). Já a dimensão geográfica está ancorada nos “espaços de referência identitária” que obviamente também são construídos/selecionados. Ao longo da tese são destacados os processos discursivos que inventam e reinventam o Acre e os acreanos, ou seja, os discursos fundadores e re-fundadores da acreanidade. É destacado também a criação dos “espaços *de* e *da* memória” e a “escolha” de alguns espaços de referência identitária, uma vez que estes constituem também um discurso territorial. Entendendo que as intervenções territoriais também são discursos em ação, “expressões materiais” de uma certa concepção de cidade discutimos também a patrimonialização das cidades de Rio Branco, Porto Acre e Xapuri, cidades que sofreram um intenso processo de re-vitalização urbana. A identidade acreana é, portanto, discutida como constructo, aberta a múltiplas reconstruções, para a qual são sempre acionados os eventos, personagens e lugares que possam contribuir com maior sucesso para a re-afirmar a identidade em construção.

Palavras-Chave: Territorialidade Humana, Identidade, Governo da Floresta, Acreanidade, Patrimonialização, Estado do Acre.

ABSTRACT

This thesis focuses on the construction of a certain Acrean identity set in motion by the Forest Government (self –denomination of the state government), in 1999. The Acrean identity – subsumed under the term *acrianidade* – is discussed here under the perspective of the Geography concept of territoriality. Territorial identities are those which are constructed having as references the “spaces of identity references”, i.e. the territory. The concept of *acrianidade* is looked into under two dimensions: historical and geographical. The historic dimension is anchored on a collective memory, which is also constructed under the guidance of the government official historian, by connecting three historical events (Acre Revolution, Autonomist Movement, Indians and rubber tappers Social Movement). The geographical dimension is anchored on the “spaces of identity reference” which are also obviously constructed or selected. Throughout the text there are highlighted the discursive processes that invent and re-invent the state of Acre and the Acrean inhabitants, that is to say, the discourses which are founders and re-founders of the proclaimed *acrianidade*. Attention is also given to the creation of “spaces for, and in the memory” and to the “choice” of some spaces of identity reference, since those are also part of a territorial discourse. Considering that territorial interventions are themselves discourse in action, “material expressions” of a certain conception of city, we also discuss the patrimonialization of the capital city Rio Branco and of the two towns Porto Acre and Xapuri which have undergone an intense process of urban revitalization. The Acrean identity is thus analyzed as a construct, open to multiple reconstructions, and malleable to inclusion of events, characters and places which may contribute more efficiently to re-affirm the yet-in-construction identity.

Key words: Human territoriality, identity, Forest Government, *acrianidade*, patrimonialization, Acre state.

SUMÁRIO

Resumo	VIII
Abstract	IX
CONSIDERAÇÕES INICIAIS	14
Capítulo 1 – TERRITÓRIO, IDENTIDADE E MEMÓRIA: TRAMAS CONCEITUAIS PARA PENSAR A ACREANIDADE	24
1.1 – Território e Identidade	28
1.2 – Memória e Identidade	37
1.3 – Discurso e Identidade	43
Capítulo 2 – GÊNESE DA ACREANIDADE: A REVOLUÇÃO ACREANA. GÊNESE DO ACREANISMO: O MOVIMENTO AUTONOMISTA DO ACRE ..	54
2.1 – O mito fundador do Acre e dos acreanos	56
2.2 – A “Invenção” do Acre e dos Acreanos	83
2.3 – O movimento acreanista e a questão da autonomia territorial	87
Capítulo 3 – A RE-SIGNIFICAÇÃO DA IDENTIDADE ACREANA: O MOVIMENTO SOCIAL DE ÍNDIOS E SERINGUEIROS COMO SÍMBOLO DA “DEFESA DA FLORESTA”	108
3.1 - Movimento Social dos Seringueiros do Acre: resistência a pecuarização e “invenção de direitos”	109
3.2 – Povos Indígenas do Acre: do “tempo das correrias” ao “tempo da revitalização cultural”	130
3.3 – A Aliança dos Povos da Floresta	152
Capítulo 4 – A FORMAÇÃO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES NO ACRE, O GOVERNO DA FLORESTA E O DISCURSO FLORESTÂNICO	160
4.1 – O Partido dos Trabalhadores no Acre	161
4.2 – O “Desenvolvimento Sustentável” e a Mercantilização da Natureza no Acre ..	171
4.3 – O Governo da Floresta e a “Florestania”	179
4.4 – Ambigüidades e Tensões do discurso florestânico	205
Capítulo 5 – (RE)INVENTANDO O PASSADO: A REVITALIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL DO ACRE – CRIAÇÃO DE “ESPAÇOS DE MEMÓRIA” E “INVENÇÃO DE TRADIÇÕES”	218
5.1 – Materializando a Memória na Cidade de Rio Branco	219
5.2 – Invenção de Tradições: Folia na Gameleira – Carnaval como Antigamente; folguedo Jabuti-Bumbá e a Santa dos Seringueiros	256
5.3 - Comemorações: usos e abusos da memória coletiva	261
5.4 – A Manipulação da Memória Coletiva: espaços e tempos esquecidos na construção da acreanidade	268
CONSIDERAÇÕES FINAIS	281
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	289

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figuras

Figura 01 – Deslocamento da Linha Leste-Oeste	59
Figura 02 – Croqui da questão fronteiriça entre Brasil e Bolívia, na Amazônia Sul Ocidental, no início do século XX	60
Figura 03 – Mapa da Área de Litígio com a Bolívia, no início do século XX ...	73
Figura 04 – Mapa da Área do Litígio com o Peru, no início do século XX	74
Figura 05 – Vale do Purus e Juruá – Mapa Étnico Histórico de Curt Nimuendaju	131
Figura 06 – Ilustração do Festival Yawa	144
Figura 07 – Roupas da Kene Yawanawá	146
Figura 08 – Aliança Povos da Floresta	155
Figura 09 - Praça dos Seringueiros	235
Figura 10 – Museu da Borracha “Governador Geraldo Mesquita”	246
Figura 11 – Vista parcial da Casa Povos da Floresta	251
Figura 12 – Estandartes do Jabuti-Bumbá	258
Figura 13 - Imagem de Nossa Senhora das Seringueiras	260
Figura 14 – Solenidade de Entrega da Réplica da Espada de Plácido de Castro aos “acreanos do século”	263
Figura 15 – Praça Povos da Floresta: Governador Jorge Viana na Inauguração do Monumento a Memória de Chico Mendes	267
Figura 16 - Campanha publicitária em Comemoração à Revolução Acreana	274

Quadros

Quadro 01 – Revolução Acreana: principais eventos dos conflitos fronteiriços no Acre	67
Quadro 02 – Governadores e Interventores nomeados para o Território Federal do Acre no período de 1920 a 1962	90
Quadro 03 – Grandes propriedades de terras no Estado do Acre na década de 1970	115
Quadro 04 – Povos e Terras Indígenas no Acre	149

Quadro 05 – Projetos de Assentamentos Agroextrativistas no Estado do Acre	156
Quadro 06 - Subcomponentes do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Acre	187
Quadro 07 – Ações realizadas com recursos do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Acre	189
Quadro 08 – Estado do Acre: Unidades de Conservação criadas antes e durante o Governo da Floresta	193
Quadro 09 – Atividades Industriais beneficiadas pela Lei de Incentivos no Estado do Acre	197
Quadro 10 – Áreas onde se realiza Manejo Florestal no Estado do Acre	199
Quadro 11 - Empresas que possuem Selo FSC por realizarem Manejo Florestal no Estado do Acre	201

Fotos

Foto 01 – Síntese dos locais de conflitos da Revolução Acreana	76
Fotos 02 e 03 – Palácio Rio Branco: antes e depois da reforma	231
Foto 04 – Palácio Rio Branco: sala Uma Terra Muitos Povos – foto de um soldado da borracha	233
Fotos 05, 06 e 07 – Memorial dos Autonomistas “José Guimard dos Santos”	236

Mapas

Mapa 01 – Territorialidades das Terras Indígenas no Estado do Acre	151
Mapa 02 – Reservas Extrativistas e Projetos de Assentamentos Agroextrativistas no Estado do Acre	157
Mapa 03 – Estado do Acre: áreas naturais protegidas	177
Mapa 04 - Rede Rodoviária do Estado do Acre	184
Mapa 05 – Distribuição Territorial e Modalidades dos Projetos de Reforma Agrária do Incra no Estado do Acre	191
Mapa 06 – Rio Branco: localização dos sítios históricos e corredores de significação cultural	227
Mapa 07 – Rio Branco: intervenções na área central da Cidade	228

Gráficos

Gráfico 01 – Evolução do Partido dos Trabalhadores nas Eleições para Governador do Estado do Acre em % de votos	170
Gráfico 02 – Produção de Borracha do Estado do Acre	183

Painéis de Fotos

Painel de Fotos 01 – Obras de embelezamento na cidade de Rio Branco ..	226
Painel de Fotos 02 - Palácio Rio Branco: sala-museu dos povos indígenas do Acre	232
Painel de Fotos 03 – Salas-Museu do Palácio Rio Branco	234
Painel de Fotos 04 – Praça Povos da Floresta	239
Painel de Fotos 05 – Corredor cultural 02 - Praça da Bandeira e Rua Epaminondas Jácome	240
Painel de Fotos 06 – Corredor cultural 02 – (Novo) Mercado Velho	242
Painel de Fotos 07 – Corredor cultural 03 - Calçadão da Gameleira	245
Painel de Fotos 08 – Praça da Revolução: “José Plácido de Castro”	247
Painel de Fotos 09 – Cidade de Rio Branco: Parque da Maternidade	249
Painel de Fotos 10 – Parque da Maternidade: Biblioteca da Floresta Ministra Marina Silva	250
Painel de Fotos 11 – Município de Porto Acre: sala memória e seringal Bom Destino	253
Painel de Fotos 12 – Revitalização na Cidade de Xapuri	254

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Na última década, no Estado do Acre, assistimos a (re)construção de obras e monumentos com objetivos de reafirmar uma certa identidade acreana. Nesses últimos dez anos foram criados sítios históricos, reconstruídos e re-inaugurados espaços destinados a criar e reafirmar uma memória coletiva, como museus, memoriais, sala-memória, logradouros públicos (como parques, avenidas, ruas e praças), todos dotados de velhos e novos símbolos identitários do Acre, o que provocou uma grande mudança paisagística, principalmente na cidade de Rio Branco, capital do Estado. Nessa década houve também grandes atos comemorativos de datas cívicas alusivas ao centenário do Acre (1999-2003) e em homenagem à memória de Chico Mendes (líder seringueiro assassinado em 1988) e, também, o patrocínio de uma série de projetos na área cultural para o “resgate” de uma certa cultura acreana. Essas iniciativas se concretizam com a patrimonialização de alguns espaços, os quais materializam os ícones identitários do Acre, acompanhada por um discurso performaticamente proferido em torno de um mito territorial que entrelaça os eventos históricos mais significativos da história do Acre que são acionados pelo discurso identitário oficial em consonância com a resignificação da identidade acreana.

Todos esses empreendimentos patrimoniais materializam o discurso identitário da acreanidade valendo-se da seleção de algumas “seqüências da história”, de certos “espaços de referência identitária” tanto do passado quanto do presente e da construção de um discurso que particulariza uma certa relação do acreano com a floresta, com a natureza, estimulando também a criação de novos referenciais simbólicos, e de novas lembranças no presente.

Esses empreendimentos foram realizados pelo Governo da Frente Popular do Acre-FPA, liderada pelo Partido dos Trabalhadores-PT. A FPA governa o Estado do Acre desde janeiro de 1999. Os dois primeiros mandatos foram do engenheiro florestal Jorge Ney Viana Macedo Neves (Jorge Viana), gestão autodenominada de “Governo da Floresta”. E o terceiro mandato iniciou em 2007 com o governador Arnóbio Marques de Almeida Júnior (Binho Marques). Durante o primeiro mandato, de 1999 a 2002, foram

reconstruídas e re-inauguradas várias obras monumentais em conformidade com as comemorações (1999-2003) do Centenário do Acre (1903-2003). Nesse período foram comemorados seis centenários relacionados à Revolução Acreana. E o segundo mandato (2003-2006) se destacou com a criação e construção de novos símbolos identitários, principalmente os relacionados ao discurso florestânico, isto é, os símbolos relacionados aos povos da floresta.

O objetivo deste trabalho é, portanto, discutir a re-significação da identidade acreana, especialmente a protagonizada pelo “Governo da Floresta”, no período de 1999 a 2006, destacando os processos discursivos utilizados na construção da identidade acreana, bem como a construção e a re-significação dos signos identitários em duas dimensões: uma, a criação de “espaços *de* e *da* memória” no Estado do Acre, e a outra, a “escolha” de alguns “espaços de referência identitária”, como Xapuri e Porto Acre, que dão sustentação ao discurso identitário e também a “invenção de tradições”, que dão conformidade à re-significação da identidade acreana.

O título **“Acreanidade”: invenção e reinvenção da identidade acreana**, indica que trataremos a identidade como um constructo, aberto a múltiplas reconstruções, como um processo que engloba ao mesmo tempo uma dimensão histórica, ancorada em uma certa memória coletiva (que, obviamente, também é construída) e uma dimensão geográfica ancorada nos “espaços de referência identitária” tanto do passado quanto do presente. Concebe-se a identidade aqui como construção histórica e social, produzida pelo discurso que formula as diferenças que conferem uma marca distintiva. Neste trabalho, a identidade é analisada pelo viés geográfico, ou seja, o da identidade territorial, que aqui é entendida como aquela identidade construída em sua relação com o território. Nessa perspectiva, os referenciais geo-históricos (do passado, do presente e do futuro) são vistos como estruturadores em torno dos quais as identidades territoriais são construídas e reafirmadas.

O trabalho de enquadramento da memória coletiva realizada pelo Governo da Floresta para a construção identitária da acreanidade, articula três eventos históricos: a Revolução Acreana (1899-1903), o Movimento Autonomista do Acre (1957-1962) e, o movimento social de índios e seringueiros das décadas de 1970 e 1980. Os dois primeiros já eram reconhecidos pela historiografia regional e no terceiro é inserida a trajetória de

índios e seringueiros no que diz respeito a sua relação com o território, principalmente a resistência contra a destruição da floresta.

A invenção da acreanidade situa-se a partir da re-significação do discurso da identidade acreana. Esta, até o início do Governo da Floresta, quando era referida, estava ancorada em dois eventos históricos: a *Revolução Acreana* (movimento dos brasileiros no Acre que “guerream” contra a Bolívia e “forçaram” a incorporação do Acre ao Brasil), com desfecho em 1903, e o movimento “autonomista” (1957-1962), de criação do Estado do Acre, com desfecho em 1962.

Nesses dois eventos era sempre ressaltado o papel de protagonista da elite local, como os seringalistas e comerciantes para o primeiro evento e seringalistas, comerciantes e funcionários públicos para o segundo evento.

A “acreanidade”, termo que define a identidade acreana, foi criado pelo Governo da Floresta em contraste com o termo acreanismo, relacionado ao movimento da elite local, que em diferentes momentos históricos acionou um discurso identitário para reivindicar junto ao governo federal a criação do Estado do Acre. A acreanidade é uma re-significação da identidade acreana e está ancorada na trajetória de índios e seringueiros no Acre, sem, no entanto, negar os signos identitários do acreanismo.

Nos capítulos deste trabalho discutiremos como esses referenciais históricos e geográficos são entrelaçados pela narrativa oficial na invenção da acreanidade.

A estrutura da tese está organizada em cinco capítulos. No primeiro capítulo, **Território, Identidade e Memória: tramas conceituais para pensar a acreanidade** serão discutidos e entrelaçados os conceitos de território, identidade e memória como elementos constitutivos do discurso identitário no Acre.

O segundo capítulo, **Gênese da Acreanidade: a Revolução Acreana. Gênese do Acreanismo: Movimento Autonomista do Acre**, trata do mito fundador do Acre e dos acreanos - a Revolução Acreana-, movimento de integração do Acre ao Brasil, protagonizado por seringalistas e comerciantes brasileiros do Rio Acre, na passagem do século XIX para o XX. A Revolução Acreana é também o acontecimento histórico que institui o mito do

abandono político do governo federal em relação ao Acre. É o evento histórico que “transforma” os brasileiros do Acre em acreanos, fundando também o acreanismo do movimento autonomista, pois os acreanos lutaram com armas nas mãos para incorporar o Acre ao Brasil e como compensação o governo federal cria e institui o Território Federal do Acre, com os seus prefeitos departamentais e depois governadores territoriais. Esta questão é a raiz do acreanismo, acionado pelo “movimento autonomista” em prol da criação do Estado do Acre em suas diferentes fases. Esse movimento alimenta o mito do abandono político, dos rejeitados pela Pátria, que ainda hoje é acionado pelo discurso oficial.

Com a perspectiva de mostrar como se dá a re-significação da acreanidade, discutiremos, no terceiro capítulo, **A Re-significação da identidade acreana: o movimento social de índios e seringueiros no Estado do Acre como símbolo da defesa da floresta**, como o movimento social, em sua trajetória, utilizou referências territoriais para a construção das identidades de resistência à pecuarização do Acre, propondo outras formas de relação com o território e como essas questões “inspiraram” a execução do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Governo da Floresta. No discurso identitário do Governo da Floresta, índios e seringueiros são os “verdadeiros” acreanos, são aqueles que “nos deram tudo”, um território, um governo.

O Partido dos Trabalhadores organizou-se e cresceu no Acre a partir do início da década de 1980, com o movimento social dos extrativistas questionando o modelo de desenvolvimento adotado até então no Estado. Por um lado, o PT nasceu imbricado ao movimento de resistência à ocupação das florestas pela pecuária e de confronto com os representantes do empresariado do Centro-Sul, conhecidos localmente como “paulistas”, portanto, em aproximação à bandeira de luta dos movimentos sociais do Acre, na época. Por outro lado, se apropriando de alguns traços do acreanismo, no que diz respeito aos velhos ícones identitários do Acre e sinalizando para a construção de novos signos. Essa é a temática do quarto capítulo, **A Formação do Partido dos Trabalhadores no Acre, o “Governo da Floresta” e o Discurso Florestânico**. Neste capítulo, além da trajetória do PT no Acre, discutiremos também as principais ações do Governo da Floresta no que se refere ao

Programa de Desenvolvimento Sustentável, o qual estaria supostamente “ancorado nos signos” do passado, nos ideais dos “verdadeiros” acreanos.

O trabalho de “enquadramento da memória coletiva”, além da produção de discursos organizados em torno de eventos do passado e da produção de grandes personagens, rastreia também os objetos materiais: monumentos, museus que podem dar sustentação à reafirmação identitária. Para a compreensão desse trabalho de enquadramento da memória no Acre, construímos o quinto capítulo - **(Re)inventando o Passado: a revitalização do Patrimônio Histórico e Cultural do Acre - criação de “espaços de memória” e “invenção de tradições”**, com o objetivo de discutir a expressividade material e imaterial da acreanidade na recuperação e criação do patrimônio cultural e histórico do Acre, criado sob a ótica da preservação de uma certa memória coletiva, com a construção de novos símbolos da identidade acreana. E, também, de discutir os rituais celebrativos que dão conformidade à re-significação da identidade acreana, além de destacar as lembranças dos acontecimentos, personagens e lugares, faremos uma discussão ressaltando alguns dos tempos que desapareceram ou foram esquecidos nessa invenção identitária.

Para a elaboração da tese utilizamos como fonte de pesquisa os discursos fundadores da acreanidade (Revolução Acreana) e do acreanismo (Movimento Autonomista), bem como a memória oficial construída pelo Governo da Floresta em torno desses eventos. No que se refere ao **mito fundador do Acre**, analisamos o manifesto da Junta Revolucionária dos brasileiros do Rio Acre de 1899, que correspondente à primeira insurreição acreana. Analisamos também o manifesto e discurso da Junta Revolucionária, correspondente à segunda insurreição acreana proferidos por Luiz Galvez Rodrigues de Arias, também em 1899, por ocasião da proclamação do Estado Independente do Acre e, também, os artigos do “historiador oficial” do Governo da Floresta, Marcus Vinicius Neves, publicados principalmente nas colunas semanais do Jornal Página 20, *O Acre é Cem e Miolo de Pote*.

Sobre o **movimento autonomista**, analisamos – a) o relatório de Plácido de Castro de 1907, a primeira manifestação formal da insatisfação dos seringalistas e comerciantes do Acre contra a institucionalização do Território Federal; b) os manifestos dos autonomistas do Juruá de 1909, 1918, 1934 e

1957, que a princípio defendiam a criação do Estado do Acre e depois defenderam a criação do Território Federal do Juruá; c) o discurso de José Guimard dos Santos, de 1953, quando este se comprometeu publicamente de empreender campanha em prol da criação do Estado do Acre, e material da sua campanha eleitoral de 1962; d) de José Augusto de Araújo, primeiro governador acreano eleito no Acre, utilizamos material de campanha e o discurso de posse. Acompanhamos igualmente as matérias jornalísticas do Jornal Página 20, publicadas no período de 1999 a 2006, alusivas à criação do Estado do Acre.

Esses textos foram escolhidos, pois representam mais que documentos históricos: significam a própria matéria de construção dos sentidos que vão definindo o acreano. Compreendendo esses textos, como ressalta Orlandi (2008[1990]: 140) quando avalia os textos-discursos constitutivos da identidade brasileira, “como lugar de constituição da memória”.

Sobre o **movimento social de seringueiros e índios**: analisamos as Resoluções dos Encontros Nacionais do Conselho Nacional dos Seringueiros, pesquisamos no Jornal Varadouro (publicado nos momentos de intensos conflitos entre os “acreanos” e os “paulistas”). Analisamos também várias entrevistas de Chico Mendes publicadas em teses, livros e manifestos do movimento seringueiro. Mapeamos, com base no jornal Página 20 e no site oficial do governo estadual, as falas do grupo político Governo da Floresta quando utiliza os ideais desse movimento a fim de justificar a própria re-significação da identidade acreana e, também, para justificar o Programa de Desenvolvimento Sustentável do Acre.

Para mapear as ações e discursos do Governo da Floresta, utilizamos como fonte principal o Jornal Página 20 e as matérias jornalísticas publicadas nos sites oficiais do governo – www.ac.gov.br e www.bibliotecadafloresta.ac.gov.br.

O Jornal Página 20, quando surgiu em 1995, tinha uma declarada oposição ao governo de Orleir Camely (1995-1998). Já com relação ao governo da FPA, o Jornal tem se revelado como o porta-voz do Governo da Floresta. Em sua linha editorial, proclama incessantemente o ideal do Acre grandioso que o Governo da Floresta tem “construído”. Isso contribui para criar um consenso em torno das obras desse governo.

O jornal Página 20 começou a circular no Acre em março de 1995, a princípio semanalmente e, hoje, tem uma tiragem de 1.500 exemplares de terça a sábado e 3.000 aos domingos. Esse jornal circula em todos os municípios acreanos e tem como maiores “clientes” a Prefeitura Municipal de Rio Branco e o Governo Estadual. Por meio desse jornal, além de acompanharmos cotidianamente a fala do grupo político Governo da Floresta, acompanhamos o processo de revitalização/construção do patrimônio material e imaterial do Acre, uma estratégia política para a reafirmação da identidade acreana. Além de utilizarmos as colunas semanais dos articuladores da acreanidade, ficamos também a par das matérias alusivas ao Programa de Desenvolvimento Sustentável-PDS.

As matérias do jornal, principalmente as colunas assinadas por membros e órgãos do governo, assim como os discursos e entrevistas dadas a esse jornal pelo então governador Jorge Viana, foram utilizadas como fonte de análise do discurso identitário em torno da acreanidade, mas não se esquecendo de que esse jornal também é um meio de divulgação para a população local dos ideais da acreanidade.

A escolha desse jornal como fonte se deu por que ele tem estado presente em todos os acontecimentos públicos do executivo estadual, por reproduzir fielmente as notícias do site do Governo da Floresta, por publicar várias matérias assinadas por membros e órgãos do governo e por ter em suas páginas colunas semanais escritas pelos articuladores da acreanidade.

No período de 1999 a 2003, foram publicadas várias matérias alusivas aos vários centenários do Acre e as inaugurações de suas obras comemorativas. No período de janeiro de 2003 a dezembro de 2006, que corresponde ao segundo mandato do Governo da Floresta foi o período de construção dos novos símbolos identitários do Acre e da implementação do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Acre. Neste período foram publicadas, no Jornal Página 20, várias matérias em que permanentemente era justificado como a concretização dos sonhos dos povos da floresta, personificado na memória de Chico Mendes.

No Jornal Página 20, em 2003, o “historiador oficial” Marcus Vinicius Neves, escreveu, semanalmente, a Coluna *O Acre é Cem*. Ela abordava temas relacionados à Revolução Acreana e tinha matérias especiais

para todas as datas comemorativas de 2003 e as obras reconstruídas com referências identitárias nesse período. A partir de 2006, Marcus Vinicius passou a escrever a Coluna *Miolo de Pote*, que versa sobre questões relacionadas à história e à cultura do Acre; além das já reconhecidas, introduz novas temáticas como o Santo Daime – a religião da floresta nascida no Acre na década de 1910 –, e a arqueologia acreana, pela qual pretende recompor a “pré-história” do Acre. A Fundação de Cultura Garibaldi Brasil, presidida por Marcus Vinicius, publica toda semana nesse mesmo jornal a Coluna CulturaRB, que trata de temas ligados à cultura da capital do Estado do Acre, a cidade de Rio Branco.

O jornalista Élson Martins foi assessor especial do Governo da Floresta para assuntos culturais e hoje é assessor do governo do PT de Binho Marques, como colaborador na Biblioteca da Floresta. Élson Martins também escreve no Jornal Página 20. Em 2003 escrevia a Coluna *Página Aberta* (que tratava de questões vinculadas à história, memórias e reflexões do Acre) e hoje escreve a Coluna *AlmanAcre*, que aborda questões relacionadas à cultura e à sociedade acreana.

Recentemente, um outro colaborador da Biblioteca da Floresta, Marcos Afonso, ex-deputado federal pelo PT, começou a escrever a coluna semanal *Varal de Idéias*, abordando também questões relacionadas à cultura no Acre. Marcos Afonso coordena, junto com Élson Martins, o projeto de diálogo entre os saberes tradicional “da floresta-centro” e moderno “da cidade-margem”.

Acompanhamos igualmente, nesse mesmo jornal, desde 2004, a Coluna *Papo de Índio*, coordenada pelos antropólogos Txai Terri Valle de Aquino¹ e Marcelo Piedrafita Iglesias. Escrevem nessa coluna antropólogos envolvidos com processos de reconhecimento de povos indígenas e as próprias lideranças indígenas do Acre. Essa coluna aborda várias questões, como as políticas públicas relacionadas à regularização das terras indígenas e à criação de reservas extrativistas; as formas de mobilização de índios e seringueiros por meio de suas organizações e representações políticas; experiências de gestão territorial e educação indígena; conflitos interétnicos e territoriais decorrentes de sobreposições entre terras indígenas e unidades de

¹ Agradeço ao antropólogo Txai Terri do Valle Aquino a concessão do seu arquivo pessoal sobre a situação fundiária dos índios do Acre.

conservação; conflitos entre grupos indígenas e a sociedade regional; questões fronteiriças com o Peru e a Bolívia e outros temas vinculados às lutas dos povos da floresta.

Além das fontes arroladas acima realizamos algumas entrevistas. Os entrevistados escolhidos foram: **lideranças seringueiras, lideranças indígenas, empresários, membros do governo e/ou vinculados a este e intelectuais**. Vale ressaltar que entre os entrevistados do meio governamental estiveram aqueles que também foram classificados por nós de intelectuais ou por lideranças seringueiras e indígenas. No que diz respeito à questão dos seringueiros, entrevistamos algumas lideranças que militaram com Chico Mendes nas décadas de 1970 e 1980 e que exercem, na atualidade, alguma influência como formadores de opinião. Foram entrevistados: Osmarino Amâncio Rodrigues e Dercy Teles de Carvalho, que vêm da militância das Comunidades Eclesiais de Base e atualmente fazem várias críticas à economia florestal implementada pelo Governo da Floresta e ao “resgate” cultural no que se refere à memória de Chico Mendes. Entrevistamos também Raimundo de Barros (Raimundão), primo de Chico Mendes, que juntamente com Assis Monteiro foram os “escolhidos”, entre outros, pelo governo estadual afim de fomentar e defender junto aos seringueiros o manejo florestal.

Sobre a **questão indígena**, além de acompanhar a coluna semanal do Jornal Página 20 *Papo de Índio*, entrevistamos o secretário estadual dos povos indígenas (2003-2006) e atualmente assessor especial para a questão indígena do governo estadual, o índio Ashaninka Francisco da Silva Pianko, com o objetivo de discutir a relação dos povos indígenas do Acre com o governo da floresta.

Entre os **governantes**: entrevistamos o então Senador da República Sibá Machado, em março de 2007, sobre a trajetória dos movimentos sociais e do PT no Acre. No que se refere aos defensores da **economia florestal**, entrevistamos o secretário da Secretaria Estadual de Florestas (SEF), o engenheiro florestal Carlos Ovídio Duarte Rocha², um dos

² O Engenheiro Florestal Carlos Ovídio Duarte, conhecido como Resende (dada a sua origem geográfica, nascido em Resende - Rio de Janeiro) nos concedeu entrevista em abril de 2008. Resende foi coordenador do setor de indústria florestal da FUNTAC, coordenador do Projeto BID e Secretário de Floresta na segunda gestão do governo de Jorge Viana (2003-2006), cargo que continua ocupando no governo do PT de Binho Marques.

idealizadores da economia florestal nos moldes dos negócios sustentáveis. Com Resende, falamos sobre o papel da SEF no Governo da Floresta e sobre a “opção” do Acre em adotar o caminho florestal. Nessa mesma linha, entrevistamos dois funcionários da Comissão Executiva da Política de Incentivo à Atividade Industrial (Copiai): um, responsável pelas informações da Lei de Incentivos à Indústria e o outro responsável pela fiscalização das empresas que receberam incentivos do governo.

Entrevistamos, em se tratando daqueles que se dedicam à questão **cultural**, o historiador Marcus Vinicius Neves, a “voz autorizada” para falar sobre cultura e história do Acre, que nos falou do seu papel no Departamento de Patrimônio Histórico e na fundação de cultura Garibaldi Brasil. Outra entrevista nossa foi com a arquiteta de várias obras de revitalização realizadas pelo Governo da Floresta, Edunira Assef, que nos falou sobre as obras de patrimonialização no Estado do Acre. Devysson Israel Gusmão, funcionário do Departamento de Patrimônio Histórico da Fundação Estadual de Cultura e Comunicação Elias Mansour-FEM, foi nosso entrevistado acerca da política de preservação e/ou criação do patrimônio cultural estadual acreano.

O acreano Antônio Alves (Toinho Alves), jornalista, escritor e poeta, foi nosso entrevistado em março de 2007. Este, nas décadas de 1970 e 1980, participou dos movimentos socioambientais do Acre e da criação do Partido dos Trabalhadores. Foi diretor da Fundação de Cultura Gabiraldi Brasil durante a gestão do PT na prefeitura de Rio Branco (1992-1996). Foi também diretor da Fundação de Cultura e Comunicação Elias Mansour do Governo da Floresta (1999-2002). Atualmente é assessor especial do Governo de Binho Marques e integra o grupo de editores do *site* da Biblioteca da Floresta Marina Silva. Em nossa entrevista, ele nos falou sobre a trajetória do PT no Acre e do envolvimento do governo estadual na construção-reafirmção da acreanidade. Toinho Alves, Élson Martins e Marcus Vinicius são os articuladores ou “enquadradores” da memória acreana e da acreanidade.

Entre os **empresários** entrevistamos o engenheiro florestal da empresa Ouro Verde Madeiras, Cristian Rau Stoltenberg, que nos informou sobre a certificação dessa madeireira e da relação dela com as comunidades envolvidas com o manejo madeireiro da citada empresa. A Ouro Verde é uma

das empresas apoiadas pelo governo estadual e se dedica aos negócios sustentáveis, um dos símbolos da economia florestal.

Com relação aos **intelectuais**, além de Marcus Vinicius Neves e Toinho Alves, entrevistamos o jornalista Élson Martins, um dos diretores do Jornal Varadouro de 1977-1981, uma das mais importantes experiências da imprensa alternativa do Acre, e assessor especial do governo da floresta para assuntos sobre cultura e identidade no Acre. Élson Martins, atualmente, desenvolve o projeto Saberes Tradicionais. Élson Martins e Toinho Alves são os defensores-construtores da idéia de que os verdadeiros acreanos são provenientes da vida na floresta.

Entre os **autonomistas**, entrevistamos Iriscélia Cabanellas, “bandeirante” do comitê pró-autonomia do Acre de 1957 e 1962, que nos falou da campanha autonomista de José Guimard dos Santos e Osmir Lima, autonomista do Juruá que até bem pouco tempo ainda defendia a criação do Estado do Juruá.

Esse foi o caminho percorrido para compreender o discurso identitário da acreanidade. Nos capítulos que seguem discutiremos como o Governo da Floresta construiu uma imagem de si e uma representação histórica compatível com seus interesses. No primeiro capítulo, de natureza mais teórica, discutiremos os principais conceitos utilizados ao longo da tese.

CAPÍTULO 01 – TERRITÓRIO, IDENTIDADE E MEMÓRIA: TRAMAS CONCEITUAIS PARA PENSAR A ACREANIDADE

O discurso identitário da acreanidade é construído em torno de duas dimensões, uma histórica e outra de ordem geográfica. Discurso esse que re-significa o acreano e também re-significa os eventos históricos que dão significados à identidade.

A questão territorial perpassa a construção identitária da acreanidade. O território é o estruturador dos três eventos históricos acionados nessa construção identitária. Isto é: na Revolução Acreana (o mito fundador do Acre e dos acreanos), o território significa um recurso econômico e também desempenha um papel simbólico na construção do acreano. O território dos altos rios (ricos em *hevea*) foi ocupado, explorado e conquistado por “brasileiros do Acre”. Com a assinatura do Tratado de Petrópolis, o território é o “fundador” da identidade territorial, o substrato espacial da unidade política administrativa e do povo, agora acreano. Com o movimento autonomista, o território conquistado pelos acreanos e “abandonado” pelo Governo Federal é o estruturador em torno do qual se constrói o discurso acreanista e, com o movimento social de índios e seringueiros, a questão da defesa territorial, em torno do qual é construído o discurso da defesa da floresta. Toda essa estruturação é perpassada pela formação econômica do Acre, isto é, pela “sociedade da borracha” em seus altos e baixos e pela tensão com a questão da frente agropecuária.

A gênese da sociedade acreana, diferentemente dos outros Estados amazônicos, foi formada pela extração exclusiva do “leite da seringa”. Isso significa dizer que não houve diversificação econômica nos primeiros 50 anos da formação do Acre. Seringa, na linguagem amazônica, como nos lembra Leandro Tocantins (1982: 100), era inicialmente “uma bomba sem êmbolo” feita de borracha. Invenção dos índios e revelada para a Europa por Charles-Marie de La Condamine. “Chegando ao conhecimento dos portugueses” os usos que eram feitos, dessas bombas, pelos indígenas foram vistos “como úteis à civilização” e o nome seringa passa, desde então, a estar associado ao da árvore de onde jorra o leite, “árvore de seringa”. Da seringa surgiu o seringal, espaço físico apropriado por um proprietário em condições de recrutar trabalhadores e de abrir e explorar as matas de seringa. Do seringal

surgiu o seringueiro, que a princípio designava o extrator do látex e o proprietário das árvores. Só mais tarde houve a diferenciação entre os dois, surgindo o termo seringalista para o “dono das matas” de seringa. Com o extrativismo do látex, segundo Reis (1953), tudo se alterou: a Amazônia “deixou de ser a região das lavouras para ser a região dos gomais, das *héveas*, o mundo do ouro negro, dos pioneiros, dos seringueiros, dos patrões” (p. 48). A extração da borracha “atraiu” o nordestino, gerou divisas para o país, multiplicou os centros urbanos, conectou a região com as grandes capitais do mundo e trouxe para a região uma “nova fronteira política”, o Acre. A borracha foi tão importante para o Acre ao ponto de se afirmar que “sem borracha o Acre não seria brasileiro, a menos que surgisse um outro produto-rei capaz de emprestar à terra a mesma fascinação econômica” (Tocantins, 2001a: 36).

O “seringal empresa” criou a “sociedade padrão da borracha”, que teve como núcleo de povoamento os seringais. Os seringais em sua constituição física eram formados pelo barracão, a sede da propriedade, e suas casas complementares, como a do guarda-livros (uma espécie de contador nos dias atuais), o armazém e a hospedaria e as colocações de seringa, locais onde os seringueiros (os extratores do látex) viviam e trabalhavam. A colocação é o centro das estradas de seringa, isto é, “dos caminhos através dos quais os seringueiros fazem o corte e a coleta do látex das seringueiras” (Zanoni, 1979: 34).

A sede do seringal se localizava na margem dos rios principais e denominava-se de *margem*. Nesta estava a sede do poder de mando e de controle do dono da propriedade, sobre os outros espaços de seu domínio. Era do barracão que o seringalista controlava o seringueiro através da “conta” com o barracão. Já o *centro*, termo para designar as colocações de seringa, rico em *hevea*, era o domínio do seringueiro. Na re-significação da identidade acreana a gênese do acreano vem do *Centro*, local onde foi gestado a sociedade florestal, a acreanidade. Nessa construção identitária ressalta-se que o “labutar” dos nordestinos forjaram o Acre, forjando-o sem que o Estado brasileiro houvesse planejado. Leandro Tocantins, autor que viveu a infância em seringais do Rio Muru, no Vale do Juruá, escreveu o segundo livro sobre a formação histórica e social do Acre. Para este autor, ao “seringueiro nordestino,

à frente o cearense competiu criar as bases sociais, econômicas e políticas para erigir a nova unidade territorial brasileira” (Tocantins, 2001a: 36).

As particularidades da formação econômica e política do Estado do Acre que o diferencia dos outros Estados amazônicos são acionadas pelo discurso identitário na construção da acreanidade. Entre as particularidades, a mais importante foram as lutas desencadeadas a partir de 1899 envolvendo seringalistas (donos dos seringais), que viam seus interesses ameaçados e o governo boliviano que tentava tomar posse dos seus domínios nos altos rios da Amazônia sul ocidental, territórios ricos em *hevea brasiliensis*, o “ouro negro”³.

Assim como a história do Acre começa com o extrativismo da borracha, o discurso identitário que inventa o Acre e os acreanos advém dessa relação da “sociedade da borracha” com o território. A disputa entre “brasileiros do Acre” e bolivianos foi uma disputa por território, tanto no sentido econômico, quanto no político; o dos recursos econômicos, as árvores de seringa e a terra de onde nascia a “árvore de leite” e, também, nas argumentações dos “revolucionários do Acre”, em virtude do fato do território ser ocupado majoritariamente por brasileiros do Rio Acre. O território em disputa pelos brasileiros do Acre e o governo boliviano é acionado como estruturador da identidade acreana. O território dos seringais foi ocupado, explorado e defendido durante quatro anos, sem que o governo brasileiro tomasse partido dos revolucionários. O território, nesse sentido, é o “lugar fundador” da identidade, mas ele só se torna fundador porque o discurso identitário o investe desse papel.

O Acre teve as bases de sua formação política e social gestada nos seringais. A vida nele e a questão da defesa, da posse desses territórios nos altos rios, fornecem os ícones identitários da formação do acreano e do Acre. Isso ocorre por meio do discurso oficial que tenta forjar uma “sociedade florestal”, que adviria da vivência dos povos da floresta nas matas de seringa. Enquanto discurso identitário, é construído uma idéia de “convivência harmoniosa” na floresta entre índios e seringueiros, entre os povos da floresta, os verdadeiros acreanos, ao longo de mais de cem anos de Acre. E foi essa

³ Ouro Negro diz respeito à coloração da borracha após a defumação do leite da seringa, a qual adquire uma coloração escurecida.

convivência “harmoniosa” na floresta que respaldou as reivindicações territoriais destes a partir da década de 1970.

A questão da defesa dos territórios, no caso a “conquista territorial”, é mito fundador de todos os “acreanos”. Os seringueiros, no contexto das décadas de 1970 e 1980, também acionaram o papel patriótico que tiveram seus antepassados na incorporação do Acre ao Brasil, bem como o papel patriótico dos seringueiros como “soldado da borracha” no contexto da segunda Guerra Mundial. A elite local, formada principalmente por seringalistas e comerciantes, também acionou em diferentes momentos o seu papel de desbravador dos seringais. O que significa dizer que na construção identitária é sempre acionado eventos e lugares que fazem parte do imaginário coletivo.

Nessa construção identitária da acreanidade, o território é estruturador dessa construção em suas várias dimensões. No próximo item, de caráter mais teórico, essas múltiplas dimensões, desde a mais tradicional, relacionada ao Estado-nação, até a perspectiva de estruturador de identidades. Porém, o que é mais importante, como ressalta Haesbaert (2004a: 79), é distinguir os territórios de acordo com os sujeitos que os constroem, isto é, que o território seja trabalhado na multiplicidade de suas manifestações, pois ora a dinâmica econômica é mais importante, ora a política, ora a simbólica. Nesse sentido, faremos uma discussão acerca da relação entre território e identidade, destacando como a memória é acionada para a construção das identidades e como os discursos enquanto enunciados vão inventando e reinventando os sentidos que fortalecem e reafirmam as identidades.

O entrecruzamento dos conceitos de território, memória e identidade constitui uma importância indiscutível para o debate em torno da construção da identidade acreana; elementos articulados pelo discurso, pois é *pelo* e *no* discurso que se opera a construção/des-construção de identidades que se constituem de textos, narrativas, falas.

1.1 – Território e Identidade

O conceito de território foi inicialmente tratado nas ciências naturais, onde foi estabelecida a relação entre o domínio de espécies animais ou vegetais com uma determinada área física. No domínio das Ciências Sociais, esse conceito é associado a uma dimensão de apropriação e/ou

sentimento de pertencimento, seja esta apropriação no sentido de controle efetivo por parte de instituições ou grupos sobre um dado segmento do espaço, seja na apropriação mais afetiva de uma identidade territorial (Haesbaert, 2004a).

Em Haesbaert (1997, 2004b) encontramos uma discussão em que o território é compreendido em suas várias dimensões, ou seja, em uma dimensão material-concreta (política, econômica) e uma dimensão subjetiva e/ou simbólica. Nesse sentido, o território envolve:

... sempre e ao mesmo tempo, mas em diferentes graus de correspondência e intensidade, uma dimensão simbólica, cultural, através de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais, como forma de 'controle simbólico' sobre o espaço onde vivem e uma dimensão mais concreta, de caráter político-disciplinar: a apropriação e ordenação do espaço como forma de domínio e disciplinarização dos indivíduos. (Haesbaert, 1997: 42).

Ao elaborar esse conceito, Haesbaert (1997) leva em consideração as definições de “espaço dominado” e “espaço apropriado” de Lefebvre, para o qual “através das práticas sociais e das técnicas, o espaço natural se transforma e é dominado”. Ainda de acordo com Lefebvre, quando ocorre a “dominação do espaço natural para servir às necessidades de um grupo, este se apropria dele” (Lefebvre, 2000 [1984]: 191-192). Nessa perspectiva integradora, defendida por Haesbaert, o território responde: “... pelo conjunto de nossas experiências ou, em outras palavras, relações de domínio e apropriação, no/com/através do espaço” (Haesbaert, 2004b: 78).

Um diferencial na definição de território em Haesbaert é a ressalva que faz quanto às relações de poder. Para ele, o território “em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional poder político. Ele diz respeito ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação” (2004a: 01). Portanto, o território pode ser concebido “a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural” (Haesbaert, 2004b: 79).

Nas Ciências Sociais, a temática do território tem sido tradicionalmente discutida em três vertentes. Uma, denominada de jurídica-

política, em que são contempladas as relações espaço-poder em geral e as relações espaço-poder institucionalizado. Nessa vertente, o território corresponde ao “espaço delimitado e controlado”, no qual se “exerce um determinado poder, especialmente o de caráter estatal” (Haesbaert, 1999: 39). Outra vertente é a cultural ou simbólico-cultural, que “prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva”, sendo o território definido como o “produto da apropriação feita através do imaginário e/ou da identidade social sobre o espaço” (p. 39). E na vertente econômica, o território é visto como “fonte de recursos” (p. 40).

Na vertente jurídica-política, o território aparece institucionalizado no Estado nacional. Nesse sentido, o espaço da nação é o lócus do exercício do poder de um Estado de forma a constituir uma entidade jurídica reconhecida como tal pelo fórum internacional.

A discussão do território, nessa direção, tem em Ratzel o seu precursor. Este, no final do século XIX, colocava o estudo da formação dos territórios como “objeto da sua antropogeografia”. Nesse sentido, o território era concebido como um espaço qualificado pelo domínio de um grupo humano, sendo definido pelo controle político do Estado de um dado âmbito espacial, configurando-se como uma característica do mundo moderno a delimitação de “áreas de dominação estatal e, mais recentemente, estatal nacional” (Moraes, 1990).

Em Ratzel vemos a importância que era dada ao território como estruturante do Estado, não sendo possível concebê-lo “sem um território e sem fronteira”. Mesmo para o Estado mais simples, este “não seria possível sem o seu território, assim também a sociedade mais simples só poderia ser concebida junto com o território que lhe pertence” (Moraes, 1990: 73). Ou, dito de outra forma, o território era visto “como o movimento de um grupo social que se expande no espaço e passa a controlar porções do planeta que são integradas ao seu território” (Moraes, 2002: 50).

Nessa direção, Ratzel definia o território como uma determinada porção da superfície terrestre apropriada por um grupo humano, e como um movimento de expansão e conquista de novos espaços. Essa identificação entre o Estado e o território forneceu o material para a elaboração do conceito de “espaço vital”, no qual o “ideal nacional” ou a “política nacional” são

fenômenos que devem expressar, mais do que a raça e a língua comuns, um território comum. Para Ratzel, o território é, portanto, o espaço geográfico onde se exerce o poder do Estado (Moraes, 2002).

Além dessa dimensão de poder centrada no Estado nacional, existem outras discussões acerca do território também centradas no poder, mas não exclusivamente do poder estatal.

Um dos primeiros trabalhos a trazer a temática do território para a geografia, em uma dimensão que não fosse exclusivamente estatal, foi o de Claude Raffestin (1993) *Por Uma Geografia do Poder*, publicado na língua francesa em 1988. Claude Raffestin é reconhecido como o autor que mais tem se destacado na discussão conceitual sobre território.

Em *Por Uma Geografia do Poder* (1993) encontramos a diferenciação conceitual no que se refere ao espaço e ao território. Raffestin considera que o conceito de espaço é relacionado ao patrimônio natural existente em uma dada região. Por outro lado, no conceito de território se incorporaria a apropriação do espaço pela ação social de diferentes sujeitos. Em outras palavras, o conceito de território incorpora o jogo de poder entre os sujeitos que atuam em um espaço. Como resultado desse jogo de poder, se define uma identidade relacionada a limites geográficos. O território surge, portanto, como resultado de uma ação social, que de forma concreta e abstrata, se apropria de um espaço (tanto físico como simbólico), por isso denominado um processo de construção social.

Para Raffestin (1993:143), espaço e território não são idênticos, pelo contrário, o espaço antecede ao território. E nessa perspectiva o território se “forma a partir do espaço” como o resultado de uma “ação conduzida por um ator sintagmático em qualquer nível”. Na argumentação que o autor faz para diferenciar espaço de território, diz que o território é fruto de uma ação programada de um sujeito que se apropria concreta e/ou simbolicamente do espaço. De forma que “ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente, o ator ‘territorializa’ esse espaço” (1993:143). Dessa forma, o espaço é a possibilidade de uso que preexiste a qualquer ação. E é por meio da ação humana que ele se torna território. Essa “passagem” do espaço ao território sempre acontece no campo das relações de poder e de dominação (1993: 144).

Raffestin destaca o caráter político do território, definindo-o a partir das relações de poder de uma forma mais geral que o estatal. Para ele o *poder*, assim como para Foucault (1976), é parte intrínseca de toda relação social e, nesse sentido, “toda relação é o ponto de surgimento do poder e isso fundamenta a sua multidimensionalidade” (Raffestin, 1993: 53). O poder, com base nas contribuições de Foucault, está em todos os lugares, não é adquirido, mas exercido, é multidimensional e “visa o controle e a dominação sobre os homens e sobre as coisas” (Raffestin, 1993: 58). Como “trunfos do poder”, Raffestin (1993) destaca, a *população*, o *território* e os *recursos*. A população “está na origem de todo o poder”; nela “residem as capacidades virtuais de transformação; ela constitui o elemento dinâmico de onde procede a ação”. Já o território é um trunfo particular, “é a cena do poder e o lugar de todas as relações, mas sem a população, ele se resume a apenas uma potencialidade, um dado estático a organizar e a integrar numa estratégia” (p. 58). O território “... é o espaço político por excelência”, o campo de ação dos trunfos de poder (p. 60). Quanto aos recursos, eles “determinam os horizontes possíveis da ação” e condicionam o alcance possível das ações (p. 58).

O território é, portanto, nessa acepção, a expressão concreta e abstrata do espaço apropriado, produzido. É formado, em sua multidimensionalidade, pelos sujeitos que o (re)define constantemente em suas cotidianidades, num “campo de forças” das mais variadas intensidades e ritmos.

Para Raffestin (1993), “toda prática espacial” é passível de criar território. Isso se dá porque as práticas implicam relações por meio de “malhas, redes e nós”, constituindo o sistema territorial. Tal sistema é organizado valendo-se dos critérios de distância e acessibilidade, da importância social de determinados pontos e da necessidade de controle (Raffestin, 1993: 150). Isso permite assegurar a coesão de territórios e o controle de pessoas e coisas.

Outro destaque na discussão de território, em Raffestin, é dado pela noção de limite. Para ele, o limite “é um sinal ou um sistema sêmico utilizado pelas coletividades para marcar o território”. O limite tem várias nuances, pois “...mesmo não sendo traçado ... exprime a relação que um grupo mantém com uma porção do espaço” (p. 153). Já no que se refere ao Estado-nação, o limite assume um caráter particular, pois significa uma fronteira, um

sinal “no sentido pleno e próprio do termo”, e o poder estatal se manifesta por intermédio dos aparelhos que encenam o território, controlam a população e dominam os recursos.

No que se refere à territorialidade, o autor a define como o “conjunto de relações mantidas pelo homem, enquanto pertencente a uma sociedade, com a exterioridade e a alteridade, com ajuda de mediadores ou instrumentos” (Raffestin, 1988: 265). A territorialidade humana não é, pois, constituída só por:

... relações com territórios concretos, mas também por relações com os territórios abstratos como línguas, religiões, tecnologias, etc. Esta relação é então organizada segundo uma série de regras, comunicabilidade que está implícita na mesma relação societária (Raffestin, 1988: 266).

A territorialidade humana reflete, para Raffestin, a multidimensionalidade do vivido territorial pelos membros de uma coletividade e se manifesta em todas as escalas espaciais e sociais; ela é consubstancial a todas as relações e seria possível dizer que “é a face vivida da face agida do poder” (Raffestin, 1993: 162).

Um autor que privilegia o campo cultural na construção do território é Joel Bonnemaïson (2000 e 2002). Para este autor não existe nenhum indivíduo ou grupo que escape ao princípio de territorialização. Assim, não poderia haver grupos coerentes, nem de etnia e, talvez, nem mesmo de cultura, sem um *território-portador*. Isso equivale dizer que há uma correspondência “entre os homens e os lugares”, entre “uma sociedade e sua paisagem”, que está “carregada de afetividade e exprime uma relação cultural” (2002: 91). De acordo com esse princípio, os territórios, os lugares e a paisagem não podem ser compreendidos senão em referência ao universo cultural em que estão inseridos.

A territorialidade, em Bonnemaïson (2002: 107), aparece como “a expressão de um comportamento vivido que engloba ao mesmo tempo a relação com o território e, a partir dela, a relação com o estrangeiro”. Isto é, a territorialidade inclui “aquilo que fixa o homem aos lugares que são seus e aquilo que o impele para fora do território”. O autor destaca, ainda, o papel da etnia ou, em um sentido mais amplo, do “grupo cultural” na construção de um espaço-território, quando diz que a territorialidade:

emana da etnia, no sentido de que ela é a relação culturalmente vivida entre um grupo humano e uma trama de lugares hierarquizados e interdependentes, cujo traçado no solo constitui um sistema espacial (Bonnemaison, 2002: 96-97).

Para Bonnemaison, o território é “... um conjunto de lugares hierarquizados, conectados a uma rede de itinerários” (2002: 99) e é, ao mesmo tempo, “espaço social” e “espaço cultural” associado tanto à função social quanto à simbólica. O espaço social é produzido e o cultural, vivenciado. O social é concebido em termos de “organização e de produção”, e o cultural, em termos de “significação e relações simbólicas” (Bonnemaison, 2002: 103).

A partir do entrecruzamento entre cultura, território e etnia, o autor elabora o conceito de geossímbolo, “definido como um lugar, um itinerário, uma extensão que, por razões sejam elas religiosas, culturais ou políticas, assume uma dimensão simbólica que fortalece os grupos culturais em sua identidade”. O geossímbolo é, portanto, um espaço cultural que pode se tornar um território-santuário, um espaço de comunhão (Bonnemaison, 2002: p. 109).

Em Bonnemaison e Cambrèzy (1996), o território é considerado como o “lugar fundador das identidades locais e a mola secreta de sua sobrevivência” (p. 09). Nessa consideração, os autores partem do princípio de que existe “uma imperiosa necessidade para toda sociedade estabelecer uma relação com os lugares”. De modo que, o “poder do laço territorial revela que o espaço é investido de valores não só materiais, mas também éticos, espirituais, simbólicos e afetivos” (p. 10). O território é, portanto, um “construtor de identidade, talvez o mais eficaz de todos” (p. 14), reforçam os autores.

Os autores, falando das sociedades camponesas pré-industriais, exemplificam mostrando que, naquelas situações:

... o território não se define por um princípio material de apropriação, mas sim por um princípio cultural de identificação, ou de pertencimento. O território não pode ser percebido apenas como uma posse ou como uma entidade externa à sociedade que o habita (Bonnemaison e Cambrèzy, 1996: 13-14).

E, sim, como:

uma parcela de identidade, fonte de uma relação de essência afetiva, e até mesmo amorosa com o espaço. Pertencemos a um território, nós

não o possuímos, nós o guardamos, nós o habitamos, nos impregnamos dele (Bonnemaison e Cambrèzy, 1996: 13-14).

Mathias Bossé (2004), outro autor que discute território em uma dimensão mais subjetiva, ressalta que historicamente os geógrafos se interessavam particularmente pela “identidade dos lugares” e pelos papéis que estes desempenham na “formação de consciências individuais e coletivas” (p. 158). Em um primeiro momento, apoiado na observação de

como as pessoas, sujeitos, e agentes geográficos recebem e percebem, constroem e reivindicam identidades cristalizadas em suas representações e em suas interpretações dos lugares e das relações sociais (Bossé, 2004: 158).

Em anos mais recentes, com a emergência da geografia humanista, o lugar é considerado suporte da identidade cultural, pois “influencia, até mesmo constrói, tanto subjetivamente como objetivamente, identidades culturais e sociais” (p. 166).

O autor evidencia a identidade do lugar e a identidade com o lugar. Quanto à identidade *do* lugar, Bossé afirma que é a territorialidade que “revela a identidade *do* lugar”, pois a mesma é, “ao mesmo tempo, o produto e a expressão de um ponto de vista interno e inclusivo” (2004 p. 173). Já no que se refere à identidade *com* o lugar, a identificação com este ocorre porque a identificação:

repousa sobre sua própria história e constitui o foco único, emissor e receptor de sua singularidade em um espaço de relações com outros lugares, próximos ou distantes, reais ou imaginários, assimilados ou rejeitados (Bossé: 2004, 172).

Outro autor que traz uma contribuição importante para a discussão da identidade territorial é Guy Di Mèo (1998). Di Mèo destaca a importância do espaço vivido na constituição do território, enquanto “referência identitária e mediador das relações sociais” (p. 61).

Para esse autor, o caráter identitário tem um duplo sentido. Por um lado são os “detalhes que constroem nossa memória coletiva”, isto é, o fundamento do nosso universo cultural que se encaixam nas crenças, idéias, linguagem, mas também nas referências territoriais. Por outro lado, em sentido

inverso, quando o território é moldado como “representação e valor social, este recebe a marca de toda uma memória espacial [coletiva]: a memória dos gestos, dos hábitos, dos trabalhos e dos deslocamentos cotidianos” (p. 48-49). Mas, ao mesmo tempo, ressalta que tanto a memória como o território, “não são realidades mortas e fixas”, elas são construídas, reafirmadas e reinventadas (p. 61-62).

No que diz respeito à construção da identidade territorial, Bossé (2004) e Haesbaert (1999) são elucidativos. Para o primeiro, o território identitário “não é apenas ritual e simbólico, é também o local de práticas ativas e atuais, por intermédio das quais se afirmam e vivem as identidades” (p. 169). Já para Haesbaert:

...a identidade territorial é uma identidade social definida fundamentalmente através do território, ou seja, dentro de uma relação de apropriação que se dá tanto no campo das idéias quanto no da realidade concreta (1999: 172).

E acrescenta que “as identidades só são territoriais quando sua estruturação depende da apropriação simbólica no/com o território” (Haesbaert, 1999: 179).

A construção das identidades territoriais possui duas dimensões, uma ancorada na memória coletiva, construída em torno do passado para confirmar uma diferenciação e construir, com maior sucesso, uma identidade. E outra ancorada nos referenciais espaciais, tanto do passado como do presente que podem ter várias origens (Haesbaert, 2007: 45).

A identidade territorial é construída valendo-se do reconhecimento de alguma origem comum, ou de características que são partilhadas com outros grupos ou pessoas, ou ainda, com base em um mesmo ideal. O que significa dizer que o passado transforma-se em uma narrativa não fixa e permeável pelos interesses do presente, pois, ao “reconstruirmos o passado de um povo, esquecemos e lembramos-nos dos fatos, informações e interpretações que nos interessam para reafirmar uma identidade” (Dealtry, 2002: 190).

Di Méo (1998: 55) ressalta que os “atores sociais” nessa construção identitária retêm as seqüências da história, as mais aptas, a fim de “consolidar a identidade sócio-espacial”, porém a seleção dessas seqüências

na construção da memória coletiva não é aleatória. Elas servem para consolidar uma identidade territorial. E essa seleção mostra a ancestralidade da identidade, uma vez que:

...não apenas as experiências comuns vividas em um passado fundam a coletividade como entidade [social e territorial], mas também, o fato da coletividade se esforçando em produzir um passado comum e, freqüentemente, um território (Di Méo, 1998: 62).

É na trama de todos os dias, como fala Di Méo (1998: 48), “aquém e além do político e do econômico, que se manifestam, realizam-se e concretizam-se os mecanismos de identificação coletiva”. Esses mecanismos contribuem para a manifestação identitária em termos de pertencimento a um território.

E nesse sentido a identidade territorial visa destacar o caráter único de um grupo, de um lugar e, longe de mergulhar unicamente suas raízes no passado, emerge antes de tudo nos desafios da atualidade e das lógicas sociais do cotidiano. Como lembram Gupta e Ferguson (2000: 34), a identidade de um lugar “surge da interseção entre seu envolvimento específico em um sistema de espaços hierarquicamente organizados e a sua construção cultural como comunidade ou localidade”.

Como vimos, o território é o resultado de uma apropriação simbólico-expressiva do espaço, portador de significações e relações simbólicas. E a sua construção e/ou invenção perpassa principalmente pela dimensão histórica e pela construção do imaginário. Essa construção envolve relações de poder, como o poder de definir quem é incluído e quem é excluído, ou a escolha entre os eventos e lugares do passado capazes de fazer sentido na atualidade (Silva, 2005).

1.2 – Memória e Identidade

Há uma relação direta entre a construção da memória e a construção da identidade, como demonstra os trabalhos de Le Goff (2003), Pollak (1989), Oliven (2006) e Souza (2007). A identidade recorre à memória com a finalidade de se definir e a memória fornece as referências históricas e geográficas para a reafirmação identitária. A memória é uma construção histórica, formada de imagens necessárias para os processos de “constituição

e reforço da identidade individual, coletiva” e territorial, que fornece “quadros de orientação, de assimilação do novo, códigos para classificação e para intercâmbio social”, diz Menezes (1999: 21). A memória, mais do que simples arquivo classificatório de informação a reinventar o passado, é um referencial norteador na construção de identidades. Para Pollak (1992), a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, “na medida em que ela é também um fator importante do sentimento de continuidade e de coerência do grupo em sua reconstrução em si” (p. 204).

O crescente interesse que a memória vem suscitando hoje entre os sujeitos sociais e o poder público, decorre da busca pela diferenciação espacial em detrimento da mercantilização da cultura, a fim de reafirmar identidades específicas de sujeitos sociais e também para justificar reivindicações territoriais. Nesse sentido, se insere as reivindicações empreendidas pelos diversos movimentos sociais no intuito de reivindicarem uma identidade política que significa, outrossim, reconhecimento por territórios, como também do ponto de vista das identidades regionais onde é produzida uma narrativa discursiva e se desenvolve um trabalho de “patrimonialização dos territórios” (Di Mèo, 1998). Daí o discurso de “memória” alcançar tamanho significado nos dias de hoje. Como ressalta Abreu (1998: 07), a “busca da identidade dos lugares, tão alardeada nos dias de hoje, tem sido fundamentalmente uma busca de raízes, uma busca de passado”, relacionado à importância da memória para manter o sujeito social e consolidar as identidades territoriais.

A discussão acerca da memória individual e coletiva tem como precursor as reflexões do sociólogo francês Maurice Halbwachs. Ele inicia os estudos sobre memória na década de 1920 com a publicação da obra “Os Contextos Sociais da Memória”, em 1925, e, em 1950 é publicada a obra póstuma *Memória Coletiva*. Este livro estabelece inicialmente a relação entre memória individual e memória coletiva. Halbwachs mostra que nossas lembranças são sempre coletivas, pois recordamos em função dos outros, mesmo quando se trata de eventos que presenciamos sozinhos. Isso ocorre, de acordo com Halbwachs (2006[1950]), porque nunca estamos sozinhos: “carregamos conosco” sempre outras pessoas (p. 82-83). Por outro lado, Halbwachs também estabelece uma relação entre a memória coletiva e o

tempo e o espaço. Nesse caso, a memória é enfatizada valendo-se da inseparabilidade entre o tempo e o espaço, como um conjunto de lembranças construídas socialmente e georeferenciadas espacialmente ao longo do tempo.

Para Halbwachs (2006[1950]) “cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva” (p. 69), mas não se confunde com ela, pois a memória coletiva é “um conjunto de lembranças construídas socialmente e referenciadas a um conjunto que transcende o indivíduo” (p. 69), tendo como suporte “um grupo limitado no tempo e no espaço” (170). Nesse sentido, não existe memória coletiva que “não se desenvolva em um quadro espacial”.

Em Halbwachs (2006[1950]), a memória não é só um fenômeno de interiorização individual, mas uma construção social e um fenômeno coletivo. A memória coletiva está o tempo todo se beneficiando da memória individual, mas não basta que os outros “nos apresentem seus testemunhos”: é preciso, outrossim, que concordemos com “as memórias deles e que haja muitos pontos de contato entre uma e as outras para que a lembrança que nos ajudem recordar venha a ser reconstruída sobre uma base comum” (p. 39); faz-se necessário igualmente que a memória dos “outros venha reforçar e completar a nossa”, pois é preciso que “as lembranças desses grupos não deixem de ter alguma relação com os acontecimentos que constituem meu passado” (p. 98).

No que se refere à memória da nacional e/ou regional, Halbwachs (2006[1950]) destaca que: pelo fato de não termos participado dos acontecimentos do passado, quando os invocamos, somos obrigados a nos remeter à memória dos outros. Nesse sentido, as memórias coletivas se reforçam por meio das comemorações públicas, dos acontecimentos que marcaram a história coletiva. Dessa forma, quando o que é comemorado está distante se faz necessário recorrer à institucionalização da memória, como bem ressalta Halbwachs:

Quando a memória de uma seqüência de acontecimentos não tem mais por suporte um grupo, o próprio evento que nele esteve envolvido ou que dele teve conseqüências, que a ele assistiu ou dele recebeu uma descrição ao vivo por atores e expectadores de primeira mão (...), então o único meio de preservar essas lembranças é fixá-las por escrito em uma narrativa (Halbwachs, 2006[1950]: 101).

Halbwachs traz uma importante contribuição para a discussão das identidades territoriais. Primeiramente, porque enfatiza a relação entre memória e lugar: “não há memória coletiva que não se desenvolva num quadro espacial”. Em seguida, porque enfatiza também que existe um dinamismo nas memórias coletivas. Elas estão sempre se modificando e se definindo. Transformando-se de acordo com a inserção dos indivíduos com outros grupos sociais.

De acordo com Halbwachs, a função da memória coletiva quando institucionalizada é a de definir e reforçar, numa tentativa mais ou menos consciente, sentimentos de pertencimento e de fronteiras entre coletividades diferentes. Para que esta função seja exercida é necessário um trabalho de enquadramento da memória, o qual se vale de fontes fornecidas pela história e das pessoas qualificadas para isso, ou seja, dos guardiões da memória.

Nesse caso, entra em cena o trabalho dos “homens-memória”, pois “quanto menos a memória é vivida coletivamente, mais ela tem necessidade de homens particulares” que realiza o trabalho de lembrar (Le Goff, 2003: 415). O trabalho de enquadramento da memória coletiva, segundo Pollak (1989), “se alimenta do material fornecido pela história” e esse material deve “ser interpretado e combinado a um sem-número de referências associadas”, guiado pela preocupação não só de “manter as fronteiras sociais, mas também de modificá-las, pois esse trabalho reinterpreta incessantemente o passado em função dos combates do presente e do futuro” (p. 10). A memória nacional e/ou oficial se vale do trabalho de enquadramento, pois

essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar se integra em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes (Pollak, 1989: 09).

O trabalho de enquadramento da memória coletiva se materializa em narrativas oficiais, sobretudo nos discursos em torno de acontecimentos e personagens históricos, e em lugares, como os monumentos, museus, memoriais que servem para sustentar os discursos identitários (Pollak, 1989: 10). No Acre, esse papel tem sido desempenhado, na última década, principalmente pelo historiador Marcus Vinicius Neves, ex-diretor do Departamento de Patrimônio Histórico da Fundação de Cultura e Comunicação

Elias Mansour-FEM e diretor da Fundação de Cultura Garibaldi Brasil, do município de Rio Branco. E também pelo ex-diretor da FEM, Toinho Alves, ambos responsáveis pelo setor cultural e histórico do Estado do Acre, durante o Governo da Floresta e responsáveis pela composição da história oficial, alusiva às datas comemorativas.

Pollak (1992) traz outra importante contribuição na discussão da memória, que é a relação entre identidade e memória, na qual se destacam as fronteiras de pertencimento e o sentimento de coerência. Pollak (1992) elenca três elementos constitutivos da identidade: os “acontecimentos”, as “pessoas e personagens” e os “lugares” da memória.

Os acontecimentos se dividem entre os “vividos pessoalmente” pelos sujeitos e os “vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente perceber” (Pollak, 1992: 201). Esses últimos são os acontecimentos dos “quais a pessoa nem sempre participou”, mas tomaram tamanha amplitude diante da construção da memória coletiva que no “fim das contas, é quase impossível que ela (a pessoa) consiga saber se participou ou não” (p. 201). Nesse caso, as pessoas são inseridas no enredo do “acontecimento”. É como se elas tivessem participado e/ou se sentem pertencente a essa “história”. Mas é preciso que o acontecimento lembrado seja reconstruído valendo-se de dados e de noções comuns aos diferentes membros da coletividade.

No que diz respeito às “pessoas e personagens”, a lógica é idêntica: existem as pessoas e personagens “realmente encontradas no decorrer da vida ou personagens que não pertenceram necessariamente ao espaço-tempo da pessoa” (Pollak, 1989: 201). Já no que diz respeito aos “lugares”, Pollak ressalta que estes estão “particularmente ligados a uma lembrança, que pode ser uma lembrança pessoal, mas também pode não ter apoio no tempo cronológico” (p. 202). Nesse sentido, os locais muito longínquos, “fora do espaço-tempo da pessoa, podem constituir lugar importante para a memória do grupo, e, por conseguinte, da própria pessoa” (p. 202), seja por aproximação, seja por pertencimento a esse grupo, dependendo da narrativa construída em torno desses. É o que acontece com a patrimonialização territorial, tanto pelo processo de identificação provocado por ela quanto pela performatividade do discurso identitário.

Os “lugares de memória”, expressão encontrada em Nora (1993: 13) é toda unidade significativa, de ordem material ou ideal, da qual a vontade dos homens ou o trabalho do tempo fez dele um elemento simbólico do patrimônio da memória coletiva de uma comunidade. Esses são classificados em Nora (1993: 26-27) nas seguintes tipologias. *Lugares Topográficos* diz respeito aos arquivos, às bibliotecas e aos museus. Os *Lugares Monumentais* estão relacionados aos cemitérios, altares da pátria ou conjuntos arquitetônicos. Os *Lugares Simbólicos*, as comemorações, festas, peregrinações, centenários ou emblemas e os *Lugares Funcionais*, dizem respeito aos manuais, autobiografias ou associações. Sobre essa temática, Le Goff acrescenta que não podemos esquecer os verdadeiros lugares da história e/ou da memória, aqueles “onde se devem procurar não a sua elaboração, não a sua produção, mas os criadores e os denominadores da memória coletiva” (2003: 467).

Os “lugares de memória”, em Nora (1993) são, portanto, pontos de condensação da memória em três sentidos: material, simbólico e funcional. E são “lugares de memória” somente quando “a imaginação investe-os de uma aura simbólica” e só entra nessa “categoria se for objeto de um ritual” (p. 21). Os lugares de memória “são antes de tudo, resto” diz Nora (1993: 12), não porque a memória não é mais vivida no cotidiano, mas por que a ruptura com o tempo eterno se realizou, pois o passado já foi reconhecido, tanto que passa a ser arquivado:

O tempo dos lugares é esse momento preciso em que um imenso capital que vivíamos na intimidade de uma memória desaparece para viver sob o olhar de uma história reconstituída (...). Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais e sem vigilância comemorativa, a história depressa as varreria (Nora, 1993: 12-13).

Os estudos de Halbwachs sobre “memória coletiva”, e os de Nora sobre os “lugares de memória”, enfatizam, por isso, o peso que determinados referenciais exercem sobre as memórias individuais, estruturando-as, organizando-as e inserindo-as na memória de uma coletividade.

O passado, seletivamente escolhido, pode se materializar na paisagem, como, por exemplo, os sítios históricos. Deve ser preservado em “instituições da memória”, ou estar vivo na memória coletiva se for constantemente referenciado.

1.3 – Discurso e Identidade

As identidades nacionais, diz Souza (2007), precisam de símbolos, em formas de bandeiras, hinos, heróis. Necessitam também de valores compartilhados com os nacionais ancorados nos pais fundadores, visto que são signos de um passado sacralizado que precisa ser reverenciado. Determinados acontecimentos, lugares e personalidades são selecionados. Relatos históricos também fazem parte desse processo, “passando a importar não o que ocorreu, porém a forma como o passado justifica a imagem que a sociedade exhibe de si e de seus governantes ou aquela construída pelos governantes” (Souza, 2007: 18) segundo os modelos considerados ideais.

Para Hall (2005a), as culturas nacionais, ao produzir sentidos sobre a nação, “sentidos com os quais podemos nos identificar”, constroem identidades. A cultura nacional é um discurso, diz Hall (2005a), é um “modo de construir sentido que influencia e organiza tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos” (p. 50). Ela passa a ser representada por imagens e símbolos, cujas memórias conectam o presente ao passado, construindo a idéia de pertencimento a um lugar, a um povo e a uma herança cultural.

A narrativa da nação é contada e reforçada de várias maneiras. Hall (2005a) elenca alguns elementos dessa narração. Um deles diz respeito à forma como é “contada e recontada na história e na literatura, na mídia e na cultura popular” (p. 52) a história da nação. Nessa direção são contadas e recontadas “as experiências partilhadas, as perdas, os triunfos e os desastres” (p. 52) que nos dão sentido. Outro é a ênfase dada às “origens, às continuidades, à tradição e à intemporalidade” (p. 53). Os signos do caráter nacional, segundo Hall (2005a), “permanecem imutáveis, apesar de todas as vicissitudes da história” (p. 53). A narrativa da nação tem sempre um mito fundador “uma estória que localiza a origem da nação, do povo e de seu caráter nacional num passado tão distante que eles se perdem nas brumas do

tempo, não do tempo real, mas do tempo mítico” (p. 54-55). A idéia da nação é também simbolicamente baseada “na identidade de um povo original” (p. 55).

Outro elemento elencado por Hall (2005a), com base em Hobsbawm e Ranger (2002), diz respeito à “invenção das tradições”. Os autores em tela entendem por tradição inventada “um conjunto de práticas normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, objetivam inculcar certos valores e normas de comportamento por meio da repetição, o que implica automaticamente uma continuidade em relação ao passado” (Hobsbawm e Ranger, 2002: 09). A “invenção das tradições” diz respeito, por conseguinte, tanto às “tradições realmente inventadas, construídas e formalmente institucionalizadas”, quanto as que “surgiram de maneira mais difícil de localizar num período limitado e determinado de tempo e se estabeleceram com enorme rapidez” (p. 09).

Hobsbawm e Ranger, em *Invenção das Tradições* (2002), mostram como grupos que precisam de coesão forjam, muitas vezes, pelo passado, rituais e imagens a partir das quais buscam se fortalecer no tempo presente e que possuem, acima de tudo, uma função identitária e simbólica, facilmente perceptível.

As identidades nacionais não são coisas com as quais nascemos, mas são formadas e transformadas no interior da representação. As identidades nacionais “não são literalmente impressas em nossos genes ... As pessoas não são apenas cidadãos legais de uma nação: elas participam da idéia da nação tal como representada em sua cultura nacional” (Hall, 2005a: 49). E é pelo discurso que se opera a construção/des-construção da identidade.

Do ponto de vista da construção da identidade social, gostaríamos de destacar alguns pontos. O primeiro é o caráter *relacional* no qual a identidade é construída, isto é, para que uma identidade exista se faz necessário que haja algo fora dela, outras identidades que ela não é. É por meio da “relação com o Outro, da relação com aquilo que não é, com aquilo que falta, com aquilo que é seu exterior constitutivo, que o significado ‘positivo’ de qualquer termo pode ser construído” (Hall, 2005b: 110). A identidade como construção histórica dos sujeitos na relação e interação espaço-temporal com a alteridade, pressupõe que tenha “um núcleo essencial que distinguiria um

grupo do outro” e, também, ser “produto de interseções de diferentes componentes, de discursos políticos e culturais e de histórias particulares” (Woordward, 2005: 38).

Na construção da identidade, a produção de significados e/ou símbolos ocorre numa relação com o poder, já que é preciso definir quem é incluído e quem é excluído. Para Silva (2005: 81), nesse ato, “a afirmação da identidade e a enunciação da diferença traduzem o desejo dos diferentes grupos sociais, assimetricamente situados, de garantir o acesso privilegiado aos bens sociais”. Ou seja, numa disputa por recursos simbólicos e materiais.

A identidade pressupõe, portanto, uma “relação de semelhança ou de igualdade, uma busca de reconhecimento que se faz frente à alteridade”, pois é no “encontro ou no embate com o Outro que buscamos nossa afirmação pelo reconhecimento daquilo que nos distingue e que, por isso, ao mesmo tempo, pode promover tanto o diálogo quando o conflito com o Outro” (Haesbaert, 1999: p. 175).

A identificação consiste, para Bossé (2004), em dois processos: o primeiro, “em designar e nomear qualquer coisa ou qualquer um, e depois em caracterizar sua singularidade”; e, o segundo, “em se assemelhar a qualquer coisa ou a qualquer um” que se traduz, principalmente, “tanto para o indivíduo quanto para o grupo, por um sentimento de pertencimento comum, de partilha e coesão sociais” (p. 161). Toda forma de identificação supõe também um processo de diferenciação: identificamo-nos a alguma coisa ou contra qualquer coisa. Para Bossé, a identidade é uma:

...construção social e histórica do ‘próprio’ e do ‘outro’, entidades que, longe de serem congeladas em uma permanência ‘essencial’, estão constante e reciprocamente engajadas e negociadas em relações de poder, de troca ou de confrontação mais ou menos disputáveis e disputadas, que variam no tempo e no espaço (Bossé, 2004: 163).

Outro ponto destacado por nós, na construção da identidade, é o caráter *contrastivo* pelo qual a identidade é construída, de oposição com vistas à afirmação individual ou grupal. Isso supõe relações sociais tanto quanto códigos de categorias, orientando o desenvolvimento das relações com o

Outro. A identidade contrastiva, segundo Cardoso de Oliveira⁴ (1976), é a essência da identidade étnica, por meio de interações espaciais uma pessoa ou grupo se define como tal e passa a visualizar o outro de forma diferente. O que significa dizer que “quando uma pessoa ou um grupo se afirmam como tais, fazem-no como meio de diferenciação em relação a alguma pessoa ou grupo com que se defrontam. É uma identidade que surge por oposição” (p. 120), o que implica a afirmação do “nós” diante dos “outros”. Ela surge por oposição e se afirma isoladamente, afirma-se “negando” a outra identidade, “etnocentricamente” por ela visualizada.

A identidade é construída numa relação de poder, ou seja, o processo de diferenciação não é natural, preexistente, não é um mero dado, mas construção e invenção de si. Pois afirmar a identidade “significa demarcar fronteiras ... fazer distinções entre o que fica dentro e o que fica fora” (Silva, 2005: 90). E é nessa afirmação que se revela quem tem o poder de representar tem também o poder de definir e determinar a identidade.

A produção da identidade por isso, também está indissociavelmente ligada à construção das *representações*. Ela inclui as práticas de significação e os sistemas simbólicos por meio dos quais os significados são produzidos, posicionando-nos como sujeito. O símbolo ou o signo, segundo Silva (2005: 78), é uma “marca, um traço que está no lugar de uma outra coisa, a qual pode ser um objeto concreto, um conceito ligado a um objeto concreto ou um conceito abstrato”.

No que diz respeito à representação, Silva (2005) distingue duas dimensões: uma externa, como os sistemas de signos; outra interna ou experimental, como a representação do “real” na consciência, isto é, a nossa identificação com aquilo que representamos. Nesse sentido, a representação tem um papel fundamental na definição/construção da identidade, pois é pela representação que a identidade e a diferença passam a existir.

A identidade se exprime e se comunica de maneira interna e externa, por meio de práticas simbólicas, da representação e das práticas discursivas, como fala Bossé (2004). Hall (2005b), situando a discussão no

⁴ O artigo *Identidade Étnica, Identificação e Manipulação*, aqui referenciado foi escrito por Cardoso de Oliveira em 1976, publicado no livro “Identidade, etnia e estrutura social” e está disponível em forma digital.

campo das representações e do discurso, comenta que as identidades são construídas dentro do discurso e que, por isso, é preciso compreendê-las nos locais onde foram produzidas. Comenta, ainda, que:

elas emergem no interior do jogo de modalidades específicas de poder e são, assim, mais o produto da marcação da diferença e da exclusão do que o signo de uma identidade idêntica (Hall, 2005b: 109).

Outro aspecto da construção da identidade é a questão da *performatividade*, ou seja, o peso dos enunciados que “orientam” um pensamento, que ao serem proferidas faz com que algo aconteça. Nesse caso as proposições não se limitam a “descrever um estado de coisas, mas fazem com que alguma coisa aconteça. Ao serem pronunciadas, essas proposições fazem com que algo se efetive, se realize” (Silva, 2005: 92-93). A eficácia dos enunciados performativos ligados à identidade depende de sua incessante repetição, diante do Outro e de sua assimilação, tanto internamente quanto pelo Outro.

Outro aspecto que gostaríamos de ressaltar, no que se refere à identidade, é a perspectiva de que não há identidade “pura”. Não é pura, pois são muitos os ‘outros’ que nos servem de espelho no estabelecimento de nossa identidade, seja no sentido de marcar a diferença, seja no desejo de estarmos em consonância com eles, pertencemos a várias identidades e ao mesmo tempo, diz Hall (2005a). A identidade, na sua origem, é fruto de uma mescla de outras identidades e tem um caráter híbrido. Corroborando com essa idéia Ortiz (2005: 08) lembra que “não existe identidade autêntica, mas uma pluralidade de identidades”, construídas por diferentes grupos sociais em diferentes momentos históricos.

As identidades são construções históricas e sociais que revelam amplas relações de poder, como o poder de decidir o que pode ser incluído e o que deve ser deixado de fora. Elas estão sempre sujeitas ao jogo da história, da cultura e do poder. A construção da identidade envolve escolhas entre os “múltiplos eventos e lugares do passado” que possam dar sentido a essa construção (Haesbaert, 1999: 180).

A identidade remete, portanto, a uma construção permanentemente refeita dependendo da natureza das relações sociais que se

estabelecem, ao longo do tempo, entre os vários sujeitos sociais. Tal construção busca determinar “especificidades que estabeleçam fronteiras identificatórias entre ele e o outro e, obter o reconhecimento dos demais membros do grupo ao qual pertencemos” (Maher, 2002: p. 116).

A construção da identidade, segundo autores como Silva (2005), Said (2003), Oliven (2006) e Orlandi (2008[1990], 2003[1993]), está ligada a estruturas discursivas e narrativas oficiais. Para que essas narrativas produzam um efeito de coesão, faz-se necessário que a mensagem veiculada seja “verossímil, pois para que uma ideologia se realize como tal, capture os sujeitos, provoque adesão, é preciso que as significações produzidas pelo discurso encontrem eco no imaginário dos indivíduos aos quais se dirige”, isto é, “é preciso que se dê uma certa adequação entre as significações desse discurso e as representações dos sujeitos” (Oliven, 2006: 27-28).

As narrativas são estratégias discursivas que vão inventando e reinventando um passado, uma história, uma paisagem, uma sociabilidade e uma origem comum, pois é necessário criar os “laços imaginários que permitam ligar pessoas” as quais “sem eles, seriam simplesmente indivíduos isolados, sem nenhum sentimento de terem qualquer coisa em comum” (Silva, 2005a: 85). Nesse sentido, compreender a identidade valendo-se dos discursos é uma estratégia elucidativa, uma vez que o discurso é produzido em determinadas condições históricas e, também, por que ele cria tradição, passado e influencia novos acontecimentos. É pelo discurso, diz Orlandi (2008[1990]), que a história ultrapassa a mera perspectiva de evolução e se faz sentido.

Vejamos a síntese do discurso identitário da acreanidade, valendo-se do texto do vídeo “Centenário da Revolução Acreana”, de 2003.

Acre - 100 Anos em Revolução

Na última quadra do século XIX, uma legião de brasileiros vinha do nordeste para ocupar as vastas florestas nas fronteiras incertas do Brasil com a Bolívia e o Peru. Na Europa e EUA a Revolução Industrial fomenta a demanda pela borracha. O capital internacional cobiça as novas terras produtoras de látex, enquanto os brasileiros resistem com o trabalho, embrenhando-se na selva para cortar seringa.

O Brasil sabe da saga dos pioneiros no Acre, mas o governo se omite. A Bolívia avança. Então seringalistas e seringueiros decidem lutar pelo Acre. Em 1899 José de Carvalho lidera a primeira insurreição, ela fracassa, mas dá o primeiro alerta ao país. O descaso do poder central impõe a radicalização da luta. Luiz de Galvez declara 'já que nossa pátria não nos quer criamos outra'. Em 14-07-1899 surge o Estado Independente do Acre com arcabouço institucional claramente inspirado nos ideais da Revolução Francesa de 1789. Outra vez o poder central trabalha contra e facilita a retomada do controle boliviano. Em dezembro de 1900 jovens intelectuais e estudantes articulados por Rodrigues de Carvalho partem de Manaus com a Expedição Floriano Peixoto. A Expedição dos Poetas, como ficaria conhecida, é um fracasso militar, mas vence ao tocar fortemente na consciência nacional. A Bolívia se submete a mais ousada tentativa de internacionalização da Amazônia. Uma empresa de capital inglês, americano e alemão, o Bolivian Syndicate arrendaria o Acre por 20 (30) anos, com autonomia alfandegária e poder militar sobre a população. Com beneplácito do governador do Amazonas, Ramalho Júnior, os conspiradores acreanos articulam a partir de Manaus as condições para o levante revolucionário.

O gaúcho Plácido de Castro, militar com experiência acumulada desde a revolução federalista no sul, é chamado a liderar a luta armada. O exército de seringueiros declara guerra contra as tropas regulares na Bolívia. Nos campos de batalha tombam centenas de combatentes de parte à parte. A guerra na zona de maior produção de borracha no mundo preocupa o capitalismo industrial e é manchete nos jornais de Londres, Nova Iorque e Buenos Aires.

O governo brasileiro se mantém negligente, apesar dos reclames do senado federal. Em 15 de janeiro de 1903 o exército de seringueiros domina as forças bolivianas aquarteladas em Porto Acre, em 24 de janeiro a Bolívia apresenta a rendição. Plácido de Castro proclama vitoriosa a Revolução Acreana.

Ocorre, finalmente, radical mudança na diplomacia brasileira determinada pelo novo Presidente da República Rodrigues Alves, empossado dois meses antes. A questão do Acre passa a ser cuidada pelo Ministro das Relações Exteriores, José Maria Silva Paranhos Júnior, o Barão de Rio Branco, que busca o reconhecimento internacional da conquista do Acre e a paz com a Bolívia. O acordo diplomático é assinado na cidade de Petrópolis em 17-11-1903. O Tratado de Petrópolis é o reconhecimento da pátria a um povo que foi à guerra pelo direito de ser brasileiro. É criado o Território Federal do Acre.

Uma nova conquista amadurece por quase 60 anos até a vitória do movimento autonomista liderado por Guimard (dos) Santos. Em 15-07-1962 o Presidente João Goulart e o primeiro ministro Tancredo Neves assinam o decreto de criação do Estado do Acre.

Nos anos (de) 1970 floresce um genuíno movimento pela vida e por justiça na floresta, resistindo com coragem ao expansionismo do regime militar. Nos anos (de) 1980 essa causa revela líderes como Wilson Pinheiro e

Chico Mendes. Como nos tempos da Revolução Acreana a opressão ameaça a esperança do Acre, surgem apoios de todos os cantos do Brasil e do mundo, um líder sindical de São Paulo vem dar as mãos aos seringueiros.

Desde então, o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, tem um compromisso de coração com o Acre e com a causa de Chico Mendes.

Chico exprime a evolução da cidadania acreana, que vivida na plenitude da nossa cultura, na conformidade de nosso tempo e na interação com nosso ambiente, chamamos de florestania. Cem anos de luta impõe à presente geração o dever de continuar esse processo revolucionário hoje evidente na causa do desenvolvimento sustentável. Vivenciando o centenário da Revolução Acreana e do Tratado de Petrópolis o governo do Estado do Acre exprime os sentimentos de todos os povos da floresta, seringueiros, ribeirinhos urbanos e indígenas, o verdadeiro sentimento da acreanidade (www.bibliotecadafloresta.ac.gov.br).

Com esse discurso, gostaríamos de ressaltar os momentos históricos nos quais a “acreanidade” está ancorada: a Revolução Acreana (1899-1903), o “movimento autonomista” (1957-1962) e o movimento social de índios e seringueiros das décadas de 1970 e 1980.

Os três eventos refletem momentos significativos da construção da identidade acreana. O primeiro relaciona o migrante recém-chegado (a maioria cearense) na sua relação com o Outro, com o estrangeiro; relação que define o migrante, “soldado de guerra”, como *acreano*. Nesse caso, ressalta-se o fato do Governo brasileiro não reconhecer por quatro anos o conflito e nem o território por eles reivindicado como integrantes da pátria, mas, ao contrário, como boliviano. Com a frase da Junta Revolucionária do Acre, “proferida” por Luiz Galvez, “já que a Pátria não nos quer criamos outra”, tem-se a gênese do discurso fundador do Acre, o qual inaugura também o discurso do abandono político do governo federal em relação ao Acre.

O segundo evento relaciona-se à institucionalização do Território Federal para o qual era mandado os “fracassados na política nacional, que não conseguindo a renovação de seus mandatos no Congresso, eram despachados pelo Ministro do Interior, com armas e bagagens para o Inferno Verde” (Castelo Branco, 1961: 251). Esses Prefeitos vinham “acompanhados de grandes comitivas”, que “tomavam conta de tudo, submetendo o seringueiro a viver à margem da nacionalidade, prejudicado nos seus interesses e sem nada lucrar” (Castelo Branco, 1961: 251). Esta é a fala oficial no que diz

respeito à insatisfação dos acreanos com a situação criada pelo Governo Federal de Território Federal do Acre.

Já o terceiro evento se deu com base no confronto com novamente os de “fora”, confronto esse que define as identidades específicas de seringueiros e de índios como os acreanos e os de fora como os “paulistas”. A identidade de *paulista* não somente englobava sem distinção todos aqueles não nascidos no Acre, como *ser paulista* era, por princípio, um qualificativo depreciativo, associado aos males causados aos *acreanos* pela venda dos seringais. Mesmo aqueles oriundos do Centro-Sul, mas sem laços familiares, econômicos, políticos ou ideológicos com os fazendeiros, precisavam provar sua identificação com a *causa acreana* para serem aceitos e não hostilizados. Da mesma forma como a categoria *paulista* englobava todos os “de fora”, independentemente de classe social ou posição política, o termo *acreano* englobava todos os “de dentro”, seringueiros e seringalistas, *patrões* e *fregueses*, *aviadores* e *aviados* que fossem contrários à bovinização do Estado (Allegretti, 2002).

A identidade, como discutida aqui, é construída na relação com o Outro, “com aquilo que não é”, diz Silva (2005). No caso da construção da identidade acreana, são muitos os outros aos quais os acreanos se opuseram. O Outro (nesse discurso identitário) foi a princípio o próprio índio, que vivia nas margens dos rios e no interior da floresta. O “encontro” entre índios e não-índios foi de acirrados conflitos, pois era preciso limpar a terra para o seringueiro (o extrator do látex) trabalhar. Desse encontro resultou a dizimação de vários grupos indígenas, na dispersão de outros para regiões de difícil acesso como nos altos rios e/ou para áreas em que o caucho (*castilloa ulei*) já tinha desaparecido e a extração de seringa não era rendosa economicamente. Seringueiros e índios foram inimigos históricos por quase cem anos, questão essa só amenizada no final da década de 1980 com a aliança dos povos da floresta.

Esse, como outros, é um episódio incômodo e deve ser silenciado, pois cada formação discursiva “define o que pode e deve ser dito” (Orlandi, 2008[1990]: 46). Esse aspecto pouco se diferencia da formação da identidade nacional, como ressalta Orlandi (2008[1990]), valendo-se dos

discursos fundadores da brasilidade, “o índio não entra nem como estrangeiro, nem sequer como antepassado” (p. 66) nessa formação discursiva.

Por outro lado, a história oficial acreana tratou de “lapidar” a imagem dos “coronéis de barranco” que tomaram, de forma violenta, as terras indígenas. E, nesse sentido, a tragédia das correrias⁵, como veremos no capítulo 03, é amenizada em favor da conquista do território acreano, podendo hoje ser afirmado que a luta dos seringueiros (no início da colonização) foi “contra poderosos homens e países e não possuíam outro objetivo senão o de conquistar as terras do Acre para os que nela habitavam” (Acre, 2004a: 04), nesse caso inserindo os indígenas que ainda viviam no Acre.

Os seringalistas, como se sabe, foram os responsáveis pela matança generalizada de grupos indígenas, pela incorporação destes à empresa seringalista na qual eram mais explorados que os próprios seringueiros. Mas com o Governo da Floresta, os índios aparecem ao lado de seus algozes, como se tivessem vivido em harmonia e lutado pelos mesmos ideais.

O Outro também foi o estrangeiro, no caso o boliviano e o peruano, principalmente os primeiros que em vários momentos “tentaram se apossar” das terras que lhes pertenciam e foram ocupadas por brasileiros no Acre. Estes guerrearam contra os bolivianos durante seis meses, ocorrendo sete batalhas, com três derrotas e quatro vitórias para os “revolucionários” do Acre.

Depois, o Outro passa a ser o governo federal com seus governadores forâneos, realimentando o mito do abandono político, pois o governo relegou os acreanos históricos a “cidadãos de segunda categoria, sem direito a voto, sem direito de gerir o seu próprio destino” (Marcus Vinícius Neves, entrevista em abril de 2008). Vale ressaltar que a população apta a votar na primeira eleição para governador do Acre, em 1962, era apenas de 12%. E a grande maioria da população do Estado vivia na zona rural, cerca de 74%, no interior da floresta e sem contato com o dia-dia das questões políticas do Território Federal. Isso significa que o embate com esse Outro era realizado

⁵ Correrias: expedições armadas contra os índios, visando “limpar” a mata para os seringueiros trabalharem ou para capturar índios e incorporá-lo a empresa seringalista.

pela força política formada pelos letrados, principalmente os funcionários públicos, comerciantes, estudantes e alguns seringalistas.

O terceiro evento ou o terceiro Outro foi o “paulista”. Ele representava os protagonistas da frente agropecuária. Empresários do Centro Sul, que apoiados pelo governo dos militares, se apossam das terras ocupadas por índios e seringueiros, no caso os acreanos. A oposição entre os acreanos (índios e seringueiros) e os “paulistas” ocorreu ao longo do movimento de resistência contra a expropriação da terra, contra a transformação das “colocações-seringal” em fazendas e contra a derrubada de seringueiras e castanheiras para a formação de pastos (Paula, 2005 e Porto-Gonçalves, 1998).

Um dos aspectos relacionados à construção identitária, conforme vimos até agora, é entender como a identidade é construída, por quem e para que. Questões essas que trataremos de responder nos próximos capítulos.

Como vimos no início deste capítulo, a origem do Acre e dos acreanos relaciona-se ao extrativismo da borracha nos seringais dos altos rios da Amazônia sul ocidental. Ou seja, a relação, principalmente dos migrantes nordestinos que ultrapassaram a linha-limite entre Brasil e Bolívia/Peru, e ocuparam as *tierras non descubiertas*, que não lhes pertenciam, de acordo com os tratados fronteiriços da época. A vida no seringal e a disputa em torno dos territórios do “ouro negro” fornecem os ícones identitários do Acre, que foram re-significados em prol do discurso da acreanidade.

No próximo capítulo, de caráter geo-histórico, discutiremos como os migrantes que vieram do nordeste se transformam em seringueiros e em “soldados de guerra”, quando chegaram ao Acre e como esse evento transforma-se em mito fundador, e também em fundador de outros mitos.

CAPÍTULO 02 – GÊNESE DA ACREANIDADE: A REVOLUÇÃO ACREANA. GÊNESE DO ACREANISMO: O MOVIMENTO AUTONOMISTA DO ACRE

Conforme vimos no capítulo anterior, a identidade territorial é um constructo, um processo que engloba ao mesmo tempo uma dimensão histórica, ancorada em uma memória coletiva e uma dimensão geográfica, ancorada nos “espaços de referência identitária” (Poche, 1983) tanto do passado quanto do presente. A memória coletiva, já vista, é também uma construção que reinventa o passado não aleatoriamente, mas um passado ancorado nas memórias individuais; por causa disso reforça-se o imaginário em torno de um passado comum que serve como um fator importante na construção do sentimento de pertencimento no tempo e no espaço, e ainda como coesão afetiva.

Neste trabalho analisa-se a identidade pelo viés geográfico, ou seja, o da identidade territorial, que aqui é entendida como aquela identidade construída em sua relação com o território (Haesbaert, 1999). Nessa perspectiva identificamos e analisamos os espaços de referência identitária e os referenciais históricos, os estruturadores da identidade territorial, da identidade acreana. No caso acreano, foi em torno da conquista do território dos altos rios, protagonizada pelos “revolucionários do Rio Acre”, na passagem do final do século XIX para o XX, que o Acre e os acreanos foram inventados. Foi em torno de uma suposta autonomia política do território, protagonizada pelos “autonomistas” do Acre, principalmente no período de 1957 a 1962, que o mito fundador, isto é, a questão da “conquista do território”, foi realimentado. E foi em virtude da busca do reconhecimento de suas identidades específicas que índios e seringueiros se organizaram, enquanto movimento social e lutaram para terem reconhecidos seus vínculos territoriais. Esses são os três eventos históricos trazidos para o presente pelo “Governo da Floresta” e re-significados em torno da acreanidade.

Na construção das identidades regionais, no caso uma identidade territorial, fez-se um resgate das raízes culturais, ou seja, dos traços que possam contribuir com maior sucesso para o fortalecimento do discurso identitário, como os mitos de origem, os heróis fundadores e as referências territoriais.

Graças à “Revolução Acreana”, como veremos ao longo do primeiro item deste capítulo, foi construído o discurso fundador do Acre e dos acreanos. Esse evento também fundou outros mitos, como o do abandono político do Governo Federal em relação ao Acre e o mito do isolamento geográfico do Acre em relação ao restante do país. A Revolução Acreana forneceu os primeiros marcos identitários do Acre. Os marcos geográficos: o Rio Acre transformado em rio político, a conquista do território “incontestavelmente boliviano” e a defesa da posse dos seringais. E os marcos históricos: a migração e a guerra com a Bolívia. O termo “Acre” antes da Revolução, era somente o nome de um dos rios afluente do Rio Purus. Rio, este rico das “árvores da fortuna”. Foi nas suas margens que se travaram as batalhas conhecidas como Revolução Acreana - a luta pela conquista do território -, evento esse, enquanto construção identitária, que se tornou para o Acre e os acreanos o seu mito territorial.

O objetivo deste capítulo é discutir o evento fundador do Acre e dos acreanos, isto é, a Revolução Acreana⁶, pois antes desta não havia Acre enquanto unidade política, nem acreanos, e sim brasileiros do Rio Acre. Discutiremos também, neste capítulo, os principais argumentos do acreanismo enquanto “movimento autonomista” que defendia a emancipação política do Acre. Com o Governo da Floresta, relaciona-se este último evento como continuidade do espírito contestatório dos brasileiros do Acre diante do pouco caso do governo federal com relação às questões dos “acreanos”, que remonta ao início do século XX. Pois, os acreanos, que “havam conquistado com armas nas mãos o direito de ser brasileiro, ao alcançar a vitória foram, relegados a cidadãos de segunda categoria em seu próprio país”. Essa é a idéia central do discurso oficial (Marcus V. Neves, entrevista em abril de 2008).

⁶ O termo “Revolução” é uma força de expressão, que atende mais ao senso comum e à tradição local que a sua significação conceitual de uma ruptura radical na sociedade.

2.1 – O Mito Fundador do Acre e dos Acreanos

O mito fundador é o evento inaugural de uma narrativa que “impõe um vínculo interno com o passado, como um momento original” (Chauí, 2006a: 09). No Acre, o mito fundador é a Revolução Acreana, construído em torno da discussão da conquista do território que pertencia de fato aos bolivianos e peruanos e que fora ocupado e conquistado por nordestinos na passagem do século XIX para o XX. O sucesso desse mito fundador diz respeito ao fato do hoje território do Acre ter sido conquistado com esforços e recursos próprios, ou seja, o exército de seringueiros venceu os militares bolivianos e peruanos, sem a aquiescência do Governo brasileiro. Assim, no final da Revolução, os brasileiros do Acre conquistaram o direito de se autodenominarem acreanos. A Revolução Acreana, para o historiador Marcus Vinícius, é o “mito fundador do Acre e da acreanidade” porque não é “um termo aleatório, ele surge nesse momento e a partir daí se identifica um território, um povo, uma identidade”, é tanto, argumenta Marcus Vinícius, “que eles inventam o termo de acreanos históricos” para os que aderiram à luta pelo Acre (entrevista a autora em 15-04-2008).

O mito fundador é uma “invenção” também do presente, como ressalta Albuquerque Júnior (2007: 26), pois a invenção do “acontecimento histórico se dá no presente, mesmo quando se analisa as várias camadas de discursos que o constituíram ao longo do tempo”. É o presente que interroga o passado e o conecta com a nossa vida, ancorado nos signos atribuídos ao passado. O termo invenção remete a uma “temporalização dos eventos, dos objetos e dos sujeitos”, que pode ser tanto a “busca de um dado momento de fundação ou de origem”, quanto o momento da “fabricação” ou “institucionalização de algo” (Albuquerque Júnior, 2007).

A fundação, segundo Chauí (2006a), se refere a “um momento passado imaginário, tido como instante originário que se mantém vivo e presente no curso do tempo”; isso significa dizer que: “a fundação visa algo tido como perene”, que “sustenta o curso temporal e lhe dá sentido” (p. 9).

O momento fundante é permanentemente alimentado e atualizado. No caso acreano, as lutas pela conquista do território se somam às lutas do Movimento Autonomista Acreano (em suas várias fases), que lutou em

diferentes momentos em prol da criação do Estado do Acre, e somam-se ainda as lutas recentes: a dos seringueiros e índios contra a transferência dos seringais acreanos para os “paulistas”. A força desse mito permanece na memória coletiva, sendo de forma constante, enaltecido e reafirmado a fim de exaltar um patriotismo da incorporação do Acre ao território brasileiro. Essa característica do evento fundador é um dos objetivos do mito, o que “impõe um vínculo interno com o passado como origem, isto é, com um passado que não cessa nunca, que se conserva perenemente presente e, por isso mesmo, não permite o trabalho da diferença temporal e da compreensão do presente como tal” (Chauí, 2006a: 09).

A acreanidade, propalada com o “Governo da Floresta”, possui como “mito fundador” a Revolução Acreana que funda o Acre como unidade territorial e, o acreano, o protagonista da Revolução.

Antes da Revolução Acreana não havia acreanos, mas tão-somente brasileiros do Rio Acre. E foi durante essa “luta que surgiu nossa identidade como povo”. E “não podemos nunca nos esquecer que a primeira geração de acreanos não foi constituída por pessoas que aqui nasceram, mas por pessoas que pelo Acre deram suas vidas⁷” (Calixto, 2003: 06).

A Revolução Acreana, como mito fundador do Acre, exerce uma forte coesão no imaginário coletivo. Os autonomistas, em diferentes momentos, também acionaram a Revolução como justificativa em suas reivindicações políticas com significados diferentes dos seringueiros, como se pode perceber a partir de extratos do manifesto dos autonomistas do Juruá de 1909⁸:

Conquistamos para a Nação, (o) ao índio pela nossa tenacidade e (o) ao estrangeiro pela efusão do nosso sangue esta terra magnífica e desconhecida; fomos os primeiros portadores da civilização ao ponto mais ocidental do Brasil e nesta cruzada poderosa continuamos a lidar; é justo, é lógico, que no convívio da federação brasileira tenhamos o nosso lugar (Mesquita Júnior⁹, 2004: 34-35).

⁷ Texto do governador Jorge Viana no prefácio de um dos livros lançados em comemoração ao Centenário do Acre “Plácido de Castro e a Construção da Ordem no Aquiri”, do professor/historiador Valdir Calixto.

⁸ Este manifesto foi publicado no livro comemorativo do centenário de “Cruzeiro do Sul”, por iniciativa do gabinete do senador Geraldo Mesquita Júnior.

⁹ O Manifesto dos Autonomistas foi publicado no livro *Cruzeiro do Sul*, organizado pelo senador Geraldo de Mesquita Júnior.

Já os seringueiros, principalmente nas décadas de 1970 e 1980, justificavam que eram descendentes dos “veteranos do Acre”, que prestaram serviços à Pátria ao lutarem em prol da incorporação do Acre ao Brasil e acionavam esse fato a fim de reivindicar a permanência nos seringais.

Antes de tratarmos dos eventos que compõem a narrativa no que se refere à Revolução Acreana, isto é, do mito fundador do Acre, faremos uma breve discussão sobre os antecedentes dessa questão fronteiriça entre o Brasil (Acre), a Bolívia e o Peru.

Pelo Tratado de Madri (1750), as terras de Portugal e Espanha no sudoeste da Amazônia, ficaram delimitadas por uma linha leste-oeste, que partia do Rio Madeira, de um ponto situado à meia distância entre a foz do Mamoré e o Amazonas, até encontrar as nascentes do Javari, ponto incógnito naquela época. O Tratado de Madri foi substituído pelo Tratado de Santo Ildefonso (1777), que por sua vez ratifica aquelas linhas limítrofes, mas nem um nem outro país tinha conhecimento de fato das terras que estavam disputando e dividindo (Tocantins, 2001a).

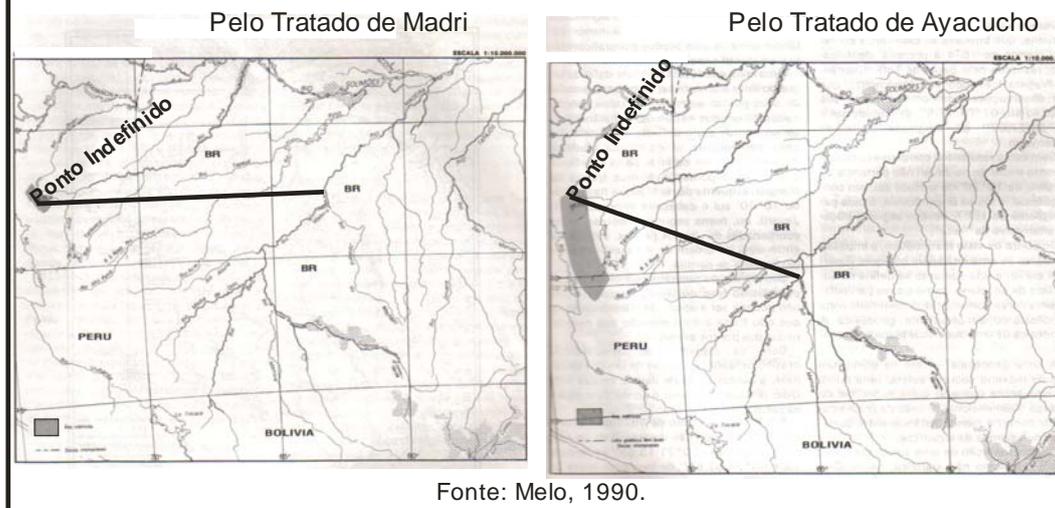
A questão dos limites entre o Brasil e a Bolívia na Amazônia remonta a 1867, e entre o Peru e o Brasil a 1851. No caso do Peru, em 1851, assinou-se uma Convenção Especial de Comércio, Navegação e Limites, com a seguinte redação:

... concordam as duas altas partes contratantes em que os limites do Império do Brasil com a República do Peru sejam regulados em conformidade com o ‘uti possidetis’¹⁰; por conseguinte reconhecem, respectivamente, como fronteira a povoação de Tabatinga; e daí para o norte em linha reta, a encontrar o Rio Japurá, defronte do Apapóris e de Tabatinga para o sul, o Rio Javari, desde a sua confluência com o Amazonas (Mello, 1990: 26-27).

Já o Tratado de 1867, assinado com a Bolívia, deslocava o ponto inicial da linha leste-oeste ou linha Madeira-Javari para a confluência dos rios Beni e Mamoré, os formadores do Rio Madeira (ver figura 01).

¹⁰ A definição de limites com base no *utis possidetis* diz respeito às terras já povoadas por qualquer uma das partes interessadas a qual define que cada uma das partes interessadas conservaria o que tivesse ocupado (Reis, 1948).

Figura 01 - Deslocamento da Linha Leste-Oeste



Por esse Tratado, a linha divisória entre a Bolívia e o Brasil recebeu a seguinte redação:

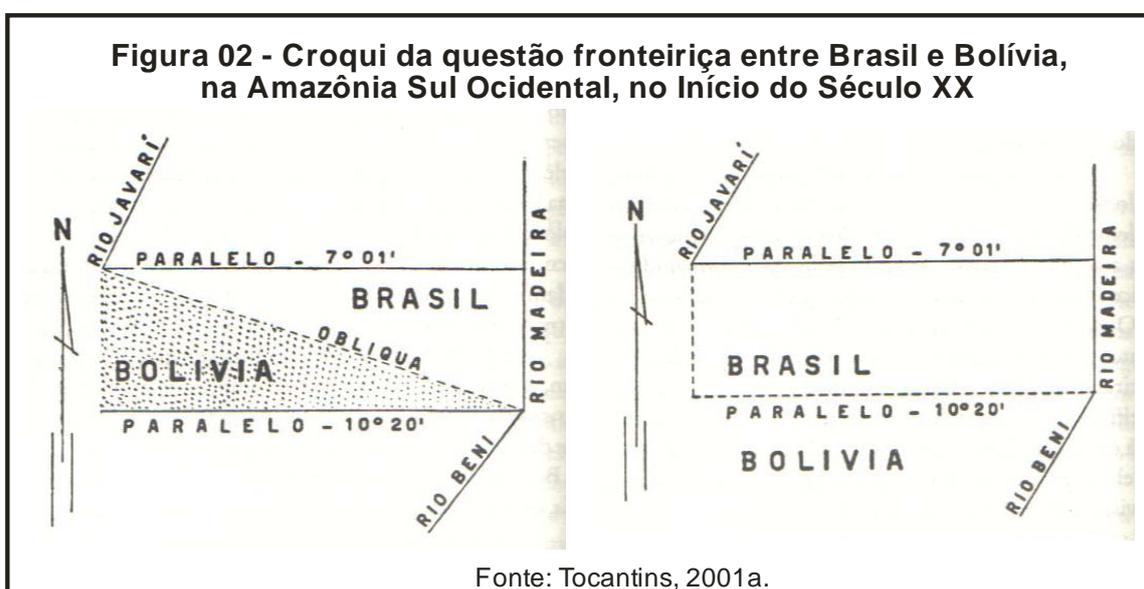
Sua Majestade o Imperador do Brasil e a República da Bolívia concordam em reconhecer, como base para a determinação da fronteira entre os seus respectivos territórios, o 'uti possidetis', e de conformidade com este princípio, declaram e definem a mesma fronteira do seguinte modo...

Deste rio (Madeira) para oeste seguirá a fronteira por uma paralela, tirada da sua margem esquerda na latitude sul de 10°20' até encontrar o Rio Javari. Se o Javari tiver as suas nascentes ao norte daquela linha leste-oeste, seguirá a fronteira desde a mesma latitude, por uma reta a buscar a origem do dito Javari (Mello, 1990: 14).

Quando esses tratados foram assinados ainda não se tinha conhecimentos das nascentes do Rio Javari. Segundo Tocantins (2001a), o Brasil e a Bolívia assinaram o Tratado de Ayacucho “sem conhecerem um palmo da geografia daquele gigantesco e desértico espaço, entre o (rio) Madeira e o Javari” (p. 153). Da década de 1870 até por volta da década de 1890, as nascentes do Javari foram objeto de atritos entre as comissões demarcatórias da fronteira.

A primeira identificação das nascentes do Rio Javari realizou-se em 1874 com as seguintes coordenadas: 07° 01' 17" de latitude sul e 74° 08' 27" de longitude oeste, o que comprovava que as cabeceiras do dito rio não era no paralelo de 10° 22' de latitude, em consequência a divisa Brasil-Bolívia

deveria seguir o traçado da “reta” (figura 02). Em 1895 assinou-se o Protocolo de Demarcação da Fronteira, que considerava para as nascentes do Javari as coordenadas identificadas em 1874. Quando iniciado os trabalhos demarcatórios, em 1896, o Coronel Gregório Thaumaturgo de Azevedo, comissário brasileiro, constatou que demarcar a linha Beni-Javari com base nas coordenadas identificadas iria implicar “considerar bolivianas uma vasta área ocupada por brasileiros”, pois as terras banhadas pelos rios Acre, Purus e Juruá já estavam ocupadas por brasileiros, na extração da goma elástica (Mello, 1990: 18).



O povoamento, decorrente da frente extrativa da *Hevea brasiliensis*, para os altos rios que hoje formam o Vale do Purus no Estado do Acre tem como registro o ano de 1877, data de chegada dos primeiros migrantes nordestinos para se dedicar ao “corte da seringa”. Nesse ano chegaram 4.600 nordestinos. Em 1878 mais de 15 mil e em 1990 já somavam 158 mil migrantes (Varadouro, set. de 1977). No Juruá, o registro dos primeiros migrantes data de 1888. Os nordestinos, diz Tocantins (2001a), “ávidos em cortar a árvore da fortuna”, não encontraram “nenhum impedimento quando transpuseram, aos milhares, a linha fronteiriça” e nem tinha nesse tempo “qualquer demarcação no terreno” (p. 44).

A ocupação boliviana no trecho compreendido entre esses dois pontos da linha leste-oeste, era dificultada pela desarticulação entre os rios da

bacia hidrográfica do Amazonas e o sistema hidrográfico da Bolívia, em função da barreira da Cordilheira dos Andes. As primeiras relações comerciais da Bolívia com o Brasil, na bacia amazônica, tiveram início na década de 1860 por meio de um rudimentar comércio pelo Rio Madeira. Na proximidade da atual fronteira a ocupação só teve início por volta de 1880, e o primeiro núcleo de povoamento foi Riberalta, formado em 1890 (Rancy, 1992).

A chegada dos bolivianos aos altos rios (Purus e Acre), segundo Castelo Branco (1961), foi motivada pela “publicação do roteiro de varação” realizada pelo seringalista Antonio Labre, em 1877, no qual este dizia que o “Rio Acre era um dos mais ricos afluentes do Purus, exportava 500.000 quilos de goma-elástica e tinha uma população estimada em 10.000 almas, excluída os indígenas” (Tocantins, 2001a: 177-178).

Em 1894, o Major-General José Manoel Pando tomou conhecimento da ocupação por parte de brasileiros e do roteiro de Antonio Labre. De volta do exílio no Rio Beni, o então Major-General em um “arroubo patriótico” informara o Presidente da Bolívia da importância econômica dos territórios bolivianos, ocupados por “industriais brasileiros” nas “remotas plagas até então desconhecidas pelos da sua gente” (Calixto, 2003: 91). Na década de 1890, os bolivianos já se aproximavam do vale dos altos rios e fundaram alguns seringais, como o Nova Amélia, Carmem, Santa Cruz, Triunfo e São Vicente. Os bolivianos conviviam sem maiores problemas com os brasileiros, uma vez que integravam a mesma rede comercial que escoava toda a produção via os portos de Manaus e Belém. Ainda segundo Castelo Branco, essas aquisições eram realizadas “por meio de compra, associação a brasileiros ou mesmo por exploração” (p. 191). É desse período também a chegada dos peruanos que se estabeleceram no Seringal Porto Carlos e no Seringal Paraguaçu, este último associado a um brasileiro em terras dos atuais municípios acreanos de Brasiléia e Assis Brasil.

Já no Vale do Juruá, os peruanos começaram a “invadir a região em 1896, para a instalação de alguns postos comerciais e extração do Caucho” (Tocantins, 2001b, 213). Os caucheiros peruanos começaram arrendando os seringais Porto Alberto, Centro Brasileiro, compraram o Monte Cristo, o Monte Rico, o Novo Recreio, e Porangaba. E se “fizeram aproximar dos próprios brasileiros, com os quais jamais se desentenderam ali” (p. 213); também foram

seringueiros em seringais de brasileiros. No Vale do Acre os peruanos realizaram, pelo Rio Madeira, um largo comércio até Serpa, hoje Itacoatiara. Como seringalistas, exploraram seringais nos vales do Beni, do Orton e do Madre de Dios, para onde caminhavam, aliás, em concorrência a eles, os seringueiros brasileiros. Os caucheiros peruanos foram responsáveis pelo desvendamento “de todo o Alto Madre de Dios e do Alto Ucaiale que foram entregues à ciência geográfica pelos audazes mateiros”, diz Cunha (2000: 278). Estes transpuseram o Ucaiale e “espraiaram-se pela sua margem direita indo alcançar os manadeiros do Purus, do Juruá e do Javari” (Tocantins, 2001b: 391).

No que diz respeito à convivência entre brasileiros do Acre e peruanos, Euclides da Cunha ressalta que até 1903 os brasileiros viam nos peruanos “menos o estrangeiro que sócios na mesma empresa contra as dificuldades naturais”. Mas, depois de 1903, os peruanos tentaram “estabelecer, com todo o aparato oficial, uma comisaría peruana na foz do Rio Chandells” (Cunha, 2000: 314).

Na medida em que a demanda por borracha crescia no mercado internacional, atraindo levas de migrantes nordestinos para os seringais que passaram a ocupar, nos “territórios incontestavelmente bolivianos” pelo Tratado de Ayacucho (1867); o governo boliviano tenta tomar posse das terras ao sul da linha-limite Madeira-Javari, nos primeiros dias do ano de 1899 instalando um posto aduaneiro nas margens do Rio Acre, no seringal Caquetá, de propriedade de um brasileiro. O governo do Brasil estava de acordo com essa iniciativa do governo boliviano, como podemos observar nesse ofício de 1898, do governo federal para o Governador do Amazonas:

declaro pelo telegrapho ao Governador do Estado do Amazonas que pode concordar no estabelecimento do posto aduaneiro à margem do (Rio) Acre em território incontestavelmente boliviano, isto é, acima da linha tirada do (Rio) Madeira à margem do Javary na verdadeira latitude determinada pelo Capitão-tenente Cunha Gomes (Acre, 2002a: 33).

O representante do governo boliviano, chegando ao Rio Acre, constata que “muitos industrias, de diversas nacionalidades, (estavam) de posse ... de propriedades seringueiras, com títulos definitivos ou provisórios”, mas adverte que era “necessário garantir ou regulamentar o exercício dos

direitos que adquiriram” (Acre, 2002a: 33). O que aconteceu a partir do primeiro decreto do cônsul boliviano José Paravicini (05-01-1899) que causou desagradados aos brasileiros do Rio Acre.

Pelo decreto em tela, Paravicini toma as seguintes medidas no que diz respeito à concessão de terras para abertura de novos seringais por brasileiros, e a regulamentação dos já adquiridos. No Art. 1º isso fica mais explícito:

São reconhecidas as concessões de seringais legitimamente feitas por autoridades brasileiras, antes da ocupação boliviana destes territórios; e, portanto, as escripturas por ellas outorgadas terão valor e merecerão fé (Acre, 2002a: 33).

Mas alerta, no Art. 2º, “os seringueiros (seringalistas), que houveram obtido títulos de autoridades brasileiras, são obrigados a registrá-los na Secretaria desta Delegação no prazo final de um anno”, a contar da data de janeiro de 1899. No Art. 3º destacava que “os exempladores ou descobridores de seringais não poderão explorá-los antes de obtida a respectiva concessão”. Já o Art. 4º ressaltava:

os que somente como exploradores ou descobridores e sem terem obtido qualquer título, estiverem de posse dos seringais, formalizarão suas petições no prazo de seis mezes, sob pena de perderem seu direito (Acre, 2002a: 59).

Essas medidas de Paravicini muito desagradaram os donos e os candidatos a donos de seringais, pois eram tidas como nocivas aos fins econômicos dos seringalistas. Outra medida tomada por Paravicini, por meio do decreto de 22-02-1899, foi a “suspensão do corte das seringueiras no período de 01 de agosto a 01 de setembro”, com o argumento que a árvore precisava se recompor e recomendava também que, quando a seringueira estivesse toda cortada, “o seringueiro teria que suspender novas incisões na árvore pelo espaço de cinco anos consecutivos”, o que significava perda econômica para os seringalistas (Tocantins, 2001a: 254).

Com essas normas, no sentido de regulamentar a propriedade seringalista e disciplinar o corte da seringa, desencadearam-se reações de resistência contra a ocupação da Bolívia nos territórios dos altos rios. Os seringais até então eram formados valendo-se do poder econômico do

pretensão proprietário e sem interferências governamentais. A esse respeito, Arthur Ferreira Reis (1953) fez a seguinte avaliação: a primeira fase de formação dos seringais era a de uma “ocupação possessória da terra”. E a exploração do látex em operações comerciais lucrativas pressupunha grandes propriedades, pois as árvores de seringa encontravam-se dispersas na floresta, e “para extraí-la era mister realizar longas penetrações em áreas muito amplas e distantes” (Reis, 1953: 77).

Nessa fase, “os extratores atiravam-se à floresta em atividades predatórias” (Reis, 1953: 78) e não tinham necessidade de assegurar o direito de propriedade, uma vez que o que importava, inicialmente, eram as árvores de seringa e não a terra. Os “grupos que buscavam a borracha iam localizando (as seringueiras) aqui e ali e assinalando a posse pelo levantamento de um tapiri, indicativo da presença humana” (p. 78). Castelo Branco destaca que os primeiros exploradores iam “examinando ligeiramente a vegetação ciliar à procura da árvore produtora do cobiçado ‘ouro negro’” e definindo as propriedades, que “era medida pelas praias ou voltas dos rios, em número de 5, 10 ou mais para cada tripulante da canoa” (Castelo Branco, 1961: 174-175). Os que vinham depois, ao encontrar a marca da presença humana, seguiam adiante e se apossavam “das margens ainda não atingidas” por outros exploradores.

A colonização via frente extrativa fora iniciada com extensas propriedades privadas, algumas “com dez e quinze mil metros de frente, sem limitação quanto aos fundos, pois iam até topar com outro explorador que viesse em sentido contrário, tendo alguns se apossado de rios inteiros ou de quase todo” (Castelo Branco, 1961: 177). E foi só a partir do momento que se iniciavam os conflitos por causa de disputas de propriedade é que se buscava a proteção das leis para garantir a posse dos territórios das “árvores de seringa”. A proteção jurídica era pleiteada nas repartições competentes de Manaus, requerido o título definitivo procedia-se à demarcação. Decorridos os prazos, obedecidas às exigências burocráticas, expedia-se o título definitivo. O seringal, nessa altura, destaca Reis (1953: 79), estava em franca exploração, já que o processo “oficial de aquisição era demorado”.

Com base nessas informações voltemos aos decretos de Paravicini. Demarcar os seringais nos prazos estabelecidos por ele era quase

impossível naquela época tanto por falta de agrimensores quanto pelo tamanho das propriedades, que em alguns casos era de todo um rio. Diante dessa questão, os seringalistas se insurgiram contra a pretensão da Bolívia de administrar as terras onde estavam os seringais de brasileiros.

Essa primeira tentativa de posse por parte do governo boliviano teve fim quatro meses depois, quando o cônsul boliviano fora deposto por um grupo de seringalistas, o qual foi liderado pelo amazonense José de Carvalho¹¹.

A deposição do Cônsul boliviano, sucessor de Paravicini, Moises Santivanez, fora a primeira *insurreição* dos brasileiros do Rio Acre contra os bolivianos. No manifesto de 1º de maio de 1899, assinado por cinquenta pessoas (a maioria seringalistas) reivindicava-se a saída da representação boliviana, nos seguintes termos:

O povo brasileiro representado por nós abaixo-assinados, solidariamente responsáveis, no uso de sua alta vontade revoltada, vem intimidar-vos para que abandoneis o governo ilegal que vos achais exercendo atualmente neste território, desbravado, habitado e hoje defendido, por milhares de brasileiros, que até a vossa invasão aparentemente legal viviam à sombra das leis de seu país e nelas confiavam (Carvalho, 2002[1904]).

Esse manifesto, segundo Craveiro Costa (2005[1924]: 117), encheu a “população” de esperança e entusiasmo e o “acreano” lavrara assim o seu protesto, dizendo à “Bolívia que sua soberania não seria acatada e, ao Itamaraty, que os interesses do Brasil, desde aquele momento, ficavam sob a égide do seringueiro”¹². Para os “revolucionários”, o governo boliviano representava uma invasão ao território desbravado e ocupado por milhares de brasileiros desde a década de 1870 e também o estabelecimento de uma nova ordem contrária à existente até então, qual seja, contrária ao poder de mando dos seringalistas.

A segunda *insurreição*, denominada de *República de Galvez*, também ocorreu em 1899, quando o espanhol Luiz Galvez Rodrigues Arias proclama o Estado Independente do Acre. Essa insurreição foi contra o acordo

¹¹ Este fora processado, por este ato, pelo governo do Amazonas pelo crime de lesa-pátria sendo proibido de voltar a Manaus morrendo, em Belém no exílio.

¹² O termo seringueiro era utilizado nesse período para designar tanto o seringalista (patrão), como o extrator. Nesta citação, a palavra seringueiro, dado o caráter de subordinação do extrator ao patrão, refere-se ao seringalista.

EUA-Bolívia, o qual estabelecia que os EUA questionaria com o Brasil o pleno reconhecimento dos direitos da Bolívia aos territórios do Acre e Purus e, ainda, se comprometia a fornecer numerário e material bélico em caso de guerra entre os dois países. A República de Galvez fracassa dado os desentendimentos com os governos dos Estados do Pará e Amazonas, pela falta de apoio do governo brasileiro aos “seringueiros revolucionários” e pela oposição da Bolívia. Luiz Galvez é destituído do posto e deportado pela marinha brasileira oito meses depois, e o território em questão foi restituído à Bolívia. Fato marcante da gestão de Luiz Galvez, segundo o discurso oficial, foi a experiência de constituir e manter, durante mais de 07 meses, o Estado Independente do Acre. Porém, vale ressaltar que o Estado Independente do Acre fora proclamado e administrado sem a presença de autoridades bolivianas no território contestado.

A *Expedição dos Poetas* foi à terceira tentativa de expulsar os bolivianos do Acre. Mas a inexperiência militar dos revoltosos e sua falta de organização, fizeram com que essa expedição fosse rapidamente derrotada pelas forças bolivianas. Entretanto, segundo o “historiador oficial”, Marcus Vinicius Neves, a Expedição serviu para manter “viva a utopia que o Governo de Galvez tinha lançado”.

A quarta *insurreição*, que é a fase sangrenta da Revolução Acreana, corresponde à fase da luta armada liderada por Plácido de Castro. Na construção do mito fundador do Acre, o termo Revolução Acreana é sempre mais enfático no que se refere à batalha comandada por Plácido de Castro, isto é, de 06 de agosto de 1902 a 24 de janeiro de 1903. Essas duas datas correspondem, respectivamente à conquista de Mariscal Sucre (hoje Xapuri) e a conquista de Puerto Alonso (hoje Porto Acre), que estavam em posse dos bolivianos. Contudo, os conflitos e tensões fronteiriços entre seringueiros (nordestinos) e bolivianos e peruanos iniciaram bem antes, em 1899, e terminara muito depois com a assinatura do Tratado do Rio de Janeiro, em 1909, com o Peru, como podemos observar no quadro 01.

Quadro 01 – Revolução Acreana: principais eventos dos conflitos fronteiriços no Acre

Evento	Data	Local e/ou Desfecho
Primeira Expedição Militar da Bolívia comandada pelo Major Benigno e mais 30 praças	12/09 a 30-11-1898	Chegada no povoado do Xapurys com objetivos de fundar uma delegação nacional
Instalação da Aduana Boliviana comandada pelo Ministro boliviano José Paravicini	03-01-1899	Fundação de Puerto Alonso em terras do Seringal Caquetá em território incontestavelmente boliviano
1ª Insurreição Acreana comandada por José de Carvalho	01-05-1899	Deposição de Santivanez, substituto de Paravicini
2ª Insurreição – República de Galvez protagonizada por Luiz Galvez Rodrigues de Arias	14-07-1899 ¹³ 15-03-1900	Proclamação do Estado Independente do Acre, no povoado denominado de Puerto Alonso, que passou a ser chamado de Cidade do Acre Rendição de Galvez por ordem do governo brasileiro
3ª Insurreição – Expedição dos Poetas, comandada por intelectuais de Manaus	29-12-1900	Combate e derrota dos Poetas em Puerto Alonso
4ª Insurreição - Início da Batalha de Plácido de Castro	06-08-1902	Tomada de Mariscal Sucre (Xapuri)
Plácido de Castro comanda o cerco de Puerto Alonso	15 a 24-01-1903	Tomada de Puerto Alonso pelo exército de seringueiros
Plácido de Castro toma conhecimento da assinatura do Modus Vivendi entre Brasil e Bolívia	25-04-1903	Quando o exército em marcha encontrava-se em Barraquilla (Bolívia) foi notificado do Modus Vivendi.
Assinatura do Tratado de Petrópolis	17-11-1903	Entre o Governo do Brasil e da Bolívia
Combate e derrota dos peruanos	1902	Santa Rosa, no Rio Purus
Fuzilamento de peruanos por brasileiros	1904	Seringal Funil, no Rio Purus
Expulsão dos peruanos do Rio Amônia	Novembro de 1904	Vitória do destacamento do exército brasileiro
Assinatura do Tratado do Rio de Janeiro	08-09-1909	Entre o Governo do Brasil e do Peru

Fonte: Tocantins, 2001a; Cunha, 2000; Neves, 26-01-2003.

A Batalha comandada por Plácido de Castro está resumida nos seguintes eventos, e é contada pela narrativa oficial da seguinte forma:

*A localidade denominada **Mariscal Xucre** (hoje Xapuri) estava ocupada por autoridades bolivianas e no amanhecer do dia 06 de agosto (1902), data festiva alusiva à independência da Bolívia,*

*Plácido de Castro a frente de trinta homens invadiu-a e tomou os três locais onde estavam os bolivianos. O Intendente, ao ser acordado tão cedo, ainda exclamou: **És temprano para la fiesta**. Ao que Plácido de Castro respondeu: **“Não é festa, Senhor Intendente, é Revolução!”** (Neves, 26-01-2003).*

¹³ Luiz Galvez foi deporto por um seringalista da região do Rio Acre em 28-12-1899 e retornou ao cargo de Presidente do Estado Independente do Acre em 30-01-1900.

Esse episódio é o início da fase da Revolução Acreana comandada por Plácido de Castro, que perdurou até 1903. O primeiro combate do exército de seringueiros, comandado por Plácido de Castro, ocorreu em 18-09-1902 no seringal **Volta da Empresa**, de propriedade do cearense Neutel Maia, abastado comerciante de gado boliviano no médio Rio Acre.

De Mariscal Sucre, agora denominado de Xapuri, Plácido de Castro seguia para Volta da Empresa e ao receber a notícia do deslocamento de tropas bolivianas pelo varadouro das Missões, avançou com um pelotão de 63 homens tentando surpreender os bolivianos. Mas no dia 18 de setembro, ao entrar no campo da Volta da Empresa, Plácido e seus homens foram atacados de surpresa pelo exército boliviano que havia chegado primeiro ao local. Melhor posicionados, os 150 soldados bolivianos comandados pelo Coronel Rozendo Rojas, levaram vantagem sobre os acreanos (Neves, 26-01-2003).

Plácido de Castro recuou após verificar “a desigualdade entre a sua força e a dos inimigos que, havendo disposto a sua gente faziam fogo de todos os flancos”, aí deu sinal de retirada deixando para trás pelo menos vinte brasileiros mortos e outros tantos feridos ou prisioneiros no Volta da Empresa (Correio do Acre, 18-09-1910).

Os combates seguintes foram os dos seringais **Telheiro** e do **Bom Destino**, e ocorreram em 23 e 24 de setembro de 1902, respectivamente. Vejamos a narrativa:

Com a ocupação da Volta da Empresa o exército boliviano consolidou seu domínio no médio Acre e se fazia necessário tomar o seringal Bom Destino (entre Puerto Alonso e Volta da Empresa), que bloqueava a movimentação militar boliviana. Para tanto, parte das tropas bolivianas aquarteladas em Puerto Alonso atacou os dois seringais citados acima (Neves, 26-01-2003).

No dia 23 de setembro, um “pelotão boliviano composto por 50 homens comandados pelo Coronel Canseco atacou de surpresa o Telheiro, matando sete brasileiros e prendendo outros seis”. Porém, ao tentar atacar o seringal Bom Destino, no dia seguinte, os “bolivianos encontraram ali 250 seringueiros entrincheirados que rechaçaram o ataque e derrotaram o pelotão boliviano obrigando-o a fugir de volta para Puerto Alonso” (Neves, 26-01-2003).

O combate seguinte foi novamente no seringal **Volta da Empresa** entre 05 e 15 de outubro de 1902. E é narrado nos seguintes termos:

O exército boliviano havia fortificado sua posição na Volta da Empresa. Além de várias linhas de trincheiras, o acampamento militar recebeu também forte alambrado de arame que o tornava quase inexpugnável (Neves, 26-01-2003).

No dia 5 de outubro, o “exército de seringueiros brasileiros cercou o campo do Seringal Volta da Empresa e deu início ao difícil ataque da cidadela boliviana”. Os brasileiros precisaram “escavar trincheiras em zigue zague para se aproximar e tomar as trincheiras bolivianas”. O combate “permaneceu equilibrado por vários dias enquanto ambos os exércitos sofriam pesadas baixas”. Até que, no dia 15 de outubro, os bolivianos “decidiram se render para evitar a investida final acreana que era anunciada nas trincheiras como implacável” (Neves, 26-01-2003).

O combate do **Igarapé Baía**, ocorrido em 11 de outubro de 1902, foi a terceira derrota dos brasileiros no Acre.

Enquanto Plácido de Castro enfrentava o exército regular boliviano no médio Acre, os revolucionários do Xapuri comandados por José Galdino enfrentavam os bolivianos do Alto Acre. No Rio Tahuamano, Don Nicolas Suarez, havia reunido camponeses bolivianos e formado a Coluna Porvenir (Neves, 26-01-2003).

Com o objetivo de barrar a investida da Coluna Porvenir, “80 revolucionários brasileiros deixaram Xapuri, sob o comando de Manoel Nunes, e marcharam até a barraca do Baía”. Mas no dia 11 de outubro, “os brasileiros foram atacados de surpresa pela Coluna Porvenir”, às margens do citado igarapé. Os bolivianos

apertaram o cerco e incendiaram o barracão protegido pelas trincheiras brasileiras. Para não serem queimados, os acreanos tiveram que abandonar suas trincheiras, sendo mortos 44 revolucionários pelas balas inimigas (Neves, 26-01-2003).

O combate de **Santa Rosa** (Rio Abunã) ocorreu em 18 de novembro de 1902. O Santa Rosa era um ponto estratégico para os brasileiros, pois:

era preciso estabelecer o controle dos varadouros que vinham desde os rios Beni e Madre de Dios – e que eram utilizados para abastecer de homens, armas e mantimentos o exército boliviano – Plácido de Castro

marchou de Capatará até as margens do Rio Abunã, em pleno território povoado por bolivianos (Neves, 26-01-2003).

E no dia 18 de novembro, o

... exército revolucionário (de seringueiros) atacou de surpresa o Barracão Santa Rosa, o mais importante daquele rio e rota do comércio de gado boliviano. Depois de algumas horas de intenso combate o barracão foi tomado pelos brasileiros, sendo então incendiado (Neves, 26-01-2003).

Em seguida, os bolivianos que ali moravam foram dispersados e suas trincheiras destruídas, consolidando o domínio acreano do médio Acre (Neves, 26-01-2003).

Em **Costa Rica**, o exército de Plácido de Castro foi também vitorioso, pois em 08 de dezembro de 1902 venceu as tropas bolivianas. Vejamos a narrativa oficial. Plácido de Castro “planejava atacar Palestina que era o mais importante arsenal boliviano no Rio Órton, mas desistiu e voltou para o Xapuri”. No caminho, danificou todas as pontes e varadouros que cortavam a região dos campos por onde viajavam o gado e os soldados bolivianos para o Acre.

Dias depois, Plácido de Castro já se encontrava nas proximidades de Costa Rica, às margens do Rio Tahuamano. Em 8 de dezembro, “com 300 homens atacou de maneira fulminante o barracão Costa Rica que não conseguiu opor resistência”. O “massacre de brasileiros do igarapé Baía estava vingado e o domínio revolucionário no Alto Acre garantido”. Só faltava conquistar Puerto Alonso, último reduto boliviano no baixo Rio Acre (Neves, 26-01-2003).

O combate de **Porto Acre** ocorreu de 15 a 24 de janeiro de 1903. E é considerada a batalha mais importante da Revolução Acreana, ou seja, aquela que caracteriza a vitória territorial dos brasileiros do Acre sobre os bolivianos. Sendo sempre ressaltado a “força do exército de seringueiros comandados por Plácido de Castro e outros seringalistas”, e o coroamento de “uma sangrenta e penosa campanha militar que resultou em aproximadamente 500 mortos (5% de toda a população do vale do Acre na época)” (Neves, 26-01-2003).

Esse combate é narrado nos seguintes termos: “ao amanhecer do dia 15 de janeiro o povoado de Puerto Alonso estava cercado pelas bandeiras

dos 800 revolucionários acreanos”. E foi deflagrado então o “combate que decidiria o destino do Acre” (Neves, 26-01-2003).

O quartel-general boliviano era “protegido por linhas de trincheiras e alambrados e a passagem pelo Rio Acre era impedida por uma grossa corrente de ferro e um canhão”. Plácido de Castro, que tinha capturado o navio boliviano “Rio Afluá”, renomeara como navio “Independência”, encheu-o de borracha e baixava o Rio Acre com o objetivo de vender a borracha para o sustento das tropas e a compra de munição. Plácido de Castro, ao avistar o empecilho no Rio Acre, encarregou os soldados de limar a corrente, enquanto se preparava para passar a barreira, tendo o navio sob seu comando direto. Depois de “três dias de muitas mortes, os acreanos conseguiram romper a corrente que bloqueava o rio e passar com o vapor Independência” (Neves, 26-01-2003). A batalha é assim narrada:

Brasileiros e bolivianos guerrearam sem tréguas nas trincheiras alagadas pelas abundantes chuvas de janeiro. Até que, no dia 24, depois de seis meses de guerra e centenas de homens mortos, os militares bolivianos se renderam e entregaram definitivamente o Acre para os brasileiros (Neves, 26-01-2003).

Esse foi o episódio que ficou conhecido como o final da etapa mais sangrenta do movimento revolucionário, e foi transformado no símbolo maior do heroísmo dos acreanos, principalmente na versão de que os seringueiros iam se oferecendo para limar a corrente de ferro e ao mesmo tempo sendo fuzilados, um a um, pelos bolivianos localizados na margem oposta, até retirar o obstáculo do caminho do “vapor Independência”. Após o combate de Porto Acre, se passaram ainda mais dez meses até a assinatura do Tratado de Petrópolis.

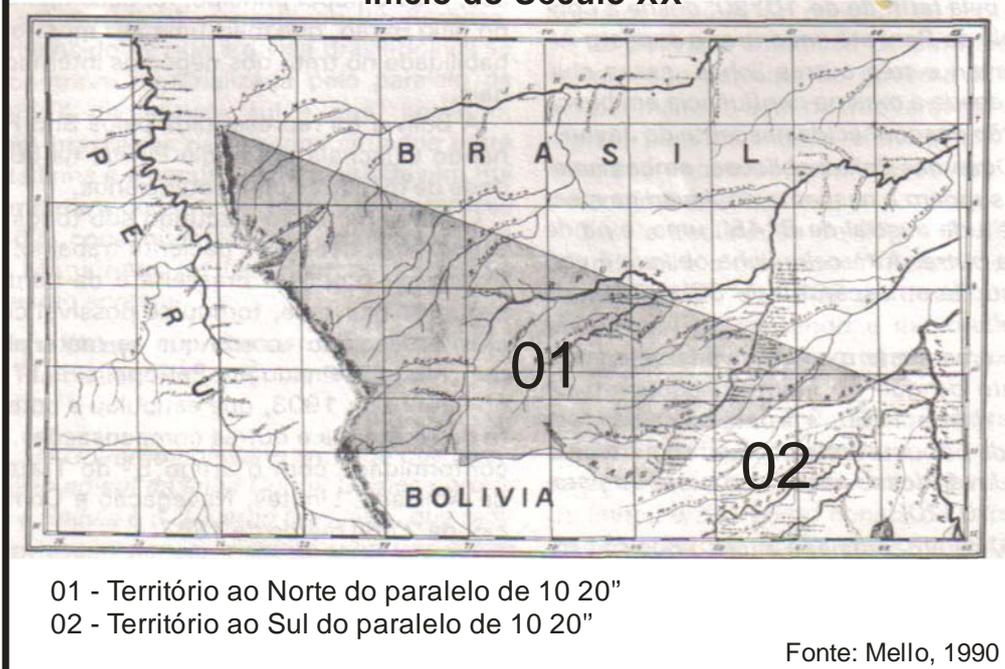
Paralela à ação de Plácido de Castro, o governo brasileiro nomeava o Barão de Rio Branco, em 1902, para o Ministério das Relações Exteriores, com objetivo claro de resolver a “questão acreana”. Com essa nomeação, a questão toma um outro sentido, pois de “Território Incontestavelmente Boliviano”, agora o ministro se apega ao direito internacional, que confere o “direito ao trecho superior de um rio ao país que tem a soberania do trecho inferior, quando a área não se encontra ocupada” (Magnoli, 1997: 270).

O governo de Rodrigues Alves, em face da formação do Bolivian Syndicate, da mobilização das tropas bolivianas comandada pelo presidente Pando e incomodado com o “território rebelde” que poderia provocar uma guerra com a Bolívia, se pronuncia a favor do Brasil, em fevereiro de 1903, o que significava dizer que o governo brasileiro só intervém a favor dos “revolucionários do Acre” diante da formação do Bolivian Syndicate. O Bolivian Syndicate foi pensado pelo governo boliviano quando se viu a necessidade de uma presença mais efetiva da nação boliviana na região, uma vez que esse governo considerava impossível conservar o território do Acre sem o aporte de capitais externos, porque faltava uma presença efetiva do Estado boliviano e, também, uma base demográfica nacional na região onde a ocupação era, basicamente, de brasileiros. E a saída pensada pela Bolívia para não perder a região do Acre foi arrendar os altos rios para uma empresa de capital privado internacional, inspirada nas chamadas *Chartered Company*. Com o arrendamento, o Acre passaria a ser administrado por uma companhia de capital estrangeiro que estivesse interessada em arrendar o “território boliviano”, ocupado em sua maioria por brasileiros.

O ponto principal do contrato do Bolivian Syndicate era o arrendamento por 30 anos, do “território boliviano” ocupado por brasileiros, pelo qual 60% dos lucros de exportação ficariam com a Bolívia e os 40% restantes com o Bolivian Syndicate. Os lucros futuros viriam, principalmente, da cobrança de impostos sobre a borracha produzida nos seringais brasileiros. Além disso, asseguraria ao cartel a faculdade do uso de força militar para garantir seus direitos na região dos altos rios, e a opção preferencial de compra do território arrendado, se assim desejasse (Tocantins, 2001a).

Em 1903, o governo brasileiro toma precauções, temendo uma retomada dos conflitos, uma vez que o exército boliviano comandado pelo Presidente da República Manuel Pando se encontrava a caminho do Acre (vindo pelos Andes), e o exército de Plácido de Castro se mantinha mobilizado. Naquela ocasião, o Barão de Rio Branco ordena a ocupação militar da área revoltosa, isto é, a área compreendida entre o paralelo 10°20' de latitude sul e a linha oblíqua Madeira-Javari, convidando a Bolívia a abrir negociações, iniciando-as pela nova interpretação do tratado de 1867 (ver figura 03).

Figura 03 - Mapa da Área de Litígio com a Bolívia, no Início do Século XX

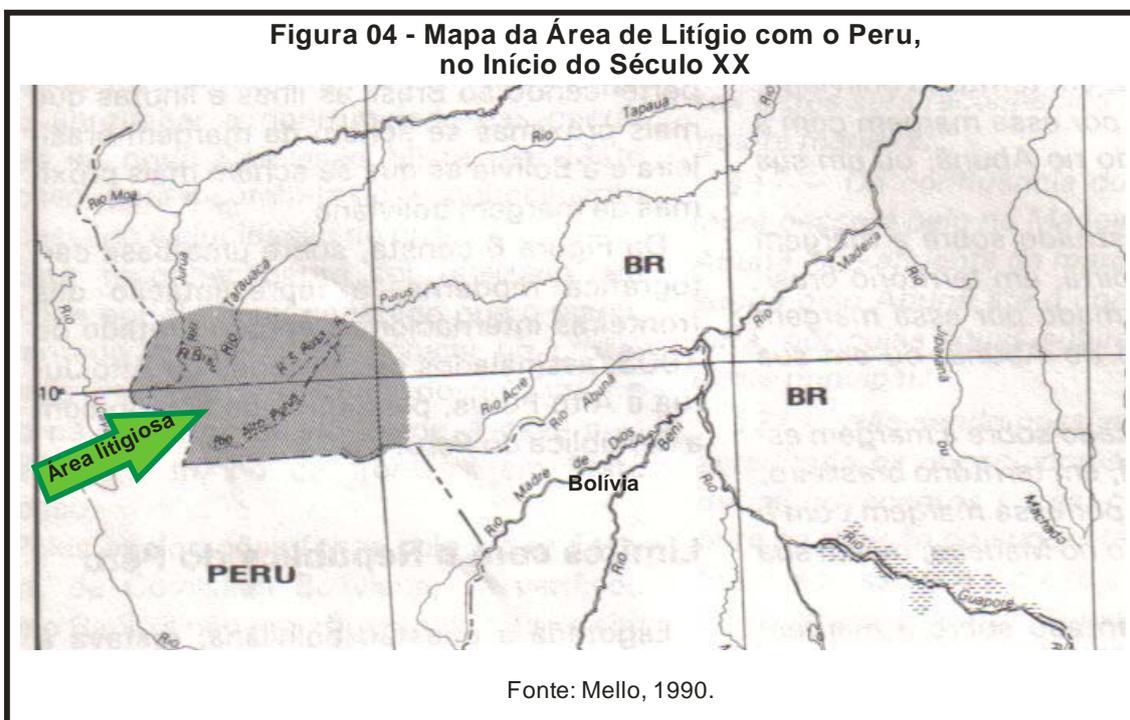


Os argumentos do Barão do Rio Branco, em entrevista com o Ministro da Bolívia, durante as negociações para a assinatura do Tratado de Petrópolis, eram os seguintes: “é um absurdo um sindicato composto de estrangeiros administrar território habitado por brasileiros e manter forças terrestres e fluviais” (Tocantins, 2001a, 233).

A intervenção federal se deu, portanto, em função da formação da companhia anglo-americana e da “guerrilha” comandada por Plácido de Castro. O problema da companhia foi resolvido com o pagamento de 110.000 libras esterlinas. E o da guerrilha com a assinatura de um novo tratado de limites.

O Tratado de Petrópolis foi assinado em novembro de 1903 e pôs fim aos conflitos fronteiriços dos brasileiros do Acre com a Bolívia. Por esse Tratado, o Brasil se comprometia a pagar 2 milhões de libras esterlinas à Bolívia, a construir uma estrada de ferro entre Santo Antonio do Rio Madeira e Vila Bela, na confluência do Beni com o Mamoré, além da cessão de pequena área de terra no Rio Abunã e na fronteira com o Mato Grosso (Mello, 1990).

Terminada a questão acreana com a Bolívia, restava resolver a linha fronteira com o Peru, que também reivindicava terras consideradas brasileiras pelo Tratado de Petrópolis (ver figura 04).



O Governo Peruano, entre 1902 a 1904, começa, a exemplo da Bolívia, a tentar tomar posse das terras que pretendia no Vale do Juruá e Purus. Com os peruanos não houve guerra declarada, mas dois conflitos foram registrados: o da localidade Funil, onde peruanos foram mortos por brasileiros do Acre, e no rio Amônia, onde tropa do exército brasileiro sob o comando do então prefeito departamental, coronel Taumaturgo de Azevedo, em 1904, expulsou os peruanos do Barracão do Seringal Minas Gerais, hoje terras da cidade de Marechal Taumaturgo.

Segundo Euclides da Cunha:

Os peruanos só se localizaram no Purus depois de 1890 ocupando apenas três sítios aquém de Sobral, os de Hosanã, Cruzeiro (Independência) e Oriente na foz do Rio Chandless... Mas em 1903, pretendeu-se sancionar politicamente o que era apenas uma benévola tolerância (Cunha, 2000: 165).

Continua Cunha em seu relato sobre a ocupação peruana, o caucheiro Dom Jorge Barreto, com instruções governamentais fixa-se:

... no Oriente, na foz do Chandless... território ocupado havia cerca de 30 anos por brasileiros, sem contestação, e numa distância abrangida por mais ou menos trinta seringais, que passava assim à jurisdição peruana (Cunha, 2000: 165).

A fronteira com o Peru fora definida após a entrega de relatórios das comissões mistas de reconhecimento, criadas com a finalidade de atestar o “*uti possidetis*” ao longo dos rios Purus e Juruá. Para o Vale do Juruá, fora mandado Belarmino de Mendonça, e para o vale do Purus, Euclides da Cunha.

A conclusão de Euclides da Cunha foi que a partir do Seringal Cataí começavam a aparecer “vestígios dos grupos errantes de caucheiros peruanos”. Cunha (2000: 310) conclui afirmando que “entre Cataí e Santa Rosa a região é aparentemente deserta: só caucheiros trabalham internados na mata. Nada revela de barracas ou postos de brasileiros”. O seringal Sobral “demarca hoje (1905) a mais avançada atalaia dessa enorme campanha contra o deserto”. Quem o alcança partindo da foz do Purus e percorrendo uma:

Distância itinerária de 1.417 milhas, tem a prova tangível de que quatro quintos do majestoso rio estão povoados de brasileiros, sem um hiato, sem a menor falha de uma área em abandono, ligados as extremas de todos os seringais (Cunha, 2000: 310).

Já no Juruá, o coronel Belarmino Mendonça admirou-se ao ver “os núcleos senhoriais construídos pelos barracões e barracas”, em muitos pontos “verdadeiros povoados ostentando casarões extensos, sobrados e edifícios”. Tudo o que havia de “sólido e próspero era de brasileiro”. Os caucheiros só começavam a aparecer, dispersamente, da foz do Breu em diante. A partir do Breu, à semelhança de Cataí, esse panorama mudava. A Foz do Breu e o Seringal Cataí serviam de marco de transição de “duas explorações silvestres: o caucho e a seringa” (Tocantins, 2001b: 508). Em 1909 chegou ao fim a contenda com a assinatura do Tratado do Rio de Janeiro (entre Brasil e Peru), que selou as fronteiras internacionais do Acre.

Como podemos perceber com essa descrição, os conflitos e tensões pelos vales dos rios Purus e Juruá tiveram um tempo bem mais longo do que de fato é referenciado pelo discurso identitário, abrangendo cerca de uma década. No entanto, é a “Batalha de Plácido de Castro” que é considerada o grande movimento contra a dominação estrangeira, em uma guerra na qual o

exército de seringueiros do Acre enfrentou e venceu as forças regulares do exército boliviano. Da mesma forma, os combates relacionados à conquista do Acre se resumem aos ocorridos ao longo do Rio Acre (ver foto 01). O discurso oficial não se refere aos conflitos com os peruanos no Alto Purus e no Alto Juruá, até porque eles não tiveram o caráter grandioso que teve o conflito com a Bolívia.

Foto 01 - Síntese dos locais de conflitos da *Revolução Acreana*



Fonte: foto do mastro do Monumento em homenagem Aos Combatentes da Revolução Acreana. (Maria de Jesus Moraes, março de 2007)

O mito fundador, conforme ressalta Portelli (2006), não é:

necessariamente uma história falsa ou inventada; é, isso sim, uma história que se torna significativa na medida em que amplia o significado de um acontecimento individual, ... transportando-o na formalização simbólica e narrativa das auto-representações partilhadas por uma cultura (Portelli, 2006: 120-121).

A Revolução Acreana fornece, por conseguinte, as referências identitárias do Acre, tanto as geográficas quanto as históricas; elege também

os personagens qualificados pelos atributos de força, audácia, perseverança e honestidade acionado pelo discurso identitário da acreanidade. Em termos de personagens, Plácido de Castro e Luiz Galvez são os símbolos que consubstanciam a legitimidade política e a coroação do poder de luta dos brasileiros do Acre. Com Plácido de Castro é ressaltado o papel de libertador do Acre, aquele que organizou um exército de seringueiros e ganhou a guerra. E com Luiz Galvez é ressaltado o “discurso fundador” do Acre, o “Manifesto da Junta Revolucionária”, de 1899.

O discurso fundador, segundo Orlandi, é aquela fala “que transfigura o sem sentido em sentido” (2003[1993]: 08); são aqueles discursos “que vão nos inventando um passado inequívoco” que vão nos “empurrando um futuro pela frente e que nos dá a sensação de estarmos dentro de uma história, de um mundo conhecido”, e com isso contribui para a produção de um sentimento de pertencimento. O discurso fundador é enunciado que ecoa e produz “efeitos de nossa história em nosso dia-a-dia, em nossa reconstrução cotidiana, de nossos laços sociais, em nossa identidade histórica” (2003[1993]: 12).

O Discurso Fundador pode ser tanto aquele que transforma o sem-sentido em sentido, quanto aquele que funda um sentido. O sentido, ao ser re-significado, se torna fundador de uma nova ordem a partir do discurso fundante. O mesmo pode ser fundado em qualquer época e traz em si sua relação com vários outros, que contribuem igualmente para re-significar (Orlandi, [1990]2008). Nessa perspectiva o discurso fundador é, portanto, o que “instala as condições de formação” de outros, filiando-se à “sua própria possibilidade, instituindo em seu conjunto um complexo de formações discursivas”, um sítio de significância que “configura um processo de identificação para uma cultura, uma raça, uma nacionalidade” (Orlandi, 2003[1993]: 24).

No caso do Manifesto da Junta Revolucionária, este diz respeito à indignação dos brasileiros do Acre contra a posse da Bolívia e contra a decisão do governo brasileiro de considerar as terras reivindicadas pelos “revolucionários do Acre” em *território incontestavelmente boliviano*. Eis o que narra o discurso fundador acreano:

O Governo do Brasil não respondeu aos nossos patrióticos alarmes; a Pátria, a nossa estremecida mãe personificada em grupo de valentes e caritativos irmãos respondeu sem precisar de nosso apelo: a 1º de maio¹⁴, data que conservaremos gravada em nossos corações. Ilustres e denodados irmãos nos surpreenderam com a patriótica intimação que dirigiram em nome do povo brasileiro às autoridades bolivianas que, faltas de força e de prestígio, nos abandonaram com a mesma facilidade com que nos conquistaram.

Sabemos da situação em que ficamos depois do abandono em que nos deixaram as autoridades brasileiras e isso vem demonstrar que os habitantes do Acre não pertencem à livre e grande pátria brasileira.

É justo, pois, que cidadãos livres não se conformem com o estigma de parias criado pelo governo de sua pátria – nem podem de forma alguma continuar sendo escravos de uma outra nação: a Bolívia. Impôs-se a independência destes territórios, que elejam seu governo entre os cidadãos que trabalharam o seu solo e exploraram suas riquezas; é, pois, chegado o momento de proclamar nossos indiscutíveis direitos de cidadãos livres.

Cidadãos – escutai a proclama que ao povo dos territórios do Acre, Purus e Iaco dirige à Junta Revolucionária, manifestai vossa ilustre opinião a que sempre respeitamos; se não aceitais a independência continuaremos a sofrer as humilhações que nos impõe uma nação estrangeira; se, pelo contrário, aceitardes a independência, constituiremos o Estado Independente do Acre, valoroso, forte e digno, pelo patriotismo de seus filhos, poderoso pelas suas riquezas inesgotáveis que ousados estrangeiros nos querem usurpar (Tocantins, 2001a: 327-328).

O sucesso desse discurso fundador foi realçar o papel que tiveram os “acreanos” no encaminhamento da Revolução. A pátria abandonava-os e os revolucionários criaram outra; com essa frase têm-se a gênese do discurso fundador do Acre, o qual inaugura também o discurso do abandono político do governo federal em relação ao Acre. Para Toinho Alves, a Revolução foi feita para “promover, ao mesmo tempo e contraditoriamente, a independência e o pertencimento a uma pátria”. Ela mobilizou os que não “tinham nada para lutar ao lado daqueles que os dominavam. E, assim, um exército de seringueiros famintos e dispersos venceu a guerra” (Carvalho¹⁵, 2002[1904]: 07).

Os conflitos entre acreanos e bolivianos, nessa perspectiva, são investidos de uma aura de “epopéia” e “revolução”; os que participaram são

¹⁴ Data do início da primeira insurreição acreana, quando um grupo de seringalistas deportou o chefe da aduana de Puerto Alonso.

¹⁵ Prefácio da reedição do manifesto de José de Carvalho.

considerados heróis, bravos, destemidos, invencíveis, grandes na guerra. Após o término dos conflitos, surge toda uma literatura exaltando os feitos de José Plácido de Castro. Isso contribuiu para a afirmação identitária pautada no patriotismo e heroísmo. Elucidativas dessa questão são as primeiras obras escritas narrando a história da incorporação do Acre e da invenção do povo acreano. Os primeiros escritos têm como tema a Revolução Acreana. Destacamos algumas obras, a seguir.

Silva (1996), em *Procura-se uma Pátria*, apresenta como marco literário do Acre o primeiro poema, cujo tema é a Revolução Acreana, o *hino da conquista* - que mais tarde tornar-se-ia o hino oficial da unidade administrativa do Território Federal do Acre. O hino foi escrito “sob o impacto das batalhas em 1903” pelo poeta e médico baiano Francisco Mangabeira, que “assistia os feridos das lutas no seringal Capatará”, sede do comando revolucionário de Plácido de Castro (p. 90). Vejamos a letra do hino acreano:

*Que este sol a brilhar soberano
Sobre as matas que o vêem com amor
Encha o peito de cada acreano
De nobreza, constância e valor...
Invencíveis e grandes na guerra,
Imitemos o exemplo sem par
Do amplo rio que briga com a terra
Vence-a e entra brigando com o mar*

*Fulge um astro na nossa bandeira
Que foi tinto no sangue de heróis
Adoremos na estrela altaneira
O mais belo e o melhor dos faróis (refrão)*

*Triunfantes da luta voltando
Temos n'alma os encantos do céu
E na frente serena, radiante,
Imortal e sagrado troféu
O Brasil a exultar acompanha
Nossos passos, portanto é subir
Que da glória a divina montanha
Tem no cimo o arrebol do porvir*

Refrão

*Possuímos um bem conquistado
Nobrememente com armas na mão
Se o afrontarem, de cada soldado
Surgirá de repente um leão
Liberdade é o querido tesouro
Que depois do lutar nos seduz
Tal o rio que rola, o sol de ouro
Lança um manto sublime de luz*

Refrão

*Vamos ter como prêmio da guerra
Um consolo que as penas desfaz
Vendo as flores do amor sobre a terra
E no céu o arco-íris da paz
As esposas e mães carinhosas
A esperarem nos lares fiéis
Atapetam a porta de rosas
E cantando entretecem lauréis*

Refrão

*Mas se audaz estrangeiro algum dia
Nossos bríos de novo ofender
Lutaremos com a mesma energia
Sem recuar, sem cair, sem temer
E ergueremos, então, destas zonas
Um tal canto vibrante e viril
Que será como a voz do Amazonas
Ecoando por todo o Brasil*

Refrão

O poema consagra o heroísmo acreano na conquista do seu território, marca e apresenta o nascimento do Acre e dos acreanos e, ao lado da bandeira criada por Luiz Galvez consagra os símbolos cívicos do Estado do Acre. Na bandeira, sobressai a importância do sentido alegórico da estrela vermelha, em associação à luta dos acreanos que derramaram o sangue para defender a soberania do “seu solo”. Essa alusão é re-significada e retomada desde a campanha para o governo estadual no pleito eleitoral de 1990, pelo grupo político, formado principalmente pelo PT, que se constituiria mais tarde (1999) no Governo da Floresta. A utilização desses símbolos – a bandeira e o hino acreano –, serviram como instrumento de legitimação ao realçar características que permitiram associações entre a história dos movimentos sociais (dos quais o Governo da Floresta se coloca como continuador) e as lutas históricas do Acre.

Outra obra que traz considerações sobre o sentido da Revolução Acreana como ato patriótico foram os escritos de Euclides da Cunha. Euclides da Cunha foi enviado pelo Ministério das Relações Exteriores à Amazônia na condição de chefe, pelo Brasil, da Comissão Mista Brasileiro-Peruano de Reconhecimento do Alto Purus (1904-1905)¹⁶, com vistas a fixar os limites entre o Brasil (Acre) e Peru.

¹⁶ Das informações da viagem de Euclides da Cunha ao Rio Purus foi produzido as seguintes obras: em 1905 Euclides da Cunha entregou ao Barão do Rio Branco o *Relatório de*

Euclides da Cunha, em *À Margem da História* (1999[1909]), também salienta a coragem e o patriotismo dos seringueiros nordestinos, os quais, mesmo vivendo em condições subumanas, prisioneiros do sistema de aviação e da hostilidade da floresta, foram exemplos de brasilidade. Para ele o sertanejo é o conquistador, um herdeiro e continuador dos sertanistas, dos entradistas, com a diferença de fixar-se na terra, ocupar e domar o território sob as mais adversas condições. Na Amazônia, o Brasil sertanejo ganha outro sujeito, o seringueiro, o “desbravador das fronteiras”. Os seringueiros, para Euclides da Cunha, são os homens que se fizeram mais fortes que a terra, para dominá-la, e a esses homens coube a tarefa “heróica” de povoar e ampliar as fronteiras territoriais do Brasil, com a incorporação do Acre ao território nacional.

Segundo a narrativa euclidiana, o migrante nordestino foi exortado para a Amazônia, este era um expatriado dentro da pátria. Os migrantes foram embarcados nos navios por preocuparem os poderes públicos quanto aos estragos que poderiam provocar nas cidades, e, nunca foram acompanhados por médicos ou agentes oficiais. Os banidos, disse Cunha (2000: 150), “levavam a missão dolorosíssima e única de desaparecerem”. Porém não desapareceram; ao chegarem aos altos rios, estes locais, que eram vagas expressões geográficas, “em menos de trinta anos, cem mil sertanejos, ou cem mil ressuscitados, apareciam inesperadamente e repatriavam-se de um modo original e heróico, dilatando a pátria até aos terrenos novos que tinham desvendado” (Cunha, 2000: 150-151).

A questão do patriotismo e brasilidade teve no professor Craveiro Costa, com o livro “A Conquista do Deserto Ocidental”, um grande alimentador dessa idéia de patriotismo, de um ímpeto de brasilidade e de orgulho nacional: a empreitada dos brasileiros do Acre. Craveiro Costa viveu no Território Federal do Acre, no Departamento do Alto Juruá, na década de 1910; foi Diretor da Instrução Pública do Vale do Juruá e Diretor do Grupo Escolar Barão

Reconhecimento; em 1906 as *Notas Complementares*. Em 1907 publicou *Contrastes e Confrontos*, livro com matérias jornalísticas publicadas em 1904 e publicou também o livro *Peru versus Bolívia*. Em 1909 foi publicado o livro póstumo *À Margem da História*, título escolhido por Euclides da Cunha para o seu segundo livro vingador. E das informações do Relatório e das Notas Complementares juntamente com as cartas que escreveu durante a missão, resultou o livro *Um Paraíso Perdido*, publicado em 1976.

do Rio Branco; foi também autonomista do Juruá (movimento que criticava a situação de Território Federal para o Acre) e participou dos levantes de 1909 e 1918. O livro foi publicado pela primeira vez em 1924, com o título *O Fim da Epopéia*. Os argumentos utilizados pelo autor, nesta obra, têm um caráter inconformado com a criação do Território Federal do Acre e com o assassinato de Plácido de Castro, questão essa que tem alimentado, ainda hoje, o discurso identitário do Acre. E continua sendo leitura obrigatória no que se refere à insatisfação dos acreanos com a situação de Território Federal. Prova disso é o fato deste livro ter sido reeditado várias vezes no Acre, em 1940, em 1978, em 1998, em 2003 e em 2005.

Outro autor que contribuiu com o ideal patriótico do acreano foi Abguar Bastos (1931: 47), romancista das décadas de 1920 e 1930. O mesmo destaca o caráter territorializador do nordestino no Acre. Nos trechos abaixo, o autor faz uma representação poética da conquista do território, da chegada do migrante, do cearense:

O cearense e o Acre eram dois destinos ainda sem comunicação com a vida: o primeiro à procura duma terra que o recebesse, o segundo em busca de um povo que o tomasse. Ambos soturnos, ásperos, trágicos. Ambos libertando das costas um deserto agressivo. Um carregado de filhos. Outro carregado de rios (Bastos: 1927: 13).

E continua:

A terra não tinha amor ao seu dono (no caso o boliviano). Com as suas florestas desgrenhadas e as suas sombras lascivas, preferia entregar-se ao estrangeiro que vinha do Brasil com o cheiro do mar nas carnes rijas. Cada vez chegava mais gente do Ceará. A terra ali estava inacessível e áspera. Os rios passavam velozes procurando o seu leite. Os cearenses também. E a terra parecia mais mansa. Pouco a pouco o boliviano foi sentindo o desamor das plagas adúlteras. Cada vez mais a sua taciturna indiferença tornava o vale alheio aos seus carinhos. Pelas veias impetuosas duma gigantesca potamografia as águas arremessavam os índios para o ocidente. O boliviano parecia estrangeiro. O cearense parecia o dono da casa (Bastos, 1931: 47).

O historiador e jurista José Moreira Brandão Castelo Branco, morador do Vale do Juruá no período de 1909 a 1934, foi responsável por grande produção de registros sobre a história do Acre, os quais foram publicados na Revista do IHGB do Rio de Janeiro. O jurista Castelo Branco (1961) ressaltava que, apesar das dificuldades, como a:

distância, o estranho sistema de trabalho e a falta de assistência, o ‘brabo’ venceu essa derradeira etapa, fazendo emergir de um meio inteiramente selvagem, no ‘último oeste’ brasileiro, um extenso e opulento território devido à intensidade de sua produção industrial e ao movimento comercial daí sobrevivendo (Castelo Branco, 1961: 151-152).

Esses são alguns exemplos de obras, anteriores ao Governo da Floresta, que ressaltam o caráter patriótico da Revolução Acreana, realizada pelo “exército de seringueiros”, sob comando de Plácido de Castro.

2.2 – A “invenção” do Acre e dos Acreanos

O acreano, enquanto povo, foi inventado a partir do evento Revolução Acreana; antes não existiam acreanos nos altos rios e sim cearenses, maranhenses, pernambucanos, rio grandenses – ligados ao extrativismo da borracha – e, árabes, portugueses, sírios, libaneses, turcos – ligados ao comércio de mercadorias; todos viviam nos rios Acre, Purus, Xapuri, Iaco, Caeté e tantos outros. Esse povo só passou a ser denominado de acreano após a criação do Território Federal do Acre, em 1904. Antes desta data, os brasileiros do Acre eram identificados pelos rios que habitavam. O acreano (ex-nordestino, ex-cearense, o banido pela seca, o renegado) surgiu na relação com o chão (com o Acre, o rio) e, também, na relação com o outro (o boliviano).

O Acre nasceu com os seringueiros, “soldados de guerra”, e do extrativismo do látex na última década do século XIX e início do século XX. O Rio Uakiry, origem do nome do Rio Acre, provém do dialeto Apurinã falado pelos índios que habitavam a região do Vale do Purus. Nome este que foi se “corrompendo para Aquiri, Aqri, Akre, Acre que por corruptela de nome chegou a fixar-se, não só particular, como, oficialmente, em Acre”, nome de Estado da federação brasileira (Castelo Branco, 1945 apud Porto-Gonçalves, 1998).

O termo Acre – para denominar as terras ocupadas por brasileiros no perímetro do Tratado de Ayacucho - surgiu quando o governo boliviano, interessado nos dividendos da borracha, tentou tomar “posse” das terras ocupadas por nordestinos, estabelecendo a *aduanas* em Puerto Alonso, (hoje Porto Acre), nas margens do Rio Acre, para a cobrança dos impostos da borracha.

O nome do Rio Acre se “impôs, devido às lutas que nas suas ribas se desenrolaram no decorrer do quinquênio que vai de 1899 a 1903”. Nesse momento, o nome Acre “exorbitou das raias amazonenses e estendeu-se pelo Brasil inteiro, pelas duas Américas, atingindo até o continente europeu” (Castelo Branco, 1961: 250). Pois só o nome desse rio aparecia no noticiário e nos “comunicados e proclamações dos guerrilheiros e das autoridades” de suas margens. A partir daí, “as terras que os cumpunham” passaram a ser “assunto das chancelarias”, o que culminou com as negociações diplomáticas e a assinatura do Tratado de Petrópolis, em 1903. O Purus e o Juruá, apesar de representarem caudais de muito maior extensão, só aparecem no noticiário em 1903 e 1904, após o término da “batalha da borracha”, realizada pelos brasileiros do Acre, após a “expulsão de forças regulares bolivianas e caucheiros peruanos”, que invadiram os altos rios (Castelo Branco, 1945, apud Porto-Gonçalves, 1998).

No conflito com a Bolívia, o Rio Acre “tornou-se um rio político dando o seu nome ao Território assim chamado e criado, em 1904”, pelo governo brasileiro. O território criado abarcou “terras não só contestadas e apossadas pela Bolívia, em 1899, na bacia do Purus, como a zona contestada pelo Peru, no Alto Juruá” (Castelo Branco, 1945, apud Porto-Gonçalves, 1998).

O Acre – o rio – um dos afluentes do Purus e que aparecia nos mapas bolivianos como *tierras non descubiertas*, foi um dos mais povoados e de maior produção de borracha – cerca de 60% da borracha amazônica exportada na época. O comércio era realizado por 15 vapores e havia 15 mil habitantes em 1899 (Costa, 2005[1924]). Era também nas margens desse rio, segundo Marcus Vinícius Neves, que se realizava um comércio de gado entre os “ganaderos” bolivianos e o seringalista/comerciante Neutel Maia (Neves, 02-03-2008). Segundo Tocantins (2001a: 203), o diplomata boliviano que vinha com a missão de “plantar” um posto aduaneiro “pretendia ir primeiro ao Purus e ao Iaco”, mas, de posse da informação que “dezoito navios haviam subido o Acre e sete os rios Purus e Juruá, resolveu, sem vacilações, seguir pelo caminho mais rico”, pois “todos os vapores deviam regressar carregados de borracha e era mais conveniente para o fisco estabelecer primeiramente a alfândega no rio mais povoado e maior produtor daquele artigo” (p. 203).

Em termos de extensão, o Acre é bem maior do que o Juruá e o Purus. No limite com o Estado do Amazonas até a República do Peru, o Purus tem 377 quilômetros e o Juruá 480 quilômetros. Ao passo que o Rio Acre, que rega terras do referido Território, tem uma extensão superior a 800 quilômetros, não restando a menor dúvida de que o valor econômico de sua produção foi bem maior do que o de qualquer um daqueles (Castelo Branco, 1945, apud Porto-Gonçalves, 1998).

Os “acreanos” – seringalistas e seringueiros - lutaram contra os bolivianos, mas tinham interesses diferenciados. Os primeiros lutavam para manter as suas propriedades – os seringais, ameaçados pela presença boliviana e os seringueiros, guiados por Plácido de Castro, que estava a serviço dos seringalistas, sonhavam que a guerra iria “quebrar todas as pesadas correntes que os amarravam na grande selva” (Bastos, 1927:12).

Os seringueiros, para Bastos (1927:35), foram ludibriados com a promessa de que seriam donos das terras que ocupavam e foram “incentivados” a se engajarem na luta a partir do perdão de suas dívidas. Estes, ao largarem “a tigelinha, o balde e a machadinha, empunhavam o mosquetão”. Realizavam, assim, três movimentos libertários: “livrar o Acre do boliviano; livrar os proprietários dos impostos; livrarem-se a si próprios da opressão dos centros”¹⁷.

O conflito com a Bolívia, como vimos, iniciou em 1899 e só foi reconhecido pelo governo brasileiro em fevereiro de 1903, quando este começou as negociações que culminaram com a assinatura do Tratado de Petrópolis, em novembro de 1903.

Por um lado, os que fizeram a Revolução Acreana não queriam ser bolivianos, como era dito no lema dos revolucionários, “já que não podemos ser brasileiros, resolvemos não ser bolivianos”, o que seria o caminho natural se não tivesse havido as insurreições. Assim, os que decidiram que queriam ser brasileiros foram aqueles que tinham migrado para o Acre em condições para abrir seringais. Estes tiveram que “fazer” a Revolução Acreana, criaram um governo independente (Estado Independente do Acre, proclamado por Luiz

¹⁷ Centro era o interior do seringal, onde ficavam as estradas de seringas, nas quais os seringueiros viviam sozinhos e atrelados ao controle da margem do rio principal, do barracão.

Galvez em 1899 e por Plácido de Castro em 1902), organizaram um exército e forçaram o Governo Federal a reconhecê-los (os habitantes e o território em disputa) como parte da nação. Essa é a idéia contida no discurso oficial.

A narrativa oficial ressalta que havia uma identidade nacional bem definida, no caso dos bolivianos. Isso não ocorria em se tratando dos brasileiros. A ausência de apoio do poder central deixou espaço para ambigüidades em relação à identidade nacional dos que lutavam contra os bolivianos que se consideravam mais “acreanos” do que brasileiros.

Como diz Joaquim Moreno, neto de um soldado de Plácido de Castro, em entrevista publicada na revista *Galvez e a República do Acre*; “a guerra dos acreanos não foi do Brasil. O Brasil não esteve em guerra com a Bolívia; foram os brasileiros – do Acre - que estavam aqui” (Acre, 1999: 28).

Nessa construção do mito fundador do Acre, as diferenças nas relações sociais entre seringueiros e seringalistas são anuladas e colocadas sob o mesmo patamar de projetos. Desse modo, o índio, o seringueiro, o caboclo acreano, de um lado, e os seringalistas, de outro lado perdem suas características antagônicas e passam a ser concebidas valendo-se da mesma matriz, o combatente da revolução (Silva, 1996). Nessa anulação, parece até que os seringueiros tinham opção de aderir ou não à “guerra”, quando os seus padrões se colocavam à disposição do comandante Plácido de Castro.

Assim como são anuladas as oposições de classe, muitos nomes são suprimidos, muitas vozes silenciadas, principalmente dos seringueiros em suas trajetórias na “guerra da borracha”. Os nomes que aparecem são sempre dos seringalistas. Entretanto, algumas vozes se levantam e questionam essa história oficial dos grandes heróis, como a do historiador Gerson Albuquerque¹⁸ (Centro de Documentação e Informação Histórica da UFAC) que durante as comemorações do “Centenário do Acre” em todas as entrevistas dadas trazia a tona “outras histórias” da Revolução. Realizou também, na cidade de Brasiléia (fronteira com a Bolívia), o seminário “100 anos de Revolução Acreana: sentidos e possibilidades de interpretação”, durante o qual se discutiu com autoridades bolivianas os vários sentidos do conflito armado. São anuladas, igualmente, as oposições ao movimento “revolucionário” entre os próprios

¹⁸ O historiador na época do Centenário do Acre era diretor do Centro de Documentação e Informação Histórica da Universidade Federal do Acre.

seringalistas, como as que sofreu Luiz Galvez de vários seringais do Acre. De Xapuri vinha resistência, do Seringal Empresa teve a resistência da “Comissão Garantidora dos Direitos” que buscava desestabilizar o governo promissório e do Seringal Humaitá a resistência do seringalista Leite Barbosa. Todas elas foram reprimidas com ordem de prisão e de pedido para deixar “as águas do território nacional” (Calixto, 2003: 164). Não é dito também que após a Revolução Acreana os seringalistas se dividiram em muitas facções com interesses conflitantes. Havia os prós e os contra em relação à Plácido de Castro e começou a se fazer a classificação dos seringalistas entre “históricos” e “não-históricos”, sendo os primeiros aqueles que tinham participado, efetivamente, da campanha “revolucionária”. E os segundos, como os que não tinham apoiado a Revolução. Vale ressaltar que existiram vários conflitos, visto que os primeiros se achavam no direito de “tomar” os seringais dos segundos (Fernandes, 1999).

O governador Jorge Viana, na interpretação do seu historiador¹⁹, foi muito inteligente por ter investido no fortalecimento dessa história acreana, contribuindo, portanto para fortalecer esse “sentimento de pertencimento do acreano”. E nesse sentido, tanto a Revolução Acreana com seus heróis personificados quanto à questão de insatisfação dos “acreanos históricos” com a situação de Território Federal, alimenta a re-significação da identidade acreana protagonizada por esse governo.

2.3 – O movimento acreanista e a questão da autonomia territorial

O mito fundador do Acre – a conquista do território dos bolivianos e peruanos – tem sido retomado em diferentes momentos históricos para justificar reivindicações políticas da classe dominante e política do Acre. Um desses momentos foi o do *movimento autonomista* no Acre que remonta a década de 1910 e teve como ápice o ano de 1962, ano da criação do Estado do Acre. Para entender os argumentos desse movimento se faz necessário retroceder a 1904, para conhecer os motivos que levaram ao levante contra o governo federal.

¹⁹ Entrevista com Marcos Vinícius Neves, em Rio Branco-AC, em 15-04-2008.

O Acre foi incorporado ao Brasil em 1903 por meio do Tratado de Petrópolis, com cerca de 191.000 km², o qual foi diminuído com a assinatura do Tratado com o Peru em 39.000 km², cedido a este. Três alternativas foram colocadas após a incorporação do Acre ao Brasil para o seu status jurídico: a administração direta pela União; anexá-lo ao Estado do Amazonas, ou elevá-lo à categoria de Estado autônomo da federação brasileira.

A anexação do território ao Estado do Amazonas foi descartada diante da oposição de Belém e da insatisfação de comerciantes e seringalistas acreanos. Plácido de Castro, na época dizia, no Jornal do Comércio: que “o Acre não será agrilhado à triste sorte do Amazonas porque nós acreanos não queremos” (Costa, 2005[1924]: 211). Naquela época, se acreditava que o interesse do governo do Estado do Amazonas era em detrimento do valor dos impostos sobre a borracha e acreditava-se que este não tinha intenção de devolvê-lo em benefício do Acre, contudo, para benefício dos cofres estaduais do Amazonas. Isso significa dizer que os dirigentes e comerciantes amazonenses estavam ávidos pelos lucros advindos da exploração gumífera e dos impostos que seriam incorporados ao tesouro do Amazonas, caso se efetivasse essa alternativa.

As oligarquias locais (acreana) desejavam que o Acre fosse elevado à condição de Estado, a fim de conformarem e exercerem o poder de uma maneira mais autônoma entre seus membros.

Prevaleceu a primeira alternativa, administração pela União, uma saída que antes de tudo beneficiava o poder federal no âmbito econômico e político, desagradando por sua vez tanto às oligarquias locais (acreana) quanto as regionais ligadas ao extrativismo do látex. A nova unidade administrativa, o Território Federal do Acre, teve como fonte matriz inspiradora os EUA, que adotavam no seu direito constitucional unidades federativas com essa denominação, mas como algo excepcional e não regular. Porém, lá os Territórios tinham autonomia para elaborar uma constituição própria. No modelo adotado para o Acre a tutela administrativa passava a ser da União (por meio de prefeitos nomeados), assim como as taxas de exportação da borracha iam para os cofres do Governo Federal. Os argumentos utilizados pelo governo federal, para criar o Território Federal e não o Estado do Acre, foi que o Acre não poderia “gozar das prerrogativas da autonomia política, por lhe

faltar tudo: organização social, facilidade de comunicação, capacidade econômica, densidade de população” (Costa, 2005[1924]: 217).

Com a implementação da administração pela União, o governo federal indicava os governantes territoriais e os membros do corpo judiciário, centralizado e mantendo sob seu controle o recolhimento dos impostos oriundos da produção de borracha, que até 1920 representava uma fonte de divisas considerável na balança comercial brasileira.

A modalidade Território Federal provocou descontentamento tanto dos seringalistas acreanos, que acreditavam na criação do Estado do Acre, quanto do governo do Estado do Amazonas, que tinha bastante interesse na área a ser incorporada a esse Estado, em detrimento das rendas oriundas do extrativismo do látex. Essa novidade agradou aos políticos do Pará que temiam a perda da hegemonia regional. Assim, a atuação dos deputados paraenses na Câmara dos Deputados conseguiu viabilizar a proposta do Governo Federal, da criação do Território Federal.

O Território Federal do Acre, criado em 1904, fora dividido em três departamentos: o do Alto Juruá com sede na recém-criada cidade de Cruzeiro do Sul (em 1912 este departamento foi desmembrado para formar o de Tarauacá). O do Alto Purus com sede na também recém-criada cidade de Sena Madureira e do Alto Acre com sede no povoado Villa Empresa (hoje Rio Branco).

De 1904 a 1920, prevaleceu a organização administrativa departamental ocorrendo a unificação administrativa em 1920. Com a extinção dos departamentos, o Território Federal do Acre passou a ser administrado por um governador geral nomeado pelo Presidente da República, com sede na cidade de Rio Branco. Antes os departamentos eram administrados por prefeitos nomeados e cada departamento tinha o seu próprio orçamento, não havendo nenhuma interação entre eles. De 1920 até 1962, o Território do Acre teve seus governadores (na maioria militares de outros Estados) nomeados pelo poder da União. Nesse intervalo de 42 anos passou pela cadeira do executivo acreano 41 governadores, sendo 16 efetivos, 18 substitutos, 05 interventores e 02 provisórios, como podemos ver no quadro 02. Em média, cada governador ficava 01 ano, exceção a Epaminondas Martins (1937-1941) e José Guimard dos Santos (1946-1950) que ficaram por um tempo mais longo.

Quadro 02 - Governadores e interventores nomeados para o Território Federal do Acre no Período de 1920 a 1962

Nome	Função	Formação e Partido Político	Origem	Tempo de Governo
Epaminondas Jácome	Efetivo	Médico militar	RN	1920-1921 (23) meses
Manoel Duarte de Menezes	Substituto	Militar e 1 Vice-governador	BA	28 dias
Francisco de O. Conde	Substituto	Jurista		04 meses
João Câncio Fernandes	Substituto	Militar	RN	02 meses
Major Ramiro Guerreiro	Substituto	Militar		05 dias
José T. da Cunha Vasconcelos	Efetivo	Jurista	PE	1923-1926 (39) meses
Antonio Ferreira Brasil	Substituto	Militar		03 dias
João Câncio Fernandes	Substituto	Militar e 1 Vice-governador	RN	02 meses
Alberto Augusto O. Diniz	Efetivo	Desembargador	MG	1926 (04) meses
João Câncio Fernandes	Substituto	Militar e 2 Vice-governador	RN	21 dias
Cel. Laudelino Benigno	Substituto	Militar, advogado e primeiro Vice-governador	CE	05 meses
Hugo Ribeiro Carneiro	Efetivo	Advogado e engenheiro	PA	1927-1930 (36) meses
João Câncio Fernandes	Substituto	Militar	RN	03 meses
José M. de Souza Ramos	Provisório	Desembargador		02 meses
Francisco de P. A. Vasconcelos	Efetivo	Advogado	PE	1930-1934 (45) meses
José M. B. Castelo B. Sobrinho	Efetivo	Magistrado	RN	04 meses
João Felipe Sabóia Ribeiro	Substituto	Médico		02 meses
Manoel Martiniano Prado	Substituto	Bancário	SP	21 meses
Manoel Q. B. de Araújo	Substituto			01 mês
Epaminondas Oliveira Martins	Efetivo	Médico - PP	BA	1937-1941 (52) meses
Oscar Passos	Efetivo	Militar – PTB	RS	1941-1942 (01) ano
Francisco de O. Conde	Substituto	Jurista – PTB		02 meses
Luiz Silvestre G. Coelho	Efetivo	Militar – PTB	CE	1942-1946 (39) meses
José Guiomard dos Santos	Efetivo	Militar – PSD	MG	1946-1950 (52) meses
Raimundo Pinheiro Filho	Substituto	Militar – PSD	MA	05 meses
Edílson Stanilaw Afonso	Substituto	Médico - PSD	AM	02 meses
Amílcar Dutra de Menezes	Efetivo	Militar – PSD	RJ	1951-1952 (08) meses
Dehork de P. Gonçalves	Substituto	Militar – PSD	AM	25 dias
João Kubitschek Figueiredo	Efetivo	Engenheiro- PSD	MG	1952-1953 (15) meses
Abel Pinheiro Maciel Filho	Efetivo	Médico - PSD	AM	1953-1954 (15) meses
Francisco de O. Conde	Substituto	Jurista – PTB		05 meses
Paulo Francisco Torres	Efetivo	Militar	RJ	1955-1956 (13) meses
Adilar dos Santos Teixeira	Substituto	Militar		25 dias
Valério Caldas Magalhães	Efetivo	Agrônomo – PSD	T. R. Br.	1956-1958 (25) meses
Manoel Fontenelle de Castro	Efetivo	Militar – PSD	CE	1958-1961 (32) meses
Jorge Felix Lavocat	Substituto	Advogado – PSD		16 dias
Altino Machado	Efetivo	Advogado – PTB	SP	1961 (04) meses
Fernando P. P. de Andrade	Substituto		CE	11 dias
Oswaldo Pinheiro de Lima	Substituto		AC	01 mês
José Ruy da Silveira Lino	Efetivo	Agrônomo – PTB	AC	1961-1962 (08) meses
Aníbal Miranda F. da Silva	Provisório	Agrônomo – PTB	AM	07 meses

Fonte: Silva, (2002a).

Tanto os prefeitos quanto os governadores mandados para o Acre eram considerados “aves de arribação”, pois chegavam e na primeira oportunidade iam embora. Eles “subiam e desciam as escadas do Palácio Rio Branco praticamente sem ter tido tempo de abrir suas malas” (Varadouro, dez. de 1977). Os nomeados, muitas vezes, eram pessoas que perdiam eleições e vinham fazer a vida financeira e política no Acre até conseguirem encontrar coisa melhor.

Duas questões foram o mote da resistência à federalização do Acre. Uma foi a ausência da democracia representativa, já que os prefeitos departamentais e depois os governadores eram indicados pelo governo federal. O Acre fora penalizado, diz Osmir Lima, na “própria anexação como Território Federal a revelia da Constituição”, esse foi o primeiro impacto. O segundo foi que “eles só nomeavam prefeitos de fora do Acre”. Não aparecia entre os nomeados “aqueles que lutaram pela sua anexação. Tinha algumas pessoas (prefeitos) que se adaptavam bem e outras chegavam com um certo ar de arrogância desprezando os nativos”, e assim foi se criando a insatisfação, tanto pela “questão financeira, quanto política” (entrevista em abril de 2008). A outra questão dizia respeito, nos termos de Costa (2005[1924]: 278), “à rapinagem econômica da União contra o Território”, ou seja, até a década de 1920, o imposto pela exportação da borracha saída do Acre era taxado em 23% e em contrapartida as prefeituras recebiam uma cota fixa em 300 contos de réis anuais.

Essas duas questões pesavam, significativamente, nas tomadas de decisões da oligarquia que era sustentada pela “opulência da borracha e do comércio”, tendo como conseqüência a mobilização dos seringalistas, profissionais liberais e comerciantes contra a situação de Território Federal na fase mais radical do movimento (até 1920) e depois com a crise do extrativismo em busca de cargos políticos.

Segundo o autonomista Omar Sabino de Paula, em entrevista a Maria José Bezerra, o:

Território (Federal) era um regime unitário, a dependência da União era direta e como as comunicações eram difíceis, nós nem sabíamos quanto tempo ia ficar um governador. Tudo era decidido fora. Ninguém resolvia nada dos problemas do Acre (Bezerra, 2006: 207).

Os seringalistas, entre eles Plácido de Castro, se manifestaram contra a federalização do Acre, questionaram a inexistência da representação política, e o baixo retorno financeiro para o Território.

Plácido de Castro foi uma das primeiras vozes contrária ao Território Federal, como explicitou em relatório de prestação de contas ao Ministério da Justiça²⁰, em 1907. Nesse relatório, ele, de início, adverte que não seguirá a trilha das prestações de contas de outros prefeitos que o antecederam, que sempre partiram da discriminação em “phares bombásticas do desenvolvimento surpreendente das Prefeituras” e sim que ia relatar “a nudez forte da verdade”, o “abandono extremo a que foram atirados, pela incúria de uns e pela desonestidade de outros, ... a depredação das suas rendas, a incapacidade administrativa de seus representantes”. Desse relatório extraímos alguns trechos elucidativos da insatisfação dos “acreanos históricos” e/ou dos acreanos que haviam lutado contra a Bolívia na conquista do Acre:

Contenha V. Ex. em que para ninguém é mais doloroso do que nós vir dizer que na qualidade de colonos do estrangeiro, cujo jugo sacudimos, tínhamos mais direitos do que temos hoje na comunhão brasileira. Tínhamos direito de voto, embora não nos utilizássemos deste porque antes de tudo éramos brasileiros; a nossa borracha que constitui a nossa opulência e que tem sido, talvez, a causa dos nossos sofrimentos [...] era taxada em 15%, com promessa a ser baixada a 12%, como é atualmente na Bolívia, e a nossa importação pagava apenas 15%.

Hoje sob denominação da soberania brasileira não temos voto, nem Tribunal, nem hábeas corpus e, por conseguinte, não temos existência política na comunhão nacional; o nosso produto de exportação paga 23% de imposto, [...] e, além de tudo, transformada a região dos nossos lares em um corpo de guarda. Arredados de todas as posições oficiais, tiranizados pelos dirigentes de nossos destinos em nome do governo da República, a nossa lastimável situação nos traz a idéia de que somos um povo estranho, vencido pela força e cuja índole propensa às revoltas.

Passado a administração para a União todos nós esperávamos, por certo, ser recebidos como filhos extremados nos braços maternos, que ao invés dos sofrimentos e provações com que temos sido mimoseados pelo Governo Federal, fossemos antes carinhosamente satisfeitos em nossas palpitantes necessidades, aspirações, aliás, justíssimas para aqueles que se

²⁰ Plácido de Castro foi prefeito interino do Departamento do Alto Acre no período de 24-07-1906 a 25-03-1907.

apresentaram cheios de serviços prestados à pátria na integração de sua fronteira ocidental (Acre²¹, 2002b: 08-12).

Esse Relatório de Plácido de Castro²² é elencado como a origem formal das tensões da “população” local com o governo federal, como diz Fernandes (1999), daí remonta o “sentimento do acreanismo” que se constituía em um “traço psico-cultural muito forte da população” local. O que significa dizer que os “acreanos históricos” “começavam a encarar com muitas reservas e desconfianças as autoridades nomeadas para o território” (p. 22).

A insatisfação com a situação do Acre Território foi realimentada por quase 60 anos. Ao longo desse tempo houve focos de resistência, como a do Juruá em 1910, que depuseram o prefeito nomeado e a junta autonomista governou a região por cem (100) dias e a do Purus, em 1912, que também fizeram o mesmo com o prefeito nomeado. Propostas de criação do Estado do Acre foram encaminhadas à Câmara Federal como a de 1908 apresentada pelo cearense Francisco Sá e reapresentada em 1915, e a de outro cearense, Justiniano de Serpa, em 1910, todas arquivadas, pela União. Em 1919, Justiniano Serpa apresentou à Câmara Federal proposta de unificação e centralização administrativa.

No Juruá, o poder local representado por seringalistas, funcionários públicos e comerciantes elaboraram em 1909 uma petição para o Congresso Nacional intitulada “Movimento Autonomista do Alto Juruá”, na qual reivindicava que o Acre Território fosse transformado em Estado da federação e gozasse das prerrogativas de eleger seus próprios representantes e gerir seus próprios recursos. Segundo Osmir Lima, o movimento foi ocasionado

acima de tudo por uma questão financeira, pois enquanto se arrecadava um determinado percentual que era centralizado no Rio de Janeiro, a União retornava para fomentar a saúde, a educação, a infra-estrutura e para implantar a civilização nesta região apenas uma pequena quantia (entrevista em abril de 2008).

²¹ Os Relatórios de Governo dos prefeitos departamentais eram enviados ao governo federal, como prestação de contas de seus mandatos. Os relatórios do Departamento do Alto Acre foram publicados em livro organizado pelo desembargador Arquilau Melo e publicado pela Fundação de Cultura do Estado do Acre em 2002, como este de Plácido de Castro.

²² Plácido de Castro foi assassinado um ano após a entrega deste relatório, onde as suspeitas recaem sobre o próprio poder público com medo de uma nova rebelião. Até hoje os assassinos de Plácido de Castro não foram punidos.

Nessa narrativa, o Acre era o filho enjeitado da Pátria “porque nunca promoveram nem um tipo de movimento para se desenvolver o Acre”. Outra questão foi política, os prefeitos eram nomeados de fora e se perguntava “porque não um de nós”²³. No Manifesto Autonomista do Alto Juruá, de 25-06-1909, assinado por 8.000 pessoas, os argumentos eram:

A região (Acre) desbravada pela energia do nortista, predominando os heróicos irmãos do Ceará, palmo a palmo disputada à potencia esmagadora do selvagem e à hostilidade do clima, mais tarde pleiteada com armas na mão à cupidez da Bolívia e do Peru, os cento e noventa mil quilômetros quadrados que formam esta região pertencem de fato e de direito aos cento e tantos mil habitantes que aqui vivem na vastidão da floresta e nas margens dos rios, civilizando-as com a sua energia, com o seu trabalho, com a tenacidade de sua vontade.

[...] Somos brasileiros, mas dentro do País é como se estrangeiros fôssemos; ... somos civilizados, nossos irmãos não nos devem olhar como selvagens indignos de intervir na direção da nossa pátria (Mesquita Júnior, 2004: 30-34-35).

Esse manifesto foi arquivado, mas em compensação foram instituídas eleições para o Conselho Municipal. A questão “autonomista” volta à tona no Juruá, agora organizada enquanto partido político²⁴ no período de 1915 a 1919, contra o Projeto de Lei que unificaria o Território em um só departamento, com sede administrativa em Rio Branco, o que de fato aconteceu em 1920. No Purus, houve um levante em 1912 na cidade de Sena Madureira também com caráter autonomista, organizado pelo Partido Autonomista e se insurgiu contra o prefeito Tristão de Araripe, que foi deposto.

O manifesto de 1919²⁵, do Vale do Juruá, também tinha um apelo econômico e político. Este se insurgia contra a unificação do território. Assinaram o manifesto 22 pessoas, entre proprietários de seringais, comerciantes, funcionários públicos e profissionais autônomos (advogados). O manifesto apoiava-se em aspectos de ordem geográfica, no qual se ressaltava:

²³ Entrevista com Osmir Lima em abril de 2008.

²⁴ Antes de 1945 existiam no Acre diversas agremiações políticas circunscritas aos vales dos rios onde eram organizados, como os denominados Partidos Autonomistas do Alto Acre, Alto Juruá, Alto Purus. Os Partidos Republicanos do Acre Federal do Purus e do Alto Acre. Os manifestos autonomistas também diziam respeito aos vales específicos (Marcus Vinicius Neves, entrevista em abril de 2008).

²⁵ O manifesto dos autonomistas do Juruá de 1919 foi publicado em 1993 no livro que trata da administração do Capitão Rego Barros na Prefeitura de Cruzeiro do Sul, organizado pelo seu filho Glimeses Rego Barros.

Quem conhece a região acreana sabe que ela se divide em duas zonas diferentes, inteiramente distintas, naturalmente separadas, entre as quais não há ligação alguma. Essas zonas são formadas pelo Vale do Juruá, que compreende o seu grande tributário o Tarauacá, em cujas margens labora vasta e operosa população, e o vale do Purus, com o seu importante Acre, onde se desenrolaram as cenas de patriotismo que serviram à eficiência diplomática de Rio Branco (Barros, 1993: 229).

No que diz respeito aos aspectos econômicos, o manifesto ressaltava que o Acre já tinha pago à União, com impostos, os gastos com a sua incorporação e tinha inclusive saldo. Isso significava dizer que os saldos anuais resultantes da receita e despesa do Território ao invés de retornarem à região que os tinha produzido, em melhoramentos materiais e fomentos à atividade econômica, foram incorporados à renda da República e “tiveram aplicação inteiramente estranha ao Território” (Barros, 1993: 230).

Esse manifesto era contra a unificação do Território Federal do Acre, o que significava dizer, contra a extinção dos departamentos. Os manifestantes propuseram a manutenção dos departamentos, no caso em dois, nos seguintes termos, “dois vales, duas zonas de governo, o Juruá com o Tarauacá e o Purus com o Acre”. Nessa proposta dever-se-ia negociar com o governador do Amazonas, no sentido que ele cedesse duas faixas de terras. No Juruá, o trecho compreendido entre a Linha Cunha Gomes e o ponto da confluência do Tarauacá com o Juruá. Neste local deveria ser assentada a sede administrativa no povoado de São Felipe (hoje Eirunepé). A outra faixa de terras seria no Vale do Acre, da Linha Cunha Gomes até a confluência dos rios Acre e Purus, com sede, administrativa no povoado de Boca do Acre (Barros, 1993: 231).

Em todos os manifestos algumas justificativas eram comuns, como o papel que os seringalistas tiveram na anexação do Acre ao Brasil. A insatisfação com os prefeitos e governadores nomeados e a questão dos poucos recursos destinados ao território, isso em um primeiro momento e depois em pedidos de “socorro” em decorrência da crise do extrativismo, como o manifesto de 1934.

Em 1934, os “proprietários de terras e comerciantes dos rios Tarauacá e Envira” encaminharam um manifesto ao Presidente da República,

no qual ressaltaram que o Acre brasileiro foi uma audaciosa conquista de caráter nacional, protagonizada por seus antepassados,

Mas executada por brasileiros desprovidos de qualquer auxílio governamental. Em zonas inóspitas e agressivas, que nos combatiam com a febre, o índio, os estrangeiros, à distância a milhares de quilômetros dos primeiros civilizados, plantamos a bandeira do Brasil, exploramos as matas, povoamos o solo e nos limites em que poderíamos fazer pelo desbravamento do solo... O deserto tornou-se produtivo e por muitos anos concorreu para a fortuna pública e particular do país, já pelos créditos arrecadados pela União, já pelo regresso dos emigrantes enriquecidos às terras e estados de origem (Porto-Gonçalves, 1998: 240).

O Acre, no período que esse manifesto foi encaminhado ao poder central, vivia a mais temerosa crise do extrativismo, para os seringalistas. Os anos de menor cotação e produção do látex foram 1932 e 1934. Nesse sentido o pedido de socorro dizia respeito à “pesada carga de impostos” decretados para o ano de 1934. E também reforçavam que precisavam de:

mais população... pedimos, portanto, ao Governo Federal, que interfira junto aos governos dos Estados do Nordeste para que não criem entraves à emigração dos trabalhadores que queiram se localizar no Acre e ainda que, com o objetivo de não onerá-los com dívidas de início, conceda certo número de passagens gratuitas por ano (Porto-Gonçalves, 1998: 241).

Esse manifesto ficou sem resposta do Governo Federal. E vale salientar que desde o início da década de 1930, o Acre “encontrava-se completamente arruinado pela decadência da economia da borracha” (Fernandes, 1999: 25). A crise econômica debilitava o poder político dos “coronéis de barranco” e da elite seringalista, daí a facilidade encontrada pelo governo federal em manter a situação acreana sob total controle.

Reivindicavam também melhorias nas condições de navegação para o Acre e arrematavam com a questão da unificação do Território de 1920, que tinha centralizado “o progresso das Prefeituras em benefício único de uma só”. E nesse sentido, também diziam, que “descentralizar o Acre era a grande aspiração de todos os acreanos”, o que permitiria a “cada região construir o seu progresso com todos os seus recursos” (Porto-Gonçalves, 1998: 242).

No Alto Acre (Rio Branco), a partir de 1920, passa-se também a fazer reivindicações autonomistas. Em 1924 criou-se o Centro Cívico Acreano

– CCA, depois transformado em Legião Autonomista em 1934. O CCA, quando foi criado, se:

... insurgia contra essa indiferença do Poder Central que, depois do movimento armado entre o Acre e Bolívia, manifestava-se através de delegados da União com seus séqüitos de apaziguados para dirigir os destinos do então Território do Acre. Os que têm vivido e sofrido no Acre, por largas dezenas de anos, sabem que a nossa terra sempre foi pasto das ‘aves de arribação’, explorada por indivíduos sem delicadeza moral nem consciência cívica, criminosamente indiferentes aos memoráveis fatos de nossa história (Fernandes, 1999: 60).

O ideal autonomista sempre voltava à discussão, como em 1927, em um artigo intitulado *Pró-Alforria*, publicado pelo Juiz de Direito Giovanni Costa. Nesse artigo a questão autonomista foi mais uma vez colocada em evidência:

Somos cerca de 100 mil brasileiros sem direitos políticos, sem dispor de nossas rendas, lutando com toda sorte de agressividades, atrofiados pela indiferença da União, reduzidos à mera condição de colonos na própria pátria (Silva, 2002a: 56).

Do ponto de vista da representação política, só a partir da Constituição de 1934, os prefeitos, vereadores e dois deputados federais passaram a ser eleitos pela população local, mas o governador territorial continuava nomeado pela Presidência da República. Os deputados eleitos pelo Território Federal do Acre, em 1934, não eram acreanos. Os eleitos foram: o ex-governador Hugo Carneiro e o advogado Mário de Oliveira, ambos pela Legião Autonomista do Acre²⁶. A Constituição de 1934 criou mais um entrave à questão autonomista do Acre, pois em seu Art. 16, parágrafo 1º, dizia que para que um território fosse elevado a categoria de Estado deveria possuir “300.000 habitantes e recursos suficientes para a manutenção dos serviços públicos”. Na Constituição de 1937, as câmaras municipais foram dissolvidas, os prefeitos nomeados pelo governo territorial e a população perdeu o direito de eleger os dois deputados, que só foi restaurado na Constituição de 1946.

Essas primeiras manifestações em prol da criação do Estado do Acre só ganharam corpo na década de 1950, com a atuação do deputado

²⁶ A Legião Autonomista não se constituía efetivamente em partido político e, a ela se contrapunha os Construtores, os defensores do Acre Território. Estas eram agremiações circunscritas aos seringalistas (Marcus Vinicius Neves, entrevista em abril de 2008).

federal eleito pelo Acre e ex-governador efetivo José Guimard dos Santos²⁷, pois até então as reivindicações territoriais do Acre eram defendidas por parlamentares de outros Estados, principalmente do Ceará. José Guimard dos Santos, em 1954, apresentou a proposta de criação do Estado do Acre, por meio do Projeto de Lei nº 2654. Depois de acirradas discussões e modificações, foi aprovado e sancionado em 15 de junho de 1962.

A gênese do Projeto de emancipação encontra-se no discurso de José Guimard dos Santos, de 1953, durante as celebrações dos 50 anos da assinatura do Tratado de Petrópolis. Esse discurso inaugurou a luta autonomista na esfera do congresso nacional por um parlamentar eleito pelo Acre. Com esse discurso, José Guimard dos Santos assumiu publicamente que, enquanto parlamentar, iria lutar pela emancipação política do Acre. Naquela época, dizia:

Sou, portanto, neste momento, a voz dos heróis infelizes que nos deram o Acre, à custa de todos os sacrifícios, inclusive o da própria vida; daqueles cearenses audaciosos que, tangidos pela seca e ao arrepio dos caudais, alcançaram os confins da Pátria, descrevendo já em pleno século 20, novo drama de bandeirismo, na luta feroz com a vastidão amazônica; daqueles demarcadores de fronteiras que se rebelaram contra os gabinetes e as intrigas da cidade, sofrendo injustiças e admoestações, como no dizer do Thaumaturgo de Azevedo, 'por cumprir deveres além do meu dever'.

E, finalmente, tenho de falar em nome dos soldados provisórios apodrecidos nos igapós a fim de que a espada vitoriosa de Plácido de Castro (fosse) a expressão mais forte da nossa vontade de ser uma grande nação.

Correndo os olhos pelo mundo afora Senhor Presidente Srs. Deputados, não se encontra muita coisa parecida com o estado a que se relegou o Território do Acre. [...] o que existe é omissão, displicência e desconhecimento. Não se compreende as lutas para sua incorporação, se em seguida foi abandonado à própria sorte, destacando-se para ali, às vezes bisonhos emissários do poder central, desambientados, ou desocupados, verdadeiros ditadores mirins, sem o menor tirocínio administrativo, e nem ao menos vocação para a arte de governar.

Correram cinquenta anos sobre o Tratado de Petrópolis. E o Acre! Com supressa dos revolucionários, foi criada uma forma de governo

²⁷ O Major do Exército José Guimard dos Santos, o *pai do Estado do Acre*, foi governador do Território de 1946 a 1950. Depois foi eleito pelo Acre deputado federal de 1951 a 1962. Concorreu às eleições de 1962 para 1º governador do Estado do Acre, todavia foi derrotado pelo acreano José Augusto. Nesse mesmo pleito eleitoral foi eleito senador (na época era permitido concorrer a dois cargos). E em 1970 foi reeleito senador, cargo que exerceu até 1983, quando veio a falecer (Página 20, em 23-03-2007).

desconhecida até então entre nós Custa a crer que a partir de 1904 se tenha dividido a população do Brasil em duas categorias – a dos habitantes dos estados, no uso pleno e no gozo de todas as características de cidadania, e a dos habitantes do Acre. Estes não tinham, como ainda não tem, direitos políticos integrais. É em tal sentido ... que apresentarei projeto a Câmara pleiteando para o Acre um estatuto de Estado (Bezerra, 1992: 43-50)²⁸.

A questão da falta de tirocínio administrativo era detrimento da falta de compromisso da maioria dos governadores nomeados com a população local. Estes são comparados as “aves de arribação”, pois chegavam ao Acre somente para se “acasalarem com o poder e garantir uma gorda aposentadoria em função de servirem em local tão ermo e rarefeito de civilização”, como alguns afirmavam. Assumir qualquer compromisso no Acre era um meio de “consertar as avarias financeiras, um estágio para promoção de oficiais com o soldo dobrado pelo doloroso sacrifício de viver entre os índios” (Costa, 2005[1924]: 148). Todavia o sonho de todos, quando acabava o prazo da nomeação, era baixar o rio. Para Osmir Lima, José Guiomard dos Santos teve muita sensibilidade ao perceber essa insatisfação e assumir a bandeira de defender a criação do Estado do Acre. Para isso, traz a tona o slogan “O Acre para os Acreanos”, que significava que os “acreanos” deveriam escolher seus governantes. Essa palavra de ordem, “não tinha esse sentido dos nascidos no Acre e sim para os que estavam aqui trabalhando”. Exemplo disso é o caso do Coronel Mâncio Lima, contado por um neto. Este “cearense de Russas, no Ceará, chegara ao Juruá em 1899; foi seringalista, amansador de índios, mas era considerado acreano”, porque “ele resolveu dedicar a sua vida aqui nessa terra que escolhera para centro de suas atividades econômicas” (entrevista com Osmir Lima, em abril de 2008).

Além das questões relacionadas a dar voz e voto aos acreanos, José Guiomard dos Santos acenava que a elevação do Acre a Estado significaria a “possibilidade de viabilizar um projeto de desenvolvimento para a região, embora formulado e gestado de fora para dentro” (Bezerra, 2006: 147). Além disso, significaria a elaboração de uma constituição estadual com representantes da política local.

Após a apresentação do Projeto de Lei começa a se fortalecer no Acre o movimento pró-autonomia. O CCA se transforma na Legião Autonomista

²⁸ Discurso proferido na sessão da câmara Federal em 17-11-1953

e/ou Comitê Pró-Autonomia, que passa a divulgar os ideais em prol da criação do Estado do Acre. A Legião Autonomista acreana teve marcante atuação política principalmente em Rio Branco. Os ideais autonomistas eram constantemente reafirmados na publicação de matérias em jornais como o Renovação²⁹, como esta assinada pelo articulista Mário de Oliveira em 1954 e reeditada no Jornal Gazeta do Acre em maio de 1980:

O acreanismo era uma idéia-força, gerada no inconformismo contra atitude impatriótica do governo brasileiro (...) e argumentava que o Acre nasceu de uma rebeldia ao conformismo. O Acre apareceu na história brasileira como um fenômeno de ordem moral. (...) O acreanismo não se tratava de nenhum regionalismo estreito; o movimento é uma ação a serviço de uma idéia, que vem de longe, que tem raízes profundas (Fernandes, 1999: 61).

O Comitê Pró-Autonomia do Vale do Acre também lançou Manifesto, no qual orientava a população acreana sobre as principais questões em torno da “autonomia”, tais como:

I – defender a autonomia do Acre, independente da política partidária, zelando pela conservação das bases em que está redigido o Projeto já de conhecimento público;

II – ter sempre em mente que o ídolo dos acreanos, Plácido de Castro e seus comandados, ao lutarem para que nosso território fosse Brasil, com a denominação de Estado do Acre, outra intenção não tiveram senão tornar-nos iguais em direitos e deveres, aos demais cidadãos brasileiros (Bezerra, 2006: 152).

O comitê autonomista recebia apoio do governador do Território, como do Coronel Fontenelle de Castro (1958 a 1961) e também dos aparelhos oficiais como do jornal *O Acre*, veículo de comunicação oficial do governo do Território (Bezerra, 2006). Mas o que popularizou a proposta de criação do Estado do Acre foi por que José Guimard dos Santos teve um “ato de surpreendente esperteza política”. Quando ele foi governador não deixou nenhum município sem a nomeação de alguém de uma família importante e isso “agradava a oligarquia” local (Osmir Lima, entrevista em abril de 2008).

²⁹ O Jornal Renovação, segundo um dos seus fundadores Foch Jardim, era um jornal heterogêneo criado por um grupo de intelectuais acreanos. O mesmo defendia o slogan O Acre para os Acreanos, admitindo que acreano era aquele que estivesse radicado a tempo no Acre e sobretudo quem não concordasse com a política dos coronéis Oscar Passos e Guimard dos Santos (Varadouro, dez. 1977).

Papéis importantes tiveram também as legionárias, como ressaltou a autonomista Iriscélia Cabanellas, bandeirante do comitê pró-autonomia. As legionárias:

cantavam as canções criadas por pessoas ligadas ao Guiomard dos Santos e ao Comitê Pró-Autonomia para criar uma consciência nos jovens, para divulgar a proposta autonomista (Iriscélia Cabanellas, entrevista em 16-04-2008).

As discussões centradas na campanha em prol da emancipação política estavam baseadas nos seguintes argumentos, que eram performaticamente proferidos por José Guiomard dos Santos: “com a criação do Estado teríamos mais recursos” (entrevista com Iriscélia Cabanellas, em 16-04-2008). O Guiomard dizia:

o Brasil é uma federação e nós vamos ser em pé de igualdade um membro dessa federação, porque como território a gente não somos nada. Mas se formos um membro dessa federação, politicamente autônoma nós vamos poder exigir o que cabe do governo federal nos dar, que nem está dando isso, ele está nos esmolando, mas se nós formos politicamente autônomos nós vamos exigir o que nos cabe, e a parte que nos cabe será muito mais e vamos poder gerir a nossa própria independência financeira (Iriscélia Cabanellas, entrevista em 16-04-2008).

Mas nem tudo foi consenso. O projeto de José Guiomard dos Santos teve resistências no próprio Território do Acre. A campanha de resistência (dos de dentro) à autonomia foi de dois tipos: a relacionada às questões econômicas e as relacionadas à questão política.

Do ponto de vista econômico, o caso dos comerciantes e seringalistas são bem expressivos. Estes temiam o aumento dos impostos e as questões trabalhistas. Do ponto de vista político existia: a resistência empreendida pela classe política e/ou dominante do Juruá, principalmente de Cruzeiro do Sul que historicamente vinha recebendo menos investimento que Rio Branco, capital do Território. Segundo Bezerra (2006) os seringalistas do Juruá também tinham medo de perderem a autonomia política que detinham.

Desse ponto de vista, os casos da família Nobre em Cruzeiro do Sul e a fala do presidente da Associação Comercial do Acre daquela época, são elucidativos:

O movimento autonomista já vinha desde o Coronel Mâncio Lima e outros de Cruzeiro do Sul. Era um movimento grande. Mas depois do Coronel (ter morrido) ficou adormecido. Quando o Guiomard dos Santos apareceu falando do projeto do Acre-Estado, os grandes comerciantes de Cruzeiro do Sul e de outros municípios ficaram com medo do imposto. Então eles não abraçaram de imediato a causa (Cláudio Nobre³⁰ em entrevista a Bezerra, 2006: 222).

Os comerciantes e seringalistas, tanto do vale do Acre quanto do Juruá tinham um receio em comum, que fazia sua grande maioria ser contra ou ver com certa desconfiança a possibilidade do Acre ser elevado a categoria de Estado. Esse receio era em relação a um possível aumento dos impostos sobre as mercadorias que comercializavam e sobre o extrativismo da borracha. Em um evento ocorrido em Rio Branco, patrocinado pela Associação Comercial e Associação dos Seringalistas, que reuniu no mesmo evento — José Guiomard dos Santos e Oscar Passos, — isso fica patente quando os dois grupos patronais manifestaram suas preocupações diante de ambos os deputados.

O próprio presidente da Associação Comercial, Abrahim Isper Júnior, ao abrir a solenidade, sob os “auspícios das classes conservadoras” – Associação Comercial do Acre e Associação dos Seringalistas ressaltavam que:

o grande medo ... são os impostos que fatalmente surgirão com a transformação do nosso Território em Estado. Medo também da burocracia, de uma máquina estatal que trará para aqui Alfândega, Ministério do Trabalho, Delegacia do Imposto de Renda, Capitania dos Portos, Instituto de Previdência Social, Sindicatos e quanta coisa mais que das vezes dificulta, embaraça e por demais aperreia os homens que querem liberdade de trabalho, liberdade de ação³¹ (Bezerra, 1992: 289-330).

Ao mesmo tempo, Abrahim chamava a atenção para caso o Acre fosse elevado a Estado aproveitar-se-ia de suas vantagens políticas, como a eleição de “seus governadores ... principalmente por que somos nós, os homens do Acre, que teremos que legislar para esta região querida” (Bezerra, 1992: 289-293).

Como fica evidente nessa fala, o maior temor para a maioria dos comerciantes e seringalistas era que o Estado trouxesse novos ordenamentos

³⁰ Cláudio Nobre, integrante da família Quirino Nobre, abastado proprietário de seringais e casas comerciais em Cruzeiro do Sul e também integrante do PSD.

³¹ Debate ocorrido no ano de 1957.

fiscais e jurídicos por meio de órgãos reguladores e burocráticos. Isso alteraria sobremaneira toda estrutura na qual se assentavam os procedimentos comerciais e as relações de trabalho não formalizadas em contrato, além da diminuição de suas margens de lucros, bem como a possibilidade de uma fiscalização sobre suas atividades econômicas, que durante longo tempo permaneceram ao largo de qualquer injunção estatal de caráter regulatório. Liberdade, era ficar livre de qualquer ingerência do poder público que pudesse “prejudicar” seus negócios.

Do Juruá, as manifestações contrárias à autonomia foram organizadas pelo “Comitê Pró-Território do Juruá”, composto por membros das associações: Comercial, dos Seringalistas e dos Proprietários Rurais. Os principais argumentos utilizados pelos membros desse comitê diziam respeito à concentração da aplicação dos recursos federais no Vale do Acre e a falta de investimentos no Juruá, o que se caracterizava como um atraso na implantação da infra-estrutura e da distribuição do emprego público. Nesse sentido “...o Vale do Juruá que é a metade do Acre, não está em condições de fazer parte do Estado autônomo do Acre, pois além da falta de vida própria, há a encarar o fator capital”, esse era o argumento principal. Em suma, a proposta que vinha do Juruá dizia que: “se o Vale do Acre, (...), pela situação financeira estiver em condições de reclamar a sua autonomia, que se constitua em Estado, e se faça do Vale do Juruá um Território” Federal (Bezerra, 1992: 79). Esse pensamento prevaleceu no Juruá até meados de 1958, quando se criou o seu subcomitê Pró-Autonomia do Acre.

Oscar Passos³², por sua vez, utilizava como justificativa em sua oposição ao Projeto de Guimard dos Santos, o “subterfúgio de que o Acre não tinha recursos econômicos para caminhar em direção a uma autonomia nos moldes que seu opositor desejava”. Com isso, ele procurava granjear para si o apoio dos seringalistas e comerciantes acreanos, que nas suas palavras “desde muito há essa mania de perseguir esses homens sem os quais o Acre não seria nada”. Mas ressaltava que não era um opositor da autonomia

³² O militar gaúcho Oscar Passos veio para o Acre a fim de assumir o cargo de governador do Território, no início da década de 1940, mas se afastou em 1942, para assumir a direção do Banco de Crédito da Borracha. Foi deputado federal pelo Acre de 1951 a 1963 e Senador da República pelo Acre de 1963 a 1971.

acreana e, sim, contra a proposta de Guimard dos Santos. Na sua contradita, dizia em tom indagativo: “que vantagem advirá da imediata autonomia do Acre? Positivamente nenhuma. Vantagens terão os mandões atuais, que tudo farão para se manter no poder e sugar mais e mais a anemia da economia acreana” (Silva, 2002a: 65).

Com isso, Oscar Passos conseguia o apoio dos seringalistas e comerciantes acreanos, temerosos com as obrigações do possível Estado. Mas ele reconhecia a necessidade da autonomia acreana, dizendo que:

Não há quem de boa fé, possa ser contrário à autonomia dos territórios brasileiros, aspiração máxima dos seus habitantes e objetivo que encontra guarida na própria Constituição.

No caso especial do Acre, com mais forte razão, é de reconhecer a urgência da solução, já pela experiência dolorosa porque tem passado as suas populações, submetidas a tirania do capricho, do interesse político ou não, da incompetência de administrações alienígenas, que lhe são impostas, já por se tratar do mais antigo Território. Nesse último aspecto é de levar em conta que os brasileiros do Acre demonstram, há mais de meio século, capacidade, decisão e bravura para repelir violentamente a dominação estrangeira. Se estas qualidades tivessem sido convenientemente aproveitadas e orientadas na paz, como o foram na guerra, já o Acre ... estaria a brilhar na constelação dos Estados brasileiros (Bezerra, 1992: 61-66).

E justificava que em função da atividade econômica que sempre prevaleceu no Acre, o extrativismo do látex e a falta de outras atividades explicam em parte o desejo de autonomia, mas reconhecia que esse desejo e/ou a euforia em torno da autonomia se dava em função do atrelamento dessa população com o governo, pois:

A corrida para o emprego público, estimulada pelos detentores do poder é normal e imperiosa.

... Acorrentados ao governo pela inevitável dependência econômica dificilmente poderão essas populações manifestar livremente a sua preferência política ou sequer a sua opinião sobre os detentores do poder local.

... Politicamente o Acre e sua população nada lucrariam... A eleição do governador e da Assembléia Legislativa seria uma farsa... No momento presente como é público, a União entrega ao Acre mais de 300 milhões de cruzeiros por ano e arrecada ... apenas 3 ou 4 milhões. Com a emancipação do Território, a União não fornecerá mais verbas. ... Os 300 milhões terão que ser arrecadados do próprio povo acreano (Bezerra, 1992: 61-66).

Questão, essa, reforçada por Osmir Lima:

Havia um termo que o PTB pregava que o Acre elevado a categoria de Estado não teria condições de se manter porque a borracha estava em declínio, em 1957, e nós não tínhamos nenhuma outra riqueza, com isso se pregava de que era um retrocesso e nós iríamos sofrer com a criação do Estado (Osmir Lima, entrevista em abril de 2008).

Vale ressaltar que José Guiomard dos Santos e Oscar Passos, durante, cerca de três décadas (1940-1960), militaram em campos partidários opostos e monopolizaram durante muito tempo a vida política acreana. Os dois foram governadores nomeados do Território do Acre, depois passaram a se dedicar ao parlamento federal e se tornaram as principais lideranças de seus partidos no Acre. Os dois fundaram o PSD e PTB respectivamente³³. O PSD de José Guiomard dos Santos tinha como base de sustentação política os seringalistas, comerciantes e funcionários mais graduados. Mas tinha grande penetração junto às camadas populares graças à prática clientelista que adotava. Já o PTB tinha como base as camadas populares,

Era muito difícil um seringalista ser do PTB. Precisava ter coragem. O PTB era uma espécie de PT, quando começou precisava ter muita coragem pra botar a cabeça pra fora, porque era perseguido. Não vendia borracha, não conseguia financiamento com o Banco da Amazônia. Os parentes eram perseguidos ... O PTB tinha um pouco de elite, mas era mais funcionários (Bezerra, 2006: 216).

Foi por meio do hábil manejo do aparato estatal que Oscar Passos e Guiomard dos Santos – apesar de serem de fora – firmaram-se como os principais chefes políticos da história do Acre após 1930. Investidos de poderes delegados diretamente pela Presidência da República, de suas patentes militares e, posteriormente, dos cargos parlamentares, constituíram-se, ao longo do tempo, em autoridades “capazes de arbitrar as contendas entre as oligarquias em torno das disputas pelo domínio do aparato burocrático administrativo” (Bezerra, 2006: 218).

Com a criação do bipartidarismo em 1965 pelo Ato Institucional nº 02, e Ato Complementar nº 04, José Guiomard dos Santos e Oscar Passos,

³³ Antes destes partidos houvera no Acre o Partido Construtor de situação e os Legionários, que formavam um bloco de oposição, além dos Partidos Autonomistas.

PSD e PTB respectivamente, partidos extintos naquela ocasião, continuaram a comandar a vida política local. Guiomard dos Santos dirigiu a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e Oscar Passos tornou-se Presidente do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), cada um deles arrebanhando seus correligionários para as novas legendas.

Após a aprovação da Lei de criação do Estado do Acre, iniciou-se a campanha para a primeira eleição de governador do Estado.

A disputa da primeira campanha eleitoral para o cargo de governador do Acre foi polarizada entre José Guiomard dos Santos, pelo PSD, e o acreano José Augusto de Araújo, pelo PTB (que concorreu também para o legislativo federal). Com o slogan o “Acre para os Acreanos”³⁴, o qual pressupunha que não se deveriam aceitar mais governantes estranhos ao Acre e/ou não comprometidos com ele, o acreano (cruzeirense) José Augusto ganha a eleição (para os dois mandatos), apesar de seu partido político ter sido contrário à criação do Estado do Acre, porém o fato de ser acreano contava muito a seu favor. José Augusto recebeu mais votos para governador do que Guiomard dos Santos para o senado e optou por este cargo. Para o historiador Marcus Vinicius, isso é sintomático da luta em prol da autonomia que remonta a Revolução Acreana, pois nunca mais se elegeu nenhum governador do Acre que não fosse acreano.

O grande argumento utilizado pelos partidários de José Augusto foi o slogan “O Acre para os acreanos”, e também o novo contra o velho, um rapaz jovem contra a cacicada, um acreano contra um mineiro. O apoio político de Guiomard dos Santos era a direita, as famílias mais tradicionais, os comerciantes, seringalistas e funcionários públicos. O apoio político de José Augusto era as famílias de esquerda, os simpatizantes do socialismo, as pessoas de “idéias vermelhas” (entrevista com Iriscélia Cabanellas, em abril de 2008).

³⁴ A idéia contida no slogan “O Acre para os Acreanos” advém das questões do início do século XX, mas como slogan remonta à década de 1950. Bezerra (2006) apresenta argumentos no qual esta idéia era reforçada no início desta década. Quando foi indicado para governador do Território Federal o médico Abel Pinheiro Macedo Filho, já que até então nenhum acreano tinha sido indicado para governar o Acre. Este apesar de não ter nascido no Acre (era amazonense) estava radicado a 20 anos no Território e era “considerado” acreano.

A eleição de José Augusto foi considerada, para alguns autonomistas como uma traição ao “pai do Acre”, à José Guimard dos Santos. Na avaliação de Iriscélia Cabanellas:

Os caciques entenderam como uma traição do povo acreano, mas eu entendi como o resultado de uma conscientização política, de um processo que precisava mudar, pois não adiantava mudar a condição de estado se não mudasse a mentalidade política (Iriscélia Cabanellas, entrevista em 16-04-2008).

A vitória eleitoral de José Augusto representou, segundo Bezerra (2006), uma demonstração da força popular, do entusiasmo de colocar nos destinos do recém-criado Estado um acreano. Mas não foi bem assim, pois a “força popular” a que se refere a historiadora era de apenas 12% da população acreana apta a votar, pois o restante da população era analfabeta. E a grande maioria da população do estado (74%) vivia na zona rural, no interior da floresta e sem contato com o dia-a-dia das questões políticas do território Federal (silva, 2002a).

Esses dois eventos, que discutimos neste capítulo, Revolução Acreana (conquista territorial) e Movimento Autonomista (autonomia territorial), foram eventos re-significados em torno da acreanidade, contudo já eram símbolos identitários do Acre. No próximo capítulo, iremos discutir o movimento social de índios e seringueiros contra a expropriação territorial nas décadas de 1970 e 1980, evento inserido pelo Governo da Floresta, como o símbolo da defesa da floresta e, portanto, da acreanidade.

CAPÍTULO 03 – A RE-SIGNIFICAÇÃO DA IDENTIDADE ACREANA: O MOVIMENTO SOCIAL DE ÍNDIOS E SERINGUEIROS COMO SÍMBOLO DA “DEFESA DA FLORESTA”

O discurso identitário da construção da acreanidade, o qual re-significa o acreano e os eventos históricos que lhe dão sustentação, dá um amplo destaque à trajetória de índios e seringueiros no Acre. Nesse sentido, é enfatizado o fato de seringueiros e índios resistirem à expropriação de seus territórios e proporem alternativas de usos destes: os territórios reservados aos povos da floresta.

A construção da identidade, como discutida em Castells (2000: 24), possui três formas e/ou origens: uma é a *identidade de resistência*: a qual é criada por sujeitos que se “encontram em posição/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação”. E, nesse sentido, os sujeitos constroem “trincheiras de resistências e de sobrevivência com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições da sociedade”. A outra origem é a *identidade de projeto*: que ocorre quando os sujeitos sociais, “utilizando-se de qualquer tipo de material cultural ao seu alcance, constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade e, ao fazê-lo, buscam a transformação de toda estrutura social”. Já a terceira origem, a *identidade legitimadora*, é a “introduzida pelas instituições dominantes da sociedade no intuito de expandir e racionalizar sua dominação” em relação aos diversos sujeitos. Mas, isso não quer dizer que essas três origens sejam estanques, pois uma identidade que se organiza como de resistência, subalterna, pode se tornar uma identidade de projeto, transformadora e, portanto, tornar-se legitimadora de uma nova ordem social.

Nesse capítulo objetivamos discutir a trajetória de índios e seringueiros no Acre a partir do movimento social de resistência à pecuarização do Estado do Acre e/ou a construção de uma identidade de resistência. Isto é, discutiremos a construção das identidades dos diferentes povos indígenas e dos seringueiros em sua relação com os empresários do Centro-Sul que se dirigiram ao Acre a partir da década de 1970. Também, as proposições do movimento social (identidade de projeto) que são apropriadas pelo Governo da Floresta na elaboração de políticas públicas e territoriais, sob

o rótulo de “desenvolvimento sustentável”, as quais são legitimadas pelas idéias e ideais de índios e seringueiros.

A construção da identidade do acreano, no contexto dos anos de 1970 e 1980, teve como seu opositor o “paulista”. Este representava os protagonistas da frente agropecuária, os empresários do Centro Sul do país, que - apoiados pelo governo dos militares - se apossaram dos territórios tradicionais de índios e seringueiros. A oposição entre os acreanos (índios e seringueiros) e os “paulistas”, foi construída ao longo do movimento de resistência contra a expropriação da terra, contra a transformação das “colocações-seringal” em fazendas e contra a derrubada de seringueiras e castanheiras para a formação de pastos (Paula, 2005 e Porto-Gonçalves, 1998).

A década de 1970, no Acre foi marcada por intensos conflitos entre os paulistas, os “novos donos” dos seringais e os seringueiros e índios, os moradores tradicionais da floresta. Desse conflito, emergem dois movimentos sociais: o indígena e o seringueiro, ambos lutando pela permanência nos seus territórios tradicionais e por um certo *habitus* acreano.

3.1 – Movimento Social dos Seringueiros do Acre: resistência à pecuarização e “invenção de direitos”

O movimento social de índios e seringueiros, no Acre, se contrapunha ao modelo de desenvolvimento econômico proposto pelo Governo dos Militares (1964-1985) para a Amazônia. Esse modelo começa a se concretizar em 1966, com o lançamento da Operação Amazônica que criou a SUDAM³⁵, o BASA³⁶ e a Lei de Incentivos Fiscais.

No plano estadual, é preciso destacar dois perfis de governadores da década de 1970: um que atuou no sentido de atrair investidores do Centro-Sul (os paulistas), e outro que atuou no sentido de frear a pecuarização. O primeiro foi Wanderlei Dantas (1971-1975), o governador que mais incentivou a migração de paulistas para o Acre. Esse governador, por meio de uma ampla campanha nos meios de comunicação do Centro-Sul, exaltava o potencial de

³⁵ A Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia foi criada para substituir a SPVEA (1953) com a justificativa de revigorar o desenvolvimento da Amazônia, visando sua efetiva e definitiva incorporação à economia nacional.

³⁶ O Banco da Amazônia foi criado em substituição ao Banco de Crédito da Amazônia que se destinava ao fomento da produção de borracha.

fertilidade dos solos acreano e suas múltiplas aptidões para as atividades ligadas à agropecuária em geral. Com isso criava-se o “mito da pecuarização”, o qual apregoava que “cortar seringa e quebrar castanha”, tornavam-se “atividades desprezíveis e retrógradas” (Varadouro, agosto de 1977). Exaltava também os baixos preços da terra e a garantia da abertura de estrada para o Pacífico (BR-317), o que formaria um corredor de exportação para o mercado asiático e costa oeste dos EUA. “Acre, a nova Canaã, um nordeste sem seca, um sul sem geadas. Invista no Acre e exporte pelo Pacífico”, era o slogan que aparecia nas rádios e em cartazes espalhados em hotéis, aeroportos, rodoviárias e outros lugares públicos do Centro-Sul (Paula, 1991: 72). Os agentes do governo, como ressaltou Chico Mendes, “diziam que o Acre tinha terra barata”, mas não disseram que “lá dentro tinha os trabalhadores posseiros” que habitavam “aquela terra, que foram eles que realmente conquistaram essa terra para o Brasil” (Chico Mendes em entrevista a Allegretti (2002), em maio de 1981).

O período do governo de Wanderlei Dantas foi de intensos conflitos, de intensa migração de seringueiros tanto para os espaços urbanos (principalmente Rio Branco) quanto para os seringais da Bolívia. Em 1977, segundo reportagem do Jornal Varadouro (set., 1977), 40 mil seringueiros acreanos (aí incluídos os índios e caboclos) migraram para as cabeceiras dos rios Juruá (Vale do Juruá), Purus, Acre (Vale do Acre), Abunã e Xipamanu, na Amazônia boliviana. Foi também, nesta década, que se iniciou a organização política de seringueiros e índios em decorrência da transferência das terras acreanas para empresários do Centro-Sul. Em 1978, o Jornal Varadouro fazia a seguinte avaliação da concentração fundiária decorrente da transferência das terras acreanas para os empresários do Centro-Sul:

dos 4.280 mil hectares vendidos a proprietários de fora, no período de 1970 e 1974, mais de 30% passou para o poder de apenas quatro proprietários. No Acre, aconteceram desses fatos dificilmente repetíveis em qualquer outra parte: as fazendas Novo Oeste, do grupo Atlântica Boa Vista, e a Califórnia, do grupo Atalla (COPERSUCAR), ocupam nada menos do que uma área de 1,9 milhões de hectares (Varadouro, fev.1978).

Os empresários do Centro-Sul vieram de “braços dados com seus jagunços e aqui encontraram outros aliados”, como o governador Wanderlei

Dantas, os “chefes de cartório, alguns juízes e a polícia”. Em poucos anos “compraram a maior parte dos 15 milhões de hectares” de terras e “desarrumaram a vida de 40 mil famílias de seringueiros” e de índios, em conformidade com a nova ordem econômica, estimulada pelo governo federal e estadual que defendiam “a pecuária em vez da borracha. O boi no lugar do homem”. Os incentivos fiscais, juntamente com as agências federais, “operaram o milagre de transformar grileiros e jagunços em empresários de boa fé”. Mesmo que estes “queimassem barracas de seringueiros”, desmatassem e se apossassem de “terras indígenas... continuavam sendo de boa fé para o governo e os órgãos de desenvolvimento” e, por conseguinte bem-vindos ao Acre (Varadouro, maio de 1980a).

O segundo governador foi Geraldo Gurgel de Mesquita (1975-1979)³⁷, militante autonomista do Acre, comprometido, portanto, com a causa dos acreanos. Geraldo Mesquita governou o Estado do Acre em um contexto também de intensos conflitos entre seringueiros-índios e fazendeiros. Mas, Mesquita manteve uma política restritiva à expansão da pecuária no Acre. Naquela época, dizia:

a borracha, mais que uma contingência histórica na vida do Acre, é uma realidade econômica insofismável. Seu desempenho, na composição tributária estadual ainda é cerca de 10 vezes superior ao do setor agropecuário, como um todo Os novos povoadores, entretanto, estão se dedicando, principalmente, à pecuária. Têm-se, dessa forma, dois Acres distintos: um avançando e outro recuando (Varadouro, agosto de 1977).

Segundo Paula (1991), esse governo agiu no sentido de “criar obstáculos à liberdade de financiamentos e incentivos fiscais para a expansão de projetos ligados à pecuária extensiva na região” (p. 108), utilizando, inclusive, a sua influência política junto aos agentes financeiros federais como tentativa de reter ou suspender os financiamentos de projetos voltados para a implantação da pecuária extensiva. Ele defendia uma política de apoio ao extrativismo, sintetizado na seguinte passagem:

³⁷ O Jornal Varadouro em dezembro de 1977 assim se referia a Geraldo Gurgel de Mesquita “fibra do homem acreano que conquistou com armas na mão o seu espaço vital, que sempre publicou jornais de garra (Jornal Renovação) e subiu as tribunas para denunciar as imposições políticas do século até os tempos atuais, atravessando toda uma seqüela de intervenções e arbítrio de figurões alienígenas”.

manutenção do seringal nativo onde ainda for produtivo, diversificação das atividades primárias no vale do Rio Acre com a agricultura de produtos de mercado na base de propriedade familiar e média empresa agrícola. A pecuária de corte está fora, é predatória, ocupa grandes áreas e isso implica em desmatamentos descontrolados, ocupa pouca mão-de-obra e seria um desperdício gastar solos de alta fertilidade com pastagens (Paula, 1991: 110).

Os movimentos sociais que emergiram a partir da década de 1970 no Acre estão relacionados, simultaneamente, à resistência da destruição do modelo anterior (seringal empresa), à contestação do novo (a pecuarização), e à busca de soluções que contemplassem as especificidades do modo de vida de índios e seringueiros. Para serem compreendidos, é necessário identificar as diferentes etapas desse processo e os desdobramentos que produziram e influenciaram cada momento. A desagregação da empresa seringalista facilitou o surgimento do seringueiro autônomo³⁸; a venda dos seringais para os paulistas levou à expulsão de muitos seringueiros autônomos para a periferia das cidades e países vizinhos, Bolívia e Peru; também houve a incorporação de alguns como diaristas e peões das fazendas. Com a atuação dos mediadores (CEBs³⁹ e Confederação Nacional dos Trabalhadores de Agricultura-CONTAG) e a criação dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, os seringueiros foram legalmente definidos como posseiros e passaram a ter direito a uma indenização monetária ou a uma parcela de terra nos projetos de assentamento do INCRA; a constatação de que estes benefícios não compensavam a perda da posição de seringueiro autônomo, levou a um novo momento: o de resistência à expropriação territorial e identificação do fato gerador dos conflitos, os desmatamentos para a instalação de fazendas de criação de animais e os desmatamentos decorrentes da exploração madeireira. Daí constataram que a destruição da floresta levava “à eliminação definitiva do meio de vida desses grupos sociais”. Diante dessa constatação, o movimento torna-se propositivo

³⁸ O seringueiro “autônomo”, ou *liberto*, é um seringueiro sem *patrão*, que comercializa a borracha por conta própria, não paga renda pelas estradas de seringa, combina diferentes atividades produtivas, conforme suas necessidades e as características do mercado, e exerce controle sobre sua *colocação*. Emergiu no bojo da desagregação da empresa seringalista. O surgimento do *liberto* levou à classificação do seu oposto como *cativo*, o seringueiro que vivia sob ordens de um *patrão*, pagava renda pelas estradas de seringa e só podia vender a borracha no *barracão* (Allegratti, 2002 e O’Dwyer, 1998).

³⁹ As CEBs foram inspiradas na teologia da libertação.

em busca da criação de Reservas Extrativistas e Terras Indígenas (Allegretti, 2002: 191).

No contexto do avanço da frente agropecuária, pode-se dizer que houve três tipos de reações por parte dos seringueiros-posseiros e índios-posseiros: em um primeiro momento grande parte deles, intimidados pelas pressões, abandonaram suas colocações de seringa e migraram para os seringais da Bolívia, correndo “atrás das seringueiras à semelhança dos seus antepassados nordestinos, para os quais não existiam fronteiras entre o Acre (Brasil), a Bolívia e o Peru” (Varadouro, maio de 1978a); outro contingente migrou para as periferias urbanas, principalmente para Rio Branco, e, uma terceira parcela, reagiu contra os “paulistas”, iniciando uma longa jornada de lutas de resistência pela posse da terra.

A propaganda governamental, aliada ao endividamento dos seringalistas⁴⁰ (uma vez que o monopólio da borracha tinha sido extinto), aos novos incentivos fiscais para a diversificação de atividades produtivas e, os baixos preços da terra, foi motivação suficiente para que as terras acreanas pouco a pouco fossem transferidas a agropecuaristas do Centro-Sul. Os primeiros compradores de terras “chegaram ao Acre no início da década de 1970 e parecia interessar-se mais pela especulação fundiária do que ... pela implantação de fazendas de pecuária de corte” (Silva, 2003: 167). Já o segundo fluxo de fazendeiros se dedicaram à pecuária. E concomitante a esses, chegaram uma considerável parcela de pequenos e médios proprietários do Centro-Sul, atraídos pelo preço diferencial da terra entre o Sul e o Acre. Vieram também trabalhadores rurais sem terra que foram expropriados de suas áreas, no Centro-Sul do país, como os atingidos pela construção da hidrelétrica de Itaipu (Calaça, 1993).

Os paulistas “vieram como revoadas de jacus, compraram os seringais, expulsando milhares de seringueiros e desestabilizando o frágil equilíbrio sócio-econômico apoiado no extrativismo da borracha”. Estes começaram a chegar no início da década de 1970, e vinham junto com o “grileiro, com o tabelião, o rábula, o especialista em escrituras. Vieram fazer a

⁴⁰ No ano de 1978 cerca de 80% dos seringalistas do Vale do Purus-Acre estavam com dívidas no BASA. Essas remontavam ao “tempo em que muitos deles pegavam os financiamentos” que eram aplicados em outras atividades (Varadouro, maio de 1978a).

paranização do Acre”, denunciava naquela época o Jornal Varadouro (Varadouro, setembro de 1978).

Os primeiros jagunços chegaram no início da década de 1970, com o fazendeiro

Benedito Tavares de Couto para o Seringal Riozinho onde confinaram 200 trabalhadores numa área a ser desmatada. A segunda safra chegou no Seringal Carmem em Brasília para expulsar posseiros ou forçá-los a aceitar indenizações pelas terras (Varadouro, abril de 1981).

Eles chegaram de “botas cano longo, chapelão de vaqueiro, armas penduradas ostensivamente na cintura e, não raro, um policial a tiracolo, ou um oficial de justiça”, eles invadiam barracos e estabeleciam os prazos para a expulsão de seringueiros e índios (Varadouro, abril de 1981).

Grande quantidade de seringais e florestas foi “comprada” e esperavam valorização futura no mercado de terras. Para justificar o recebimento de recursos federais, os paulistas procederam, por um lado, com a derrubada da floresta para abertura de campo, pastagens, sedes de fazendas e, por outro lado, reativaram o aviamento e a produção de borracha em suas fazendas⁴¹. Esse processo resultou no alastramento de conflitos pela posse da terra, confrontando os “novos proprietários do Acre” contra seringueiros, barranqueiros e índios que tradicionalmente habitavam e trabalhavam nos antigos seringais (Varadouro, agosto de 1978a). A partir daí grande parte dos seringais saiu das mãos dos antigos seringalistas para os empresários do Centro-Sul, comprados no período de 1971 a 1979, como podemos perceber no quadro 03.

⁴¹ Mary Allegretti Zanon (1979) em sua dissertação de mestrado mostra a estratégia dos empresários “paulistas” para aproveitar os incentivos fiscais e para demonstrar a ocupação da terra, caso o INCRA tivesse a intenção de desapropriar a fazenda.

Quadro 03 - Grandes Propriedades de Terras no Estado do Acre na década de 1970

Município e/ou Seringal	Tamanho (ha)	Proprietários ou Grupos Econômicos
Sena Madureira (um dos casos mais escandalosos de grilagem e especulação de terras no Acre)	1 milhão de ha	Colonizadora Agropecuária de São Paulo-Amazonas-COLOAMA (Pedro Aparecido Dotto, Alcebiades Bernardes e Juvenal Girardelli de Jales-SP).
Sena Madureira – Seringal Vale do Rio Chandless	975.000	Nelson Taveira
Tarauacá - Parte dos seringais dos rios Gregório, Acuraua e Tarauacá	600.000	Companhia Paranaense de Colonização Agropecuária e Industrial do Acre-PARANACRE (Grupo Viação Garcia e outros), seringais adquiridos do ex-senador Altervir Leal
Feijó	510.000	Cia. de Desenvolvimento Novo Oeste do grupo Atlântica Boa Vista
Rio Branco e Sena Madureira (seringais Nova Empresa e Santa Rosa)	440.000	José Maria Junqueira, Ismerindo Ribeiro do Vale, Líbero Luchesi e outros.
Feijó	427.000	Fazenda Califórnia (Grupo Atalla)
Cruzeiro do Sul	350.000	Santana Empreendimentos Agropastoril
Tarauacá - Parte dos seringais São Vicente, Tocantins, Estrela do Norte e Havre (AC) e Lorena e Atalaia no AM	300.000	Condomínio Tarauacá do grupo Agapito Lemos
Sena Madureira – Seringal Icuriã	187.000	Cooperativa Agropecuária Alto Iaco-COAPAI (IBC do Paraná)
Tarauacá – Seringais Havre (AC), Lorena e Atalaia no AM	160.000	Agronorte (grupo Agapito Lemos), seringais adquiridas do ex-senador Altervir Leal
Tarauacá	114.000	Agropastoril Leal Indústria e Comércio Ltda. Seringais adquiridos do ex-senador Altervir Leal
Tarauacá	63.000	Condomínio Acuraua (Paraguai Pablo)
Tarauacá – seringais Tocantins, Independência e Foz do Acuraua	60.000	Fazenda Morungaba do grupo Agapito Lemos adquiridas do ex-senador Altervir Leal
Tarauacá – Seringal Araripe	37.000	Agropecuária Cinco Estrelas, do grupo Cruzeiro do Sul
Tarauacá	16.000	Fazenda Boa Esperança (José Bento Valias e Pedro Bento Valias)
Total	5.391.000	

Fonte: elaborado a partir dos dados do Jornal Varadouro, maio de 1980a.

No momento em que começaram a chegar os primeiros grupos de latifundiários do Centro-Sul do país, que, com a propaganda do governo naquela época lançaram mão das terras, principalmente nas margens da BR-317, entram em cena alguns mediadores que foram fundamentais na organização do movimento de resistência. Entre esses mediadores se destacaram a Igreja Católica, por meio das Comunidades Eclesiais de Base-CEBs; o sindicalismo que, pela Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura-CONTAG, organizou os Sindicatos de Trabalhadores Rurais no Acre e o movimento de resistência, em uma primeira fase. Já entre os índios, as Ongs Comissão Pró Índio-CPI e o Conselho Indigenista Missionário-CIMI foram essenciais na conscientização dos direitos indígenas instituídos pelo

recém-criado Estatuto do Índio, e na organização da resistência via “projetos de cooperativas” a partir dos quais os índios se “libertaram” dos domínios do patrão seringalista.

A posição da Igreja fica clara nesse trecho do depoimento de D. Moacyr Grechi (CEBs), à Comissão Parlamentar de Inquérito da Terra, realizado em 1977, no qual ele questiona o modelo de desenvolvimento adotado pelos militares para a Amazônia, e “clama por um desenvolvimento econômico” que leve em consideração a melhoria da qualidade de vida da população que vivia na floresta:

Índios, seringueiros, ribeirinhos, pequenos lavradores (descendentes) dos milhares de nordestinos que se deslocaram a essa área a partir do século passado (XIX) e os milhões de novos imigrantes, nos últimos anos, buscam na Amazônia a última chance de uma vida com o mínimo de condições humanas ... A igreja, procurando ser fiel à mensagem evangélica de libertação integral do homem, interessa-se por um desenvolvimento verdadeiro e apóia as aspirações, exigências e lutas de todos esses homens da região amazônica para conquistar o que necessitam (Varadouro, dez. 1979).

Ao fazer essa opção, a Igreja (no caso a Diocese do Acre e Purus) rompe radicalmente com o seu passado, pois antes a igreja só aparecia junto às comunidades ribeirinhas para fazer a “desobriga”. As desobrigas eram encomendadas e financiadas pelos patrões seringalistas. Naquelas ocasiões, o missionário era hóspede do patrão e durante “esse tempo aproveitava para batizar, confessar, casar e pregar a resignação cristã” (Varadouro, novembro de 1977a). O seringalista “era quem convidava os seringueiros para comparecerem a sua casa ... e os padres não falavam da posse da terra, só davam razão e elogiavam os patrões” (Varadouro, agosto de 1981).

No que diz respeito aos problemas fundiários, em 1973, a Igreja Católica, através das CEBs, divulgava o seu “Catecismo”, o qual informava sobre o que era o Estatuto da Terra, o INCRA, e como resistir às ameaças de expulsão dos seringais. Padre Paolino⁴², um dos padres comprometidos com os movimentos sociais de seringueiros e índios do extrativismo acreano, relata aquela estratégia:

⁴² Padre Paolino Baldassari chegou ao Acre em 1955 e desde então tem se dedicado a defesa das populações tradicionais do Vale do Purus.

Eu dizia para os seringueiros: se você não sabe ler, coloque isso na parede de sua casa. Na hora em que quiserem lhe botar pra fora, mostre pra eles que existe uma lei que protege os seringueiros. Por isso, surgiu uma enorme reação dos fazendeiros, do Prefeito e do gerente do Banco, contra o Catecismo da Terra. Para evitar que só um padre se expusesse, a Igreja assumiu junto, fizemos o decreto de Xapuri (Paula, 1991: 83).

Por meio das CEBs, os seringueiros e índios começaram a tomar consciência de seus direitos e a compreender a necessidade de construir uma união entre eles para lutar contra a pecuarização do Estado do Acre. Dizia Padre Paulino em entrevista ao Jornal Varadouro, em 1979:

São os seringueiros que precisam tomar consciência de sua própria situação. [...] É preciso que todos se unam em torno de seus sindicatos rurais, nas comunidades eclesiais de base. Os seringueiros precisam gritar bem alto e todos juntos, para que as leis sejam cumpridas, as leis que estão no Estatuto da Terra ... (Varadouro, junho de 1979a).

Outra iniciativa da Igreja, sob a coordenação de Padre Paulino, foi a construção das escolas nos seringais dos rios Purus, Iaco e Caeté, que tinha como objetivo alfabetizar e divulgar o Catecismo da Terra. Em entrevista ao Varadouro, Padre Paulino justificou a iniciativa afirmando que, "além de acabar com o analfabetismo, as escolas dão uma consciência crítica aos seringueiros para reclamarem os seus direitos". Padre Paulino acreditava que se os seringueiros soubessem ler poderiam conhecer o Catecismo da Terra e da Política. Poderiam ler o Estatuto da Terra e perceber que, como posseiros, não poderiam ser expulsos de suas ocupações. "Através das escolas", reforça Paulino, "nossa intenção era dar não apenas uma orientação didática ou religiosa, mas uma orientação de libertação" (Varadouro, junho de 1979a).

Foi nesse contexto que o sindicalismo rural chegou ao Acre por meio da CONTAG, em 1975, e encontrou um campo fértil preparado pela igreja. Na avaliação de Chico Mendes, não foi difícil fundar os sindicatos, por que:

todo mundo estava vivendo o problema e a gente já tinha certa orientação para defender a terra. Mas houve, sim, algumas incompreensões de alguns companheiros e principalmente pressões dos patrões seringalistas e dos fazendeiros (Varadouro, março de 1980).

A atuação da CONTAG foi, a princípio, um trabalho de conscientização e organização para “juntar o pessoal” e forjar a criação de uma identidade de “posseiros”, de trabalhadores rurais entre os seringueiros, uma vez que com a desarticulação do “movimento dos seringais” eles continuaram a viver por conta e risco próprios.

Na avaliação dos seringueiros, o sindicato representou um importante momento na luta contra a expropriação, pois,

antes do sindicato chegar, nós vivia no maior cativeiro do mundo, os patrões faziam o que queriam. Depois chegou o Sindicato explicando os direitos e as leis que protegem os posseiros e hoje nós não estamos libertos, mas pelo menos já temos um amparo (fala de um seringueiro, publicada no Varadouro, out. de 1979).

Como fruto da atuação da CONTAG, fundou-se os sindicatos de Sena Madureira e Brasília, em 1975, Rio Branco, Cruzeiro do Sul e Tarauacá, em 1976 e; Xapuri e Feijó, em 1977 (Paula, 1991).

O Estatuto da Terra foi a primeira cartilha de orientação aos seringueiros, com base no qual se iniciou o processo de reconhecimento do seringueiro como posseiro. Chico Mendes assim se expressa sobre a temática: “a gente iniciou um processo de luta e começamos, então, um trabalho urgente e imediato explicando a todos os seringueiros os direitos que a gente tinha sobre a terra” (Chico Mendes, em entrevista a Allegretti, 2002: 230).

Definir o seringueiro como posseiro significava aplicar o Estatuto da Terra, o que implicava reconhecer o direito à indenização por benfeitorias existentes na área onde morava e preferência na aquisição de uma parcela de terra ou da legitimação da posse, como colonos. Foi com base nesses princípios que a CONTAG atuou nos conflitos, primeiro assegurando que os seringueiros ameaçados de expulsão recebessem indenização pelas benfeitorias existentes na *colocação* e, em seguida, realizando acordos com fazendeiros visando à distribuição de lotes aos seringueiros que moravam nos seringais que haviam sido vendidos.

Tão importante quanto esses mediadores foi o Jornal Varadouro, importante veículo de divulgação e de apoio da questão indígena e seringueira no final da década de 1970. O “Varadouro”, que circulou no Acre no período de maio de 1977 a dezembro de 1981, constituiu-se em um dos mais importantes

instrumentos de divulgação da luta de índios e seringueiros contra a expropriação da terra, uma vez que eles não tinham abertura na imprensa e porque assumiram uma postura contra a pecuarização do Estado do Acre. O jornal chegou a imprimir até 7 mil exemplares. Na época, os outros jornais tiravam em média 300 exemplares. A CONTAG era a maior distribuidora do jornal, cerca de 2.000 exemplares era destinada à confederação. O Varadouro tinha leitores, além do Acre, nas cidades de Porto Velho, São Paulo e Rio de Janeiro. Segundo um dos seus editores, o jornalista Elson Martins, o Varadouro “era um ponto de encontro das pessoas indignadas com o que acontecia no Acre” naquela ocasião (entrevista em abril de 2008). O Varadouro:

surgiu em decorrência do momento que o Acre vivia. No começo dos anos de 1970, a revoada de jacus estava chegando... a imprensa aqui era (o Jornal) O Rio Branco feito de notícias que eram mandadas pela elite. Este jornal não tinha repórter e não havia a preocupação de ver o que acontecia no Estado (entrevista à autora em abril de 2008).

Aqui (no Acre) não se falava em conflito, mas a gente em São Paulo acompanhava o problema que estava surgindo no Acre, os conflitos eram acompanhados através do estadão (Estado de São Paulo), do qual o Élson era correspondente (entrevista do jornalista Sílvio Martinello, disponível no site www.bibliotecadafloresta.ac.gov.br⁴³).

Temas como índios, meio ambiente, conflitos de terra não eram discutidos nos jornais acreanos da época e, nesse sentido, o jornal veio preencher essa lacuna de “divulgar os conflitos”. As fontes de pesquisa das matérias do Jornal eram o pessoal das CEBs e da CONTAG, os antropólogos Terri Aquino e Porfírio de Carvalho⁴⁴. O propósito era fazer um jornal em que as questões dos conflitos de terras pudessem ser discutidas. Segundo Élson Martins, o objetivo “era ouvir os seringueiros e índios, os marginalizados e conscientizar a população (das cidades) sobre a violência que estes estavam sofrendo” (Paula, 1991: 113). Os principais temas publicados nas 24 (vinte e quatro) edições do Jornal versavam sobre: a migração de nordestinos para a Amazônia em seus dois momentos principais (1870-1915 e 1942-1945); a expansão da frente agropecuária e suas conseqüências para as populações da floresta (índios e seringueiros) e das cidades; a luta de resistência dos

⁴³ Alguns exemplares do Jornal Varadouro estão disponíveis no site www.bibliotecadafloresta.ac.gov.br bem como entrevistas com seus colaboradores.

⁴⁴ Entrevista com Élson Martins, em abril de 2008.

seringueiros, índios e posseiros, e denúncias dos métodos arbitrários e violentos praticados pelos “paulistas” contra os acreanos.

Orientados e municiados por esses mediadores, a estratégia de resistência à expropriação mais eficaz foi a invenção dos empates. *Empatar*, no linguajar amazônico, quer dizer impedir, *empatar as derrubadas*, *empatar os desmatamentos*; foi essa a denominação dada a uma iniciativa local que resultou da organização do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasiléia e da consciência que os seringueiros adquiriram em relação aos direitos de posse assegurados pelo Estatuto da Terra (Allegretti, 2002; Porto-Gonçalves, 1998). O empate representou a primeira ação de impacto do sindicato de trabalhadores rurais, diz Paula (2005), foi uma nova estratégia de luta que tinha como objetivo “impedir o desmatamento e a implantação das fazendas” assegurando, assim, a “subsistência através da defesa da seringueira e da castanheira” (Varadouro, junho de 1981). E representou um passo “importantíssimo para a luta de seringueiros, na medida em que se afirmou a eficácia da ação coletiva como forma de pressão para conquistar seus direitos e, ao mesmo tempo, inaugurou a adoção de uma outra linha de ação pelo sindicalismo emergente no Acre” (Paula, 2005: 119). O empate, segundo o próprio Chico Mendes,

foi uma forma que os trabalhadores encontraram de impedir o avanço do latifúndio. Uma espécie de bandeira que eles, entre si (os seringueiros), pensaram que seria o último apelo, já que às vezes eles recorriam à justiça e o processo era muito lento (Chico Mendes, em entrevista a Allegretti, 2002: 190).

Com os empates, os seringueiros tinham descoberto um espaço específico de pressão em relação aos fazendeiros. Por meio dele houve a diminuição das expulsões dos seringueiros e foi estabelecido um espaço de negociação com o governo. Os seringueiros continuaram utilizando essa estratégia de luta em outros conflitos nas décadas seguintes. Entretanto, com objetivos diferentes dos primeiros. A pressão não era mais feita no sentido de apenas forçar uma negociação que garantisse um lote de terras, e sim com objetivos de impedir os desmatamentos e evitar acordos por “lotes de terras” nos projetos de assentamento do INCRA. A luta passa a ter uma conotação diferente: “a de garantir os seringueiros nas suas colocações, preservando-se

sua forma de reprodução social, os seus valores morais e culturais” (Paula, 1991: 164).

O movimento dos seringueiros, com os empates, esbarrava na ausência de uma solução legal para continuarem sendo seringueiros. No início do movimento ainda não se tinha uma proposta clara de qual “rumo seguir”, e a luta consistia na tentativa de assegurar a posse da terra com base no Estatuto da Terra, que assegurava o direito à posse desde que os posseiros trabalhassem a mesma por mais de um ano e um dia. O enquadramento do seringueiro na condição de posseiro até que foi fácil, mas reconhecer a posse do seringueiro foi muito mais difícil. A orientação dada era para que os seringueiros botassem roçado, plantassem fruteiras, criassem pequenos animais, já que a justiça considerava posse a área de cultivo, o barraco e outras benfeitorias. As estradas de seringa nunca foram aceitas como benfeitorias ou áreas de posse efetiva (Paula, 1991).

Mas os seringueiros não queriam se transformar em “colonos⁴⁵” e, mesmo desprovidos de uma alternativa, já manifestavam o interesse de permanecer na floresta e manter intocáveis as suas colocações. Esse momento representa o início das tensões “que irão permear as relações entre a CONTAG e algumas lideranças dos seringueiros” (Paula, 1991: 129). As tensões refletem as contradições entre o direito existente e a “invenção dos direitos”, pois o:

mesmo sindicato que incentivou o não pagamento da renda nos seringais (pelo uso das estradas de seringas), criando condições favoráveis para legitimar a conquista da ‘autonomia’ dos seringueiros, adotava como fórmula de resolução dos conflitos de terra a negociação com os fazendeiros. E também com autoridades governamentais a reivindicação pelo loteamento de terras (as colônias) para estes mesmos seringueiros (Paula, 1991: 149).

Com isso, por um lado, o sindicato garantia a permanência dos seringueiros na floresta em melhores condições de sobrevivência, com a extinção do pagamento da renda pelas estradas de seringa, mas, por outro

⁴⁵ Denominação regional atribuída aos pequenos agricultores nas áreas de projetos de colonização do INCRA.

lado, negava as reivindicações dos seringueiros ao aceitar a transferência dos trabalhadores para os projetos de colonização⁴⁶.

A proposta de criação da reserva extrativista surgiu em contraposição ao modelo de colonização adotado na Amazônia pelo INCRA e, por ser orientada para a produção agrícola, a divisão da terra deveria ser em lotes individuais para serem explorados por unidades familiares. Os seringueiros não aceitavam essa modalidade de reforma agrária e passaram alguns anos recusando a solução do INCRA para os conflitos na floresta, argumentando que não queriam se transformar em colonos.

O que a política de reforma agrária defendida pela CONTAG lhes oferecia não era, portanto, uma solução, pois não queriam deixar de ser seringueiros para se transformar em colonos. Isso acarretava largar uma *colocação* de 300 hectares por um lote de 30 hectares; largar uma área de floresta, por um pedaço de terra em um projeto de colonização. Ao analisar esse período, Chico Mendes dizia:

Então chegou o momento em que começamos a nos preocupar, porque a gente tinha uma luta, uma resistência contra o desmatamento, mas ao mesmo tempo não tinha uma proposta alternativa a apresentar, um argumento mais forte para justificar porque queríamos defender a floresta (Apud Paula, 1991: 203).

A identidade política de seringueiro, que estava sendo inventada na luta de resistência em Xapuri, tendia a generalizar-se regionalmente, porém isso só seria possível se encontrasse um canal próprio que lhe desse expressão. Na estrutura sindical, tal fato não tinha condições de ocorrer, pelo menos em curto prazo, pois na CUT eles continuavam a ser reconhecidos como os “rurais da CUT”. E na CONTAG, como posseiros ou trabalhadores rurais. Então, a proposição foi a criação de Reservas Extrativistas que surge ao longo das discussões de preparação do I Encontro Nacional dos Seringueiros (Paula, 1991).

Antes do I Encontro Nacional dos Seringueiros, a proposta de reforma agrária diferenciada para a Amazônia, que já vinha sendo discutida, ganha força no 4º Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais, realizado em

⁴⁶ O sindicalismo também se dividiu, de um lado o sindicato de Xapuri com o movimento de resistência à “colonização oficial” e do outro o do município de Plácido de Castro lutando por melhores condições de produção e vida nos Projetos de Assentamentos Dirigidos-PADs.

maio de 1985, do qual participou Chico Mendes, como líder seringueiro. Nas resoluções deste encontro foram incorporadas as principais questões postas pelos seringueiros do Acre até aquele momento. Os argumentos utilizados pelas lideranças seringueiras estavam pautados no papel histórico dos seringueiros na “conquista do Acre via Revolução Acreana que incorporou o Acre ao Brasil” e, no papel dos seringueiros durante a Batalha da Borracha (1942-1945), no “esforço de guerra” (Allegretti, 2002: 407). Nesse sentido, conseguiu sensibilizar a opinião dos trabalhadores e aprovou as seguintes propostas:

1° Alteração imediata do Estatuto da Terra e sua substituição por uma legislação que venha de fato atender aos interesses de todos os trabalhadores rurais do país.

2° Um modelo específico de Reforma Agrária para a Região Amazônica, principalmente na área extrativista para o seringueiro que após 100 anos de resistência e derramamento de sangue tem a sua existência ameaçada.

3° Que o modelo de Reforma Agrária para as regiões extrativistas não seja inferior a 300 hectares e que esse critério seja coordenado pelos Sindicatos e Delegacias Sindicais da região (Allegretti, 2002: 407).

O 1° Encontro Nacional dos Seringueiros ocorreu em outubro de 1985, em Brasília, e teve como eixo de reivindicações a desapropriação dos seringais, a manutenção da estrutura tradicional de ocupação dessas áreas pelos seringueiros, no qual o regime de posse deveria ser definido posteriormente, em conjunto com suas entidades de representação. Reivindicava ainda o apoio à produção, à comercialização de produtos e a melhorias gerais nas condições de vida nos seringais.

No 1° Encontro estiveram presentes 17 entidades, entre essas as dos extrativistas do Acre, Amazonas, Pará e Rondônia. Cento e trinta (130) seringueiros estiveram presentes no encontro, cuja pauta abordou cinco temas: - Direitos Históricos dos Soldados da Borracha (influência dos seringueiros de Rondônia); - Os Seringueiros e o Desenvolvimento da Amazônia; - Os Seringueiros e a Reforma Agrária; - Política para a Borracha; - Cultura, Educação e Saúde nos Seringais.

Entre as principais conquistas desse encontro pode-se destacar: a criação do Conselho Nacional dos Seringueiros; a elaboração da proposta de reforma agrária diferenciada - as Reservas Extrativistas -, e a proposta de Aliança dos Povos da Floresta, isto é, a união de índios e seringueiros.

O Conselho Nacional dos Seringueiros foi criado para se contrapor ao Conselho Nacional da Borracha⁴⁷. Por meio do CNS, os seringueiros lutariam pelo direito de participar das decisões referentes à política para a borracha, com o propósito de incorporar a ela as suas demandas específicas. Lutariam também por uma reforma agrária que atendesse aos anseios dos extrativistas, que reconhecesse as “colocações como o verdadeiro módulo adequado ao uso equilibrado da floresta e contra o loteamento dos seringais” (Allegretti, 2002: 489). O CNS, segundo Chico Mendes:

Não pretendia e nem pretende ser um sindicato paralelo, mas uma entidade de seringueiros, porque os seringueiros nunca foram reconhecidos como classe. Os sindicatos surgiram com uma importância muito grande, num momento muito importante. Mas os sindicatos de trabalhadores rurais congregam seringueiros e ao mesmo tempo ... todos os trabalhadores rurais. As classes todas têm o seu reconhecimento como classe, o seringueiro não. ... Então uma das razões do CNS é fazer reconhecer o seringueiro como uma classe que já deu a sua contribuição, que luta e que tem uma luta importante (Apud Porto-Gonçalves, 1998: 447-448).

As principais Propostas e Recomendações aprovadas durante o Encontro Nacional dos Seringueiros, no que diz respeito aos “Direitos Históricos dos Soldados da Borracha”, recomendava-se que se considerasse:

como Soldado da Borracha todos os seringueiros que imigraram para a Amazônia e os que já trabalhavam no extrativismo no período de intensificação da produção da borracha para o esforço de guerra (CNS, 1985).

Para os “Seringueiros e o Desenvolvimento da Amazônia” aprovou-se a não aceitação de projetos de colonização do INCRA em áreas de seringueiras e castanheiras. E, também, se reivindicou a implementação de uma política de desenvolvimento que viesse apoiar a luta dos trabalhadores amazônicos que se dedicavam ao extrativismo, bem como às culturas

⁴⁷ Instância de deliberação das políticas para o setor, onde participavam principalmente seringalistas, comerciantes e representantes dos órgãos estatais.

permanentes e às outras culturas de seu interesse. Naquela ocasião, ressaltavam:

Queremos uma política que traga benefícios a nós trabalhadores e não aos latifundiários e empresas multinacionais. Nós, seringueiros, exigimos sermos reconhecidos como produtores de borracha e como verdadeiros defensores da floresta (CNS, 1985).

Esta frase sintetizou duas idéias fundamentais que estavam presentes nas iniciativas dos seringueiros: primeiro, o reconhecimento da categoria como produtores de borracha e não os seringalistas, como havia ocorrido até então; segundo, a ligação entre a produção da borracha e a defesa da floresta. Por meio da primeira idéia, eles estavam criticando todas as políticas públicas formuladas, até aquele momento, para a economia da borracha, que sempre tiveram como interlocutores os seringalistas e/ou comerciantes. A segunda idéia sintetizou um pensamento já presente nos *empates*. Essa conexão fica mais explícita se analisarmos o primeiro item do documento final do Encontro:

Exigimos uma política de desenvolvimento para a Amazônia que atenda aos interesses dos seringueiros e que respeite os nossos direitos. Não aceitamos uma política para o desenvolvimento da Amazônia que favoreça as grandes empresas que exploram e massacram trabalhadores e destroem a natureza (CNS, 1985).

No item “Política para a Borracha”, foi reivindicado a:

Garantia de oportunidade para os seringueiros que foram expulsos pelo latifúndio para o estrangeiro (no caso a Bolívia), de retornar à pátria como seringueiros (CNS, 1985).

E, a:

Extinção do pagamento da renda pelas estradas de seringa em todas as regiões produtoras de borracha e liberdade de comercialização de todos os tipos de borracha diretamente pelos seringueiros⁴⁸ (Allegretti, 2002: 438).

No item “Os Seringueiros e a Reforma Agrária”, foi explicitado o modelo de reforma agrária proposto pelos seringueiros, ou seja, que as colocações ocupadas por eles fossem demarcadas pelos próprios seringueiros,

⁴⁸ Até 1985 os seringueiros do Vale do Juruá ainda pagavam “renda pelo uso das estradas de seringa” das colocações onde viviam.

conforme as estradas de seringa. Que fossem respeitadas as decisões do 4º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, no que diz respeito a um modelo específico de Reforma Agrária para a Amazônia, que garanta o mínimo de 300 hectares e o máximo de 500 hectares por *colocação*, obedecendo a realidade extrativista da região. Desapropriação dos seringais nativos e definição das áreas ocupadas por seringueiros como reservas extrativistas, assegurando seu uso pelos seringueiros. Com essas reivindicações evitava-se a dupla expropriação dos seringueiros: a material e a subjetiva. A material era a perda das colocações e a subjetiva era a “perda do seu saber” (Paula, 1991: 130).

A partir do ano de 1986, o Conselho Nacional dos Seringueiros começou a atuar em quatro direções: - na organização da entidade que passaria a representar publicamente suas lutas; - na defesa da floresta, por meio dos *empates* e da resistência à expulsão; - na inserção da idéia de Reserva Extrativista nas políticas governamentais para reforma agrária e proteção do meio ambiente; - e no acompanhamento aos programas de desenvolvimento sintetizados no asfaltamento da BR 364 e no Projeto de Proteção do Meio Ambiente e das Comunidades Indígenas - PMACI (Allegretti, 2002).

A primeira formulação propositiva das Reservas Extrativistas surgiu da comparação com as terras indígenas e, nesses termos, foi aprovada durante o 1º Encontro Nacional dos Seringueiros. Até aquele momento, segundo Paula (1991), ninguém havia ainda se

dedicado a aprofundar, do ponto de vista jurídico ou institucional, como a idéia poderia ser transformada em um modelo exeqüível de reforma agrária ou de proteção ambiental (Paula, 1991: 243).

Isso não impediu, porém, a disseminação do conceito que, a partir de outubro de 1985, passou a ser enunciado sempre que surgia uma oportunidade de se contrapor às propostas oficiais (Paula, 2005). Como explicitado nesta fala do antropólogo Terri Aquino,

uma reforma agrária que preserve as colocações de seringa, que limitem as posses dos seringueiros e de suas famílias e que dê condições para eles financiar o custeio de suas safras extrativas (entrevista ao Jornal *Folha do Acre*, em 20 de outubro de 1985).

A proposta da Reserva Extrativista foi importante pelo seu significado interno para o movimento, aparecendo como aquela alternativa que faltava para os seringueiros e, externamente, pela sua objetividade em relação ao convívio homem-natureza sob formas de exploração econômicas viáveis. Na sua definição mais geral, a reserva extrativista:

... é a reforma agrária do seringueiro. É o reconhecimento de áreas da floresta, ocupadas tradicionalmente por seringueiros e outros extrativistas, como áreas de domínio da União, com usufruto exclusivo dos seringueiros organizados em cooperativas ou associações. Na Resex não há títulos individuais de propriedade. Neles serão respeitadas as culturas e as formas tradicionais de organização e trabalho dos seringueiros. A Resex não é apenas a reforma agrária dos seringueiros, mas também uma forma de preservação da natureza e dos que dela dependem ... (STR de Xapuri, CNS, CUT, 1989, apud Paula, 1991: 212).

A proposição das Reservas foi uma “invenção de direitos”, pois até então não existia na legislação brasileira. As leis de proteção ambiental levavam em conta apenas os aspectos físico-geográficos e bio-ecológicos da natureza para a criação de Parques Nacionais, Reservas Biológicas, Estações Ecológicas. Em documento dos seringueiros analisado por Allegretti (2002) era colocada esta questão:

Não existe na legislação brasileira sobre preservação ambiental o tipo de reserva que vem sendo pleiteada pelos seringueiros. Da mesma forma, não existem estudos a respeito que possam orientar as alternativas. Isso se explica por duas razões: no Brasil, as áreas predominantemente extrativistas estão concentradas na Amazônia e são consideradas em extinção, pelo poder público, em função do baixo valor da renda gerada. Além disso, áreas de preservação ambiental, com exceção das reservas indígenas, são concebidas como vazios humanos, ou seja, são áreas de proteção à flora e à fauna e não aos moradores locais (Allegretti, 2002: 519).

Do momento em que a idéia de Reserva Extrativista se consolidou entre os seringueiros, como a proposta que sintetizava suas aspirações de futuro, durante o Encontro Nacional de 1985, até a criação do primeiro projeto extrativista, no Seringal Cachoeira, em 1988, foram três anos de intenso trabalho e muitos obstáculos. E desse momento, até a proposta se transformar em uma política pública, em 1990, foi necessário, segundo Allegretti (2002), catalizar a pressão internacional que resultou do assassinato

de Chico Mendes, em 1988. Foram cinco anos de conquistas e recuos em um cenário complexo do ponto de vista institucional e político, pelo fato da proposta extrapolar a esfera local e seus protagonistas tradicionais requererem articulações nacionais para se efetivar (Allegretti, 2002).

Os Projetos de Assentamento Extrativistas e as Reservas Extrativistas revelam, portanto, o reconhecimento formal por parte do Estado da territorialidade dos extrativistas. Como ressalta Porto-Gonçalves (1998), as Reservas Extrativistas constituíram-se:

em uma tarefa revolucionária para os trabalhadores da mata: destruir o sistema econômico dos seringais e, ao mesmo tempo, desenvolver e aprimorar o sistema de colocações; abolir as relações de patronagem, elevando a um novo patamar o manejo agroextrativista auto-sustentado, criado pelos seringueiros. Nesses termos é que a Reserva traduz uma aspiração de um segmento social específico que mantém uma relação histórica e singular com a floresta. Ao reivindicarem sua permanência na mata, explorando seus recursos, os seringueiros desejam obter o reconhecimento de seus direitos ao território, acesso às riquezas que lhe contém e querem assegurar uma forma de vida florestal independente dos patrões (Porto-Gonçalves, 1998: 514).

A fase ecológica do movimento seringueiro se deu quando os ambientalistas se identificaram com as questões principais do movimento: conflito pela posse da terra, bandeira de luta contra os desmatamentos que passa a ser apropriada e divulgada por grupos de ecologistas com uma outra roupagem, cujo centro estruturador passa a ser o enfoque da questão ambiental (Paula, 2005).

A perspectiva ambiental como componente de luta dos seringueiros e índios é explicitada na fala de dois líderes seringueiros, Raimundo Mendes de Barros (primo de Chico Mendes) e Osmarino Amâncio. Para o primeiro, a questão ecológica veio a reboque da questão fundiária-agrária: “o ecológico foi uma coisa que veio depois. A gente não tinha idéia que estava numa luta ecológica”, mas de fato estava, pois “havia a defesa dos rios, da floresta, dos animais” (entrevista concedida a Silva (2006: 54) em 2003). Já Osmarino Amâncio relata que:

... nós nunca nos colocamos como ambientalista, até porque pra nós ambientalista era aquele que defendia só uma coisa ou outra.... A gente não tinha noção disso. Porque nós achamos que uma das questões que tava muito ligado a isso era a questão fundiária, e os ambientalistas eles não tinham

essa preocupação com a questão fundiária. Porque para eles, o cara podia ter propriedade privada ali desde que ele não mexesse nela, tudo bem! O cara tava preocupado com a água, mas não tava preocupado com o cara que podia causar dano na água.

A questão fundiária tinha que ser resolvida e, pra ela ser resolvida, tinha que acontecer a reforma agrária. Só que a nossa proposta de Reforma Agrária pra Amazônia não podia ser igual a do Rio Grande do Sul, lá do Centro-Oeste ou do Sul do país. Ela tinha que ser uma coisa de acordo com a nossa realidade, que a gente aqui não botava roçado, nós trabalhava com a seringa e com a castanha, então tinha que ter uma colocação pra cada um de forma que ele garantisse a sua sobrevivência sem precisar trabalhar no sol. ...

A criação do CNS foi o que salvou a situação. Fizemos essa junção da questão fundiária com a econômica, a social e a ecológica. Passamos a explicar lá fora que as conseqüências do desequilíbrio social e econômico, do desequilíbrio ecológico e ambiental eram conseqüência do desequilíbrio econômico e social e que se a gente tivesse bem, trabalhando na nossa castanha, na nossa seringa, ninguém ia precisar desmatar pra sobreviver, porque a castanha e a seringa davam bem (Almeida & Cavalcante, 2006: 63-64; e entrevista com Osmarino Amâncio, em abril de 2008).

A construção da Reserva Extrativista foi, segundo Paula (1991), a expressão de um conjunto de experiências acumuladas pelos seringueiros ao longo de suas vidas e lutas. Esse acúmulo se fazia de várias formas: no trabalho, voltado basicamente para a extração dos recursos múltiplos da floresta; nas relações sociais que se estabeleceram nos seringais; na conquista de sua autonomia em relação aos patrões; no malogro daqueles que tentaram a vida nas colônias, seringais bolivianos ou nas periferias das cidades; nos empates, assembléias, reuniões sindicais; na vontade e determinação de manterem-se reproduzindo socialmente no lugar que voluntária ou involuntariamente escolheram para viver: a floresta; e na capacidade de articulação desse movimento com os outros segmentos organizados da sociedade civil: central sindical, partidos políticos, ongs, intelectuais. No início do movimento, como ressalta Chico Mendes, não se sabia:

o que fazer diante do problema, mas com o correr dos tempos, os mais experientes foram conscientizando os outros, dizendo que a terra é nossa, que foram nossos antepassados que lutaram para conquistar esta terra e que hoje é possível fazer uma nova reconquista, se for preciso (Varadouro, março de 1980).

A identidade seringueira foi construída durante os conflitos pela posse da terra, no contexto dos anos de 1970 e 1980 no Acre, como comprovam os estudos de Paula (1991) e Porto-Gonçalves (1998). Foi construída também na luta por um modelo de reforma agrária diferenciada em que fossem levadas em consideração as singularidades do *habitat* (o vínculo territorial com as colocações de seringa) e o *habitus*, o conhecimento adquirido ao longo do tempo, a maneira de se relacionar com a natureza. O “resgate” da cultura no sentido de fortalecer a luta de resistência nos seringais e a organização sindical teve, segundo Paula (1991), “grande importância nos desdobramentos do movimento, na formação da identidade política dos seringueiros” (p. 152).

Nesse contexto, a identidade do seringueiro assume um significado político e indica uma oposição ao fazendeiro, isto é, um confronto entre dois segmentos sociais, no qual é revelado com maior nitidez o antagonismo dos interesses em disputa e os diferentes lugares ocupados por esses sujeitos. Os seringueiros, “despossuídos da propriedade legal da terra, lutam para manter suas condições de reprodução social, o que implica, fundamentalmente, na preservação da floresta e na sua permanência nela” (Paula, 1991). Os fazendeiros, os novos donos das terras, tinham interesses em:

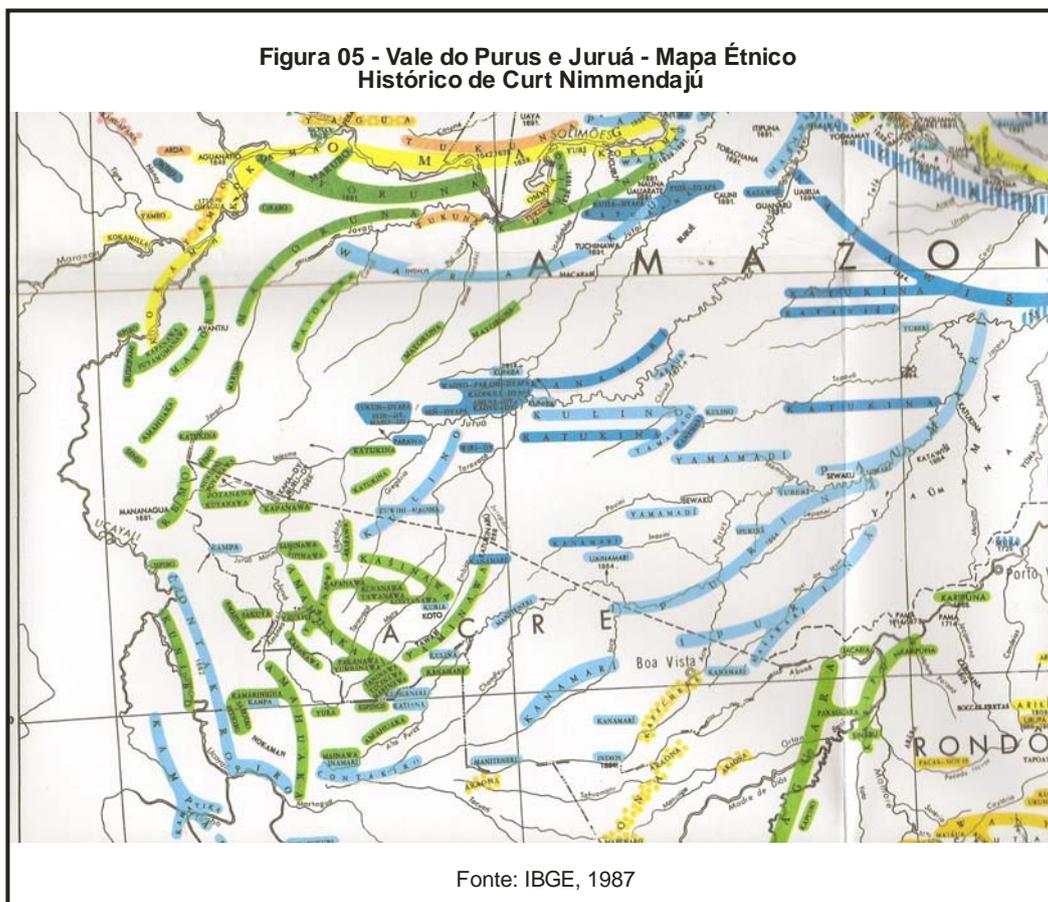
eliminar as atividades extrativas, substituindo-as pela pecuária extensiva de corte, o que implicava a derrubada da floresta e, conseqüentemente, na expulsão dos seringueiros (Paula, 1991: 164-165).

Nesse embate, a denominação seringueiro deixa de indicar apenas uma atividade econômica – extrator do látex – e passa a constituir-se, em uma identidade política (Paula, 2005 e Porto-Gonçalves, 1998).

3.2 – Povos Indígenas do Acre: do “tempo das correrias” ao “tempo da revitalização cultural”

Antes da chegada dos migrantes nordestinos que serão responsáveis pelo corte do látex e pela “conquista do Acre”, os índios que viviam nas bacias hidrográficas dos altos rios Purus e Juruá (que correspondem hoje ao Estado do Acre) eram de mais de 50 etnias e estavam territorializados ao longo dos rios (ver figura 05). No Purus predominava os

grupos lingüísticos Arawá e Aruak e no Vale do Juruá o grupo Pano (Neves, 2004).



No alto curso do Rio Purus e no baixo Rio Acre viviam diversas tribos do tronco lingüístico Aruak: Apurinãs, Manchineri*⁴⁹, Kulina*, Canamari, Piros e Ashaninka*. Essas, segundo Neves (2004), se espalharam desde a confluência dos rios Pauini e Purus até as encostas orientais dos Andes, e teriam “resistido à exploração das civilizações andinas antes de enfrentar o avanço dos brancos sobre suas terras na época da borracha” (p. 14). Na região intermediária entre o médio curso do Purus e o Juruá, habitavam os Katukinas*. Em parte do médio e alto curso do Rio Juruá, bem como a maior parte de seus afluentes, como o Tarauacá, o Muru, o Envira e o Moa, eram locais dominados pelos índios da língua Pano: Kaxinawá*, Jaminawá*, Amahuaca, Arara*, Rununawá e Xixinawá (Neves, 2004: 14).

⁴⁹ * Índios reconhecidos no Acre atualmente.

Desde fins do século XIX, os territórios indígenas das bacias dos rios Purus e Juruá, ricos em seringa e caucho, foram invadidos e ocupados por caucheiros peruanos, seringalistas e seringueiros brasileiros. Essa ocupação foi rápida e intensa e, em pouco tempo, todos esses vales passaram a propriedades dos “coronéis de barranco”. Isso resultou em uma drástica redução da população indígena, na dispersão dos que sobreviveram e incorporação à empresa seringalista. Mesmo quando não se usou a violência física, evidenciou-se uma violência simbólica, de apagamento da cultura. O resultado dessas “histórias de contatos” foi grupos inteiros eliminados e muitos “amansados” para se adaptar ao ritmo de trabalho no seringal (Weber, 2006).

O contato dos índios com os não-índios ao longo da “história do contato” é narrado em diferentes “tempos históricos”, conforme proposição do antropólogo Txai terri Aquino. O tempo mais remoto é denominado como “de antigamente”, antes da chegada dos nordestinos. Com o início do extrativismo das *heveas* se instala o “tempo das correrias”. Concomitante a esse se inicia o “tempo do cativo”, o tempo no qual o índio trabalhou nos seringais, como seringueiros, agricultores, mateiros.

Já o “tempo dos direitos” está relacionado à “descoberta” dos direitos indígenas, propiciados pelo CIMI e pela conquista territorial, a partir da atuação da FUNAI e o “tempo da revitalização cultural” (concomitante ao anterior) são os anos recentes, do “resgate” das tradições e da implantação de uma “educação diferenciada⁵⁰” que fomenta a discussão cultural.

Os três primeiros tempos, pode-se dizer hoje, que são tempos passados, mas os dois últimos continuam atuais, pois ainda existem povos que reivindicam o “direito” de serem reconhecidos como índios e terem suas terras delimitadas.

O “tempo das correrias” corresponde aos primeiros contatos dos povos indígenas com a sociedade envolvente a partir do final do século XIX.

⁵⁰ A Educação Indígena Diferenciada é prerrogativa da Constituição Federal de 1988, a qual garante a utilização por parte dos indígenas “de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem” (art. 210), antes de 1988 todas as políticas indígenas visavam à integração do índio à “comunhão nacional”. A Educação Indígena Diferenciada foi fortalecida pela criação da Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional-LDB de 1996 que torna obrigatório a “oferta de educação escolar bilíngüe e intercultural aos povos indígenas” pelo Sistema de Ensino da União (Arts. 78 e 79). Segundo dados da Secretaria de Educação do Acre e do Censo Escolar de 2004, existem no Acre 129 escolas indígenas e 362 professores indígenas com um total de 4.399 alunos.

Esse contato foi marcado por violentos conflitos e expedições armadas que resultaram em massacres, acirramento de conflitos intertribais, ocupação de antigos territórios indígenas por seringueiros e seringalistas nordestinos, e dispersão dos remanescentes pelas cabeceiras dos rios. No caso dos índios do vale do Juruá, estes, além de sofrerem a ação da frente extrativa da seringa sofreram, também, a ação da frente extrativa do caucho. As primeiras empreendidas por seringueiros brasileiros e as segundas por *caucheiros* peruanos (Aquino e Iglesias, 1994). O “tempo das correrias” é diferenciado em duas fases: uma, de conflito aberto contra os indígenas, a qual objetivava “limpar” a mata para os seringueiros cortar a seringa e, a segunda, a partir de 1910-20, com objetivos de capturar o índio e incorporá-lo à empresa seringalista (Aquino & Iglesias, 1994).

Com as frentes extrativas, os índios passam de senhores das terras que ocupavam, a obstáculos à exploração do caucho e da seringa, e foram vítimas das expedições armadas com o intuito de “limpar a terra” para os seringueiros trabalharem, como noticiou o Jornal Varadouro na década de 1970:

... os índios que dificultassem o avanço da frente extrativa, eram simplesmente massacrados, e quando cansados de lutar ou vencidos pela força das espingardas, refugiavam-se nos lugares mais inacessíveis e, posteriormente, viraram mão-de-obra barata (Varadouro, maio de 1977: 08).

Os *caucheiros* peruanos também promoveram correrias principalmente contra os índios dos rios Juruá, Breu, Amônea, Jordão e Envira, no Vale do Juruá:

Consta que esses caucheiros entregavam espingardas de repetição aos índios Cunido que, por sua vez, tinham que pagá-las com escravos Campa. Depois, entregavam essas mesmas armas aos Campa escravizados e estes eram obrigados a saldar a dívida com escravos – Amuesha. Tratavam-se de uma cadeia de correrias trágicas e cruentas que se prolongaram por mais de 40 anos (Varadouro, dezembro de 1978b).

As correrias são “sinônimos de dizimação, dispersão, escravidão ou submissão dos índios à empresa seringalista” imposta pelos *caucheiros* e seringalistas (Castelo Branco, 1961). Este tempo é lembrado, pelos índios, como o tempo dos “trabalhos pesados que eram obrigados a fazer no seringal,

dos intermináveis dias em caçadas para o patrão, das longas caminhadas carregando bolas de borracha” (Varadouro, nov. de 1977b).

O “tempo do cativo” iniciou-se com a inserção da população indígena nos seringais do Acre, em decorrência da redução de migrantes nordestinos decorrente dos baixos preços da borracha no mercado internacional e foi marcado pela “escravidão” por dívidas, pela dupla exploração: nos preços da borracha (paga ao seringueiro) e das mercadorias (adquiridas pelos seringueiros), pelo roubo no peso da borracha e os pesados preconceitos associados à categoria de caboclos. Essa inserção histórica perdurou até fins da década de 1970, como comenta o antropólogo Terri Aquino no prefácio do livro *Um Copo de Cultura: os Huni Kuin (Kaxinawá) do rio Humaitá* de Ingrid WEBER (2006). Esse foi o “tempo da perda dos parentes, dos pajés, das mulheres que foram capturadas para servir de esposas para os nordestinos”, como relembra um índio Jaminawa (Cruz & Ferreira, 2004: 112).

O “tempo do cativo” é lembrado pelos índios conjuntamente com o “tempo das correrias”, que os associam às doenças e ao “espalhamento” das populações, como os Kaxinawá que viviam antigamente nas cabeceiras dos rios Envira, Muru e Tarauacá e depois foram expulsos desses locais pela força da empresa seringalista, como relembra Ixã Kaxinawá:

... daí chegaram os caucheiros peruanos e os seringalistas e seringueiros brasileiros na nossa terra e aí nós nos espalhamos. Teve muito conflito forte e eles mataram muita gente nossa. E foi assim que a gente se espalhou. Diz que tem nosso parente é no alto Rio Purus, tanto no lado do Brasil quanto no Peru (Aquino & Iglesias, 09-10-2005⁵¹).

Os Kaxinawá, diante do avanço das frentes extrativas do caucho e da seringa, foram para o alto Rio Curanja (Peru) onde se refugiaram. Outra parte foi integrada à empresa seringalista sob a proteção de Felizardo Cerqueira, famoso “amansador” de índios “brabos”. “Felizardo (Cerqueira) amansava caboclo e depois botava a marca FC para os outros patrões saberem que aquele caboclo era dele, que ele que tinha amansado” (Aquino & Iglesias: 2002: 108).

⁵¹ Depoimento autobiográfico de Edson Medeiros Ixã Kaxinawá concedido à antropóloga Malu Ochôa em agosto de 2004 e publicado na coluna semanal do jornal Página 20, *Papo de Índio* em 09-10-2005.

Nesse tempo houve uma invisibilidade da identidade indígena, pois para escapar da violência do contato, os índios abandonaram traços culturais que os denunciavam como tais. Na tentativa de passarem por caboclos, adotaram hábitos dos seringueiros, como morar em “casas de madeira construída sobre palafitas” (Maher, 1998: 122).

Para Aquino & Iglesias (2002), o “desejo” de deixar de ser índio foi uma estratégia de sobrevivência do tempo de cativo. Como exemplo, o “desejo” de ser batizado, pois os mesmos observavam que “os seringueiros só matavam os índios que não eram”. Os seringueiros não tinham o “menor escrúpulo de atirarem num índio pagão” embora já convivessem entre si. Os índios ouviam e viam os seringueiros matarem índios “só pelo prazer de verificar a boa pontaria de seu rifle”. O índio batizado “identifica-se logo com os seringueiros, julga-se um outro homem, um carua ou civilizado, e não admite que o chamem de índio” (p. 221). Mas, mesmo quando os grupos indígenas se misturaram (genealógica e culturalmente, entre índios de variadas tradições e entre índios e não-índios), a plena assimilação não ocorreu, emergindo nas últimas três décadas e reivindicando serem reconhecidos como Ashaninka, Kaxinawá e outros e, portanto, com direitos às terras que ocupavam.

O “Tempo dos Direitos” inicia com o apoio do CIMI e com a instalação da FUNAI no Acre, em 1976. O Cimi (Conselho Indigenista Missionário) criado em 1972, tinha como objetivo apoiar o processo de autonomia dessa população como povos “étnica e culturalmente diferenciados”, contribuindo para o fortalecimento de suas organizações, articulações e alianças⁵². Já a FUNAI, que sucedeu o SPI⁵³, estruturou-se no Acre em uma

⁵² Informação do site www.chicomendes.org.br.

⁵³ O Serviço de Proteção ao Índio e Localização de Trabalhadores Nacionais-SPITN foi criado pelo Governo Federal em 1910, com o objetivo de assistir, proteger e garantir os territórios dos índios brasileiros. Nesse mesmo ano, o SPI instituiu várias inspetorias regionais, entre elas as Inspetorias do Amazonas e do Acre com sede em Manaus, para iniciarem o cumprimento da política indigenista governamental recém-criada. Uma das primeiras medidas do SPI na Amazônia foi nomear alguns inspetores entre os seringalistas da região, com essa iniciativa os “coronéis de barranco” foram legitimados como os principais agentes da incorporação dos grupos indígenas dispersos na região, na empresa seringalista. Os funcionários que primeiro chegaram ao Acre, no Vale do Juruá em 1911, se dedicaram a “proteger mais os interesses dos patrões seringalistas do que os direitos dos índios”. Exemplo disso é a relação de um inspetor do SPI com o “Coronel de Barranco” Mâncio Lima. O inspetor no caso, conseguiu “atrair” grande número de índios Poyanawa e Nukini para incorporá-los ao trabalho dos seringais daquele seringalista (Pereira Neto, 20-03-2005). Até 1908 Mâncio Lima, proprietário do seringal Barão, no Rio Moa, havia atraído cerca de 800 índios Poyanawas para o seu

conjuntura marcada pela compra dos seringais por grupos econômicos do Centro-Sul do país, os chamados "paulistas", e pelo surgimento de graves conflitos pela posse da terra entre fazendeiros e posseiros-seringueiros e posseiros/índios.

Antes da vinda da FUNAI, o CIMI já tinha iniciado um levantamento das populações indígenas do Estado do Acre, e comprovaram “a presença dos povos indígenas, fato que vinha sendo ocultado na memória e imagem que certos segmentos faziam do Acre”. O Acre, naquele momento, era considerado como o Estado onde “os povos indígenas havia sido extintos ou incorporados à comunhão nacional” (Barnes, 2006: 39).

Com esse levantamento as populações indígenas tomam conhecimento de que, na condição de indígena, poderiam garantir o seu direito à terra. Diante dessa possibilidade, desencadeia-se a resistência das comunidades que se recusam a sair de suas colocações, provocando a vinda de equipes da FUNAI ao Acre, em 1976. Nesse caso, houve uma emergência étnica/indígena, pela qual as populações que anteriormente camuflavam sua identidade como indígenas se colocam no centro das discussões e reivindicações de direitos que essa condição oferece. Nesse sentido, a recuperação de uma identidade indígena esteve associada à descoberta da existência desses direitos. Este é o “tempo dos Direitos”, tempo marcado pela livre comercialização da borracha, pela conquista e demarcação de terras indígenas, pelo surgimento de escolas e da educação diferenciada, pelo direito de serem reconhecidas, como Yawanawá, Madijá, Nawa e tantos outros. Como lembra um índio Jaminawá, é o tempo que o índio “deixou de trabalhar com os patrões, fizeram cooperativas” e conquistaram a terra (Cruz e Ferreira, 2004: 112).

A definição dos territórios indígenas se fundamenta na ocupação efetiva e a longa duração dessas ocupações fornece um peso histórico às suas reivindicações territoriais, muitas vezes ancoradas na memória dos mais antigos e no reconhecimento de seu vínculo territorial e de sua condição de indígena. Os índios, ao serem incorporados à empresa seringalista, se

seringal. O Cel. Mâncio Lima é reconhecido regionalmente como desbravador da região do Rio Moa e como “pacificador” de grupos indígenas (Barnes, 2006).

“misturaram” com os cariús⁵⁴ tanto maritalmente quanto do ponto de vista econômico, incorporando muito dos costumes dos não-índios e sendo denominados genericamente de caboclos. Nesse sentido, João Pacheco de Oliveira (1999) em estudos sobre os “índios misturados do Nordeste”; traz uma importante contribuição para compreender a emergência indígena das últimas décadas.

O autor chama atenção para três aspectos principais: o primeiro diz respeito à *autenticidade* do indígena, o segundo à relação entre *terra e índio* e o terceiro ao aspecto *cultural*.

No primeiro aspecto destaca, a partir da discussão de grupos étnicos de F. Barth, que o grupo como entidade social emerge da diferenciação estrutural dos grupos em interação. É um modo de constituir oposições e classificar pessoas, em que o social e simbolicamente relevante são as fronteiras que esses grupos criam para manter a sua distinção.

O índio, nessa perspectiva das fronteiras étnicas, não é uma unidade cultural, porém uma unidade legal, acionada para obter o reconhecimento de direitos específicos. Como unidade legal as lideranças indígenas transformam os processos locais de identificação puramente negativos, como a de caboclos, reivindicando direitos que decorrem do status jurídico do índio (Oliveira, 1999).

O segundo aspecto relaciona-se ao “território”, como apresentar evidências históricas sobre a antigüidade da Terra Indígena reivindicada, pois, no caso do Acre, as Terras Indígenas reivindicadas por eles não são os territórios ocupados imemorialmente, já que os índios foram expulsos para áreas nas quais inexistiam seringa e caucho. Essa questão é central na existência atual dos índios e reflete

não apenas nas suas mobilizações político-reivindicatórias, mas também ocupa uma posição central na definição dos padrões de sua organização social e nas suas manifestações identitárias e culturais (Oliveira, 1999: 108).

No que diz respeito ao aspecto cultural, ressalta o antropólogo,

⁵⁴ Cariús era o termo que os índios acreanos denominavam o colonizador, no caso, principalmente, os nordestinos.

os direitos indígenas não decorrem de uma condição de primitividade ou de pureza cultural a ser comprovada nos índios e coletividades indígenas atuais, mas sim do reconhecimento pelo Estado brasileiro de sua condição de descendentes da população autóctone (Oliveira, 1999: 117-118).

Trata-se, segundo Oliveira (1999), de um “mecanismo compensatório pela exploração territorial”, pelo “extermínio de incontável número de etnias e pela perda de uma significativa parcela de seus conhecimentos e do seu patrimônio cultural”. Nesse sentido, demarcar territórios indígenas significa: “resgatar uma dívida histórica” com os habitantes originais do Brasil, propiciar as “condições fundamentais para a sobrevivência física e cultural” desses povos e preservar a “diversidade cultural brasileira” (p. 117-118).

A identidade indígena não se restringe aos grupos definidos por critérios lingüísticos e “sinais diacríticos”, estes na maioria dos casos já tinham sido silenciados desde que houve a desagregação das aldeias, desde que a empresa seringalista se instalou e, sim pela auto-identificação. O que significa utilizar elementos para se identificar e se diferenciar dos demais, como também a auto-identificação realizada pelo outro para identificar e diferenciar o grupo.

Nos últimos anos, tem aumentado o número de populações que passaram a reivindicar pública e oficialmente a condição de indígenas no Acre. Trata-se de famílias que, miscigenadas e territorialmente espoliadas reencontram, no presente, contextos políticos e históricos favoráveis à retomada de identidades étnicas. Isso significa dizer que o movimento indígena passa por um processo de auto-reconhecimento e também pela “retomada de suas tradições a partir de uma identidade genérica de caboclos”, que já tinha assimilado, situação semelhante aos indígenas nordestinos, estudados por Mauricio Arruti, “sem uma língua distinta, cristianizados, muitas vezes integrados aos mercados local e nacional como força de trabalho” (Arruti, 1997: 11), situação semelhante aos índios nordestinos estudados pelo antropólogo José Maurício Arruti (2006).

Nesse sentido, no processo de emergências indígenas, as “lutas comuns e os rituais retomados ou inventados” contribuem para dotar aqueles sujeitos de uma “grande importância normativa, afetiva e valorativa, criando as

condições para que surja em torno daqueles sujeitos históricos um sentimento de unidade, de pertencimento e destino comuns” (Arruti, 1997: 28).

De todos os povos tradicionais, os povos indígenas foram os “primeiros a obter o reconhecimento de suas diferenças étnicas e territoriais”, inicialmente com a criação da FUNAI (1967) e a promulgação do Estatuto do Índio, em 1973, onde houve um aumento no reconhecimento dessas populações, tendo em vista integrá-los à comunhão nacional.

A FUNAI foi criada com o propósito de garantir aos índios “a posse permanente das terras que habitam e o usufruto exclusivo dos recursos naturais e de todas as unidades neles existentes” (Lei nº 5.371 de 05-12-1967).

O Estatuto do Índio inaugura a autodenominação como critério de reconhecimento, pois leva em consideração que índio é quem se considera como tal e assim é considerado pela sociedade envolvente. Nesse contexto, a categoria Terra Indígena foi definida e classificada, pelo Estatuto, em três tipos, como: as áreas de *posse permanente* dos índios, que constituem o seu habitat; as *áreas dominiais* recebidas pelos índios por doações e/ou compra pelos próprios índios, e as *áreas reservadas* pelo Estado (Lei nº 6.001 de 19-12-1973).

Os anos de 1980 abriram novos espaços para o debate sobre a questão indígena. As organizações não-governamentais, os movimentos indígenas e os organismos internacionais articularam-se em campanhas pela demarcação de terras indígenas, contudo, o grande ganho foi a partir da promulgação da Constituição Federal, em 1988.

A Constituição de 1988 reconhece aos índios sua especificidade sociocultural e o direito às terras por eles tradicionalmente ocupadas, o que impulsionou as reivindicações por Terras Indígenas.

A Constituição de 1988 dedica um capítulo aos índios, reconhecendo seus direitos às terras de ocupação tradicional, bem como à preservação de sua cultura e de canais próprios de expressão e representação. As organizações indígenas tiveram sua existência jurídica reconhecida e reduziu-se o espaço político ocupado pelo indigenismo tutelar. Com isso, foi invertida “uma tradição anterior de políticas assimilacionistas, em que o fim último, era a integração dos índios na chamada comunhão nacional”, manifestada pelo SPI e pelo Estatuto do Índio (Oliveira, 1999: 164-165).

A constituição de 1988 adota um único critério para a definição de uma terra indígena: que nela os índios exerçam de modo estável e regular uma ocupação tradicional, isto é, que utilizem tal território segundo “seus usos e costumes”. A mesma define Terra Indígena como “toda e qualquer parcela do território brasileiro ocupado e utilizado em caráter permanente por uma sociedade indígena ou por um de seus segmentos”, constituindo-se, assim, no “habitat tradicional” para a garantia da “reprodução econômica e social destas coletividades” (Oliveira, 1999: 157). Isso é explicitado nos artigos 231 e 232. O Art. 231 reconhece:

aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens (Brasil, 1988).

Reconhece, também, que as “terras tradicionalmente ocupadas por índios” são as:

habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos naturais necessários a seu bem-estar e as necessárias à sua reprodução física e cultural, segundo seus costumes e tradições (Brasil, 1988: Art. 231, & 1º).

No Acre, a instalação da FUNAI tinha o intuito de resolver os conflitos entre os habitantes que se diziam índios e os novos proprietários da terra, já que para os fazendeiros ter acesso aos incentivos fiscais era necessário os laudos técnicos que comprovassem a inexistência de índios na propriedade. E essa certidão só era emitida pela FUNAI.

As primeiras ações da FUNAI no Acre foram os levantamentos demográficos e socioeconômicos das populações indígenas acreanas. Entre elas, a dos *Manchineri* e *Jaminawá* nas cabeceiras do Rio Iaco, *Kulina* e *Kaxinawá* no alto Purus, *Kaxinawá* nos rios Envira, Tarauacá e Jordão, *Yawanawá* e *Katukina* no Rio Gregório, *Poyanawa* e *Nukini* no Moa, *Katukina* no Rio Campinas, *Kulina* e *Kampa* no alto Rio Envira e ainda *Shanenawa*, na época também identificada como *Katukina* (Aquino & Iglesias, 2005a).

O primeiro trabalho realizado visava à identificação dos territórios tradicionais ocupados naquele momento pelos indígenas. Naquela época, os índios, segundo Terri Aquino, viviam à “moda dos seringueiros, castanheiros,

pescadores e também como peões dos paulistas” (Varadouro, fev. de 1978b). Até o governador do Estado do Acre, da época, Geraldo Gurgel de Mesquita – 1975-1979, mandou carta ao presidente da FUNAI perguntando “de onde saíram esses índios”, pois os órgãos oficiais, inclusive a FUNAI, “desconheciam a existência dessas populações no Estado” (Aquino, 2001: 38).

O antropólogo Txai Terri V. Aquino integrou a primeira equipe da FUNAI responsável pelo levantamento socioeconômico e demográfico dos Kaxinawá nos rios Envira, Tarauacá e Jordão, fruto do questionamento do então governador Geraldo Mesquita. Desse trabalho, resultou a dissertação de mestrado de Terri Aquino *Kaxinawá: de seringueiro “caboclo” a peão “acreano”*, defendida em 1977 na UnB. Nessa dissertação, o autor discute a trajetória dos Kaxinawá em sua inserção na empresa seringalista e, mais tarde, em sua inserção como peão da frente agropecuária, bem como a experiência do “seringal caboclo⁵⁵” protagonizada por esses índios no Rio Jordão. Aquino (2001) relata que, quando começou o levantamento socioeconômico, “os índios desconheciam seus direitos sobre seus territórios” e oficialmente não existiam índios no Acre e, “quanto menos, terra para eles” (p. 38). A versão oficial era que não havia índios e sim “caboclos pintados de urucum”.

O movimento de resistência indígena, com o apoio da CPI e CIMI, se fortaleceu a partir da criação de cooperativas para a venda de borracha e compra de mercadorias e assim se livrava do aviamento dos patrões cariús, tornando possíveis alternativas sociais e econômicas ao esquema dos seringais instalados na região. Esse movimento de cooperativas, segundo o sertanista Meireles, “deu um fôlego para os índios saírem das mãos dos patrões de seringais” e “ajudou os índios a se mobilizar pela conquista de suas terras. Os índios começaram a sair dos fundos dos seringais” para a margem dos rios principais (Aquino e Iglesias, 18-05-2008).

⁵⁵ A família Kaxinawá do Rio Jordão, Sueiro Sales Cerqueira, recebeu como doação o Seringal Fortaleza, de propriedade da “preta Marcolina”. Este fora incorporado à outro seringal quando a proprietária falecera e o suposto novo dono não consentia de “nóis trabalhar nas estradas de seringa”. Ele mandava “botar pra fora os caboclo qui tão no seringal”. Após as disputas com outros seringalistas pela posse do Fortaleza, Sueiro Sales adquire o seringal e começa a administrar o seringal passando assim a “patrão caboclo”, o qual negociava borracha e aviava os índios seringueiros. No “seringal caboclo” foi abolida a renda pelas estradas de seringas, um dos principais símbolos de expropriação de seringueiros nos seringais acreanos (Aquino, 1977).

A implantação e o funcionamento das cooperativas, administradas pelas lideranças locais e viabilizadas com recursos intermediados pelas entidades indigenistas, principalmente pela CPI-Acre⁵⁶, resultou, em nível local, na desarticulação do quase secular regime de barracão engendrado pelos patrões; no “ajuntamento” de famílias indígenas que viviam espalhadas por seringais e colônias; na retirada dos patrões e de seringueiros não-índios das terras indígenas; na abolição da renda pelas estradas de seringa, e, na conquista de maior autonomia a fim de venderem nas cidades as produções de borracha e gêneros agrícolas e comprar mercadorias na cidade (Aquino & Iglesias, 2005a: 127).

Concomitante a esse “tempo dos direitos”, que corresponde ao reconhecimento e demarcação de Terras Indígenas, surge também o “*tempo da revitalização cultural*”, proporcionado pela educação bilíngüe via políticas públicas indígenas. Os cursos de educação bilíngüe têm contribuído para o “fortalecimento das identidades étnicas e revitalização cultural dos grupos participantes, por meio do incentivo ao ensino das manifestações da cultura tradicional” (Weber, 2006: 105). Atualmente, são 12 línguas indígenas faladas no Acre de três famílias lingüísticas: Aruak, Arawá e Pano. Os índios que falam Pano são: Kaxinawá, Jaminawa, Yawanawá, Shanenawa, Shawādawa, Poyanawa, Nukini e Katukina. Os que falam as línguas da família Aruak são: Manchineri e Ashaninka. A língua da família Arawa é falada pelo povo Madija⁵⁷ (Aquino e Iglesias, 04-09-2005).

O recente interesse dos índios pela cultura, segundo Weber (2006), é um novo meio de “aproximação ao mundo dos brancos”, pois a mercantilização da cultura tem gerado renda para as comunidades indígenas e

⁵⁶ A Comissão Pró-Índio-CPI do Acre foi criada em 1979 e tem participado ativamente, dos anos de 1980 até os dias de hoje com assessoria às populações indígenas que lutam pela conquista e exercício de direitos coletivos, especialmente no Estado do Acre e sudoeste do Amazonas. A mesma tem auxiliado principalmente na educação profissional e na retomada de algumas tradições. Dois principais projetos estão em andamento atualmente no Acre, o de formação de “agente agro florestal indígena” voltado para a gestão territorial das Terras Indígenas e o Projeto “Uma Experiência de Autoria” que tem auxiliado na educação diferenciada com produção de material didático (Aquino e Iglesias, 2005b).

⁵⁷ Algumas dessas línguas têm apenas cerca de 5 falantes, como a Poyanawa, Shawādawa e Nukini. Em algumas aldeias apenas a metade da população é falante da língua indígena, como a do povo Kaxinawá, Apurinã, Shanenawa. Em outros casos, toda a população fala na língua indígena, como os Ashaninka, Madija, Katukina, Manchineri, Yawanawá, Jaminawa e Kaxinawá. Além dessas línguas, tem também a língua dos índios arredios que são chamados de “índio brabo” ou índios isolados (Aquino e Iglesias, 04-09-2005).

tem proporcionado a elevação da auto-estima do povo. A cultura para um professor indígena, entrevistado por Weber (2006: 153), é considerada como “uma coisa importante que está unindo o branco com o índio” e reforça que a cultura “pra mim é uma coisa novata, uma coisa que é nossa, mas eu nunca tinha visto” (p. 147). Essa situação é oposta a antes do “tempo de direitos”, pois como vimos, antes os índios queriam tornar-se brancos e hoje querem voltar a ser índios.

Essa revitalização é fruto também das iniciativas do Governo da Floresta que criou, em 1999, o Núcleo de Indigenismo da Fundação de Cultura e Comunicação Elias Mansour. Este núcleo atua no sentido de implementar ações que visam a "manutenção da identidade cultural" dos povos indígenas, por meio do "incentivo à produção e uso das artes materiais e artísticas desenvolvidas pelos próprios índios, de forma a promover a revitalização cultural almejada por essas etnias" (Aquino e Iglesias, 2005a: 186). O governo também incentiva, além de uma produção artesanal, os festivais de cultura, a valorização dos saberes e usos associados à medicina e à formação de novos pajés, o qual recebe o reconhecimento dos povos indígenas como esse de um Jaminawá “o Governo da Floresta começou a se preocupar desse lado da cultura” (Cruz e Ferreira, 2004: 110).

Outra iniciativa do Governo da Floresta foi criar, em 2003, a Secretaria Executiva dos Povos Indígenas-SEPI. Esta secretaria tem como objetivo articular as “políticas públicas, dialogar e discutir com as comunidades as demandas dessas” e transformá-las em “agenda para que o Estado” possa atendê-las melhor. Para Francisco Pianko, secretário da SEPI, o Acre é “o primeiro Estado que vai conseguir ter uma política definida com orçamento, com metas e com estudos para o desenvolvimento” das comunidades indígenas (entrevista com Francisco Pianko, em abril de 2008).

Para Francisco Pianko, a diferença fundamental para os povos indígenas em relação aos governos anteriores é a de que hoje, quando os índios procuram governo, ele existe. Antigamente, explica, era como se os índios não existissem dentro do Estado (entrevista em abril de 2008).

Pianko considera que a criação da secretaria indígena foi uma conquista do movimento indígena, muito mais que um gesto de boa vontade do atual governo,

Nós somos responsáveis pelo surgimento da secretaria e o que queremos é que ela coopere com a evolução do movimento indígena do Acre, não só das cabeças, mas das bases. As ações da secretaria devem atingir cada um dos índios do Estado (Página 20, 14-01-2003).

Entre as expressividades culturais mais significativas dos povos indígenas que vivem no Acre, se destacam os “Encontros de Culturas” já em sua quinta versão, o “Festival Yawa” do povo Yawanawá da Terra Indígena Rio Gregório (figura 06), as festas de “mariri” em algumas Terras Indígenas, a implantação da educação bilíngüe diferenciada e a publicação de revistas temáticas dos Povos Indígenas do Acre.



O 1º Encontro de Culturas Indígenas do Acre e sul do Amazonas aconteceu em abril de 2000, como atividade promovida pelo executivo estadual em comemoração aos “500 anos do descobrimento do Brasil, mais os 500 anos de resistência cultural e da luta dos povos tradicionais da região”. Na justificativa do evento, os “Índios e seringueiros nordestinos” foram apresentados como aqueles que participaram da criação do “Estado Independente do Acre” e depois fizeram a Revolução Acreana, para que essa “terra e seu povo se tornassem Brasil” (www.fem.ac.gov.br).

Em 2002, realizou-se o primeiro “Yawa – Festival de Dança, Expressões Artística, Manifestação Cultural e Espiritualidade do Povo

Yawanawá”, que deu origem ao DVD homônimo traduzido para oito línguas. Esse evento, já em sua sexta edição, surgiu da “necessidade de valorizar as danças, expressões artísticas, cultural e espiritual que não foram apagadas e esquecidas da memória dos Yawanawá” (www.yawanawa.org). O mesmo, segundo o cacique e pajé Niximaka, em depoimento à antropóloga Ingrid Weber, tem se mostrado uma “importante escola de educação de nossa cultura”. O Yawa, além de contribuir para à auto-estima do seu povo, tem se revelado em uma grande vitrine da cultura indígena acreana. Na forma de um renascimento/redescobrimto como povo, com uma “cultura, uma identidade e uma espiritualidade em pleno século XXI” (Aquino e Iglesias, 2005a: 186).

Os povos Yawanawá, Kaxinawá e os Ashaninka são os que mais investem em um “resgate” cultural de suas tradições, principalmente a partir das festas e festivais culturais. Em 1999, os Yawanawá lançaram o CD – “Saiti Munuti - Mariri Yawanawá – Secred Ceremonial Songs of the Yawanawá People”, uma coleção de cantos cerimoniais que “nos fazem recordar nossos antepassados e nos conectam ao mundo ‘moderno’. Sem perder nossa identidade cultural”. Saiti Munuti é o que nos “fortalece como um povo indígena, com uma cultura, língua e tradição diferente” (www.yawanawa.org).

Os Yawanawá investem na publicidade e politização de sua cultura, o que atrai cada vez mais participantes não-índios para os seus festivais, como o então governador do Estado do Acre, Jorge Viana, no festival de 2003. O Governo da Floresta é sempre apontado como um grande “amigo dos índios”, pois desde que assumiu o executivo estadual cumpre o compromisso de “apoiar os processos de regularização das terras indígenas no Acre” (Aquino & Iglesias, 28-05-2006). Francisco Pianko⁵⁸ ressalta que antes do Governo da Floresta, “os índios eram ignorados no Estado, vistos como problema e atraso” e, com o governo de Jorge Viana, “a FUNAI deixou de ser o único órgão responsável na atuação voltada a eles” (entrevista em abril de 2008).

⁵⁸ Francisco Pianko é um dos líderes Ashaninka mais respeitado atualmente. O mesmo exerceu no período de 2003-2006 o cargo de secretário da Secretaria Extraordinária dos Povos Indígenas do Acre e, atualmente, é assessor especial, para assuntos indígenas, do governo estadual.

Os Yawanawá também têm investido na mercantilização da cultura com o lançamento a partir de 2005 do Kene Yawanawá, marca da grife de roupas (figura 07).



O projeto da grife Yawanawá surgiu no 1º Festival de Cultura Yawanawá. E desde então, as lideranças Yawanawá investem nessa

arte milenar para compartilhar com o mundo ocidental a valorização da arte indígena expressa nas pinturas corporais e faciais, através do transporte dos mesmos em tecidos que levassem a marca do povo Yawanawá (www.yawanawa.org).

O povo Ashaninka, do Rio Amônia, é um dos povos indígenas do Acre com maior organização política e social e também com grande “resgate” da cultura. Esse povo, além das festas de “mariri”, participa de feiras artesanais e aprovou em 2006 o Projeto Escola Yorenka ãtame⁵⁹ (Saber da Floresta), criado no sentido de “dar continuidade à preservação de seus conhecimentos tradicionais”.

Os etnônimos dos povos indígenas (já reconhecidos) que hoje vivem no Estado do Acre são: *Arara* (autodenominação Shawãdawa), *Kampa* (autodenominação Ashaninka), *Jaminawá*, *Jaminawá-Arara*, *Katukina*, *Kaxinawá* (autodenominação Huni Kuin), *Kulina* (autodenominação Madijá), *Shanenawa*, *Manchineri*, *Nawá*, *Nukini*, *Poyanawa*, *Yawanawá* e *Isolados* (Aquino e Iglesias, 2005a).

Além desses índios já reconhecidos no Acre existem os “índios isolados⁶⁰”, considerados sobreviventes das “correrias” promovidas por *caucheiros* peruanos e seringalistas brasileiros a partir das três últimas décadas do século XIX. Estes formam um conjunto bastante diverso, porém numericamente reduzido, dos povos indígenas que lograram, por mais de um século, manterem-se relativamente à margem das atividades produtivas da empresa seringalista. Esses índios, denominados de “brabos” pelos patrões, seringueiros e índios já inseridos na vida dos seringais, passaram a ser considerados ameaça à “segurança” das famílias que trabalhavam nas colocações mais afastadas. Por quase oitenta anos, os patrões seringalistas adotaram diferentes estratégias para tentar manter os “brabos” afastados de suas propriedades. Nas duas primeiras décadas do século XX, acordos foram

⁵⁹ Para maiores informações sobre os Ashaninka ver o site: www.apiwtxa.blogspot.com da Associação do Povo Ashaninka do Rio Amônia.

⁶⁰ Até 1988, antes do advento da nova Constituição, a política oficial em relação aos índios “isolados”, que vinha sendo feita pelo antigo SPI (Serviço de Proteção aos Índios), de 1910 até 1966, e depois pela FUNAI, a partir de 1967, era a política de integração do índio à comunhão nacional. Isso foi muito enfatizado no tempo do regime militar. Em 1988, quando foi promulgada a nova Constituição, as pessoas que “amansavam índios arredios”, os sertanistas que trabalhavam com esses povos criaram uma nova postura em relação a eles, que consiste basicamente na proteção. O que se faz é demarcar um território para eles e protegê-los. É uma coisa nova na FUNAI demarcar terras para índios “isolados”, diz Meireles. No Acre em decorrência dos conflitos entre grupos “isolados”, de um lado, e os Ashaninka do alto Rio Envira e Kaxinawá do Rio Jordão, de outro, foi criada uma “Frente de Atração” no alto Rio Envira, com objetivo de averiguar os territórios que os isolados usavam e, ainda, tentar fazer uma política de boa vizinhança entre os índios “acostumados”, no caso do Envira os Ashaninka e Kulina, e esses povos chamados de “isolados”. O sertanista José Carlos dos Reis Meireles Júnior foi para as cabeceiras do Envira montar uma base da Frente na foz do igarapé Xinane (Meireles em entrevista no Papo de Índio, In: Aquino, 30-06-2008).

firmados com caucheiros peruanos para que, em troca do aproveitamento dos cauchais, estes realizassem correrias contra as malocas de "brabos" e "limpassem" os terrenos para que os seringalistas pudessem formar seringais.

Nos anos de 1920, patrões dos rios Jordão e Tarauacá financiaram as atividades da "polícia de fronteira", comandada pelo mateiro e patrão cearense Felizardo Cerqueira à frente dos Kaxinawá, que se agruparam no seringal Revisão (último seringal do Rio Jordão na fronteira com o Peru) (Aquino e Iglesias, 2005a: 33). Os isolados optaram por "refugiar-se e estabelecer moradia permanente em território peruano, onde a seringa inexistia e, em grande medida, o caucho fora esgotado no início do século passado" (XX), como resultado do extrativismo predatório promovido pelos *caucheiros* advindos dos afluentes do Ucayali e do Madre de Dios (Aquino e Iglesias, 2005a: 33).

Atualmente, são duas as Terras Indígenas já regularizadas e destinadas aos "isolados": *Kampa (Ashaninka)* e *Isolados do Rio Envira* no município de Feijó, a qual é dividida com cerca de 230 Ashaninka e Terra Indígena *Alto Tarauacá*, no município de Feijó, exclusiva para eles. Já a Terra Indígena Riozinho do Alto Envira está em processo de identificação, a qual será também dividida com cerca de 15 Ashaninka (Aquino & Iglesias, 30-06-2008).

No Acre já foram criadas 34 terras indígenas pelo governo federal, das quais 23 já estão registradas⁶¹ e três (03) homologadas, o que significa que estão plenamente regularizadas. As outras estão em processo de criação (05 em identificação, 01 a identificar, 01 identificada e 01 Área Dominial) (ver quadro 04), e dois novos pedidos de reconhecimento ainda estão sem nenhuma providência por parte da FUNAI (Kuntanawa do alto Rio Tejo no Vale do Juruá e Jaminawa/Madiha de Santa Rosa do Purus). Incluindo-

⁶¹ A primeira etapa de definição de uma TI é a *identificação* e *delimitação*. Nessa etapa realiza-se os estudos de natureza etno-histórico, sociológico, fundiário, cartográfico, ambiental e o levantamento fundiário necessário à delimitação (Decreto 1775-96). Após aprovação do relatório com essas informações, pelo presidente da Funai, o memorial descritivo e o mapa da TI são publicados nos diários oficiais da União e do Estado onde a terra será localizada. Após a publicação do mesmo e decorrido o prazo de contestação, o Ministro da Justiça *declara* os limites da TI a ser *demarcada* pela Funai. A última etapa do processo é a *homologação* pelo Presidente da República, acompanhada pelo *registro* no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca Municipal, onde a terra está localizada e, o *cadastro* na Secretaria de Patrimônio da União.

as, a extensão agregada das terras indígenas será equivalente a cerca de 15% do território acreano (Aquino e Iglesias, 2005a).

Quadro 04 – Povos e Terras Indígenas no Acre

Município	Terras Indígenas	Povo	Área (ha)	População	Situação Jurídica
Vale do Purus					
Assis Brasil	Cabeceira do Rio Acre	Jaminawa	78.512,58	238	Registrada
Assis Brasil e Sena Madureira	Mamoadate	Manchineri Jaminawa	313.647,00	937 168	Registrada
	Jaminawá do Rio Caeté	Jaminawa	9.878,48	78	A Identificar
Sena Madureira	Manchineri do Seringal Guanabara	Manchineri	213.254	166	Em Identificação
	Jaminawá do Guajará	Jaminawá	600	70	Em Identificação
Santa Rosa do Purus e Manuel Urbano	Alto Purus	Kaxinawá Kulina	263.129,81	1.117 743	Registrada
Vale do Juruá					
Feijó	Jaminawá Envira	Kulina Ashaninka	80.618,00	60 51	Registrada
	Kampa (Ashaninka) Isolados do Rio Envira	Ashaninka Isolados	232.795,00	283 ?	Registrada
	Katukina-Kaxinawá	Shanenawa Kaxinawá	23.474,04	322 376	Registrada
	Kaxinawá do Rio Humaitá	Kaxinawá	127.383,56	287	Registrada
	Kaxinawá Nova Olinda	Kaxinawá	27.533,40	247	Registrada
	Kulina do Rio Envira	Kulina	84.364,61	257	Registrada
	Kulina do Igarapé do Pau	Kulina	45.590,00	127	Registrada
	Kaxinawá do Seringal Curralinho	Kaxinawá	?	89	Em Identificação
Feijó e Santa Rosa do Purus	Riozinho do Alto Envira (Xiname Velha)	Ashaninka Isolados	260.970,00	15 ?	Identificada
Tarauacá	Kampa do Igarapé Primavera	Ashaninka	21.987,00	21	Registrada
	Kaxinawá da Colônia 27	Kaxinawá	105,17	70	Registrada
	Kaxinawá Igarapé do Caucho	Kaxinawá	12.317,89	531	Registrada
	Kaxinawá da Praia do Carapanã	Kaxinawá	60.698,00	485	Registrada
	Rio Gregório	Yawanawá Katukina	92.859,75	475 99	Homologada
Cruzeiro do Sul	Campinas Katukina	Katukina	32.623,64	404	Registrada
	Jaminawá do Igarapé Preto	Jaminawá Jaminawá-Arara	25.651,62	171 39	Registrada
Marechal Thaumaturgo	Jaminawá-Arara do Rio Bagé	Jaminawá-Arara	28.926,00	196	Registrada
	Kampa do Rio Amônia	Ashaninka	87.205,40	450	Registrada
	Kaxinawá Ashaninka do Rio Breu	Ashaninka Kaxinawá	31.277,00	359 53	Registrada
	Arara do Rio Amônia	Arara, Santa Rosa, Amawaba, Konibo, Kampa, Txama	20.724	278	Em Identificação
Jordão e Feijó	Alto Tarauacá	Isolados	142.619,00	?	Homologada
Jordão	Kaxinawá do Baixo Rio Jordão	Kaxinawá	8.726,00	319	Registrada
	Kaxinawá do Rio Jordão	Kaxinawá	87.293,80	1230	Registrada
	Kaxinawá do Seringal Independência	Kaxinawá	11.463,00	166	Área Dominial
Mâncio Lima	Nukini	Nukini	27.263,52	553	Registrada
	Poyanawa	Poyanawa	24.499,00	403	Registrada
	Nawá	Nawá, Arara, Nukini, Jaminawá	83.218	306	Em Identificação
Porto Valter	Arara do Igarapé Humaitá	Arara	86.700,00	327	Homologada
Total			2.390.112	12.720,00	

Fonte: Acre, 2006a; Aquino e Iglesias, 2005a.

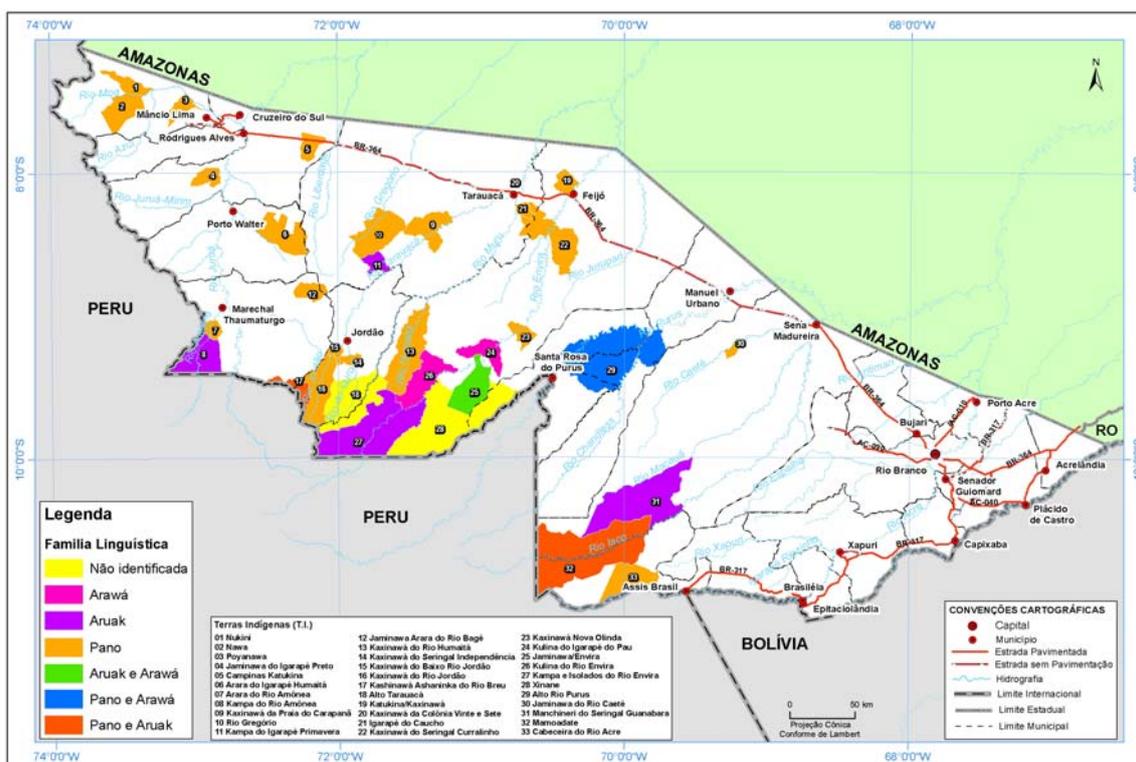
Das 34 T.I. já reconhecidas listadas no quadro 04, dez (10) estão em estudo para revisão de limites: Rio Gregório do povo Yawanawá e Katukina, Nukini na área de entorno do PNSD, Igarapé do Caucho, Katukina-Kaxinawá, Campinas-Katukina, Mamoadate, Kaxinawá do Rio Humaitá, Kaxinawá/Ashaninka do Rio Breu, Poyanawá e Arara do Igarapé Humaitá. Essas novas demandas territoriais decorrem do “crescimento demográfico dos povos indígenas” no Estado do Acre, bem como da revisão dos componentes indígenas dos EIA-RIMA pelo asfaltamento das BRs 364 e 317 e “negociação, junto ao governo estadual, de planos de mitigação e compensação pelos prejuízos ambientais, sociais e culturais resultantes da pavimentação dessas rodovias federais” (Aquino & Iglesias, 18-06-2006; Maciel, 25-03-2006).

As reivindicações territoriais, ainda sem providência por parte da FUNAI, no Acre, são: uma localizada no município de Marechal Taumaturgo, na Reserva Extrativista do Alto Juruá, dos Milton⁶², grande família formada a partir de casamentos de descendentes de Kuntanawa e Neanawa. Eles fazem parte dos povos indígenas julgados extintos e que ressurgem a partir de seus descendentes. Estes, desde 2003, estão empenhados em ser reconhecidos enquanto Kuntanawa e conquistar um território próprio, mas estão enfrentando problemas, pois o território reivindicado é incidente na Reserva Extrativista Alto Juruá. Outro povo que busca reconhecimento são os Jaminawá-Madijá, que vivem atualmente no Alto Rio Purus, os quais propõem que seja criada a TI Estirão (município de Santa Rosa do Purus) onde vivem 160 índios Jaminawa e Madijá (Aquino e Iglesias, 11-06-2006).

As 34 terras indígenas estão distribuídas em metade dos 22 municípios do Acre, com maior concentração nos vales dos rios Juruá, Tarauacá e Envira na fronteira com o Peru (ver mapa 01). Essas terras destinam-se a 14 povos indígenas com uma população estimada em pouco mais de 13.000 habitantes, cerca de 2,1% da população atual do Estado do Acre. Esses números dizem respeito apenas aos moradores das terras indígenas, não incluindo aí um considerável contingente indígena que habita os centros urbanos.

⁶² Uma análise sobre os Milton é encontrada em Franco (2001), na qual a autora analisa as transformações sociais ocorridas nos seringais do Alto Juruá ao longo de 100 anos, a partir da trajetória desse grupo familiar.

MAPA 01 – Territorialidade das Terras Indígenas no Estado do Acre⁶³



Fonte: Aquino & Iglesias, 2005 a.

Os índios isolados são estimados pela Administração da FUNAI de Rio Branco em cerca de 3.700 índios, residindo em 15 sedes municipais, dos quais 2.500 na cidade de Rio Branco. Tampouco incluem dados demográficos da Frente de Proteção Etno-ambiental Envira, que estima a população de “isolados” entre 600 a 1000 índios. Agregando esse conjunto de dados, é possível afirmar que a população indígena no Acre é de aproximadamente 18 mil, correspondente a 3% da população acreana. Entretanto, nos municípios novos que fazem fronteira com o Peru, como Jordão e Santa Rosa do Purus, os habitantes indígenas Kaxinawá e Kulina constituem, respectivamente, 40% e 60% de suas populações (Aquino e Iglesias, 25-02-2007).

⁶³ A Terra Indígena Jaminawa do Guajará não está representada no mapa.

3.3 – A Aliança dos Povos da Floresta

O 1º Encontro Nacional dos Seringueiros, de 1995, decidiu que, a partir daquele momento, seria realizada uma campanha no sentido de se tentar uma aliança com os índios, já que as lutas tinham o mesmo alvo, isto é, a resistência à pecuarização e à ação dos madeireiros. Os depoimentos abaixo de um índio e de um seringueiro, de 1988, são ilustrativos dessa Aliança:

As lideranças seringueiras procuraram mostrar às lideranças indígenas que os seringueiros, a exemplo do que ocorreu com os índios, estão sendo espoliados pelo avanço do capital e do latifúndio. A exploração irracional das madeiras, os desmates predatórios e a completa expropriação dos recursos existentes nas matas foram apontados como uma verdadeira ameaça aos índios e seringueiros ... (Raimundo Barros⁶⁴).

Já o índio Zé Ossai ressaltava que:

o mais importante é saber que índios e seringueiros hoje já estão conscientes de que vivem problemas semelhantes ... e se sente muito feliz pelo fato de seringueiros estarem hoje ao lado dos índios, porque em outras épocas o latifúndio se utilizou dos seringueiros para expulsar os índios de suas terras, que depois acabaram nas mãos dos fazendeiros (Paula, 1991: 210-211).

O seringueiro não queria ser colono, queria utilizar as áreas comunitariamente: “não queremos título de propriedade”, dizia Chico Mendes, “queremos que ela seja da União, com usufruto dos seringueiros. Essa coisa pegou e chamou a atenção dos índios que começavam a se articular” em torno da criação de terras indígenas (Porto-Gonçalves, 1998: 490).

Ao defender as Reservas Extrativistas como bandeira de luta, os seringueiros abriam caminho para a aproximação com o movimento indígena, que culmina em 1989 na “Aliança dos Povos da Floresta”, na aliança entre o CNS e a União das Nações Indígenas-UNI. A UNI, junto com o CNS, no âmbito da “Aliança dos Povos da Floresta”, defenderam a regularização de terras indígenas, a criação das reservas extrativistas e políticas públicas para a economia da borracha (Aquino e Iglesias, 2005a: 154).

⁶⁴ Líder seringueiro, na época da entrevista era tesoureiro do CNS

A UNI, em diferentes fóruns políticos, nos anos de 1988-89, assumiu posições conjuntas com o CNS, reivindicando que o governo federal procedesse à regularização de áreas indígenas e reservas extrativistas e efetivasse políticas públicas que garantissem a permanência e a melhoria da qualidade de vida das populações da floresta. Essas lideranças, dos movimentos seringueiro e indígena, atuavam pela primeira vez em conjunto, e também tentaram influenciar os rumos da política oficial para a borracha. As mesmas incentivavam a realização de pesquisas adequadas às necessidades dos povos da floresta, assim como angariar apoio para os programas de cooperativismo, educação e saúde, que vinham desenvolvendo em parcerias com entidades da sociedade civil (Aquino e Iglesias, 2005a).

A Aliança dos Povos da Floresta oficializou-se durante o II Encontro Nacional dos Seringueiros ocorrido em Rio Branco, em março de 1989. O documento que oficialmente criou a *aliança* justificava a união desses povos da seguinte forma:

... os habitantes tradicionais da floresta amazônica - índios, seringueiros, castanheiros, etc. - baseiam seu modo de vida na extração de produtos como a borracha (látex), a castanha, a balata, os óleos vegetais e outros. Além disso, dedicam-se à caça e à pesca não predatória, bem como à agricultura de subsistência. Esses grupos sociais - os povos da floresta - precisam da mata e dos rios para sobreviver, e sabem como utilizar os recursos naturais sem destruí-los.

Eles (os habitantes tradicionais), hoje, enfrentam um inimigo comum: o capitalismo predatório que tem invadido as terras de índios e de seringueiros. A Aliança dos Povos da Floresta é a união dos trabalhadores extrativistas com os povos indígenas para a defesa conjunta da reforma agrária e das terras indígenas. Essa aliança, iniciada a partir do Conselho Nacional dos Seringueiros e da União das Nações Indígenas, tem se concretizado na participação de seringueiros em assembléias indígenas e na participação de índios nas assembléias de seringueiros.

Outros exemplos é a colaboração mútua em projetos de educação, saúde e cooperativismo, no apoio de índios a empates de seringueiros e reivindicações conjuntas contra a implantação de colônias indígenas⁶⁵ e contra o projeto Calha Norte, na medida em que esses projetos

⁶⁵ A Colônia Agrícola Indígena era uma das modalidades de Áreas Reservadas previstas pelo Estatuto do Índio de 1973. Esta era definida como área destinada à exploração agropecuária, administrada pela FUNAI que previa a convivência entre índios aculturados e membros da comunidade nacional. Em 1987 através do decreto nº 94.946 da Presidência da República foi reafirmada a figura jurídica de “colônia indígena” e foram estabelecidas duas categorias de índios: os aculturados e os não-aculturados. Estes últimos teriam suas terras demarcadas como áreas

implicam em medidas agressivas contra pessoas e contra a natureza (www.cnsnet.org.br).

Diante dessa perspectiva, declararam:

As populações tradicionais que hoje marcam no céu da Amazônia o Arco da Aliança dos Povos da Floresta proclamaram sua vontade de permanecer com suas regiões preservadas. Entendem que o desenvolvimento das potencialidades destas populações e das regiões em que habitam se constituem na economia futura de suas comunidades e deve ser assegurada por toda a Nação Brasileira como parte da sua afirmação e orgulho. Esta Aliança dos Povos da Floresta reunindo índios, seringueiros e ribeirinhos iniciada aqui, nesta região do Acre estende os braços para acolher todo esforço de proteção e preservação deste imenso, porém frágil sistema de vida que envolvem nossas florestas, lagos, rios e mananciais, fonte de nossas riquezas e base de nossas culturas e tradições (www.cnsnet.org.br)

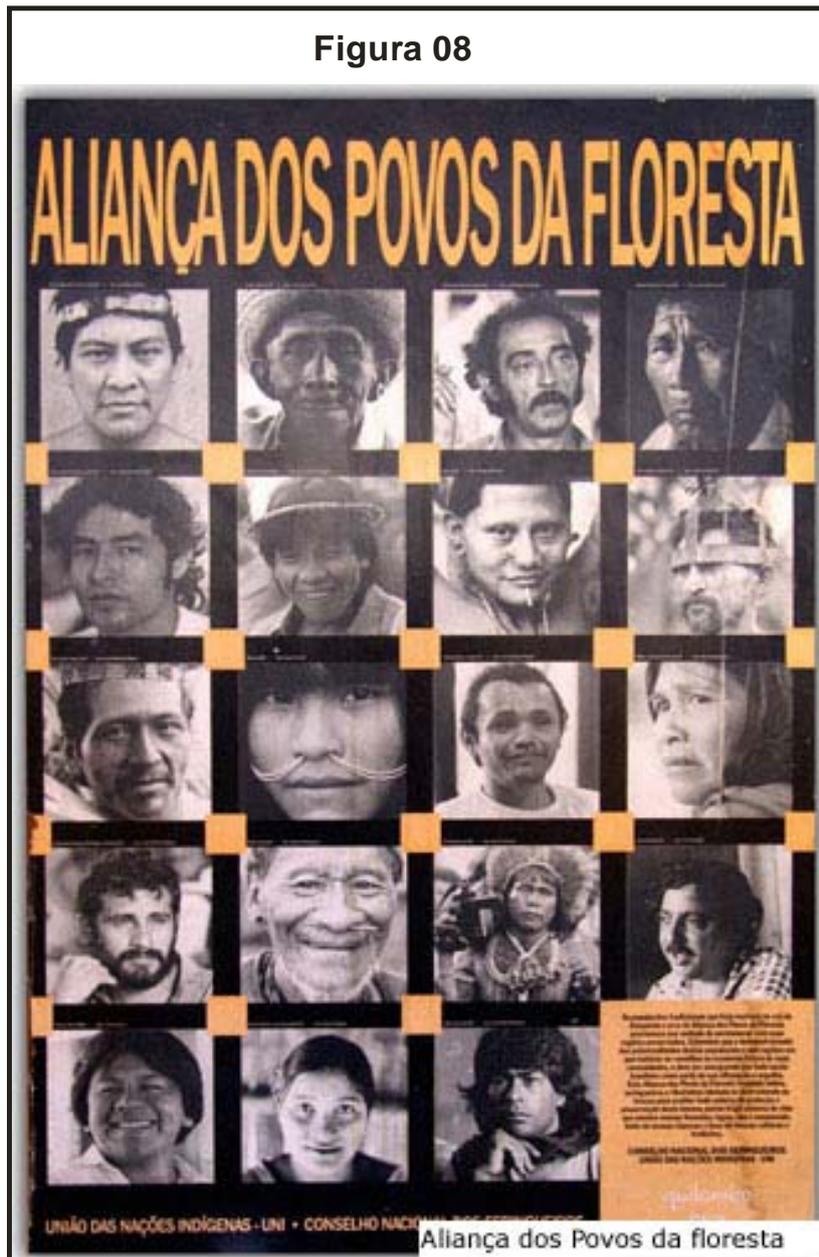
O 1º Encontro dos Povos da Floresta e II Encontro Nacional dos Seringueiros, tiveram como principais finalidades legitimar a Aliança (ver figura 08). O mesmo aconteceu três meses após o assassinato de Chico Mendes, com todas as “atenções voltadas para o Acre” (Paula, 1991: 230). Esse Encontro contou com a presença da imprensa internacional e nacional, representantes de entidades ambientalistas e partidos de esquerda.

O movimento social de índios e seringueiros conseguiu importantes conquistas, tanto do ponto de vista do reconhecimento das identidades específicas quanto da criação de territórios reservados às comunidades tradicionais, antes de 1980 não existia nenhum território nem de preservação nem de conservação e, hoje (2008), o Estado do Acre possui 48% dessas áreas. Entre os territórios reservados às comunidades tradicionais no Estado do Acre⁶⁶, conquistados diretamente pelo movimento social destacam-se: as Reservas Extrativistas, os Projetos de Assentamentos Extrativistas e as Terras Indígenas.

índigenas, enquanto que os primeiros teriam suas áreas reconhecidas como colônias indígenas (Aquino e Iglesias, 2005a).

⁶⁶ A partir de 2006 foram criadas as Florestas Estaduais também destinadas às comunidades tradicionais, mas com algumas diferenças no que diz respeito ao uso do solo. Diferentes dos reivindicados pelo movimento social.

Figura 08



Os Projetos de Assentamento Extrativista-PAE, criados em 1987, partem do mesmo conceito de Reservas Extrativistas, mas se expressam no contexto de projetos de reforma agrária. O PAE foi a primeira iniciativa que reconheceu a “posse extrativista”, isso implicava a criação de uma nova categoria de território, e uma tentativa do INCRA de atender para as possibilidades locais de uso dos territórios e dos recursos, permitindo a subsistência de famílias com perfil extrativista. Os PAEs tiveram a sua denominação alterada em 1996 para Projetos de Assentamentos Agroextrativistas, o que desviou o objetivo inicial de uso exclusivo ao

extrativismo para outros usos como o manejo florestal empresarial e comercial. Segundo os dados de 2006, são 11 projetos dessa modalidade no Acre (ver quadro 05)⁶⁷.

Quadro 05 - Projetos de Assentamentos Agroextrativistas no Estado do Acre

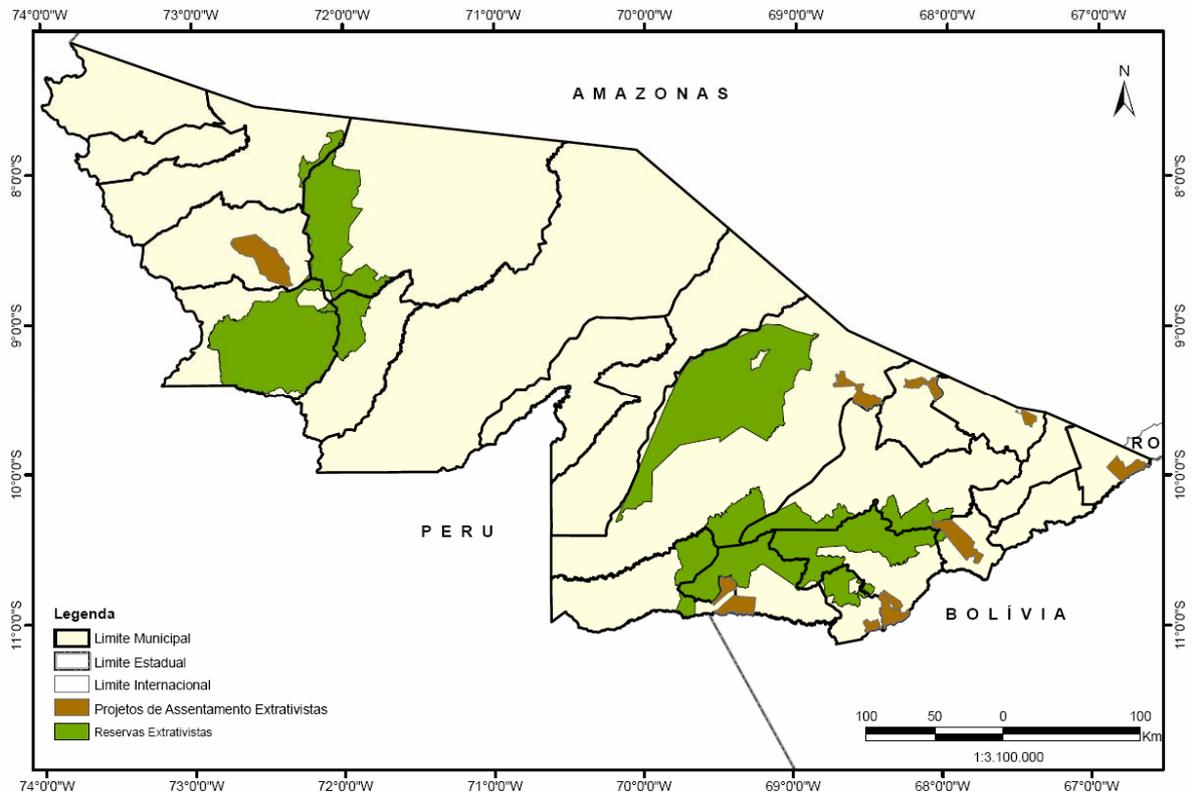
Projeto	Município	Área (ha)	Capacidade	Famílias Assentadas	Ano de Criação
Remanso	Capixaba	43.228,18	189	170	1987
Chico Mendes	Epitaciolândia	24.098,61	87	84	1988
Santa Quitéria	Brasiléia	44.858,91	242	221	1988
Porto Dias	Acrelândia	22.348,93	98	98	1989
Riozinho	Sena Madureira	30.381,62	120	63	1989
Porto Rico	Epitaciolândia	7.858,42	73	68	1991
Canary	Bujari	8.053,00	27	20	1997
Limoeiro	Bujari	11.150,00	37	16	1998
Barreiro	Porto Acre	9.760,46	20	Sem dado (SD)	SD
Equador	Epitaciolândia	7.757,72	36	35	SD
Cruzeiro do Vale	Porto Walter	76.900,00	300	196	SD
Total		978.495,85	1.229	908	

Fonte: Acre, 2006a.

A Reserva Extrativista é uma invenção de direitos, já que não existia na legislação brasileira até 1988 e é fruto do movimento social dos seringueiros. No Acre, atualmente, existem 05 Reservas: Reserva Extrativista do Alto Juruá, Reserva Extrativista Chico Mendes, Reserva Extrativista do Alto Tarauacá, Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema e Reserva Extrativista Riozinho da Liberdade. As duas primeiras criadas em 1990 no auge do movimento social dos seringueiros (ver mapa 02) e as demais em 2000, 2002 e 2005 respectivamente.

⁶⁷ Existem outras modalidades de Projetos de Assentamentos no Acre sob responsabilidade do Incra, no total são 107 (dados de 2006). Além dos PAE, o Acre possui 05 PAD (Projeto de Assentamento Dirigido), 06 PDS (Projeto de Desenvolvimento Sustentável), 03 PAF (Projeto de Assentamento Florestal), 03 PCA (Projeto Casulo), 02 PAR (Projeto de Assentamento Rápido) e 06 PA (Projeto de Assentamento) e 12 PF (Pólo Agroflorestal) criados pelo governo estadual (Acre, 2006a).

Mapa 02 – Reservas Extrativistas e Projetos de Assentamentos Agroextrativista no Estado do Acre



Fonte: Dados do ZEE (fase 2). Organizado por Cláudio Cavalcante. IMAC.

A Reserva Extrativista foi definida pelo Decreto-Lei nº 98.987/90 como unidade de conservação ambiental, com a finalidade de garantir a “exploração autosustentável e conservação dos recursos renováveis, por populações extrativistas” (Paula, 2005: 245-246).

O seringueiro e o índio acreano têm uma longa trajetória histórica e receberam diversas denominações por parte da classe dominante em função da inserção deles no extrativismo da seringa. O seringueiro, quando migrou do Nordeste para a Amazônia, a partir da segunda metade do século XIX, naquelas condições que vimos no segundo capítulo, ficou conhecido como o *brabo*. Depois foi o *manso* habituado com a mata e com o “serviço da seringa” que foi integrado às “forças revolucionárias” na “conquista do Acre” da Bolívia e do Peru. Cinquenta anos depois, foram reconhecidos como “veteranos da

guerra do Acre”⁶⁸. “Desaparece” da história por cerca de 30 anos e ressurgiu na década de 1940 como o *arigó*, o recém chegado, o “voluntário de guerra”, que foi integrado na empresa seringalista como “soldado da borracha”⁶⁹. Terminada a guerra, luta para ser reconhecido como “ex-soldado da borracha” (Allegretti, 2002; Zanoni, 1979).

Na década de 1970 e no bojo dos conflitos pela posse da terra, duas identidades são distinguidas no Acre: os *acreanos* e os *paulistas*, as quais representavam muito mais do que a origem estadual. A identidade de *paulista* não somente englobava, sem distinção, todos aqueles não nascidos no Acre, como *ser paulista* era, por princípio, um qualificativo depreciativo, associado aos males causados aos *acreanos* pela venda dos seringais. Mesmo aqueles oriundos do Centro-Sul, mas sem laços familiares, econômicos, políticos ou ideológicos com os fazendeiros, precisavam provar sua identificação com a “causa acreana” para serem aceitos e não hostilizados. Da mesma forma como a categoria *paulista* englobava todos os “de fora”, independentemente de classe social ou posição política, o termo *acreano* englobava todos os “de dentro”, seringueiros e seringalistas, *patrões* e *fregueses* que fossem contrários à bovinização do Estado do Acre (Allegretti, 2002).

Os índios, a exemplo dos seringueiros, também têm uma longa trajetória a partir do contato com as frentes extrativas do caucho e da seringa. Inicialmente foram massacrados pelos nordestinos pelas violentas correrias protagonizadas por caucheiros e por seringalistas. Muitos morreram e alguns se esconderam para não serem mortos. Os que restaram foram encontrados e incorporados à empresa seringalista. Com a crise do extrativismo,

⁶⁸ A Lei nº 380 de 10-09-1948 deu uma aposentadoria para os revolucionários do Acre. E a lei nº. 3951 de 02-09-1961 expandiu a aposentadoria para as viúvas e filhas solteiras, desde que comprovada a condição desse estado civil, invalidez, incapacidade ou falta de meios de subsistência (Allegretti, 2002).

⁶⁹ Aos seringueiros “Soldados da Borracha” foram assegurados alguns direitos e garantias pelos Acordos de Washington (Brasil e EUA), como o pagamento de indenizações pelo esforço de guerra. Estes esperavam ser reconhecidos, após a guerra, como veteranos de guerra, com direitos a indenizações e pensões, o que só ocorreu a partir da Constituição de 1988 com o advento da aposentadoria de dois salários mínimos. Sobre a temática “Batalha da Borracha”, ver Pedro Martinello (1988) em “A Batalha da Borracha”, obra na qual o autor além de discutir a *operacionalização da batalha*, destaca o *destino da indústria gumífera e do soldado* após a guerra. Ver também Maria Verônica Secreto (2007) em “Soldados da Borracha”, obra na qual a autora destaca como a “hesitação em virar soldados da borracha” (devido às denúncias de abusos cometidos pelos patrões no início do século) é moldada em um novo tipo de seringueiro, que iria chegar à floresta com um contrato de trabalho e com direitos sociais garantidos.

“desapareceram” por várias décadas. Reapareceram como peões acreanos, no contexto da frente agropecuária, a partir da década de 1970, e lutando para serem reconhecidos como povos indígenas de diferentes etnias.

A polarização *acreano/paulista* passa a marcar politicamente o movimento de resistência e confere significados peculiares à disputa pela propriedade da terra: “os paulistas são identificados como os novos colonizadores do território” que, em nome do progresso e apoiados por seringalistas e comerciantes, expulsam índios e seringueiros da mata e devastam a floresta. Já os acreanos são “os seringueiros, índios e demais posseiros que se revoltam com a invasão de suas terras”, e acionam um conteúdo identitário para justificar sua permanência nas colocações de seringa, bem como para propor uma nova modalidade de uso dos recursos naturais, “os territórios reservados ao extrativismo”, as Terras Indígenas e as Reservas Extrativistas (Paula, 1991: 83-84).

No próximo capítulo, iremos discutir de que forma o movimento indígena e seringueiro é acionado pelo Governo da Floresta para implementação do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Acre, e como símbolos da acreanidade.

CAPÍTULO 04 – A FORMAÇÃO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES NO ACRE: O GOVERNO DA FLORESTA E O DISCURSO FLORESTÂNICO

Na última década (1999-2008) observa-se, no Acre, o uso cada vez mais freqüente de termos como: mercado verde, econegócios, dinheiro verde, empreendimentos florestais, florestania, povos da floresta, acreanidade. A popularização desses termos é fruto do (re)direcionamento econômico implementado pelo governo estadual, supostamente ancorado nos princípios do “desenvolvimento sustentável”, isto é, no uso dos recursos naturais com “sabedoria e em respeito aos saberes e valores culturais dos povos da floresta”. Esses princípios têm se concretizado em uma crescente mercantilização da natureza, principalmente no que se refere aos negócios sustentáveis viabilizados pelo manejo florestal e no incentivo a mercantilização da cultura, principalmente a indígena (Acre, 2006a).

Dois fatores, enquanto “uso” ideológico-político-discursivo-simbólico, contribuiu para a mercantilização da natureza no Acre: o movimento social protagonizado por seringueiros e índios (nas décadas de 1970 e 1980) contra a expropriação territorial e em defesa da floresta como meio de sobrevivência e, a emergência de um discurso sobre a “sustentabilidade ambiental”, nacional e internacional, que reconhecia o papel das comunidades locais na gestão dos recursos naturais. Fatores esses que o executivo estadual eleito em 1998, pelo PT, alia no seu plano de governo.

Nesse caso, há uma inversão dos parâmetros de desenvolvimento, como lembra Paula (2005), que dão novos significados aos termos “moderno” e “atrasado” no Acre. Os seringueiros e índios, nas décadas de 1970 e 1980, em “função de suas formas de reprodução social”, eram considerados “atrasados”, principalmente no contexto das políticas públicas desenvolvimentistas dos governos dos militares (1964-1985). E, na década de 1990, com o advento do paradigma do “desenvolvimento sustentável”, passam a ser “considerados modernos”, exatamente em sua forma de se relacionar com a natureza, pois essa passa a ser a “mais adequada para garantir a proteção da cobertura florestal na Amazônia” (p. 288).

Com base nessas questões, objetivamos, nesse capítulo, discutir a trajetória do PT do Acre (da criação, no seio do movimento de seringueiros

em Xapuri, à eleição de Jorge Viana para governador estadual, destacando a política estadual denominada de Florestania, a qual é utilizada pelo governo como slogan para diferenciar o modelo de desenvolvimento econômico do Acre (inspirado nos ideais dos povos da floresta), em relação aos outros Estados amazônicos. No próximo item, discutiremos a trajetória do PT, para depois retornar a questão da sustentabilidade e do discurso florestânico.

4.1 – O Partido dos Trabalhadores no Acre

O Partido dos Trabalhadores teve a sua seção criada no Acre no início da década de 1980, em um período de intensos conflitos entre os posseiros acreanos e agropecuaristas do Centro Sul do país, e a luta pela inserção no espaço urbano dos “posseiros urbanos”, principalmente seringueiros e ribeirinhos que, expulsos dos seringais, migraram para a cidade. As discussões que levaram à criação do partido partiram de Xapuri e Brasiléia, os núcleos mais avançados da luta dos seringueiros e sede dos dois principais sindicatos de trabalhadores rurais da época. Como frisa Sibá Machado⁷⁰, “o PT nasceu disso, na cidade brigando pelo solo urbano, no setor rural com os seringueiros”.

A base social do partido, nos primeiros anos, estava assentada no meio rural por uma “massa de cerca de 30 mil trabalhadores sindicalizados” (Fernandes, 1999: 64). A composição inicial do partido, segundo Sibá Machado, era “80% de camponeses e 20% de população urbana”, e só com a eleição de Marina Silva⁷¹, a vereadora de Rio Branco em 1988, o PT passa a ter “uma presença urbana, o rosto urbano do PT ficou mais visível”.

O processo organizativo do partido contou com o apoio da Igreja Católica (por meio das CEBs⁷²) e da CONTAG. As CEBs, criadas, em 1971 (no Vale do Purus), e a CONTAG, em 1975, já vinham apoiando as “lutas dos

⁷⁰ Sibá Machado (Sebastião Machado), ex-Senador da República (suplente de Marina Silva), participou da criação do PT do Acre. Sibá nos concedeu entrevista em março de 2007.

⁷¹ A ex-seringueira Marina Silva, atualmente senadora, ex-ministra de Meio Ambiente (2003-2008) do governo Lula, tem uma longa trajetória política, pelo PT, foi vereadora por Rio Branco (1988-1990), deputada estadual (1990-1994) e Senadora da República já em seu segundo mandato. Marina Silva é uma das personalidades políticas do Brasil mais reconhecidas e identificadas com a defesa de “alternativas de desenvolvimento sustentável” na Amazônia. E também uma das aliadas do governo do PT no Acre (Paula, 2005).

⁷² Comunidades Eclesiais de Base.

trabalhadores” e foram responsáveis pela organização do PT no Acre (Fernandes, 1999).

A criação do PT no Acre veio reforçar a luta dos seringueiros, que desde 1970 encampara uma intensa luta pela posse da terra, como frisou Raimundo Barros⁷³: o “PT já começou há muito tempo, desde quando começamos a lutar pelo direito de ficar na terra, muito embora ele não tivesse esse nome” (Varadouro, maio de 1980b). O PT, segundo matéria do Jornal Varadouro, publicada em 1980, surgiu

em razão da militância, porque o seringueiro, o posseiro, o trabalhador rural, o trabalhador acreano já milita, já defende seus direitos, já luta, já briga, já enfrenta o patrão indicado do vereador, do deputado federal, do estadual, do senador (Varadouro, maio de 1980b).

A organização do PT foi fruto da articulação das lideranças sindicais locais e da direção nacional do partido. No lançamento da Comissão esteve presente Jacó Bittar, pela Comissão Nacional; João Maia, delegado da CONTAG e os presidentes dos sindicatos rurais de Cruzeiro do Sul, Tarauacá, Feijó, Sena Madureira e Xapuri. Na ocasião, o representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sena Madureira assim se pronunciou sobre o evento:

Companheiros, nós não estamos começando com o partido dos trabalhadores, nós vamos continuar o nosso trabalho, pois, há tempo que viemos trabalhando no sindicalismo. Nesse tempo todo, a gente vem enxergando muita coisa errada, mesmo como analfabetos (...) mas não somos cegos. Agora chegou esta oportunidade de criar o PT e nós vamos seguir em frente. Não podemos mais ficar esperando as soluções, as promessas dos políticos, (...) Nós já temos o sindicato, que é o nosso órgão de classe: agora precisamos nos unir dentro de um partido que será o nosso partido (Varadouro, maio de 1980b).

Para Paula (2005: 312), antes do PT, o sindicalismo rural do Acre havia se pautado de acordo com suas agendas e prioridades a “luta pela posse da terra”. O vínculo dos movimentos sociais com o PT trouxe um redirecionamento a essa prática. E já nos anos de 1990, “o sindicalismo agia de acordo com a prioridade número 1 do PT no Acre: eleger o governador do Estado”.

⁷³ Sindicalista do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Xapuri na ocasião em que foi constituída a Comissão Regional Provisória, em março de 1980.

O resultado disso, defende Paula (2005: 291), foi “uma inversão no direcionamento do MSTR e de outros movimentos sociais, que até então tentavam democratizar a sociedade regional de baixo para cima”. A partir de então, o que importava era “comandar” o Estado e realizar as mudanças “de cima para baixo”.

O PT organizou-se e cresceu valendo-se da luta dos extrativistas, questionando o modelo de desenvolvimento econômico adotado até então no Acre. Por um lado, imbricado ao movimento de resistência à ocupação das florestas pela pecuária e de confronto com o empresariado do Centro-Sul do país, que era a bandeira dos movimentos sociais do Acre na época. Por outro lado, no enfrentamento com os “forâneos” que chegavam “menosprezando a história, a cultura e os costumes locais” (Fernandes, 1999: 61). Com isso, recupera o sentimento do acreanismo que estava “silenciado desde o início do governo dos militares” (1964-1985), recupera o slogan “O Acre para os Acreanos”.

O PT do Acre começa a concorrer às eleições ao executivo estadual em 1982. Essa eleição se deu em torno de uma grande perspectiva de se eleger diretamente o governador do Estado, o que significava a segunda⁷⁴ experiência desse tipo na história política acreana. Essa eleição reacendeu os brios dos acreanos e, particularmente, dos militantes do PT em processo de formação, mas que já se constituía na expressão política mais forte de resistência aos grupos forâneos e de contestação às tradicionais práticas dos políticos locais.

O candidato petista indicado para a eleição de 1982 foi Nilson Mourão (CEBs), que conseguiu apenas 5,4% dos votos válidos. Embora não tenha conseguido eleger nenhum dos candidatos, a campanha serviu para divulgar a plataforma do partido, que era o amplo apoio às “questões dos acreanos” (seringueiros e índios) daquele momento, traduzidas na resistência à pecuarização do Estado. Nessa eleição o PT elege um deputado estadual (Ivan de Castro Melo) e um vereador em Xapuri, mas sem relação direta com os

⁷⁴ No período de 1904 até 1962 o Acre, como Território Federal, teve os seus administradores indicados pelo poder central. A primeira eleição geral para o executivo acreano ocorreu em 1962, três meses após o Acre Território ser elevado a Estado da federação brasileira. Nessa primeira eleição o candidato eleito foi o acreano José Augusto de Araújo que foi deposto em maio de 1964 pelo golpe militar, como discutido no capítulo 02. Sobre o governo de José Augusto ver Silva (2002a).

seringueiros. A virada petista começou no pleito municipal de 1988, com a eleição de Marina Silva, a vereadora mais votada de Rio Branco, e de 03 vereadores em Xapuri (entre eles Raimundo Barros – primo de Chico Mendes) e dois em Brasiléia.

Com a eleição de Marina Silva, o PT no Acre passa a ter maior visibilidade. Esse mandato, segundo Fernandes (1999: 127), imprimiu “uma postura ética e fiscalizadora” da vereadora que, por um lado, provocou a “ira de seus colegas da câmara” e, por outro lado, “granjeou a simpatia e o respeito dos munícipes”. Para Toinho Alves, o mandato da vereadora Marina Silva, além de dar visibilidade ao PT, contribuiu também para o bom desempenho dos candidatos petistas nos pleitos seguintes, e foi:

Muito importante para que a população descobrisse que existia uma maneira diferente de fazer política.... fez com que a população compreendesse que o parlamentar do PT, a política do PT era uma coisa diferente. Aí, quando foi em 1990, a Marina se elegeu com grande votação para deputada estadual (entrevista concedida a Fernandes, 1999: 127).

Marina Silva, em entrevista a Marcos Fernandes (1999), recorda essa gestão parlamentar:

... A minha ação como vereadora foi marcada pelas denúncias das coisas que eram feitas, ‘interna-corporis’, dentro da Câmara, que todos ficavam calados para o ‘bem da casa’, da ‘corporação’ e eu não queria saber desses esquemas, e também por uma participação ativa na sociedade, nos bairros menos favorecidos. (Eu) era uma vereadora que tinha opinião, que se colocava publicamente e que tentava colocar o projeto político do PT (Fernandes, 1999: 128).

Na eleição de 1990 foi formada a Frente Popular do Acre-FPA e a coligação Renovação Democrática do Acre-RDA. A FPA congregava o PCB, o PC do B, o PDT, o PPS, o PSB, o PT e o PV e a coligação da RDA, era constituída pelo PL, PTB, PDC, PTR e PRN. A campanha eleitoral da FPA, em 1990, centrou-se em dois eixos: um na discussão dos problemas sócio-ambientais provocados pelo modelo desenvolvimentista vigente, no qual eram apresentadas “alternativas econômicas para a crise do extrativismo” por meio do “desenvolvimento sustentável”. E o outro eixo no “acreanismo” e/ou nas questões relacionadas à insatisfação do “povo acreano” diante do modelo administrativo que vigorou no Acre durante a maior parte de sua história, o

“Território Federal” e/ou a nomeação de administradores “de fora” para “mandar no Acre”. No caso desse segundo eixo, o ponto central foi a “indiferença e o desamor dos eternos forâneos em relação aos fatos, coisas e pessoas do Acre”. Isso contribuiu para fortalecer o sentimento de pertencimento do acreano. Esse sentimento, enquanto construção, remonta ao início do século XX e, nos anos de 1970 e 1980, simbolizava a rejeição “aos empresários e especuladores do Centro-Sul do país, os denominados ‘paulistas’” que compraram e grilaram os seringais do Acre (Fernandes, 1999: 60). Essa questão do “direito de permanência dos seringueiros à terra que haviam conquistado de armas nas mãos”, voltava a fazer parte do debate político (p. 61).

Para ressaltar a identificação do candidato da FPA com as principais questões do povo acreano, em oposição aos “de fora”, os principais símbolos identitários do Acre foram acionados. Os símbolos que lembram episódios da Revolução Acreana foram utilizados com objetivos de estabelecer a conexão entre o quinquênio de 1889 e 1903 (o da luta pela incorporação do Acre ao Brasil), com os conflitos e tensões das décadas de 1970 e 1980, protagonizados por índios e seringueiros, em luta contra os “paulistas” e por seus territórios tradicionais.

A bandeira do Estado do Acre, criada por Luiz Galvez, presidente do Estado Independente do Acre, em 1899⁷⁵, muito se aproxima da bandeira do PT. A estrela vermelha, solitária, simboliza o sangue dos heróis da Revolução Acreana, e naquela oportunidade, era confundida com a estrela, também vermelha do PT, que não perdia a oportunidade de reverenciar os seus “mártires”, como Chico Mendes e Wilson Pinheiro. Esses personagens são os símbolos da resistência aos pecuaristas forâneos, que se instalaram no Acre com suas fazendas e que em 1990 ousavam disputar, por meio de um de seus representantes, o poder político estadual. O hino acreano⁷⁶, que exalta os “feitos heróicos” e o “sangue derramado” pelos líderes protagonistas da Revolução, também foi associado com os heróis do presente que lutaram contra a bovinização do Estado do Acre.

⁷⁵ A bandeira de Luiz Galvez foi oficializada em 1991 (após a unificação territorial) como a bandeira do Território Federal do Acre

⁷⁶ Poema escrito em 1903 por Francisco Mangabeira (médico do exército de seringueiros de Plácido de Castro) durante a Revolução Acreana.

O trecho do hino acreano que mais se ouvia na campanha do PT de 1990 era: “Mas se audaz estrangeiro algum dia / Nossos brios de novo ofender / Lutaremos com a mesma energia / Sem recuar, sem cair, sem temer...”, fazendo-se uma analogia com o “estrangeiro” Rubem Branquinho⁷⁷, considerado uma “ave de arribação” (Fernandes, 1999: 130). Toinho Alves, lembrando essa campanha eleitoral, faz a seguinte avaliação:

Na campanha política de 1990 o hino acreano foi usado, começamos a valorizar a bandeira em oposição ao candidato oposto Branquinho, fazendeiro, paulista e filiado à UDR, a escolha desse símbolo da identidade acreana foi para contrapor a invasão, ao domínio do que vem de fora. Diante disso o Edmundo Pinto viu que era por aí e pegou essa linha também. Branquinho começou com 46% da intenção de votos nas pesquisas, mas acabou não indo nem para o segundo turno. Esta campanha definiu muitas coisas da valorização da nossa identidade, dos movimentos culturais e sociais que desaguaram na política (Entrevista concedida à autora, em março de 2007).

Jorge Viana também explica a iniciativa do “movimento” para ganhar o executivo estadual em 1990. Segundo ele, “estávamos atordoados com a morte do Chico e indagando o que fazer” depois da perda do líder sindicalista; “aí um pequeno grupo de pessoas⁷⁸ tomou a decisão que me parecia ser a mais difícil: a de levar adiante as idéias do Chico e ganhar o governo”. Continua Viana:

eu me lembro bem das palavras de Toinho: era pegar a bandeira do Acre na mão, o hino, a história que o Chico Mendes tinha – junto com outras pessoas – deixado para nós, e levar aquilo para frente (Jorge Viana em entrevista ao jornalista Élson Martins e publicada no jornal Página 20, em 16-12-2006).

Concorreram às eleições ao governo estadual de 1990, pela FPA, o engenheiro florestal e funcionário da FUNTAC, o acreano Jorge Viana. Pelo PDS, o deputado estadual acreano Edmundo Pinto e, pela RDA, o paulista deputado federal, pelo Acre, Rubem Branquinho.

⁷⁷ Rubem Branquinho veio para o Acre em 1982, ocupar o cargo de Secretário de Transportes e Serviços Públicos do governo do PMDB de Nabor Júnior. Em 1986, elege-se, pelo Acre, deputado federal constituinte, e em 1990 “ousou” disputar a eleição para governador (Fernandes, 1999).

⁷⁸ Esse grupo a que se refere o ex-governador eram os intelectuais da cidade, jornalistas e estudantes universitários.

O candidato da FPA, Jorge Viana, apoiado pelos movimentos sociais, conseguiu aglutinar as forças de esquerda, congregar um vasto número de pessoas com especialização técnico-profissional que, além de elaborarem um Plano de Governo, passaram para a sociedade uma imagem de competência técnica (Fernandes, 1999: 129). O candidato do PDS, Edmundo Pinto, também salientava a sua condição de acreano, de ter estudado e se formado (Direito) no Acre e de pertencer à escola política de Guimard Santos, o *pai do Acre*.

A polarização da campanha se deu entre os candidatos Jorge Viana e Edmundo Pinto contra Rubem Branquinho – “ave de arribação”. E quando Branquinho, em “um dos programas de TV do horário eleitoral, de posse de um pincel atômico asfaltou todo o Estado, prometendo realizar essa proeza à revelia das questões ambientais, das agências financeiras internacionais”, que segundo ele não queria o “nosso desenvolvimento e a nossa soberania” (Fernandes, 1999: 131), reforçou a questão do desmatamento, do modelo de desenvolvimento contrário ao defendido pelo movimento social de índios e seringueiros, portanto contra os acreanos.

Vale ressaltar que essa campanha foi dois anos após a morte de Chico Mendes, portanto ainda sob o impacto da repercussão de seu assassinato. Para Marina Silva, a sociedade acreana naquela ocasião

reagiu positivamente à idéia de ter uma identidade acreana, traduzida em novo projeto político que começou a ganhar espaço com a ida, em 1990, de Jorge Viana para o segundo turno das eleições estaduais contra um candidato do setor ruralista (Página 20, 02-12-2003).

Foi a partir desse momento que teve início um processo de disputa entre dois projetos no Acre. Um que insistia no “modelo de ocupação predatória e o outro que sinalizava para uma ocupação que precisava acontecer de forma controlada e sustentável” (Página 20, 02-12-2003).

No segundo turno, o embate foi entre os dois acreanos, os quais defendiam a moralização nos costumes político-administrativos, o desenvolvimento regional em bases sustentáveis, as reservas extrativistas e um melhor aproveitamento dos produtos florestais. Edmundo Pinto apelou para

a falta de experiência em cargos políticos da candidatura da FPA e saiu vitorioso das urnas⁷⁹.

Após o resultado do segundo turno, que deu a vitória a Edmundo Pinto, Jorge Viana⁸⁰ soltava uma nota na imprensa intitulada “Vamos em Frente”, onde agradecia a excelente votação e fazia um balanço daquele processo:

Não ganhamos a eleição, mas inauguramos uma nova fase na política acreana. Conosco, a famosa balsa não vai descer o rio. Vai subir rumo às cabeceiras, aos seringais, às colônias, aos municípios do interior do Estado, pois a nossa luta junto ao povo continua e nossa responsabilidade na organização popular não diminui, mas aumenta, (...) A campanha que fizemos nos dá a certeza de que estamos no caminho certo. A participação popular é possível. Ela deve prosseguir. Devemos recolher as esperanças do povo para seguir adiante. Com esperanças, trabalharemos. A luta continua. O futuro é nosso. Obrigado a todos (Fernandes, 1999: 134).

Após a derrota do candidato da FPA, o petista Marcos Afonso, à prefeitura de Rio Branco, em 1996, membros da FPA, juntamente com Jorge Viana, iniciaram um intenso trabalho de base que durou dois anos. Jorge Viana visitou todos os municípios acreanos durante essas visitas manteve contatos com lideranças de vários segmentos da sociedade local, na perspectiva de aglutinar forças para a eleição de 1998. Sibá Machado relembra aquele momento, dizendo que Jorge Viana:

crizou do Rio Juruá ao Jordão a pé. Cruzou de cavalo de Assis Brasil (cidade) ao (Rio) Icuriá. Ele andou de canoa no Rio Gregório, ele viveu na pele as comunidades mais distantes, conheceu o Estado de fato, isso interiorizou nele o desafio de governar o Acre para todo mundo (entrevista concedida a autora em março de 2007).

Nessas comunidades apresentou a plataforma da Frente Popular, discutiu-a, recebeu propostas e documentos e se comprometeu com essas comunidades (entrevista com Sibá Machado em março de 2007).

A campanha estadual de 1998 deu a Jorge Viana a vitória para governar o Acre. O PT, que já vinha fazendo alianças desde a campanha de

⁷⁹ Eleito governador do Estado, Edmundo Pinto, logo no primeiro ano de seu mandato, se viu envolvido em um esquema de corrupção que ficou conhecido como o “escândalo do canal da maternidade”, no qual estiveram envolvidos o então Ministro Rogério Magri, membros do 1º escalão do seu governo e a empreiteira Odebrecht. Em 17 de maio de 1992, faltando dois dias para o Governador depor na CPI da corrupção do Congresso Nacional, foi assassinado em São Paulo, em circunstâncias até hoje não esclarecidas.

⁸⁰ Vale ressaltar que Jorge Viana saiu vitorioso na eleição para Prefeito de Rio Branco no pleito de 1992.

1990⁸¹, para essa eleição fez uma ampla aliança de 12 partidos. Essa campanha foi marcada pelas denúncias de falcatruas dos governos anteriores, principalmente o Governo de Orleir Cameli (1995-1998) por meio do seu “Comandante Geral da Polícia Militar e seu envolvimento com o narcotráfico e o crime organizado” (Página 20, 27-02-2003). As notícias de corrupção, esquadrão da morte e narcotráfico chegaram ao noticiário nacional e foram fartamente utilizadas na campanha eleitoral para ilustrar a necessidade de moralização da política no Acre.

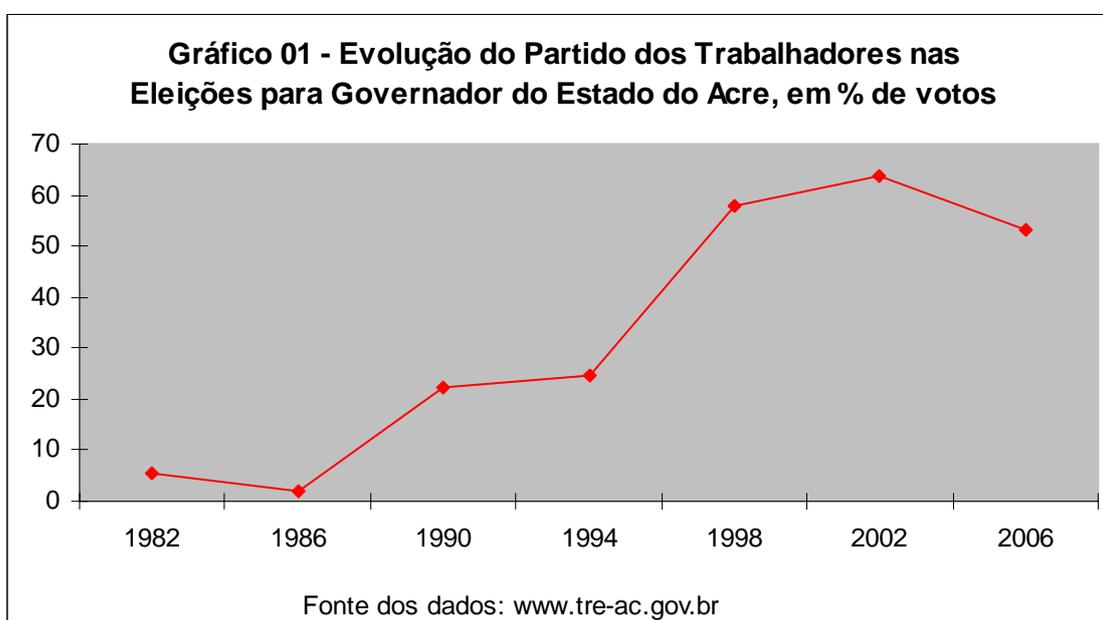
A FPA também fez uma campanha mostrando a necessidade de adotar no Acre um novo direcionamento de “desenvolvimento econômico”; o qual já tinha adotado durante a experiência administrativa, da Prefeitura de Rio Branco, onde fora mostrado o “jeito PT de governar”. A campanha da FPA centrou-se na valorização da identidade acreana. Para isso foram utilizados novamente os símbolos criados durante a Revolução Acreana, como a bandeira e o hino estadual. Esses símbolos foram utilizados como instrumentos de legitimação, realçando as características que permitiam associações entre a história do partido e as lutas históricas do Acre. Além disso, o discurso político buscava permanentemente estabelecer a ligação entre os que lutaram para “tornar o Acre brasileiro”. Foram utilizados também os ideais dos autonomistas, os ideais daqueles que “lutaram” para transformar o Acre em Estado e livrá-lo da “humilhante condição de Território Federal administrado por interventores”. E os ideais dos que lutavam em defesa da floresta amazônica, os índios e seringueiros (Sant’Ana Júnior, 2004).

A ascensão da frente popular ao executivo estadual encheu de esperanças os movimentos sociais, que viam na eleição de Jorge Viana a concretização do movimento. Com a eleição do PT para governador do Acre, passou-se a divulgar, com maior ênfase, a idéia de que a eleição “expressaria um considerável êxito político dos movimentos sociais” e, com isso, remover-se-iam os “obstáculos que se interpunham, até então à adoção de políticas

⁸¹ A Frente Popular do Acre em 1998 era formada pelo: PT, PSDB, PC do B, PMN, PL, PDT, PPS, PV, PTB, PT do B, PSD e PSL (www.tre-ac.gov.br). O PT nacional, a partir do 5º Congresso Nacional realizado em Brasília, em 1987, decidiu que era chegada a hora de “definir uma política de alianças” que pudesse levar o partido a ganhar eleições (Fernandes, 1999: 120).

orientadas para a implantação de alternativas de desenvolvimento sustentável” no Estado do Acre (Paula, 2005: 20-21).

Essa “vitória” passou a expressar os interesses simbólicos dos “de baixo” que, até então, eram deslocados do foco de ação do poder estatal. Para Sibá Machado, “as expectativas dos movimentos começam a se concretizar com o Governo do Jorge Viana”; para Júlio Barbosa (seringueiro e ex-prefeito de Xapuri) era o movimento que teria sido eleito. O desempenho da primeira gestão do Governo da Floresta (1999-2003) garantiu a reeleição de Jorge Viana para o segundo mandato da Frente Popular, e a vitória de Binho Marques no último pleito eleitoral (gráfico 01).



Gilberto Siqueira⁸² ressalta que a eleição da FPA foi fruto da união de forças da luta histórica dos movimentos sociais, associado a uma conjuntura local de insatisfação, acentuada por causa do desmando governamental e anseio por ética na condução da coisa pública. Pois, nos últimos anos, antes da eleição do PT, fora “um desespero de péssimas administrações” e o “último governo foi um escândalo nacional”. A sociedade do Acre queria uma mudança e “todo mundo se juntou sem perceber suas profundas diferenças” para vencer a eleição (Sant’Ana Júnior, 2004: 253).

⁸² Secretário de Estado de Planejamento, do governo do PT do estado do Acre, desde 1999.

Essa questão do movimento social se transformar em força política e fundar um partido de esquerda já estava posta, segundo o jornalista Élon Martins, desde os primeiros anos da CONTAG, desde o João Maia, mas ele não conseguiu. Aí, lembra Élon Martins, “entra o talento dos irmãos Viana, sobretudo do Jorge Viana”. O Jorge conseguiu transformar os ideais dos movimentos sociais em uma “força política que ainda permanece”⁸³.

4.2 – O “Desenvolvimento Sustentável” e a Mercantização da Natureza no Acre

O movimento social de seringueiros e índios, como visto no capítulo 3, protagonizou modificações importantes na estrutura fundiária e no uso do solo do Estado do Acre. O movimento seringueiro inovou com a “invenção” do Conselho Nacional dos Seringueiros – CNS e com a proposta das Reservas Extrativistas. As reivindicações territoriais de índios e seringueiros, em defesa de um modo de vida, seja pela precedência de ocupação (no caso dos índios), seja pelos direitos históricos (no caso dos seringueiros e demais posseiros), foram recontextualizadas e apropriadas pelo Governo da Floresta, como modelo de ordenamento territorial para o Acre e como “inspirador” para adoção de um Programa de Desenvolvimento Sustentável no Estado.

Atualmente foi construído, no Acre, um consenso em torno do “desenvolvimento sustentável”, como modelo econômico ideal, o que passa a ser massificado ideologicamente como a única alternativa viável para fomentar economicamente o Estado. Os meios de comunicações, em geral, e a produção acadêmica, em particular, enfatizam a idéia de que estaria em curso no Acre, a reversão do “modelo anterior” que gradualmente cede lugar ao “desenvolvimento sustentável” (Paula, 2004).

O “modelo anterior” foi o implantado a partir da década de 1960 pelo *governo dos militares* (1964-1985), período esse caracterizado pela implantação de uma malha técnica composta de rodovias, redes de telecomunicações, subsídios ao fluxo de capital via incentivos fiscais e crédito a juros baixos para quem quisesse investir no Acre. E também incentivos à migração dos “homens sem terra do Nordeste para as terras sem homem na

⁸³ Élon Martins nos concedeu entrevista em abril de 2008.

Amazônia”⁸⁴. Todas essas iniciativas foram tomadas com o intuito de modernizar a Amazônia e integrá-la ao restante da nação.

As agências federais, criadas pelos militares, especialmente a SUDAM, a SUDHEVEA⁸⁵, o Banco da Amazônia-BASA e o Banco do Brasil-BB, ofereciam recursos e facilidades creditícias para que os grupos econômicos investissem na Amazônia. Com esses incentivos, aliados aos baixos preços das terras, vários seringais nativos foram adquiridos por empresários do Centro-Sul, para a implantação de fazendas de gado e seringais de cultivo⁸⁶. Estes últimos foram incentivados por meio dos Projetos de Incentivos à Produção de Borracha-PROBOR, para o plantio de seringueiras. Com essas iniciativas, até “paulistas” “que nunca pensaram em tocar seringa” se movimentaram para “pegar financiamentos, tanto para a reabertura de seringais quanto para a produção da safra”, ressaltou Padre Paolino, em entrevista publicada no Jornal Varadouro (Varadouro, junho de 1979a).

O desenvolvimento econômico do governo dos militares para a Amazônia centrou-se no incentivo à exploração do potencial mineral, no incentivo fiscal à aquisição de terras para projetos agropecuários e nos projetos de colonização oficial ao longo das rodovias federais, os quais objetivavam diminuir as pressões sociais no Centro-Sul e Nordeste do país⁸⁷.

O impacto das políticas públicas dos militares apareceu ainda na década de 1970, com os primeiros sinais da degradação ambiental e dos conflitos pela posse da terra no Acre. A partir de então, a permanência na terra passa a se constituir no elemento fundamental de resistência de seringueiros,

⁸⁴ Slogan do Governo do Presidente Emílio Garrastazu Médici (1969-1974) para a Amazonia.

⁸⁵ A Superintendência da Borracha – SUDHEVEA – foi criada em 1967 pela Lei nº 5.277 com o objetivo de incentivar a modernização do setor extrativista, após a sua criação foi extinto o monopólio estatal da borracha.

⁸⁶ Os Seringais de Cultivo fizeram parte do conjunto de incentivos fiscais do Governo Federal e Governo Estadual que visavam “dinamizar economicamente” o Acre. Com este objetivo foi criado o PROBOR, o qual previa o plantio racional de seringueiras e o estímulo à exploração do látex nos seringais nativos (Paula, 2005: 121-122).

⁸⁷ Entre os principais programas e projetos do governo dos militares destaca-se: o Programa de Integração Nacional-PIN (1970) – rodovias e colonização oficial; Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste-PROTERRA (1971) – estímulos fiscais; Programas de Desenvolvimento da Amazônia I, II e III como desdobramentos dos Programas de Desenvolvimento Nacional (1971-1974, 1975-1979 e 1980-1985) e o Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia-POLAMAZONIA (1974) – pólos prioritários de incentivos fiscais aos investidores, no caso desse último, o Acre estava inserido em um pólo agropecuário. Para maiores informações sobre a temática ver Silva (2003).

índios e posseiros, uma vez que os desmatamentos, para fins de implantação de projetos agropecuários, representavam uma séria ameaça aos posseiros em geral e aos seringueiros em particular. A derrubada da mata representava a eliminação das possibilidades materiais de sua sobrevivência, via destruição de suas fontes de renda baseadas no extrativismo (Porto-Gonçalves, 1998 e Paula, 1991; 2005).

Como visto no capítulo anterior, o movimento dos seringueiros e índios passou a defender (no contexto das décadas de 1970 e 1980) que a terra não deveria constituir-se em objeto de apropriação privada, e sim ser regularizada juridicamente na forma de um patrimônio público, sob a guarda do Estado. Ao Estado caberia assegurar as condições necessárias para que os ocupantes desses territórios (seringueiros, ribeirinhos e demais populações existentes nessas áreas) pudessem neles permanecer. Tal permanência requeria, necessariamente, a adoção de um “conjunto de políticas públicas voltadas tanto para a elevação dos níveis sociais de vida e renda dessas populações quanto para a proteção do meio ambiente”. Como a floresta era vista como “um potencial de exploração ainda largamente desconhecido, caberia a longo prazo desenvolver pesquisas”, com o intuito de ampliar esse conhecimento e gerar novas tecnologias para uma utilização “sustentável” da floresta. A curto prazo, dever-se-ia priorizar subsídios à borracha e a castanha, habitualmente exploradas pelas populações que vivem na floresta. Cabe salientar, que a “exploração de madeira para fins comerciais era absolutamente descartada naquele esboço inicial da proposta de Reserva Extrativista” (Paula, 2004: 92). Mas, como veremos, a questão da exploração madeireira passa a ser defendida pelo Governo da Floresta como se fossem conquistas do movimento social.

As questões referentes ao “desenvolvimento sustentável” na Amazônia, e a introdução do componente do vetor tecno-ecológico das últimas duas décadas, segundo Becker (2004) e Paula (2005), são o resultado de quatro processos: da resistência das comunidades tradicionais à expropriação de seus territórios; do esgotamento do nacional-desenvolvimentismo e da retração econômica do Estado brasileiro; da pressão ambientalista nacional e internacional, contra o uso predatório da natureza e por um novo padrão de desenvolvimento; e da resposta do governo brasileiro a essas pressões por

meio da aceitação de projetos e programas em parceria com instituições internacionais na adoção de uma política ambiental.

Um dos processos que levaram a essas mudanças estruturais na Amazônia, no final do século XX, segundo Becker (2004), entre outros, foi a organização da sociedade civil que resultou em novas demandas territoriais e novas parcerias e na implantação de uma “malha socioambiental como resultante dos conflitos sócio-territoriais” (p. 31). A nova malha se concretiza com diversos territórios reservados ao extrativismo, nos quais a “posse extrativista” é reconhecida, concretizando assim “geopolíticas de diferentes grupos sociais” resistentes à expropriação territorial. Isso acabou atraindo a atenção do movimento ambientalista nacional e internacional que veio contribuir para a implantação de projetos alternativos de “desenvolvimento” (Becker, 2004: 31).

A questão do “desenvolvimento sustentável” incorporou-se no campo político quando a Comissão Brundtland, na década de 1980, alertou para a necessidade de medidas que evitassem uma grave crise ambiental no planeta o que comprometeria o patrimônio natural das futuras gerações. Com esse alerta, um novo tratamento é dado à questão ambiental, que recolocou como tema central a insustentabilidade do padrão de desenvolvimento econômico vigente, na medida em que esse modelo de desenvolvimento econômico de produção e troca impunha limites às próprias possibilidades do desenvolvimento socioeconômico no futuro (Carvalho, 2006).

O conceito de “desenvolvimento sustentável” foi cunhado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, criada em 1984, a qual tinha como “objetivo examinar os problemas críticos do meio ambiente e desenvolvimento e propor à Comunidade Internacional melhor meio e vias para resolvê-los” (Allegretti, 2002: 450). Os resultados dessa *Comissão* foram apresentados em 1987 no documento conhecido como Relatório Brundtland, ou Nosso Futuro Comum.

De acordo com a Comissão Brundtland (1987), o desenvolvimento sustentável é “um processo de mudança no qual a exploração de recursos, o direcionamento de investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional acontecem em concordância com as necessidades presentes e futuras” (p. 9). O

“desenvolvimento sustentável” é conceituado como “aquele desenvolvimento que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades” (Leroy, 1997: 251).

Para Fernandes (2006), o desenvolvimento sustentável visa, com o seu discurso,

*fazer o desenvolvimento econômico aparecer como necessário, por meio de sua combinação com o supremo valor reconhecido do meio ambiente. Desse ângulo, o desenvolvimento sustentável aparece como uma operação de encobrimento. **Ele acalma os medos provocados pelos efeitos indesejáveis do desenvolvimento econômico.** Segundo a idéia de sustentabilidade produzida ‘o que deve ser sustentado é o desenvolvimento, e não a capacidade (de tolerância) dos ecossistemas e das sociedades humanas* (Fernandes, 2006: 18) (grifos nossos).

Essa é a idéia síntese do que se assiste no Acre a partir de 1999. Paula (2006: 291), analisando essa “operação de encobrimento”, ressalta que houve uma “mudança abrupta e radical dos pressupostos (limites à exploração do homem e da natureza e combate ao projeto neoliberal na Amazônia) que se baseavam, nos anos de 1980, no Acre”, o movimento seringueiro. E a “idéia de desenvolvimento sustentável propugnada especialmente pelos organismos internacionais, como os bancos multilaterais de desenvolvimento, nos anos de 1990”, a qual é orientada para a “apropriação dos bens naturais para fins de mercantilização” valorizando, com isso, “a esfera do mercado nas estratégias de desenvolvimento”. Paula (2006) chama atenção para a legitimidade, forjada no Acre, por um consenso em torno da sustentabilidade, que passa, num salto de mágica, a “expressar o interesse geral de todos os que vivem no Acre, de forma indistinta: seringueiros, fazendeiros, madeireiros, comerciantes, servidores públicos” (p. 291).

Para Becker (2004: 117-118), o ano de 1989 marca um grande avanço no entendimento da questão ambiental no Brasil, em “decorrência da repercussão mundial do assassinato do seringueiro e líder sindicalista Chico Mendes”, em dezembro de 1988, que acrescentou uma “dimensão social ao debate em torno do desenvolvimento na Amazônia”. Esse fato deu visibilidade à luta política dos seringueiros da Amazônia ocidental e dos povos indígenas, que sobreviviam da exploração dos recursos naturais renováveis e

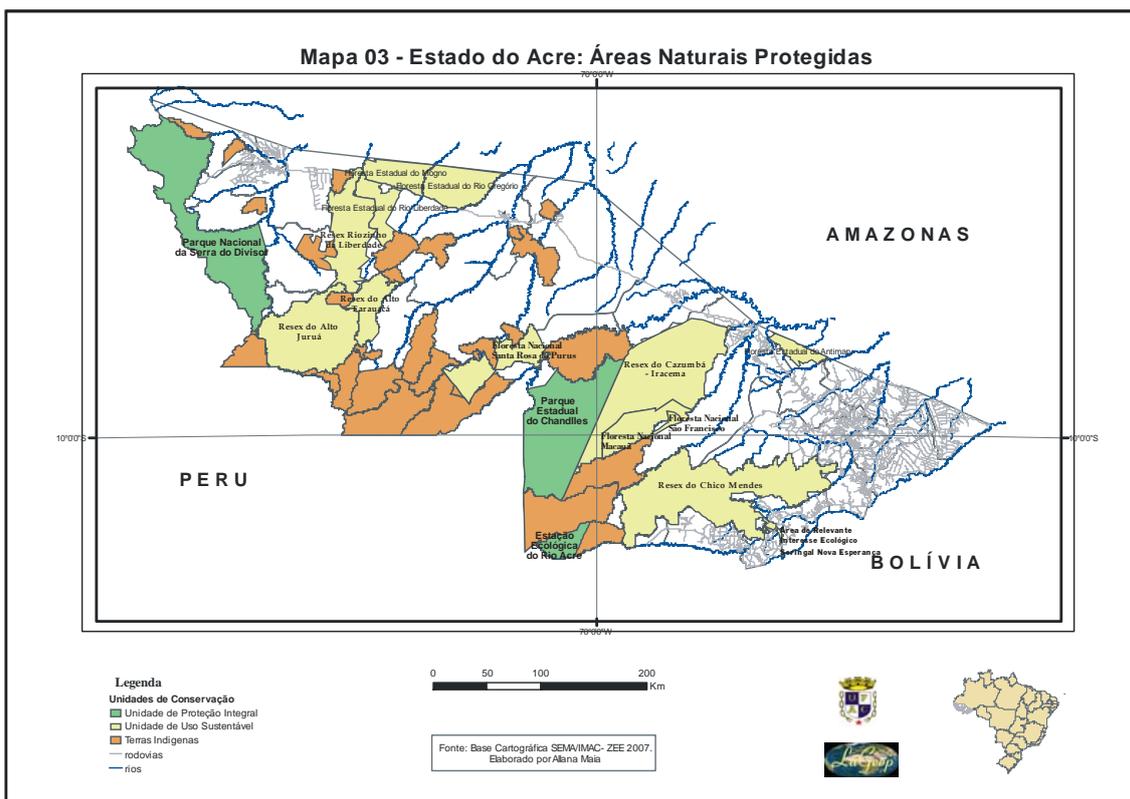
necessitavam defender seus territórios tradicionais, ameaçados pelo avanço indiscriminado de pecuaristas e madeireiras.

O vetor tecno-ecológico, segundo Becker (1997, 2004), está imbricado de conflitos de valores quanto à natureza que a Amazônia passa a representar: o valor como estoque de vida para as populações nativas e movimentos ambientalistas; o valor como base de recursos para o desenvolvimento de países periféricos; e o valor como capital natural, em conformidade ao novo rumo que toma o “desenvolvimento sustentável” - o mercado e a mercantilização da natureza.

O vetor tecno-ecológico, ainda segundo Becker (1997), envolve projetos preservacionistas e projetos conservacionistas. Os primeiros são provenientes da “consciência ecológica” que se materializa nas propostas de preservação ambiental como “estoque de vida” e da “geopolítica ecológica”, objetivando a preservação como “reserva de valor” (p.432). Já os projetos conservacionistas correspondem a experiências associadas à biodiversidade da Amazônia e representam “novas territorialidades resistentes à expropriação” territorial (p. 433).

Segundo a autora, no plano dos interesses internacionais, a Amazônia passou a significar um duplo patrimônio: “o de terras propriamente dito, e o de um imenso capital natural”. Esse capital natural, segundo a autora, não é para uso imediato, mas para formar reserva de valor para o futuro. (Becker, 2004: 35).

Em nível territorial, as ações se deram da seguinte forma: apoiar, em primeiro plano, as experiências locais, cujo objetivo era garantir a sobrevivência das populações tradicionais mediante o acesso ao território, o que vem se concretizando com a criação de Terras Indígenas e Unidades de Conservação de Uso Sustentável. E proteger, em segundo plano, a biodiversidade com a criação de áreas de preservação e/ou de conservação, os denominados “corredores ecológicos”. No caso do Acre, as ações de regulamentação fundiária promovidas por diferentes órgãos federais resultaram em um mosaico contínuo de 43 territórios reservados à preservação e conservação. O mosaico é atualmente composto de 27 Terras Indígenas, 14 Unidades de Conservação e 02 Projetos de Assentamentos Extrativistas (Ver mapa 03).



O movimento social de índios e seringueiros conseguiu importantes conquistas, tanto do ponto de vista do reconhecimento das identidades específicas quanto da criação de territórios reservados às comunidades tradicionais, antes de 1980 não existia nenhum território nem de preservação nem de conservação e, hoje (2008), o Estado do Acre possui 48% dessas áreas. Entre os territórios reservados às comunidades tradicionais no Estado do Acre⁸⁸, conquistados diretamente pelo movimento social destacam-se: as Reservas Extrativistas, os Projetos de Assentamentos Extrativistas e as Terras Indígenas.

Entre as iniciativas, por parte do Governo brasileiro, que fortaleceram o vetor tecno-ecológico, destacam-se a criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, as políticas públicas de subsídios ao desenvolvimento sustentável e o planejamento ambiental.

⁸⁸ A partir de 2006 foram criadas as Florestas Estaduais também destinadas às comunidades tradicionais, mas com algumas diferenças no que diz respeito ao uso do solo. Diferentes dos reivindicados pelo movimento social.

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação foi instituído em 2000, o qual definiu as categorias de Unidades de Conservação-UCs e os Sistemas de Manejos, para as mesmas. As UCs se dividem em duas categorias: as de *proteção integral* e as de *uso sustentável*. As primeiras englobam os Parques Nacionais, as Reservas Biológicas e as Estações Ecológicas e tem como objetivo prioritário a preservação da biodiversidade. Já nas de Uso Sustentável – Reservas Extrativistas ou Reservas de Desenvolvimento Sustentável – é permitido a utilização e a exploração direta dos recursos naturais pelos seus moradores, estabelecidos em um plano de manejo, inclusive o manejo florestal.

Em se tratando das políticas públicas, podemos destacar o Pró-ambiente. Ele consiste em um programa de “desenvolvimento sustentável” voltado para a produção familiar agrícola, agroflorestal, extrativista, pesqueira, artesanal, indígena ou outra forma de produção tradicional da Amazônia Legal. O produtor que adere ao programa tem financiamento e/ou apoio para um projeto técnico de produção sustentável que estabeleça manejo integrado dos recursos naturais da unidade de produção e que prever a cobertura de custos ambientais e prestação de serviços ambientais à sociedade (Becker, 2004). E entre o planejamento ambiental, o Plano Plurianual Nacional, de 2004, que elegeu cinco focos de ação: produção sustentável, gestão ambiental e ordenamento do território, inclusão social, financiamento e infra-estrutura para o desenvolvimento.

Na última década tem havido para a Amazônia um novo direcionamento no “sentido de viabilizar a realização do capital natural pelo processo crescente de mercantilização da natureza” (Becker, 2004: 39). Essa mercantilização tem sido viabilizada, principalmente, por financiamentos do Programa Piloto para a Proteção das Florestas-PPG 7. Financiamentos esses concretizados nos “negócios sustentáveis”, principalmente o manejo florestal de usos múltiplos.

Dentro da lógica da reestruturação do capital, a Amazônia desponta como um reservatório de matéria-prima estratégica, de capital natural e suas “formas de exploração passam a se orientar de acordo com as conveniências políticas” – incorporação seletiva de algumas demandas

voltadas para a proteção das florestas tropicais e do meio ambiente – e os “interesses estratégicos das empresas privadas” (Paula, 2005: 273).

A estratégia florestal tem sido a política dos governos estaduais do Acre (com o PT) e do Amapá (com João Capiberibe). Enquanto discurso, é dito que, no Acre, essa é uma proposta alternativa à pecuarização “gerada pela força dos extrativistas para defender as colocações de seringas, atividades produtivas e identidades econômicas”. O caminho adotado por estes dois estados tem sido o da “valorização da riqueza natural”, não se tratando mais do extrativismo tradicional e sim do manejo de usos múltiplos ou neo-extrativismo (Becker, 2004: 138-139). Gerar renda a partir da floresta tem sido o slogan do Governo da Floresta. E é consenso que no Acre o Manejo Florestal de Usos Múltiplos é o mais avançado no país.

Na década de 1990, segundo Paula (2005: 263-264), formou-se um “consenso em torno da idéia de que esta década marca as iniciativas mais notáveis da concretização do sonho de Chico Mendes”. Com a criação das reservas extrativistas e com a eleição de Jorge Viana estabelece-se uma linha de continuidade entre as “críticas e proposições elaboradas nos anos de 1980 e as práticas do desenvolvimento sustentável no Estado”, implementado pelo Governo da Floresta. O mesmo se apropria e re-significa os ideais dos povos da floresta e implanta um Programa de Desenvolvimento Sustentável no Acre, para o qual é acionado um amplo discurso, onde é ressaltado que o que se está fazendo no Acre é realizando os sonhos de Chico Mendes, é “resgatando a cultura florestal” do acreano, como gosta de afirmar o secretário da SEF, Resende (entrevista com a autora em abril de 2008).

4.3 – O Governo da Floresta e a “Florestania”

“Governo da Floresta” foi o slogan da administração do engenheiro florestal Jorge Viana no executivo estadual acreano, no período de 1999 a 2006. Termo ambíguo, pois de um lado tenta-se associar ao governo dos povos da floresta, inspirado no movimento social de índios e seringueiros; e, por outro lado o que tem se concretizado é um governo que explora a floresta, um governo dos negócios sustentáveis, onde na realidade os maiores beneficiados não são os povos da floresta e sim aqueles que sempre se beneficiaram das políticas públicas estaduais. Já “florestania” é o termo que

traduziria a “experiência de sustentabilidade do Acre”. O neologismo adotado pelo governo indicava que a “prioridade” dele era levar cidadania as populações florestais, o qual buscava aliar “desenvolvimento econômico e social com a preservação do meio ambiente” (Jorge Viana⁸⁹, Página 20, 27-12-2006).

O termo florestania significa, segundo o governo:

um novo jeito de caminhar e entender a Amazônia e os povos que nela habitam, com respeito a seu ambiente, tradições e cultura. Este conceito se expressa num sentimento de orgulho, respeito e responsabilidade sobre o nosso patrimônio ambiental e cultural (Governador Jorge Viana, em matéria do Jornal Página 20 de 04-05-2004).

O executivo estadual faz sua propaganda, em torno dos termos “Florestania” e “Desenvolvimento Sustentável”, nesse sentido justifica suas ações e obtém o consenso da população em torno da construção de um “novo Acre”. Com a florestania estar-se-ia respeitando os povos da floresta e também se concretizando o “sonho de Chico Mendes”. Florestania é, então, o termo que passou a expressar um “conjunto de idéias, propostas, maneiras de abordar os problemas do desenvolvimento econômico da Amazônia-Acreana” (Alves, 2004: 129). E, também, um modo de pensar, criar, produzir “tipicamente amazônico”. Representa, enquanto discurso, um sentimento que “nos induz a estabelecer não apenas um pacto social, mas um novo pacto natural baseado no equilíbrio de nossas ações e relações no ambiente em que vivemos” (p. 129-130).

Os pontos que constituem a florestania, segundo Alves (2004), são: o respeito pelos ecossistemas e o respeito pelos povos indígenas e demais populações tradicionais. Nos quais está implícita a importância dada à cultura, “chão de toda sustentabilidade” para o desenvolvimento, que “se não for sustentável no ambiente da cultura, não vai ser sustentável nem economicamente, nem politicamente, nem socialmente” (p.132).

A exemplo da florestania, o discurso florestânico destaca que o “desenvolvimento sustentável” representa um pacto social e teve efeitos correlatos no que se refere ao tratamento dado aos movimentos sociais. Paula (2005: 290-291) ressalta que tem havido um consenso em torno do

⁸⁹ Entrevista a Alan Rick e publicada no jornal Página 20 em dezembro de 2006.

“desenvolvimento sustentável”, o qual passa a ser “massificado ideologicamente como a única alternativa viável” para o Acre. Isso tem se revelado “bastante oportuno para concretizar um amplo pacto social no Estado”, pois:

Uma das questões centrais dos debates sobre o desenvolvimento no Acre nos anos de 1970 e 1980 (condenação à concentração da propriedade fundiária e de rendas, bem como a exploração de classes) foi deslocada para os imperativos da natureza e do mercado (Paula, 2005: 290-291).

O Governo da Floresta atuou em duas direções: uma na adoção do modelo de “desenvolvimento sustentável”, o qual era justificado como a continuidade dos “sonhos de Chico Mendes”, e o outro foi o “resgate” e valorização e construção de sentidos, no qual o Acre é apresentado como um Estado com vocação florestal; “resgata”/constrói também signos da identidade acreana, tanto para elevar a “auto-estima” do povo acreano quanto para justificar e legitimar o “discurso florestânico”.

O primeiro mandato do Governo da Floresta (1999-2002) foi de “arrumação da casa”, como costuma dizer Jorge Viana, da regularização dos salários atrasados do servidor público⁹⁰ (o que muito contribuiu para aumentar a sua popularidade), das reformas de prédios públicos que também significava a reconstrução do Acre, da implantação de uma infra-estrutura viária de rodovias, ramais, aerovias e hidrovias, com o discurso de escoar a produção do interior da mata. Foi também o período de resgatar o “valor da floresta do ponto de vista da condição cultural do seringueiro”, como nos disse Resende⁹¹, com isso passa a se divulgar o poder da floresta para tirar o Acre da estagnação econômica. E também criou a Lei Chico Mendes, que deu subsídios à produção de borracha. Já o segundo mandato foi à vez de fomentar economicamente o Estado, com a implantação do Programa de Desenvolvimento Sustentável, do Pró-Florestania e a adoção dos negócios sustentáveis. E com isso estaria se realizava o sonho do Chico Mendes, pois o

⁹⁰ Quando o governo do PT assumiu os funcionários públicos estaduais estavam a 3 meses sem receber salários, décimo terceiro e, não tinha dinheiro nos cofres públicos.

⁹¹ O Engenheiro Florestal Carlos Ovídio Duarte, conhecido como Resende é formado em engenharia florestal pela UFRRJ, Especialista em Indústria Florestal pelo CEEFOR, no Québec (Canadá). Tem especialização em Gestão de Projetos pelo EQNVV, de Montreal (Canadá). MBA em Marketing pela FGV. Foi coordenador do setor de indústria florestal da FUNTAC, coordenador do Projeto BID e Secretário de Floresta na segunda gestão do governo de Jorge Viana (2003-2006), cargo que continua ocupando no governo do PT de Binho Marques.

que “ele queria era ver o povo dele com liberdade” e com isso o Acre estaria “pronto para defender a floresta de forma diferente, usando com sabedoria os recursos da biodiversidade” (Jorge Viana, entrevista publicada no Jornal Página 20, 04-09-2004).

O Governo do PT assumiu o Estado do Acre, segundo dados do próprio governo, com mais de 90% de sua cobertura florestal. E explorar esse potencial tem sido o eixo de desenvolvimento, o qual, no discurso oficial, é o diferencial do Acre em relação aos outros Estados amazônicos. Nas palavras do Secretário de Floresta e Extrativismo, Carlos Antonio da Rocha, em 2001, período da primeira gestão do governo da floresta, portanto dentro do período do “resgate do valor (econômico) da floresta”, a tônica era:

A floresta é nosso passaporte para o futuro. É através dela que poderemos promover acesso à qualidade de vida para as atuais e futuras gerações de acreanos. Além disso, poderemos contribuir para a manutenção de um padrão aceitável de qualidade de vida global, por meio dos efeitos positivos da conservação da floresta. Nossa própria gênese está ligada a busca por uma opção sustentável à aproximadamente 3 décadas, para que essas idéias criassem uma consciência social capaz de ocupar importantes espaços de decisão política (Garrafiel, 2004: 34).

O Governo da Floresta, como justificado no texto do ZEE (2ª fase), tinha como “objetivo e prioridade máxima” a construção de um novo modelo de desenvolvimento sustentável local e regional, pautado no

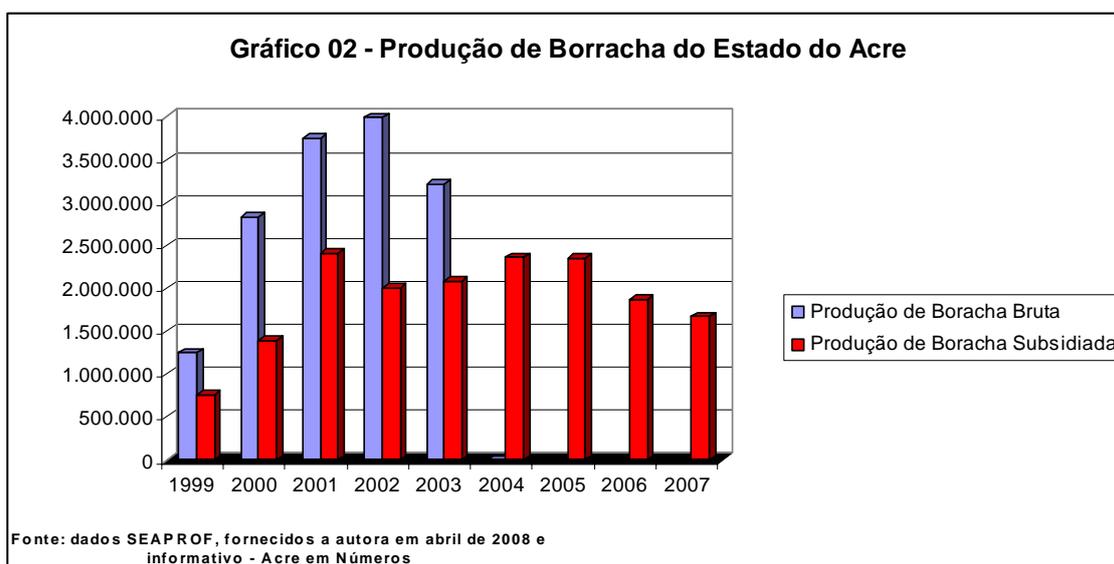
combate à pobreza e na elevação do bem-estar da população, no dinamismo econômico com a geração de emprego e renda, no fortalecimento da identidade e respeito à diversidade cultural, no uso dos recursos naturais com sabedoria e na manutenção do equilíbrio ambiental (Acre, 2006a: 26).

O plano de governo, lançado em 1999, adotou um conceito de desenvolvimento, que pressupunha diferente daquele que até então predominara no Acre. O novo desenvolvimento, difundido pelo poder público, deveria ser sustentável, isto é, modernizar e dinamizar a economia e corrigir as injustiças sociais e, ao mesmo tempo, conservar a floresta e respeitar a cultura dos vários povos que compõem a sociedade acreana.

Com o direcionamento das Políticas Públicas para uma estratégia de “Desenvolvimento Sustentável”, os principais investimentos do Governo, nos

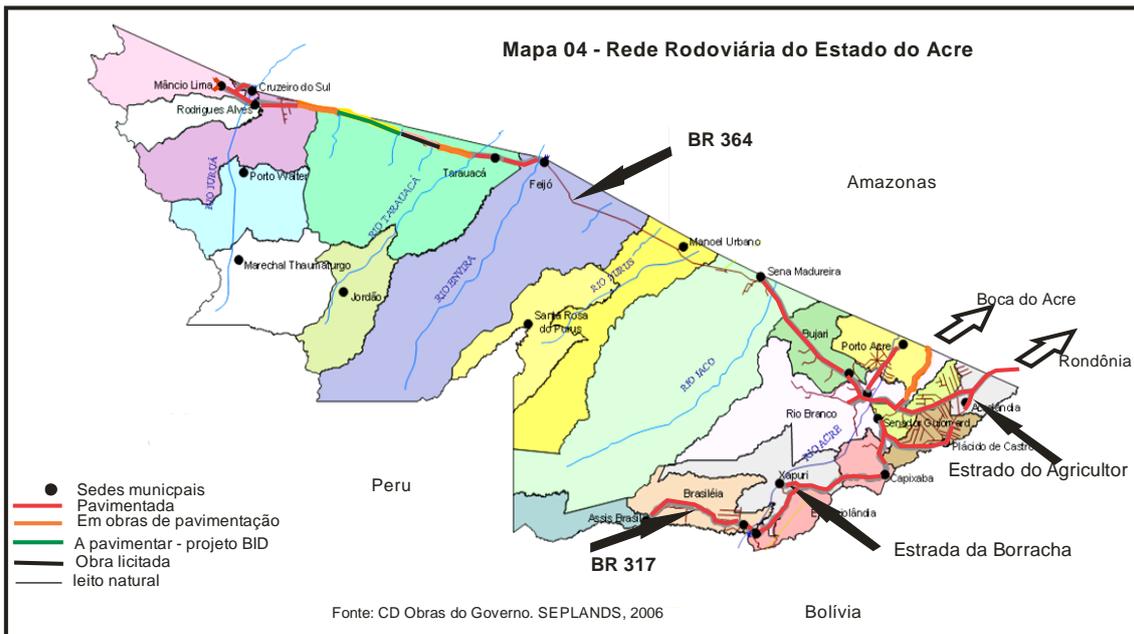
primeiros quatro (04) anos, foram direcionados para: obras de infra-estrutura e integração regional tendo em vista o “desenvolvimento econômico sustentável”, e ações de apoio à economia extrativista.

No que diz respeito ao apoio ao extrativismo, o governo do Estado implantou um Programa de Incentivo ao Desenvolvimento da Cadeia Produtiva da Borracha, por meio da Lei nº 1277 de 13-01-1999, denominada Lei Chico Mendes, que assegurou preço mínimo à borracha nativa. Em 1999, quando o programa foi iniciado, o valor do subsídio era de R\$ 0,40 por quilo de borracha, passando para R\$ 0,70 a partir de 2003. Isso contribuiu para o aumento da borracha produzida, passando de 763 toneladas em 1999 para 2.245 toneladas em 2006 (Acre, 2006a) (ver gráfico 02⁹²).



Os investimentos em infra-estrutura e integração visavam uma melhor comunicação entre os municípios, e entre o Estado do Acre e os demais Estados da federação, além de possibilitar o acesso ao Pacífico, via integração com o Peru. Nesse sentido, foram recuperadas hidrovias e aerovias e pavimentadas a “estrada do agricultor” (Acrelândia), trechos da BR-364 no sentido Sena Madureira-Cruzeiro do Sul, a “estrada da borracha” (Xapuri) e a “estrada do pacífico” (BR-317 – Brasília-Assis Brasil) (ver mapa 04).

⁹² Não me foi concedidos os dados para os anos de 2004 a 2007 de produção da borracha “bruta”.



A primeira iniciativa para planejar e legitimar as ações do governo foi realizar o Zoneamento Ecológico-Econômico-ZEE, com objetivos de fazer um diagnóstico da situação social, econômica e territorial do Acre que norteasse o planejamento e a execução de políticas públicas.

Os resultados do ZEE (1ª fase) apontaram que na maior parte do Estado do Acre “a aptidão é florestal” e, nesse sentido, este é o

espaço ideal para a modernização do extrativismo tradicional com a diversificação dos produtos e incorporação de novas tecnologias, e também para os novos empreendimentos baseados no uso da biodiversidade, manejo, certificação, industrialização de produtos florestais e valorização dos serviços ambientais (Acre, 2004b).

Com base nos resultados do Zoneamento, o Governo “elegeu” a floresta como eixo de desenvolvimento, o qual é visto como o diferencial do Estado do Acre. Daí decidiu-se que a “alma do governo seria a questão ambiental”, pois essa questão:

é muito importante porque é a questão da vida dessa cultura e dessa civilização do Ocidente da Amazônia. Na Amazônia a economia está no próprio ambiente. Quando os seringueiros falavam de reforma agrária, o que eles queriam era o direito de uso do bem coletivo que é a natureza. A cultura ambiental no Acre está ligada à sobrevivência das pessoas. O Governo orienta, governa e normatiza toda essa coisa (Gilberto Siqueira em entrevista a Sant’Ana Júnior, 2004: 264-265) (grifos nossos).

A direção do desenvolvimento, como é veiculado nos meios de comunicação, deve “ser sustentável, valorizar a floresta e seus recursos e respeitar a cultura do povo acreano”, já que a “vocação do Acre   para uma economia florestal moderna que distribua emprego e renda em todos os setores, desde o extrativismo no interior da floresta até a indústria urbana” (Acre, 2004b).

Entre as iniciativas e a oes realizadas pelo Governo da Floresta com base nas recomenda oes da primeira fase do ZEE/AC, podemos destacar: - a elabora o e implanta o do **Programa de Desenvolvimento Sustentável** do Acre e do Programa de Apoio  s Popula oes Indígenas (**Pr -Florestania**), - a elabora o do **Programa Estadual de Reforma Agrária** em parceria com o INCRA; - a regulariza o de Terras Indígenas em parceria com a FUNAI; a cria o do Instituto Estadual de Terras (Iteracre) e; - a cria o de várias **Unidades de Conserva o** de Prote o Integral e de Uso Sustentável, em parceria com o IBAMA.

Para implantar os programas de desenvolvimento, o governo estadual fez parcerias com agências multilaterais, já que o Acre, como a maioria dos estados amazônicos, depende do repasse do governo federal e esses foram bastante reduzidos a partir dos anos de 1990 e, nesse sentido, as agências multilaterais passaram a se constituir nas principais alternativas de financiamento aos governos estaduais da Amazônia. Banco Interamericano de Desenvolvimento e Banco Mundial-BIRD são as agências responsáveis pelo financiamento de dois grandes projetos no Estado do Acre, o Programa de Desenvolvimento Sustentável e o Pr -Florestania, respectivamente (Paula, 2005).

O **Programa de Desenvolvimento Sustentável-PDS** do Acre foi financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, por meio do Contrato de Empréstimo BID 1399/OC-BR⁹³, com objetivo de explorar o potencial madeireiro em “bases sustentáveis”. Vejamos parte do texto do Contrato:

⁹³ O Contrato de Empréstimo foi assinado no valor de 108 milhões de dólares, dos quais US\$ 64,8 milhões provenientes do BID e US\$ 43,2 milhões de contrapartida do governo estadual. O empréstimo com o BID foi autorizado pelo Senado Federal, através da Resolu o de n . 23/2002 e foi dado como garantia do empréstimo o Fundo de Participa o dos Estados (FPE) que foi autorizado pela Assembléia Legislativa do Estado do Acre através da Lei 1.420/01.

Mais de 90% da área do Acre é composta por cobertura florestal original, o que gera condições para um ordenamento adequado do uso deste patrimônio, baseado na sustentabilidade ambiental, em mecanismos de inclusão social e no crescimento de uma economia florestal forte. Deste total, aproximadamente seis milhões de hectares apresentam aptidão e acessibilidade para a produção florestal sustentada e contínua, representando uma economia florestal potencial de 1 bilhão de dólares/ano com a possibilidade de criação de 5.000 empregos diretos (www.ac.gov.br/contratobid).

Pelo texto acima, o território acreano é apresentado como tendo 6 milhões de hectares com aptidão e acessibilidade para a produção florestal sustentada, o que não deixa dúvidas da proeminência do projeto econômico com relação à exploração do patrimônio natural do Acre. A natureza nessa perspectiva é vista, fundamentalmente, como capital natural (Souza, 2008).

O programa teve início em 2003, é coordenado e executado pela Secretaria de Estado do Planejamento Econômico Sustentável (SEPLANDS) e estava ancorado em três instrumentos para criar uma economia florestal no Acre: manejo florestal (através de treinamentos de pessoal), infra-estrutura (de transporte, energia e industrial) e instrumentos de créditos econômicos e legais (leis de incentivos fiscais). O PDS tinha como objetivo geral “a promoção do crescimento econômico, ambientalmente sustentável, e a diversificação produtiva” do Acre, a fim de melhorar a “qualidade de vida da sua população e preservar seu patrimônio natural”. E como diretriz estratégica: o “crescimento racional de setores produtivos com vantagens comparativas, que leve em consideração as aptidões naturais, a alta biodiversidade e a diversidade cultural existente no Estado” (www.ac.gov.br/contratobid). O Programa fora composto de três componentes gerais e doze subcomponentes, como podemos observar no quadro 06.

Quadro 06 - Subcomponentes do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Acre

Gestão Sustentável e Conservação dos Recursos Naturais	Apoio e Promoção do Desenvolvimento Produtivo Sustentável e Emprego	Infra-Estrutura Pública de Desenvolvimento
Administração de Terras	Geração e Transferência de Tecnologia	Transporte Terrestre
Estabelecimento e Gestão de Áreas Protegidas	Apoio a Populações Tradicionais e Pequenos Produtores	Melhoria da Rede Fluvial
Fortalecimento do Sistema de Gestão Ambiental	Defesa e Inspeção Sanitária	Energia Alternativa
Apoio à Preservação de Culturas Tradicionais	Gestão de Recursos Florestais Promoção de Negócios	

Fonte: com base no www.ac.gov.br/contratobid.

01 – O primeiro componente, *Gestão Sustentável e Conservação dos Recursos Naturais*, teve como objetivo modernizar a capacidade empreendedora, reguladora, administrativa e supervisora do aparato público, para assegurar a “ampliação do uso sustentável” dos recursos naturais do Acre;

02 – O segundo, *Apoio e Promoção do Desenvolvimento Produtivo Sustentável e Emprego*, objetiva incrementar a rentabilidade econômica dos setores florestal e agropecuário, por meio de investimentos direcionados, com a finalidade de elevar as taxas de crescimento da economia do Estado e melhorar os níveis de emprego e renda existentes.

03 – E o terceiro componente, *Infra-Estrutura Pública de Desenvolvimento*, contemplava ações de melhoria nas áreas de infra-estrutura de transporte e energia, que fomentassem o crescimento econômico do Estado, reduzindo as desvantagens competitivas.

No que diz respeito aos subcomponentes, gostaríamos de chamar a atenção para dois deles: **Apoio às Populações Tradicionais** e **Gestão de recursos Florestais**. Os dois estão voltados especificamente para a exploração de madeira. O primeiro visa garantir florestas para suprir a indústria madeireira e melhorar a produtividade da agropecuária. E incentivo à formação de pólos de desenvolvimento local:

O município de Xapuri e Rio Branco como pólos madeireiros e moveleiros para absorver a produção das Reservas Extrativistas, Florestas Estaduais e áreas particulares que executam o manejo florestal. A região do Alto Juruá forma o pólo de produção de farinha de mandioca. A região do Baixo

Acre a produção do leite. No Alto Acre consolida-se a pecuária de corte (informações fornecidas pelo Seplands em abril de 2008).

E o segundo subcomponente, **Gestão de Recursos Florestais**, executado pela Secretaria de Estado de Floresta-SEF, “órgão responsável pela elaboração e implementação da política de desenvolvimento e de incentivos para o setor florestal”, pela “promoção do desenvolvimento industrial do setor madeiro-moveleiro e o estabelecimento e gestão de Florestas Estaduais de Produção (Unidades de Conservação de Uso Sustentável)”. Os objetivos desse subcomponente são: basicamente a gestão da política pública estadual florestal administrando e executando políticas de incentivo ao setor florestal, ao desenvolvimento do setor industrial de base florestal de modo a “desenvolver canais de cooperação com o mercado, a sociedade civil e diferentes níveis de governo, tanto nacional como internacional” (www.ac.gov.br/contratobid).

O subcomponente em questão tem por meta assegurar que as áreas florestais sejam, na forma da lei de florestas (nº 1426 de 27-12-2001), destinadas ao uso produtivo (e sustentável) com vistas a “suprir de madeira legal as indústrias localizadas na região”. A referida lei também autoriza a exploração comercial de madeiras nas Reservas Extrativistas (conforme §4º, do art. 21), inclusive com a participação, na extração de madeira, do setor privado (inciso I, art. 36). Pela Lei estadual em questão, que ganhou uma réplica, em nível federal (Lei 11.284/06), na qual se concede a floresta para exploração do setor privado, sobretudo o madeireiro.

O governo estadual até abril de 2008 já tinha realizado as seguintes ações do Programa de Desenvolvimento Sustentável (quadro 07).

Quadro 07 - Ações Realizadas com Recursos do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Acre⁹⁴

Componentes Sub-componentes	Principais Realizações
Gestão Sustentável e Conservação dos Recursos Naturais	
Administração de Terras	Criação de 03 Unidades de Conservação de Uso Direto: as Florestas Estaduais do Mogno, Liberdade e Gregório.
Estabelecimento e Gestão de Áreas Protegidas	Criação da Lei 1.426 de 27-12-2001 que estabelece o Sistema Estadual de Áreas Naturais Protegidas – SEANP; Criação do Parque Estadual do Chandless em 2004; Planos de gestão ambiental em 03 projetos de assentamento do INCRA
Fortalecimento do Sistema de Gestão Ambiental	Cadastro do patrimônio ambiental e treinamento de técnicos para gestão e controle ambiental
Apoio à Preservação de Culturas Tradicionais	Inventário das Culturas tradicionais dos povos indígenas ao longo das BRs 364 e 317; Foram 23 publicações entre revistas e informativos sobre a cultura do Acre; Construção de 14 Centros de Cultura e Florestania e a Casa dos Povos da Floresta (Parque da maternidade)
Apoio e Promoção do Desenvolvimento Produtivo Sustentável e Emprego	
Geração e Transferência de Tecnologia	Construção de Unidades de Gestão Ambiental Integradas nas margens da BR 364
Apoio a Populações Tradicionais e Pequenos Produtores	Recuperação de Áreas Degradadas; Implantação dos Pólos Moveleiro em Xapuri e Rio Branco.
Defesa e Inspeção Sanitária	Estudos para o planejamento estratégico do IDAF
Gestão de Recursos Florestais	Viveiros; Oficinas de Manejo Florestal Certificação Florestal pelo FSC da Floresta Estadual do Antimary
Promoção de Negócios	Incentivo à empresários acreanos para participar de feiras e exposições
Infra-Estrutura Pública de Desenvolvimento	
Transporte Terrestre	Pavimentação de trechos da BR 364
Melhoria da Rede Fluvial	Construção de rampas na confluência de rios com a BR 364
Energia Alternativa	Implantação dos fogões geradores de energia elétrica

Fonte: dados fornecidos pelo SEPLANDS, à autora, em abril de 2008.

O **Pró-Florestania** foi o segundo grande Programa do Governo da Floresta com objetivos de apoiar populações tradicionais e agricultores familiares. O mesmo atende o subcomponente Apoio as Populações Tradicionais do Programa de Desenvolvimento Sustentável. O Pró-Florestania se constitui, na ótica governamental, em um mecanismo de apoio às populações tradicionais para que eles pudessem construir projetos de desenvolvimento baseado na sustentabilidade e no exercício da florestania. Com isso se estaria combatendo a pobreza e reduzindo a degradação

⁹⁴ O leque de informações das ações é bem maior, mas destacamos aqui as mais importantes.

ambiental. O Pró-Florestania beneficia principalmente as populações tradicionais, pequenos produtores rurais, por meio de grupos organizados (Associações, Cooperativas, Sociedade Agrícola e Assemelhados).

Os objetivos desse programa foram: apoiar a elaboração de Planos de Desenvolvimento Comunitários; Projetos Produtivos e Estudos Específicos e Proporcionar às populações tradicionais e de pequenos produtores rurais apoio a projetos produtivos que maximizem o uso dos recursos naturais.

O Pró-Florestania contempla as seguintes áreas temáticas:

I - **Recuperação de Áreas Alteradas:** com incentivo à recuperação pela utilização de tecnologias agroflorestais e de silvicultura. No que se refere a essa área foram aprovados 71 projetos de recuperação de áreas degradadas.

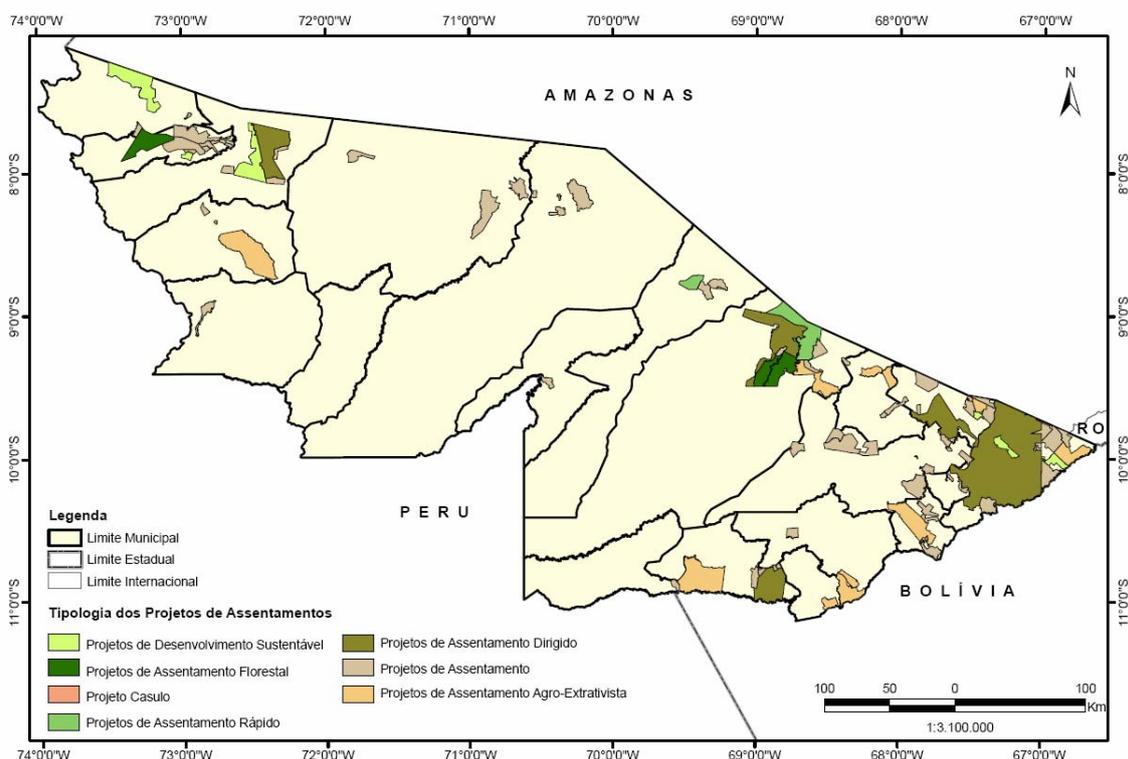
II - **Fomento à Cadeia Produtiva:** fortalecer a agregação de valor às matérias-primas local, principalmente dos produtos considerados estratégicos na política de desenvolvimento do setor agropecuário, agroflorestal e florestal do Estado. Essa temática diz respeito aos pólos de desenvolvimento.

III - **Extração Sustentável de Recursos Florestais:** apoiar a elaboração e implementação de planos de manejo florestal sustentáveis, por meio de apoio às unidades de pré-beneficiamento e processamento de produtos florestais não-madeireiros, equipamento e material permanente de extração de produtos não-madeireiro e madeireiro comunitário, licenciamento e registro de atividades ou produto, capacitação para o manejo, processamento e comercialização. Nessa área foram atendidos vários planos de manejo florestal em áreas públicas.

No que diz respeito ao **Programa de Reforma Agrária Estadual** fora proposto novas modalidades de assentamentos, como os Projetos de Assentamento Ribeirinho (03 projetos), Projeto de Assentamento Agrícola (08 projetos), Projeto de Assentamento Fruti-Florestal (03 projetos), Projeto de (assentamento) Desenvolvimento Sustentável e Projeto de Assentamento Florestal (17 projetos) que veio somar com as outras modalidades de projetos já implantados no Acre, como os Projetos de Assentamentos Agroextrativistas, Projeto de Assentamento Dirigido, Projeto Casulo, Projeto de Assentamento

Rápido, Projeto de Assentamento (mapa 05). Dos projetos propostos pelo Programa de Reforma Agrária para o Desenvolvimento Sustentável do Acre duas modalidades já foram implantadas, os de desenvolvimento Sustentável e os de Assentamento Florestal.

Mapa 05 – Distribuição Territorial e Modalidades dos Projetos de Reforma Agrária do INCRA no Estado do Acre



Fonte: banco de dados do ZEE (fase 2). Elaborado por Cláudio Cavalcante, IMAC.

O Projeto de (assentamento) Desenvolvimento Sustentável (PDS), criado em áreas de interesse social e ecológico, destina-se às “populações que baseiam sua subsistência no extrativismo, na agricultura familiar e em outras atividades de baixo impacto ambiental”. No Acre já foram criados 06 projetos dessa modalidade, nesses é permitido o manejo florestal (INCRA, 2004).

Os Projetos de Assentamento Florestais-PAFs estão destinados às áreas com aptidão para a exploração florestal e têm como objetivo

desenvolver o manejo florestal de uso múltiplo em base familiar comunitária. Já são 03 os projetos implantados no Acre.

Os PAF foram criados em 2003 e compõem a nova política de reordenamento do espaço econômico do Estado, por meio dos quais é dito que se busca combinar “exploração econômica com conservação ambiental”.

Essas duas modalidades de projetos seguem a mesma lógica dos Projetos Agro-Extrativistas, ou seja, o acesso à terra é dado através da Concessão de Uso. Eles buscam combinar a garantia de acesso às condições de trabalho para produtores já inseridos na realidade local, com a preservação da natureza, onde é permitindo, portanto, só atividade de baixo impacto ambiental. Segundo o Programa de Reforma Agrária para o Desenvolvimento Sustentável do Acre esses projetos são implantados em áreas com potencial produtivo que viabilize a conservação e/ou a ampliação dos recursos naturais, em suas bases primárias (INCRA, 2004). Um diferencial é que esses projetos não são demandas dos povos da floresta e sim imposição do INCRA e do Governo da Floresta.

A produção madeireira nos PAFs segue as mesmas regulamentações do IBAMA, apesar de ser modalidade de projeto do INCRA, para manejo florestal comunitário, guardando os limites do ciclo de exploração por 30 anos renováveis pelo mesmo período com direito à sucessão hereditária (INCRA, 2004).

Nos PAFs, além do manejo florestal de uso múltiplo, de madeira, manejam-se também essências medicinais, plantas ornamentais, óleos vegetais (como o de copaíba), látex, resinas, gomas, frutos, sementes, corantes, material para artesanato e fauna. Toda essa produção está associada às ações de empresas do Acre e de fora, que farão o beneficiamento e industrialização.

E quanto à criação de unidades de conservação e preservação, durante o Governo da Floresta, foram ampliadas em 15% as áreas naturais protegidas do Estado do Acre, que hoje somam, juntamente com as Terras Indígenas, um pouco mais de 40% do território estadual (ver quadro 08).

Quadro 08 – Estado do Acre: unidades de conservação criadas antes e durante o Governo da Floresta

Unidades Criadas antes de 1999		% do Estado
Categoria		
I - Unidades de Conservação de Proteção Integral		
Parque Nacional Serra do Divisor		4,77
Estação Ecológica Rio Acre		0,51
	Subtotal	5,28
II - Unidades de Conservação de Uso Sustentável		
Reserva Extrativista Alto Juruá		3,28
Reserva Extrativista Chico Mendes		5,66
Floresta Nacional do Macauã		1,08
Floresta Estadual do Antimary		0,88
	Subtotal	10,90
Total de Unidades de Conservação		16,18
Unidades Criadas durante o Governo da Floresta		% do Estado
Categoria		
I - Unidades de Conservação de Proteção Integral		
Parque Estadual Chandless		4,23
	Subtotal	4,23
II - Unidades de Conservação de Uso Sustentável		
Área de Proteção Ambiental Igarapé São Francisco		0,18
Área de Proteção Ambiental Lago do Amapá		0,03
Área de Proteção Ambiental Raimundo Irineu Serra ⁹⁵		0,01
Área de Relevante Interesse Ecológico Seringal Nova Esperança ⁹⁶		0,02
Reserva Extrativista Alto Tarauacá		0,92
Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema		4,47
Reserva Extrativista Riozinho da Liberdade		1,95
Floresta Nacional Santa Rosa do Purus		1,40
Floresta Nacional São Francisco		0,12
Floresta Estadual Mogno		0,88
Floresta Estadual Rio Liberdade		0,47
Floresta Estadual Rio Gregório		1,32
	Subtotal	11,77
Total de Unidades de Conservação		16,00
TOTAL		32,18

Fonte: Acre, 2006a

A adoção dos “negócios sustentáveis”, símbolos da mercantilização da natureza, foram incentivados a partir do segundo mandato do Governo da Floresta (2003-2006) e está estruturada em três eixos (Acre, 2006a):

⁹⁵ A Aparis, sigla usada para a área está localizada dentro da maior comunidade daimista do Estado, onde existem quatro centros religiosos - o Iluminação, o Rainha da Floresta, o Centro Eclético e a Associação dos Moradores do Irineu Serra.

⁹⁶ Localizada no município de Xapuri, tem como objetivo proteger exemplares raros da biota regional, em especial as espécies Castanheira (*Bertoletia excelsa*) e Seringueira (*Hevea brasiliense*).

No *Programa de Florestas Estaduais de Produção*, instituído pela Lei da Política Florestal do Acre, nº. 1426 de 27-12-2001 que instituiu a concessão de florestas públicas para a exploração de madeiras por empresas privadas. Essa Lei instituiu o Sistema Estadual de Áreas Naturais Protegidas-SEANP, composto pelo conjunto de Unidades de Conservação estaduais e municipais.

Outro programa é o de *Manejo Florestal Comunitário* que opera em parceria com o Serviço Estadual de Extensão Agro-florestal, cooperativas e associações locais, promovendo treinamentos, investimentos em infraestrutura, fortalecimento de cooperativas e associações e apoio à elaboração de Planos de Manejo Florestal, via programa Pró-Florestania.

Por fim, o Programa de *Apoio à Indústria Florestal* que tem por objetivo a condução de uma política industrial florestal alinhada com os objetivos estratégicos do programa de desenvolvimento do Estado. Nesse ponto foi criada a COPIAI - Comissão Executiva da Política de Incentivo à Atividade Industrial tendo em vista estimular o desenvolvimento industrial do Acre, bem como o de suas cadeias produtivas que vão do extrativismo, passando pelos sistemas agroflorestais, pecuário e madeireiro. A partir da COPIAI o governo fornece a infra-estrutura industrial e concede incentivos fiscais às empresas, que se propuserem a trabalhar com a matéria-prima regional.

A COPIAI foi criada com objetivos de definir a política voltada para o desenvolvimento das atividades industriais do Acre⁹⁷. No art. 1º fica explícito a opção do Governo do Estado para a fomentação dos negócios sustentáveis a partir de alguns princípios. Vejamos esses princípios: a COPIAI “reger-se-á ... obedecendo aos princípios da seletividade e temporalidade”. A seletividade foi definida como o “caráter de prioridade dos empreendimentos florestais, agroflorestais, extrativistas, agropecuários, agroindustriais e tecnológicos dirigidos à industrialização no Estado”. E a temporalidade diz respeito à “concessão de incentivos fiscais e financeiros com prazos previamente determinados” (Art. 2º, alínea I, II e III).

⁹⁷ Informações concedidas por uma técnica da COPIAI, em abril de 2008.

A COPIAI foi criada através da Lei nº 1.361, de dezembro de 2000. E as leis complementares a esta foram: Lei nº 1.358-2000, que confere incentivo tributário aos interessados em atividades industriais e Lei nº 1.359-2000 que possibilita a permuta, concessão, alienação e a locação de bens móveis e imóveis, por parte do Estado para as empresas interessadas em se estabelecerem no Acre.

A Lei 1.358 “dispõe sobre o Regulamento Operativo do Programa de Incentivo Tributário” para empresas no Acre e tem como finalidade:

Conceder incentivos tributários às Empresas, Cooperativas e Associações de Produtores já instalados, que vierem a se instalar, em implantação, ampliação ou modernização de empresas inseridas em atividades industriais, agroindustriais, industrial agroflorestal, industrial florestal, industrial extrativa vegetal e indústria turística, na modalidade de financiamento direto ao contribuinte, limitado no total do investimento fixo realizado, mediante dedução de até 95% dos saldos devedores do ICMS e sobre a Prestação de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação a ser utilizado no prazo de até 120 meses (art. 2º da Lei nº 1358 de 29-12-2000).

Um dos critérios utilizados pela COPIAI, para permitir investidores de outras regiões, no Acre, é que a matriz da fábrica seja registrada e instalada no Estado, e que utilize matéria-prima e mão-de-obra regional. Esses critérios têm sido utilizados por alguns grupos econômicos que expandem seus negócios no Acre, como o caso do grupo Farias, de Pernambuco, que instalou a fábrica de energia alternativa Álcool Verde (monocultura da cana de açúcar); a Laminados Triunfo, grupo do Mato Grosso que instalou uma fábrica de pisos e a Ouro Verde, proprietário oriundo do Rio Grande do Sul que também instalou uma outra fábrica de pisos e decks, todas sob o rótulo de desenvolvimento sustentável e todas com incentivos do governo estadual.

A Lei nº 1.359 “regulamenta as normas e critérios para o Poder Executivo dispor de bens móveis e imóveis, de sua propriedade” e incentiva a concessão de bens móveis para a montagem da infra-estrutura, como gastos realizados com máquinas e obras. No que se refere aos imóveis, o Governo da Floresta ampliou a área do Distrito Industrial existente, implantando em anexo o Pólo Moveleiro de Rio Branco e construiu o Parque Industrial de Rio Branco em uma área de 73 hectares objetivando com isso atrair empresas do próprio Estado e de outras regiões do país que não possuíssem terrenos no Acre.

O pólo moveleiro, que possui 12 empresas, foi criado com objetivo de agregar valor aos móveis de madeira produzidos no Acre por meio de “desenhos arrojados que deverão ser produzidos em escala industrial”, além da utilização de madeira certificada e de manejo florestal (Página 20, 16-04-2004).

A instalação do pólo pelo governo estadual teve como objetivo “produzir peças modernas, com fino acabamento, em madeira maciça certificada tendo como foco a valorização das variedades de madeira disponível”. O somatório de tudo isso,

dá um diferencial muito especial, além de criar uma cadeia de custódia que se inicia lá na floresta, passa pela produção em escala industrial para terminar no consumidor. Isso torna o Acre referência de boas práticas sócio-econômicas e ambientais do Brasil (César Dotto – presidente da FUNTAC durante o lançamento do Catálogo Moveleiro do Acre em Rio Branco, Jornal Página 20, 19-06-2007).

De acordo com o governador Jorge Viana, o pólo vai diversificar a produção e firmar o Estado como produtor de móveis do Brasil. “O próprio governo será um grande consumidor dos produtos elaborados por esse pólo”. Outrossim, orienta que os empresários devem buscar a certificação e o manejo, pois isso “agrega valor e diferencia o produto. O empresariado acreano já percebeu os benefícios dessa política e sabe que esse é o melhor caminho” (Página 20, 21-06-2005).

O setor industrial que mais foi atendido pela Lei de Incentivos foi o setor de indústrias de madeiras e derivados, como podemos observar no quadro 09.

No Estado do Acre 92, empresas já foram beneficiadas com a lei de incentivos industriais, das quais 30 são madeireiras e moveleiras. E só 08 dizem respeito à borracha e a castanha. Das 73 empresas que tiveram os projetos aprovados pela COPIAI: 34 empresas foram beneficiadas com o financiamento do ICMS; 23 empresas com a concessão de bens imóveis e 15 empresas com ambos os incentivos (dados fornecidos pela SEF, em abril de 2008).

Quadro 09 - Atividades Industriais beneficiadas pela Lei de Incentivos no Estado do Acre

Ramo de Atividade	Situação dos Processos		Total
	Aprovados	Em análise	
Ind. de Madeira e Derivados	28	06	34
Ind. de Alimentos/ Ind. Água Mineral	10	01	11
Ind. de Artefatos de Concreto, Marmoria e Cerâmica	09	01	10
Ind. de Beneficiamento de Produtos extrativistas	07	0	07
Ind. Frigorífica	04	0	04
Ind. de Esquadria de Ferro, Alumínio e Telhas	03	01	04
Ind. de Reciclagem e Fabricação de Embalagens Plásticas e Perfis Rígidos de PVC	03	01	04
Ind. de Higiene e Limpeza	02	01	03
Ind. de Fabricação de Derivados de Cana de Açúcar	01	01	02
Ind. de Fabricação de Supl. Mineral p/ pecuária	01	0	01
Ind. de Tintas	01	0	01
Ind. de Fumo	01	0	01
Ind. de Instrumentos Musicais	01	0	01
Ind. de Recuperação de Pneus	01	01	02
Ind. de Transformadores	01	0	01
Ind. de Fabricação de Massas para Const. Civil	0	01	01
Total	73	14	87

Fonte: Dados da COPIAI, atualizados até março de 2008.

Como podemos perceber com a Lei de Florestas Públicas, o governo estadual legalizou a exploração madeireira e com a lei de incentivos fiscais tem atraído novas empresas para o Acre, que têm como matéria-prima básica a madeira manejada.

Em 12-08-2007 o Jornal Página 20 publicou uma matéria assinada pelo economista José Fernandes Rego⁹⁸, em que este dizia que antes de 1998 apenas 4% do suprimento da indústria madeireira era proveniente de manejo florestal e os restantes 96% provinha de desmatamentos. Hoje, continua a matéria, houve uma inversão 84% do suprimento vêm do manejo florestal e 16% do desmatamento. Rego ressalta que esse resultado é fruto da administração Jorge Viana, que foi um governo “inspirado e sustentado politicamente nas lutas dos povos tradicionais do Acre”. Este governo “rompeu com o novo-velho modelo e iniciou, a partir do Acre, o

⁹⁸ José Fernandes Rego é ex-secretário de Estado do Governo da Floresta. Assessor especial do gabinete do governador e coordenador geral dos assentamentos florestais – PAF.

redesenho do mapa do desenvolvimento econômico da Amazônia e do Brasil”, avalia o economista (Página 20, 12-08-2007).

Entre os negócios sustentáveis de maior destaque no Acre hoje, o manejo florestal é a grande vitrine. Este foi duramente criticado nos anos de 1980 e 1990 pelo CNS e pelos sindicatos de trabalhadores rurais. Essa posição aparece de forma bem explícita no documento “Diretrizes para um Programa de Reserva Extrativista na Amazônia”, de 1993. Naquele momento o CNS se posicionava contra a exploração dos recursos madeireiros (CNS, 1993).

Com o Programa de Desenvolvimento Sustentável do Estado, o governador, apoiado pela legislação nacional, conseguiu redirecionar estas diretrizes do CNS, criando um consenso de que a exploração madeireira é o carro-chefe da inclusão social. O que muito corroborou para isso foi às mudanças no Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, particularmente o Art. 17 do Capítulo V, que retira a autonomia das comunidades para decidir sobre o plano de uso dessas áreas. Isso contribuiu para forçar a aprovação dos “planos de manejo comunitário” para exploração madeireira em áreas que antes não era permitido, como as reservas extrativistas. Isso foi possível a partir da criação do Conselho Deliberativo, que é presidido pelo órgão gestor (no caso o IBAMA), por representantes das comunidades locais e outras instituições envolvidas com as reservas. Ele visa aprovar os ditos “planos de manejo comunitário” para exploração madeireira (Paula, 2005). Na reserva extrativista Chico Mendes, cinco seringais estão recebendo treinamento e outras iniciativas à prática de manejo florestal, desde 2003. Os seringais envolvidos são: Palmari, Dois Irmãos, Independência, São João e São Francisco.

Os negócios sustentáveis têm na certificação florestal o maior rendimento econômico. A certificação é realizada pelo Conselho de Manejo Florestal, FSC⁹⁹, organização internacional para a certificação madeireira. O logotipo do FSC identifica produtos que contêm madeira proveniente de florestas “bem manejadas”, certificadas de acordo com as regras por ele estabelecidas, sejam elas nativas ou plantadas. O FSC não emite certificados, mas os credencia no mundo inteiro, ao permitir o uso da marca do FSC. No

⁹⁹ ONG fundada em 1993 com sede em Oxaca no México.

Brasil, o Instituto de Manejo Florestal e Agrícola (IMAFLOA), ONG sediada em Piracicaba (SP), é a responsável pelo selo verde do FSC (Becker, 2004).

As áreas no Acre que realizam o manejo florestal certificado pelo FSC-Imaflora são as do quadro 10:

Quadro 10 – Áreas onde se realiza Manejo Florestal no Estado do Acre

Áreas	Escala	Produtos	Município	Terras
Acre Brasil Verde Industrial Madeireira	Empresarial	Madeira	Sena Madureira	Particular
Indústria e Comércio Nova Canaã	Empresarial	Madeira	Sena Madureira	Particular
PAD Pedro Peixoto	Comunitário	Madeira	Senador Guiomar e Plácido de castro	Projeto de Assentamento
PAE Chico Mendes	Comunitário	Madeira	Xapuri	Projeto de Assentamento
PAE Equador	Comunitário	Madeira	Xapuri	Projeto de Assentamento
PAE Remanso	Comunitário	Madeira	Capixaba	Projeto de Assentamento
PAE Porto Dias	Comunitário	Madeira	Acrelândia	Projeto de Assentamento
Floresta do Antimary	Comunitário	Madeira	Sena Madureira	Floresta Estadual

Fonte: www.imaflora.org (acessado em 20-11-2008).

- As fazendas particulares *Acre Brasil Verde Industrial Madeireira Ltda*, a primeira área privada a ter o selo de certificação no Acre e, *Indústria e Comércio Nova Canaã*. Essas duas fazendas pertencem à presidente da Associação das Indústrias de Madeira Manejada (Asimmanejo), que tem como lema Manejar é Conservar. Na fazenda *Acre Brasil Verde* são 7.800 hectares voltadas para o manejo florestal. A proprietária da fazenda ressaltava, em 2005, que a:

maioria dos madeireiros não virou ambientalista, mas compreendeu que o manejo é a única maneira de garantir a sustentabilidade de nosso negócio. Por isso deixamos de ser predadores para usar os recursos com inteligência a fim de preservá-los (Página 20, 05-06-2005).

O certificado dessa fazenda foi entregue à empresária pelo governador Jorge Viana, em uma grande festa, onde o mesmo ressaltou a importância do evento e ressaltava o crescimento do manejo sustentável entre os empresários acreanos. Naquela ocasião, disse:

as empresas de madeira estão vendo que o selo FSC apresenta bons resultados do ponto de vista ambiental, econômico e social. A parceria que nós do governo estamos fazendo com várias empresas e entidades, é com

o propósito de consolidar uma economia sustentável no Acre, já é uma realidade.

Enfatizando também que:

Alguns ainda podem estranhar o que vem a ser uma madeira manejada, e é normal que aconteça isso, porque esse assunto continua sendo uma novidade. No entanto, muitos já entenderam a importância de se trabalhar com critérios e regras dentro da floresta. A empresa da Fátima é um ótimo exemplo desse novo comportamento adotado pelas madeireiras, enfatizou Viana (Página 20, 05-06-2005).

- Outra área é o PAD Pedro Peixoto, que através da *Associação dos Produtores Rurais em Manejo Florestal e Agricultura* vem, em parceria com a EMBRAPA, e o Centro de Trabalhadores da Amazônia, manejando madeiras e colocando no mercado “espécies nativas da Amazônia”.

- O PAE Chico Mendes, através da *Associação dos Moradores e Produtores do Projeto Agroextrativista Chico Mendes*, foi a primeira comunidade brasileira a conquistar o selo verde internacional do FSC. Essa comunidade conhecida como seringal Cachoeira (localizada em Xapuri), é um dos locais símbolos de resistência contra a pecuarização do Acre nos anos de 1970 e 1980 e, no entanto, foi a primeira a aderir a mercantilização da floresta.

- Os Projetos de Assentamento Agroextrativista Equador e Remanso através de suas associações: *dos Produtores do Projeto de Assentamento Agroextrativista do Seringal Equador* e *dos Seringueiros da Reserva Extrativista São Luiz do Remanso* onde, além da madeira, está sendo manejado o óleo de copaíba e sementes de jarinas.

- O PAE Porto Dias, através da *Associação dos Seringueiros do projeto de assentamento agroextrativista Porto Dias*, além do manejo madeireiro, também maneja óleo de copaíba. E a Floresta Estadual do Antimary que tem o manejo coordenado diretamente pela Fundação de Tecnologia do Acre (www.fsc.org.br)

As empresas que vendem ou industrializam os produtos manejados no Acre são as do quadro 11:

Quadro 11 – Empresas que possuem Selo FSC por realizarem manejo florestal no Estado do Acre

Empresa	Escala de operação	Produto	Município
Aver Amazônia Ltda	Empresarial	Móveis e utensílios de madeira	Xapuri
Cooperativa dos Produtores Florestais Comunitários – COOPERFLORESTA	Comunitário	Madeira tropical em torras ou serrada verde e seca	Rio Branco
IIBA Produtos Florestais	Empresarial	Artigos domésticos e brindes decorativos	Rio Branco
Laminados Triunfo Ltda	Empresarial	Compensados	Rio Branco
Oficina Escola de Marcenaria e Ebanisteria Carlo Castiglioni	Empresarial	Artefatos e móveis de madeira	Xapuri
Ouro Verde Importação, Exportação Ltda	Empresarial	Madeira serrada bruta	Rio Branco
Ouro Branco Madeira Importação e exportação Ltda.	Empresarial	Madeira serrada	Capixaba

Fonte: www.imaflora.org (acessado em 15-11-2008)

Além da madeira, o óleo de copaíba também recebeu o selo verde. Este é produzido no Porto Dias e foi o primeiro produto não madeireiro de floresta amazônica em área de manejo comunitário a obter o selo FSC. A área é administrada pela Associação Seringueira de Porto Dias localizada em Acrelândia. O programa piloto de copaíba é desenvolvido em parceria com o CTA e o WWF-Brasil, apoiados pelo BM e outras instituições (Página 20, 16-04-2004).

A castanha do Brasil também está sendo certificada com selo verde. Nesse caso o processo é realizado em três níveis: primeiro o Instituto de Biodinâmica de Botucatu (IBD) dá a certificação de que esse é um produto orgânico produzido sem o uso de agrotóxicos. No segundo, a FSC dá uma certidão de responsabilidade ambiental que confirma ser esse um produto colhido de área ambiental manejada de modo sustentável e, por fim, o selo do Fair Trade garante que o “produto é fruto de trabalho socialmente justo, sem a exploração desumana dos trabalhadores e com garantia de que beneficia diretamente os produtores” (Página 20, 16-04-2004).

Os exemplos supracitados parecem não deixar dúvidas sobre a escalada da mercantilização da natureza atualmente no Acre. Como é ressaltado em Paula (2005), a incorporação de uma grande parcela do território acreano ao patrimônio público – na forma de “unidades de conservação de uso

sustentável”, não significa necessariamente um avanço na reversão da insustentabilidade do estilo de "modernização" desencadeado na década de 1970 e, sim, uma nova forma de privatização da natureza e exploração de trabalhadores.

O governo de Jorge Viana, na avaliação de seus defensores, é considerado um marco na história do Acre, pois do “Jorge para trás a gente tinha um governo que derrotava nossas propostas”. Aí o Jorge Viana é eleito e para os seringueiros, na perspectiva de Assis Monteiro, “entrou o nosso governo, que tinha uma nova proposta” e começaria “todo o trabalho de melhoria para os seringueiros”, pois hoje, continua Assis, “nós temos ramais para todo canto, para apoiar a questão da produção e, incentivo a extração da borracha” (Assis Monteiro¹⁰⁰, entrevista em abril de 2008).

Nesse sentido, Assis Monteiro acha muito importante a adoção do Programa de Desenvolvimento Sustentável no Acre, pois antes “nós vivíamos um momento aqui que a gente não tinha educação, não tinha saúde nos seringais, a gente não tinha energia, ramais, e a gente tinha um governo com aparato policial pra junto com os fazendeiros expulsar a gente da terra” (entrevista em abril de 2008).

O Governo da Floresta, para Assis Monteiro, contribuiu para concretizar os sonhos de Chico Mendes, pois “nós enquanto movimento, desde a época de Chico Mendes, nós criamos uma proposta de desenvolvimento sustentável, ou seja, a possibilidade da pessoa continuar vivendo lá no mato sendo seringueiro, continuando sendo seringueiro porque estava sujeito a desaparecer”, e para ele, o Jorge Viana tem realizado esses sonhos (entrevista em abril de 2008).

Já para Raimundo de Barros, Jorge Viana é um “engenheiro florestal conhecedor da questão florestal e muito ligado ao movimento de seringueiro”, então “é lógico que ele não podia ter uma prática diferente da que ele pregou no palanque, que era defender a causa dos seringueiros, fazer uma administração voltada para os interesses dessa população”¹⁰¹. Nesse ponto,

¹⁰⁰ Entrevista em 05-04-2008. Assis Monteiro foi militante do movimento seringueiro e concluiu o curso de Licenciatura Plena em Geografia no ano de 2004, curso esse que foi realizado em parceria da UFAC com o Governo da Floresta que implementou cursos de Licenciatura Plena no interior do Estado, reivindicação antiga da população do interior.

¹⁰¹ Entrevista com Raimundo Barros, em Xapuri, em 05-04-2008.

Raimundão ressalta a criação da Lei Chico Mendes que incentivou a atividade extrativa através do subsídio à borracha.

O que Chico Mendes queria, segundo Raimundo de Barros, era “ver o povo dele viver em liberdade, ele deu a sua vida por isso, não só a liberdade de ir e vir, mas de aprender a ler, de usufruir dos direitos que cada cidadão tem, isso está sendo construído” com o Governo da Floresta (entrevista em abril de 2008).

Já Osmarino Amâncio, líder seringueiro do tempo de Chico Mendes, se posiciona contra esse consenso em torno do manejo florestal dizendo que vê com muita preocupação “a falência dos movimentos”, pois hoje a sua “grande maioria se adaptou com um discurso bonito de sustentabilidade e, que a gente ver que **a forma como que estão sendo implantados os grandes projetos não é sustentável**” (grifos nossos). E lamenta, com muita tristeza, pois o que o Chico Mendes queria era a liberdade, mas ele não queria a liberdade para a destruição da natureza. Quem faz coro com essa idéia, é a presidente do STR de Xapuri Dercy Teles, quando afirma que “os ideais de Chico Mendes foram distorcidos, porque o sindicato está falido, a CAEX está falida” e, continua criticando o governo que prega “uma sustentabilidade, querendo fazer prospecção de petróleo, incentivando a hidrelétrica do Rio Madeira” (entrevista em abril de 2008).

Com relação ao governo e ao movimento, Osmarino Amâncio ressalta que o “Jorge não viveu o movimento, ele viu o movimento, mas quando ele surge e se propôs a entrar para o PT nós o acolhemos”. O Jorge conheceu a proposta dos seringueiros, quanto às diretrizes econômicas, “topou e disse esse é o projeto que tem que ser defendido”. O que significa dizer que o “Jorge chega (de Brasília onde cursava engenharia florestal) adere à proposta do movimento e diz que vai colocar em prática”. O Jorge Viana, portanto, surge na política com a “força do movimento e se espalhou, massificou, ele utilizou os símbolos que orgulham os acreanos, como a Revolução Acreana, pegou o Chico e colocou lá em cima, aí pensamos vai dar certo”. Mas tudo isso foi uma “traição premeditada, bem bolada” (entrevista concedida à autora, em abril de 2008).

Entretanto, os empresários estão “felizes da vida” com o Governo da Floresta, como podemos aludir de parte da matéria “economia do

contracheque vai desaparecendo no Acre”, pela qual é possível saber os passos da economia, do desenvolvimento sustentável, na visão do Governo e dos empresários do Acre:

Com passadas firmes e objetivas, o Acre vai substituindo a “economia do contracheque” pelo ‘mercado verde’. Em 1998, o setor florestal participava com 7,4% no bolo das atividades econômicas e os serviços públicos detinham 41,3%, um peso seis vezes maior. Em 2001, as florestas já participavam com 11,6% do valor da produção e a administração pública, 34,9%. Esse valor subiu em 2002 (36,6%) e voltou a cair em 2003 (34%). Enquanto isso, o segmento florestal seguiu impondo sua força nesse bolo: em 2001, já representava 11,6% - quase tão forte quanto a construção civil, que detinha 11,9% de participação - e em 2002 subiu para 12,8%.

Em 2003, as florestas já eram responsáveis pela segunda colocação no ranking das atividades que mais influenciam na economia do Acre, num embate positivo com o poderio do serviço público: naquele ano, o setor florestal produziu 16,1% da riqueza¹⁰².

O valor bruto da produção industrial evoluiu muito entre 1998 a 2004, saindo de R\$39.849 milhões para R\$173.520. O valor de transformação registrou grande incremento nesse período, de R\$18,9 milhões para R\$78,7 milhões, acompanhando o desempenho das exportações: em 1998 o Acre exportou medíocres US\$834 mil. Em 2006, até junho, as vendas para o exterior já somavam US\$12,1 milhões. Novos destinos - A China segue cada vez mais consolidada como o principal destino dos produtos acreanos. Ocupa as primeiras colocações no ranking de compradores.

A mercadoria mais importante é a madeira. A Bolívia aparece como grande comprador dos produtos do Acre, especialmente a castanha. A política comercial vigente busca vender exclusivamente produtos de alto valor agregado - e não a matéria-prima. O contrário disso é a devastação como resultado. O mercado verde tem engordado o produto interno bruto (PIB) no Acre. O índice, que é a soma de todas as riquezas produzidas no Estado, teve seu valor per capita calculado em R\$2.730 mil em 1998.

Em 2003, último ano estudado, o valor era de R\$4.338 mil, segundo a Coordenação das Contas Nacionais do IBGE - variação de 16% no período. Entre 2002 e 2003, o IBGE apontou que a variação real do PIB acreano ficou em quarto lugar na tabela dos Estados¹⁰³.

Essas questões mostram quem está ganhando com a mercantilização da floresta.

¹⁰² Os dados são da Gerência de Estudos e Pesquisas Aplicadas à Gestão do Seplands.

¹⁰³ A reportagem “A economia do contracheque vai desaparecendo do Acre”, publicada em 16-04-2007, no site do Governo da Floresta (www.ac.gov.br) foi acessada em 27-09-2008.

4.4 – Ambigüidades e tensões do discurso florestânico

A acreanidade está ancorada em duas questões – a valorização do passado, e o suposto reencontro do acreano com a floresta –. Essas questões têm sido alvo de críticas no que se refere ao Programa de Desenvolvimento Sustentável do Acre, cuja propaganda é que se avançou “muito com o desenvolvimento sustentável” cuja “inspiração” foram os ideais do movimento social de índios e seringueiros. Nesse sentido, o nome do Chico Mendes é amplamente utilizado tanto para angariar fundos externos quanto dentro do próprio Acre, entre os seringueiros para ganhar adesão à proposta do governo. Como nos lembrou a Presidente do STR de Xapuri (Dercy Teles), “não tem um encontro, uma reunião que não seja citado duzentas vezes o nome do Chico Mendes se tiver duzentos oradores. Governo da Floresta não foi de graça, foi estratégia simbólica para enganar quem vive na floresta”.

Mas nem tudo é consenso, algumas vozes destoam, algumas lideranças seringueiras afirmam que o que o movimento dos seringueiros defendia era a “adoção de um conjunto de políticas públicas voltadas tanto para a elevação dos níveis de vida e renda dessas populações quanto para a proteção do meio ambiente”, como ressalta Paula (2004: 92). Osmarino Amâncio aponta que:

hoje estamos tentando sobreviver com medo de perder essa identidade porque o governo quer que a gente deixe de ser seringueiro para ser extrator de madeira, isso é uma afronta a uma cultura que tanto se lutou para afirmar (Osmarino Amâncio¹⁰⁴, entrevista em abril de 2008).

Osmarino Amâncio, contemporâneo de Chico Mendes no movimento social dos seringueiros desde os idos de 1970, se coloca contra a “sustentabilidade” apregoada pelo Governo da Floresta e traduzida nos “negócios sustentáveis”, que tem na exploração madeireira o seu carro-chefe.

¹⁰⁴ O seringueiro Osmarino Amâncio (ex-presidente do STR de Brasiléia e contemporâneo de Chico Mendes no CNS, coordenador, no Acre, do Movimento dos Pequenos Agricultores-MPA e Movimento Terra Trabalho e Liberdade-MTL) foi entrevistado por nós em dois momentos da elaboração dessa tese, em março de 2007, durante um encontro no Projeto de (assentamento) Desenvolvimento Sustentável Porto Carlos em Brasiléia quando se discutia formas de resistência à adoção do manejo florestal comunitário. E em abril de 2008 também em Brasiléia quando fizemos uma longa entrevista em que ele avaliou a gestão do governo da floresta contrapondo o discurso oficial com a própria trajetória do movimento seringueiro.

Osmarino contesta o manejo florestal colocado em prática pelo Governo da Floresta, contesta também que este tenha sido os ideais dos movimentos sociais nas décadas de 1970 e 1980. Quando começou o movimento de resistência, diz Osmarino, a “concepção era que nós só temos condições de sobreviver se a gente fizer a floresta sobreviver”. Opinião também da sindicalista Dercy Teles¹⁰⁵: “o movimento em nenhum momento, antes de ser aparelhado/atrelado pelo Estado, antes de muitos dirigentes terem cargos comissionados, defendia a exploração madeireira”. Como bem lembra Osmarino e Dercy antes a tentativa do governo foi de instalar os “contratos de risco”. Hoje, as mesmas metas são rotuladas de “contrato comunitário”.

Para Osmarino Amâncio, essas propagandas do manejo madeireiro que o Governo da Floresta faz é um “filme que está se repetindo, pois eu já ouvir falar que a gente ia deixar de ser pobre se a BR-317 fosse aberta”. Com a madeira é a mesma coisa, mas se:

tirar a floresta, tirou a fonte de renda, ameaça à geração futura. Mas o marketing (do governo) é grande, sai todos os dias mais de 30 comerciais (nas tvs acreana) falando de manejo florestal, biodiesel. Eles estão destruindo árvores de 500, 600 anos e estão dizendo que as outras vão se recompor em 30 anos¹⁰⁶, isso não é verdade, ainda não conhecemos a dinâmica da floresta, dizem que só tiram as árvores avós, mas estão tirando até as varinhas (entrevista, em abril de 2008).

E acrescenta: “esse é um discurso fragilizado, economicista, de lucro a curto prazo, não tem sustentabilidade, não tem solidez é um discurso para inglês ver” (entrevista concedida à autora em abril de 2008).

Como forma de resistência ao manejo madeireiro, em 2005, moradores da Floresta Estadual do Antimary¹⁰⁷, uma das vitrines do manejo

¹⁰⁵ A entrevista com a presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri, Dercy Teles, foi realizada em Rio Branco em abril de 2008.

¹⁰⁶ O Manejo Florestal é operado da seguinte forma: as árvores-mãe são as árvores que serão utilizadas na primeira exploração e as árvores-filhas são árvores que serão utilizadas no ciclo seguinte, ou seja, em dez anos, as netas 1 e netas 2 são árvores que serão utilizadas em 20 e 30 anos respectivamente (Franco, 2008, mimeo).

¹⁰⁷ Na Floresta Estadual do Antimary o manejo florestal é coordenado pela FUNTAC que tem como diretor o filho de um dos maiores latifundiários da Acre, o engenheiro civil César Dotto, filho de Pedro Dotto. César Dotto é formado pela FAAP-São Paulo, especialista em Estruturas Industriais de Concreto Armado pela Politécnica de Milão (Itália). Pós-graduado em Administração de Empresas na UFSC, MBA em gestão Empresarial pela FGV. Atuou nas áreas de engenharia civil e administração no setor público e privado do Estado do Acre e é presidente-diretor da FUNTAC desde 2003.

florestal no Estado, ocuparam a FUNTAC fazendo um *Empate*¹⁰⁸ contra a devastação da Floresta Estadual do Antimary, empate esse que contou com o apoio do Movimento Pequenos Agricultores-MPA. As principais denúncias feitas na ocasião foram a “falta de acesso dos moradores às informações sobre a gestão da Floresta¹⁰⁹, o baixo preço que os moradores recebiam pela madeira manejada¹¹⁰, a falta de infra-estrutura social e produtiva e a acelerada destruição das áreas de florestas já manejadas” (Paula, 2006: 60).

Osmarino Amâncio, Dercy Teles e Sebastião (Sabá) Marinho (diretor da CAEX¹¹¹), são algumas das poucas vozes de seringueiros que não fazem parte do consenso em torno do Programa de Desenvolvimento Sustentável, a eles se somam as vozes que escrevem no Jornal *Empate: espaço de debates de idéias políticas e culturais*, de Rio Branco. Este, em sua primeira edição, se colocava contra as políticas estaduais implementadas pelo governo da floresta no que diz respeito ao desenvolvimento econômico e às políticas relacionadas à cultura, como podemos ler no trecho abaixo do seu editorial:

Quinze anos após o covarde assassinato de Chico Mendes, seus antigos companheiros de luta, aqueles que nada ganharam mercantilizando sua memória e sonhos, aqueles que continuaram e continuam trabalhando e vivendo no interior da floresta, sem deixar de ser o que eram; sem tornarem-se prefeitos, vereadores, deputados, ou seja, lá o que for, assistem atônicos seus ex-companheiros de ‘viagem’ entregarem-se à causa da retirada e comercialização de madeira que tanto criticavam e que tantas dores produziu. Os princípios que projetaram as lutas dos trabalhadores rurais acreanos e lançaram seu representante maior no cenário internacional foram abandonados em troca de um enganoso projeto de ‘desenvolvimento estadual’ com ‘sustentabilidade’. Os inimigos de Chico Mendes o eliminaram fisicamente. Os que se diziam seus amigos e aliados que, hoje, vivem e acumulam cargos e benefícios às custas de sua memória, tratam de eliminar seus sonhos, seus projetos, sua herança, seus princípios de não mercantilizar a floresta (Jornal Empate, 2003).

¹⁰⁸ Os empates desde que foram “inventados” no Acre assumem diversos significados. Inicialmente era uma forma de resistência dos “acreanos” contra o usurpador de seu território, os “paulistas”, posteriormente indicavam a oposição entre “seringueiro” e “fazendeiro”, forjando daí a formação de uma identidade política dos seringueiros (Paula, 2004).

¹⁰⁹ Osmarino Amâncio, que participou desse empate como coordenador do MPA, nos disse que os seringueiros do Antimary não têm acesso nem as áreas que estão sendo desmatadas.

¹¹⁰ Com relação ao preço pago ao seringueiro pela madeira manejada, na época (2005), era de 20 a 50 reais por metro cúbico e os preços de mercado eram cerca de 200 a 300 reais.

¹¹¹ Cooperativa Agroextrativista de Xapuri.

A crítica realizada por algumas lideranças seringueiras tem como base o documento “*Diretrizes para um Programa de Reservas Extrativistas na Amazônia*”, do CNS, de 1993, já referenciado em outra parte deste capítulo. No documento, os seringueiros se posicionavam “contra a exploração dos recursos madeireiros”, uma vez que tanto a legislação quanto os mecanismos de fiscalização do aparelho do Estado não ofereciam nenhuma garantia de controle das atividades das indústrias madeireiras (CNS, 1993: 18). Esse documento, apesar de ter sido construído depois de muito tempo de discussão, como nos lembrou Osmarino Amâncio, dois anos depois, em 1995, durante o IV Encontro Nacional, o CNS muda suas resoluções e aceita incluir a madeira na pauta de produção passível de exploração comercial nas áreas de domínio das populações extrativistas (Paula, 2006).

O documento definia como desenvolvimento para os agroextrativistas a “garantia das áreas que ocupam, acesso ao conjunto de recursos naturais existentes nessas áreas, garantia à saúde, educação e respeito por sua cultura” (CNS, 1993: 12). Não descartando também o acesso à “tecnologia e aos meios modernos”, que possibilitassem o “aumento da produtividade nas atividades extrativas e agrícolas, mas de uma perspectiva que respeitasse as concepções próprias sobre as formas racionais de uso dos recursos naturais” (CNS, 1993: 12).

Os seringueiros, na última década, têm sido incentivados a substituir as atividades ligadas ao extrativismo do látex pela exploração de madeira, via projetos de manejo comunitário. “Chega a Marina (Silva), e diz vocês vão ter que fazer manejo madeireiro, chega a Mary Alegretti, os assessores do Governo e dizem a mesma coisa”, diz Osmarino Amâncio, mas até agora eles “não conseguiram que o manejo madeireiro entrasse na Reserva Extrativista Chico Mendes”. Osmarino denuncia que o Governo do Estado e o Governo Federal estão “semeando os planos de manejo ao redor da reservas” e isso tem influenciado positivamente e negativamente “alguns seringueiros”. No dia 05 de abril, quando eu estava em Xapuri para entrevistar Assis Monteiro e Raimundo Barros (Raimundão) eles estavam retornando de uma reunião realizada nas comunidades de Dois Irmãos e Floresta, para discutirem as condições necessárias para os extrativistas aderirem ao manejo florestal. Essa estratégia, de colocar lideranças seringueiras, tem assumido um

papel importante no convencimento de seringueiros a adotar essa prática. A respeito dessa reunião, Assis Monteiro nos esclareceu dizendo que estavam fazendo “uma discussão com 10 comunidades dentro da reserva extrativista”, nos seringais de “Filipinas, Iracema, Dois Irmãos, Palmari, Rio Branco, Guarani e São Pedro”. As discussões com as comunidades, continua Assis, é para ver “quem está interessado de entrar (aderir ao manejo) e a partir daí fazer os projetos para buscar os recursos com o próprio governo”, através do programa Pró-Florestania (entrevista em abril de 2008).

Para os que defendem a exploração madeireira, a adoção do manejo comunitário florestal, por parte das populações que vivem do extrativismo vegetal é muito positiva, como afirmou Raimundo Barros:

eu prefiro dizer que quando a gente tirou as propostas de desenvolvimento sem agredir a floresta naqueles anos ali, quando iniciava o movimento, essas questões da madeira, ela era uma coisa ignorada porque o que se via era o roubo de madeira, assim como era também os desmatamentos, barrar os desmatamentos e barrar a retirada de madeira eram as nossas metas (Raimundo Barros, em entrevista concedida à autora, em abril de 2008).

A política estadual implementada pelo Governo da Floresta tem sido justificada como inspiração nos ideais do movimento social de índios e seringueiros, o que nos parece uma contradição, pois uma das questões que os seringueiros defendiam era a não transformação dos seringais em que viviam em fazendas para a criação de gado, bem como eram contra a exploração de madeira. Comparemos os fragmentos dos textos abaixo:

O primeiro:

A área escolhida no Acre corresponde a mais de 6.000 milhões de hectares, localizados em três municípios acreanos: Sena Madureira (Rio Purus e Rio Caeté), Feijó (Rio Envira) e Tarauacá (rio homônimo) com a justificativa de que o potencial de madeira permitirá, se utilizado dentro dos métodos racionais, que a região venha a se sobressair como um dos grandes centros madeireiros da Amazônia (Varadouro, junho de 1979b).

O segundo:

As florestas de alto valor econômico estão situadas ao longo da calha do Rio Iaco, entre a Rodovia AC-90 e a Resex Chico Mendes, algumas áreas entre os Rios Caeté e Purus (hoje inseridas na Resex Cazumbá-Iracema) e na confluência dos rios Tarauacá e Envira.

A atividade florestal obteve crescimento médio de 13% nos últimos cinco anos transformando-se na atividade econômica mais importante. As exportações do Estado sofreram um acentuado aumento com variação média anual de 86,5%, onde o setor florestal madeireiro vem contribuindo com cerca de 50% do total. E com a ampliação da infra-estrutura de pavimentação, melhoria das estradas vicinais e a ligação com os portos do Pacífico, pode-se projetar um crescimento anual médio de 15% da demanda madeireira para os próximos 10 anos (Acre, 2006a).

O primeiro texto, do final da década de 1970 e publicado no *Jornal Varadouro*, de junho de 1979, denunciava o plano de *Florestas Regionais de Rendimento* (IBDF-SUDAM), conhecido como “contratos de riscos”. Essa denominação se dava em detrimento da singularidade da cláusula que definia a parceria entre poder público e poder privado, ou seja, a semelhança dos “contratos de riscos” para a área petrolífera, o interessado assinaria um contrato com o IBDF para “explorar a madeira de determinada área da floresta amazônica, supostamente correndo o risco de, na área escolhida, não existir madeiras nobres” (Varadouro, março de 1979).

O plano “Florestas Regionais de Rendimento” visava estabelecer na Amazônia Legal 12 florestas para a exploração madeireira. E objetivava a “exploração do potencial madeireiro da Amazônia com utilização da terra durante o período em que vigorasse o contrato” (Varadouro, junho de 1979b).

Na área escolhida no Acre, na época, o *Jornal Varadouro* denunciava que seriam prejudicados cerca de 8.000 índios de sete etnias que já tinham assegurado a criação de 8 Terras Indígenas; os seringueiros, castanheiros e posseiros que ainda viviam nos seringais daquela região, que já eram considerados posseiros, pois já tinham se livrado do regime do barracão e, também, prejudicaria o equilíbrio ambiental, pois desmatariam as cabeceiras do Rio Acre, os vales do Iaco, Rio Chandless, Alto Purus, Rio Envira e alguns afluentes destes, como o Jurupari e o Jaminana.

Por isso, repudiavam os “contratos de riscos” porque eles representavam: o favorecimento de um governo conivente com os grandes grupos internacionais interessados na madeira, visavam à exportação de matéria-prima e não o desenvolvimento da região, refletia a desconsideração de um governo ditatorial para com o povo da região e significava afastar cada

vez mais o trabalhador da floresta da posse da terra (Varadouro, junho de 1979b).

O segundo texto é do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE II fase), que reflete o cenário divulgado pelo Governo da Floresta para a consolidação dos negócios sustentáveis que têm como carro-chefe o manejo florestal, tanto o comunitário em áreas públicas (florestas estaduais, PAF, PDS e PAE), quanto o privado em áreas de Reserva Legal¹¹², estabelecidos pelo Programa de Florestas Estaduais de Produção. O primeiro texto foi extremamente criticado e não vingou. Já o segundo está em curso e é performaticamente proferido como a “concretização dos sonhos de Chico Mendes” o qual é defendido e tem se formado o consenso do qual fala Paula (2005), que as populações tradicionais são as protagonistas na construção de novas alternativas de desenvolvimento sustentável e que por isso estar sendo respeitado a diversidade e os conhecimentos tradicionais dessa população dessas populações.

Para inverter a crítica que fora feita ao plano do IBDF na década de 1970, o Governo da Floresta tem investido na cooptação de lideranças do movimento sindical e colocado essas pessoas em posições estratégicas, como o caso de Raimundo de Barros¹¹³ e Assis Monteiro (ex-presidente da CAEX), para discutir com as comunidades os “benefícios” do manejo florestal. No sentido de convencer os seringueiros, o governo aciona as próprias lideranças do passado para fazer as explicações sobre as vantagens do manejo.

Nesse caso, tanto Raimundo de Barros quanto Assis Monteiro são defensores do manejo e assim se posicionam:

Eu inicialmente tive muita resistência, mas a partir das coisas acontecendo, então comecei a participar das discussões e confesso aqui para vocês de que, prá mim, e assim, é o juízo de outros companheiros, a questão do desenvolvimento sustentável, essa questão do manejo, ele se dando na forma que ele vem se dando e se aperfeiçoando, mas os cuidados, ele não é

¹¹² Reserva legal: área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, excetuada a de preservação permanente, necessária ao uso sustentável dos recursos naturais, à conservação e reabilitação dos processos ecológicos, à conservação da biodiversidade e ao abrigo e proteção da fauna e flora nativas, que no caso da Amazônia corresponde a 80% da propriedade, com possibilidades de diminuir para 50% (Acre, 2006a).

¹¹³ Raimundo de Barros, primo e contemporâneo de Chico Mendes foi vereador pelo PT em Xapuri por quatro mandatos (16 anos) e ex-tesoureiro do Conselho Nacional de Seringueiros.

uma agressão a nossa floresta (Raimundo de Barros, entrevista em abril de 2008).

E reforça o seu argumento nos seguintes termos: “veja, nos estudos que são feitos nas áreas que estão sendo retiradas a madeira, em um hectare de floresta é retirado no máximo 10 árvores”, o que significa, na perspectiva de “Raimundão”, “de que se num hectare se tira 10 árvores o impacto é pequeno, ao passo que se pega um hectare, derruba e queima (para botar roçado) é um impacto bastante grande”.

Já Assis Monteiro dá a seguinte explicação para o fato de algumas pessoas dos seringais serem contra o manejo madeireiro:

Existe resistência ao manejo madeireiro por falta de entendimento de algumas pessoas, uma coisa que eu tenho colocado, que essa certa resistência, em alguns poucos, é por desconhecer o que significa o manejo. Sabá Marinho, Aluá, Analu, eles não conseguiram entender direito, eles se colocam contra. Só que eu vejo o seguinte: a resex foi criada e por falta de alternativa, alguns estudos indicam que o desmatamento tem aumentado.

E por outro lado eu vejo: o que manejamos aí?, a castanha, porque a gente colhe os frutos, e a cotia correndo da gente ela carrega os ouriços, isso da conta da espécie continuar existindo. Nós nunca paramos para dizer que a castanheira tenha 1000 ouriços e a gente junte só 800. A cotia que roube da gente para poder guardar, mas isso não é manejo (Assis Monteiro, entrevista concedida à autora em abril de 2008).

E complementa explicando que, no Seringal Cachoeira, um seringueiro que “produz 2.500 reais de borracha, 2.500 ou 3.000 reais de castanha e o manejo tem dado para alguns deles lá até 5.000 reais por ano”. Então o manejo tem “se apresentado como a melhor fonte de renda”. Mas “depende das áreas, uma área tem mais madeira, outras menos. Desse ponto de vista é uma boa ajuda. Ele (o seringueiro) tem que ter mais um complemento na renda dele mesmo”. Porque hoje, continua Assis, as necessidades são outras, “hoje eu quero a geladeira, a moto, a TV e, a seringa e a castanha já não seguram mais” (entrevista, em abril de 2008).

Vale ressaltar que Assis Monteiro e Raimundo de Barros atualmente têm cargos comissionados da SEF, para fomentar a discussão do manejo florestal no município de Xapuri. Como Assis nos explicou, a escolha dele e de outros, como o Raimundo Barros, é decorrência do passado de “militância no movimento seringueiro”, do “linguajar bem próximo ou igual ao

dos seringueiros que estão nas áreas de reserva”, o que muito têm contribuído para incentivar os seringueiros a aderirem ao manejo.

O consenso em torno do desenvolvimento sustentável, no Acre, que une seringueiros, empresários e funcionários públicos, é fruto de uma intensa propaganda performaticamente repetida, o discurso florestânico, vejamos alguns fragmentos desse discurso.

Sobre a inspiração do Governo da Floresta:

Em julho de 2007 o Acre sediou o 1º Encontro Internacional de Manejo Florestal Comunitário promovido pela ITTO (organismo internacional de madeiras tropicais), entidade essa que é parceira do governo do Estado do Acre no manejo florestal da Floresta Estadual do Antimary. Na ocasião, o secretário de planejamento fazia a seguinte afirmação:

O segredo da sustentabilidade defendido pela Florestania foi criado por Chico Mendes, cuja proposta de criar as Resex (reservas extrativistas) como forma de garantir o meio de produção dos seringueiros uniu a preservação ambiental ao interesse econômico. Nós somamos à ecologia e ao meio ambiente os elementos da ética, cultura, o conhecimento tradicional e a distribuição de renda que dão sustentabilidade à Florestania (Gilberto Siqueira¹¹⁴, Página 20: 05-06-2005).

Sobre o significado da floresta para o desenvolvimento econômico do Acre, o então governador dizia, em 2005:

Na Amazônia, o ideal é você colher a floresta, ou seja, manejar, tirar aquilo que está maduro, ganhar dinheiro com a floresta e, quem ganha dinheiro com a floresta, vai defender a floresta (Página 20: 03-06-2005).

Na reportagem de 06-03-2004 sobre viagem do então governador Jorge Viana a São Paulo, em busca de parceiros para se instalarem no Acre e se dedicarem aos negócios sustentáveis, Jorge Viana dizia:

Os negócios florestais apresentam possibilidades ainda mais amplas, pois o mercado está preocupado com a origem ambiental dos produtos, cresce no Brasil e no exterior (Página 20, 06-03-2004).

Segundo a propaganda oficial, o modelo de desenvolvimento adotado no Acre, a partir do Governo Jorge Viana, é a realização do legado de

¹¹⁴ Gilberto Siqueira foi secretário de Estado de Planejamento do Governo da Floresta, continua no governo de Binho Marques e continua responsável pelo PDS.

Chico Mendes o do “desenvolvimento econômico sem a destruição ambiental”¹¹⁵, pois, como é dito, “fomos buscar inspiração no movimento dos Povos da Floresta e nas idéias de Chico Mendes”¹¹⁶ para ampliar e aprofundar o conceito de desenvolvimento sustentável que, no entendimento do Governo da Floresta, poderia ajudar a conciliar o crescimento da economia com a indispensável proteção da natureza. “Isto não só é possível como, efetivamente, se realiza no Acre”, justifica Jorge Viana, em face da adoção, pelo Governo da Floresta, do modelo de política pública, propagandeada de desenvolvimento sustentável.

A adoção de um Programa de Desenvolvimento Sustentável no Acre, no final da década de 1990, se deu com a eleição do engenheiro florestal Jorge Viana ao governo estadual. Ela justifica sempre as suas ações se referindo a Chico Mendes, como neste trecho em que Jorge Viana, ao inaugurar, em dezembro de 2006, a Biblioteca da Floresta Ministra Marina Silva, dizia que “aos poucos os sonhos de Chico Mendes caminha para a concretização”. O Chico “passou a vida lutando pela implantação de um projeto de desenvolvimento econômico que levasse em conta os recursos naturais e as culturas e tradições das populações tradicionais” (Página 20, 23-12-2006a).

No que diz respeito à associação do nome de Chico com o Programa de Desenvolvimento Sustentável do Acre, selecionamos três matérias publicadas no Jornal Página 20. Na primeira matéria, alusiva à comemoração do dia da Amazônia (05-09), Jorge Viana disse: “o Chico Mendes está em cada lugar onde se trabalha com o conceito de manejo florestal”. E, nesse sentido, o governo da floresta trazia essa marca e essa preocupação “defender a Amazônia, defender a floresta, mas defender também o homem que nela mora, este ser especial que é ao mesmo tempo habitante e guardião de coisas tão belas” (Jorge Viana, Página 20, 04-09-2004).

A reportagem *Homenagens pelo Dia da Amazônia*, de 05-09-2004, do Jornal Página 20, cujo subtítulo era “governador concede Ordem da Estrela do Acre a seringueiros e manejadores florestais que mantêm vivos os ideais de Chico Mendes por uma sociedade auto-sustentável”. A matéria

¹¹⁵ Texto do Governo da Floresta quando criou o Prêmio Chico Mendes de Florestania em 2004.

¹¹⁶ O então Governador do Acre, Jorge Viana, no Jornal A Tribuna, edição de 28.11.2006.

tratava da assinatura do decreto que criou o Prêmio Chico Mendes de Florestania, cujo objetivo é premiar as melhores experiências de desenvolvimento sustentável no Acre. O Prêmio procura difundir a expressão florestania como um “novo conceito de vida, associado com a história, a cultura, o imaginário e a sociedade, além de estimular as práticas comunitárias, projetos, programas e ações de incentivo à construção de uma nova realidade, propondo um novo modelo econômico que leve ao desenvolvimento sustentável”. Um outro objetivo do Prêmio é “incentivar as instituições públicas e privadas, governamentais e não-governamentais, lideranças e cidadãos a contribuir cada vez mais com o processo de consolidação do ideal da florestania” (Página 20, 05-09-2004).

Na ocasião, foram entregues a Ordem da Estrela a 13 instituições que supostamente trabalham em defesa do meio ambiente, como a WWF, o Centro de Trabalhadores da Amazônia-CTA, A EMBRAPA, o Grupo de Pesquisa e Extensão em Sistemas Agroflorestais do Acre-PESACRE, a ong SOS Amazônia e Comissão Pró-Índio. O discurso proferido, pelo então governador Jorge Viana, no evento, ressaltou que aquele dia era “muito especial para o governo e para o Acre”, pois durante muito tempo “se falou que o manejo florestal era um sonho, uma teoria”. E concluiu: “juntos nós mostramos que o desenvolvimento sustentável é uma realidade” (Página 20, 04-09-2004).

Esses discursos, do próprio governador ou dos seus assessores, trazem sempre uma defesa irrestrita ao manejo madeireiro e, nesse sentido, o Seringal Cachoeira é apresentado como vitrine do manejo madeireiro em função do seu poder simbólico, tendo em vista ser tal área defendida por Chico Mendes “para garantir a preservação da floresta e de sua gente” (Acre, 2006a).

O Seringal Cachoeira, delimitado como Projeto de Assentamento Agroextrativista em 1989, possui uma área de 24 mil hectares, onde vivem cerca de 80 famílias de seringueiros que resistiram, sob a liderança de Chico Mendes, às investidas dos fazendeiros, principalmente de Darly Alves da Silva¹¹⁷, de expulsar seringueiros e desmatar o seringal. No Seringal

¹¹⁷ Em 1988, o fazendeiro e pecuarista Darly Alves tentou desmatar e queimar uma parte das florestas de Cachoeira. Na tentativa de impedi-lo, os seringueiros de Cachoeira se mobilizaram e realizaram um empate em março daquele ano, impedindo os homens de Darly de entrarem

Cachoeira, vivem parentes de Chico Mendes. Vejamos como aparece o nome de Duda Mendes, irmão de Chico Mendes.

Com a borracha produzida e comercializada na fábrica de camisinhas, situada na Estrada da Borracha, que dá acesso à cidade de Xapuri, a menos de 20 quilômetros da sede do projeto extrativista, Duda Mendes apurou R\$ 2,5 mil. A castanha, vendida para a Bolívia, para as cooperativas de Xapuri e Brasília e a compradores de Rio Branco, resultou em outra renda em torno de R\$ 6 mil. E a madeira, comercializada em grande parte na fábrica de tacos¹¹⁸, situada na BR-317, a poucos quilômetros da sede do projeto, ultrapassou os R\$ 6,7 mil. Tudo isso somado deu uma renda anual, para Duda Mendes, de mais de R\$ 15,2 mil, o que resulta numa renda mensal de cerca de R\$ 1,27 mil, que representam mais de três salários mínimos. Duda Mendes explica que antes do manejo florestal os seringueiros enfrentavam dificuldades econômicas, e que, a partir do projeto de manejo, dezenas de famílias puderam explorar de maneira sustentável a madeira e outras riquezas da floresta, o que lhes permitiu elevar a renda e dispor de recursos para a aquisição de equipamentos e de bens de consumo duráveis¹¹⁹.

Em linhas gerais, esse é o discurso florestânico, que para os seus apoiadores, ou os que estão se beneficiando com as **benesses** da política estadual, o rumo que deve ser dado ao Acre. E, nesse sentido, Jorge Viana é avaliado como o governador que contribui

fortemente para a criação de uma consciência coletiva de valorização da floresta e defesa do ambiente natural. Contribuiu para dar sentido não só ambiental e natural à floresta, mas, especificamente, sócio-cultural (Página 20, 29-07-2007).

Já para os que não acreditam na sustentabilidade desse projeto, este é “filme repetido”, que já foi visto na década de 1970 com o governador

no seringal. Um segundo empate logo se seguiu quando Darly tentou desmatar parte do Equador, um seringal vizinho. Em consequência desses confrontos, dois seringueiros foram seriamente feridos por um filho de Darly. Em junho de 1988, o líder sindicalista Ivair Higinio foi assassinado, supostamente por um pistoleiro de Darly. Logo depois, em Dezembro de 1988, Chico Mendes foi assassinado.

¹¹⁸ A fábrica de Pisos e Tacos de Xapuri com orçamento de cerca de 35 milhões de reais financiados pelo Governo da Floresta junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES), está sendo construída (desde 2006) pela empresa Acreana Adim pertencente ao empresário Acrinaldo Pontes. A mesma já foi inaugurada, mas continua fechada.

¹¹⁹ Matéria publicada no site do Governo Federal (www.aids.gov.br), acessada em 25-05-2009).

Wanderley Dantas, o governador responsável pela transferência de 1/3 das terras acreana para os “paulistas”, e o governador que se colocou contra os seringueiros que estavam sendo expulsos dos seringais. Para os críticos, Viana é visto como o manipulador dos ideais de Chico Mendes e da memória acreana, para criar um consenso em torno do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Acre, o qual tem se revestido em uma forte concentração de renda, na exploração de seringueiros, principalmente, pelas empresas madeireiras e no aumento do desmatamento no Acre.

No próximo capítulo, destacaremos as ações implementadas pelo executivo estadual, no que se refere ao resgate cultural e à construção de uma certa memória acreana.

CAPÍTULO 05 – (RE)INVENTANDO O PASSADO: A REVITALIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL DO ACRE – CRIAÇÃO DE “ESPAÇOS DE MEMÓRIA” E “INVENÇÃO DE TRADIÇÕES”

Você sabe melhor do que ninguém, sábio Kublai, que jamais se deve confundir uma cidade com o discurso que a descreve. Contudo, existe uma ligação entre eles. Se descrevo Olívia, cidade rica de mercadorias e de lucros, o único modo de representar a sua prosperidade é falar dos palácios de filigranas com almofadas franjadas nos parapeitos dos bífotes; uma girândola d'água num pátio protegido por uma grade rega o gramado em que um pavão branco abra a cauda em leque. Mas, a partir desse discurso, é fácil compreender que Olívia é envolta por uma nuvem de fuligem e gordura que gruda na parede das casas; que, na aglomeração das ruas, os guinchos manobram comprimindo os pedestres contra os muros. Se devo descrever a operosidade dos habitantes, falo das selarias com cheiro de couro, das mulheres que tagarelam enquanto entrelaçam tapetes de ráfia, dos canais suspensos cujas cascatas movem as pás dos moinhos: mas a imagem que essas palavras evocam na sua iluminada consciência é o movimento que leva o mandril até os dentes da engrenagem repetido por milhares de mãos, milhares de vezes nos tempos previstos para cada turno. Se devo explicar como o espírito de Olívia tende para uma vida livre e um alto grau de civilização, falarei das mulheres que navegam de noite cantando em canoas iluminadas entre as margens de um estuário verde; mas isso serve apenas para recordar que, nos subúrbios em que homens e mulheres desembarcam todas as noites como fileiras de sonâmbulos, sempre existe quem começa a gargalhar na escuridão, dá vazão às piadas e aos sarcasmos.

Pode ser que isto você não saiba: que para falar de Olívia eu não poderia fazer outro discurso. Se de fato existisse uma Olívia de bífotes e pavões, de seleiros e tecelãs de tapetes e canoas e estuários, seria um mero buraco negro de moscas, e para descrevê-la eu teria de utilizar as metáforas da fuligem, dos chiados de rodas, dos movimentos repetidos, dos sarcasmos. A mentira não está no discurso, mas nas coisas (Ítalo Calvino, 1990: 59-60).

Para falar da patrimonialização das cidades acreanas, recorreremos, inicialmente à descrição da cidade de Olívia descrita por Ítalo Calvino, na epígrafe acima. Falar do discurso construído em torno da cidade de Rio Branco é falar da “cidade seringal” (fundada por Neutel Maia); da “cidade dividida” (reforma de Gabino Besouro), entre o 1º e o 2º distrito: o primeiro, o espaço da ordem; e o segundo, das festas populares; da “cidade de alvenaria” (dos governos de Hugo Carneiro e Guiomard dos Santos), asseada, civilizada, é falar da cidade da “nova arquitetura” (governador Jorge Viana). E é esquecer da cidade das “invasões” urbanas, da cidade nas décadas de 1970 e 1980, da cidade da periferia.

Durante os oitos anos de mandatos do governador Jorge Viana, foram construídas várias obras arquiteturais na cidade de Rio Branco, foram reconstruídas e recuperados prédios públicos com objetivos de materializar um discurso identitário tanto do ponto de vista material quanto imaterial. O Governo da Floresta revitalizou trechos da paisagem urbana, criou novos espaços de memória, investiu no “resgate” de um modo de vida cidadão a partir da reinvenção de tradições com objetivos de “resgatar” uma certa memória de algumas cidades do Acre.

Este capítulo tem como objetivo discutir, a partir da construção-recuperação-revitalização do patrimônio histórico, a materialização da memória coletiva construída pelo Governo da Floresta, que se concretiza em velhos e novos espaços de memória, bem como na invenção de tradições e nos eventos comemorativos das datas cívicas, dando destaque para o discurso identitário que acompanha essa reconstrução.

5.1 – Materializando a Memória na Cidade de Rio Branco

Uma das primeiras iniciativas do executivo estadual, ao assumir o governo do Acre em janeiro de 1999, no que diz respeito aos aspectos culturais e históricos, foi reformular a Fundação Cultural do Estado (criada na década de 1970). Depois vieram outras iniciativas como: revisar a Lei Estadual de Patrimônio Histórico (Lei nº. 1294 de 1999), criar o Departamento de Patrimônio Histórico, a Lei de Incentivo à Cultura e o Fundo para Recuperação do Patrimônio Acreano. Essas iniciativas visavam recuperar, criar e difundir o patrimônio histórico e cultural do Acre com objetivos de fortalecer um

“sentimento de pertencimento do acreano e contribuir para que ele voltasse a ter orgulho da sua história” (entrevista com o diretor da Fundação Garibaldi Brasil, historiador Marcus Vinícius Neves¹²⁰).

Criou-se a Lei de Incentivo à Cultura objetivando apoiar projetos nas áreas de: música, artesanato, artes cênicas, audiovisual, literatura, artes digitais, culturas urbanas, cultura afro-brasileira, comunidades tradicionais, culturas e tradições populares, criações de arquivos, museus, obras sobre a historiografia acreana, turismo cultural e patrimônio material e imaterial (Lei n. 1.288 de 05-07-1999). Essas iniciativas tiveram como objetivo recuperar e difundir o patrimônio histórico e cultural do Estado do Acre, que hoje, segundo dados do ZEE, somam 106 sítios arqueológicos, 06 sítios paleontológicos, 30 sítios paisagísticos, 45 sítios ou bens históricos e 27 referências culturais (Acre, 2006).

A partir de 1999, os termos mais utilizados pela *Fundação* passam a ser “regaste, revitalização, recuperação, preservação e comemoração”. Esta passou a atuar na “recuperação de prédios, monumentos e sítios históricos, na abertura de museus e espaços de memória e na valorização da cultura indígena acreana”. Mas, também, na “retomada de antigas tradições que estavam em desuso, na publicação de várias revistas temáticas e reedição de textos para constituição da história regional” (Neves, 07-01-2007).

No período de 1999 a 2006, a Fundação Cultural Elias Mansour realizou investimentos nos espaços destinados à memória acreana, recuperou paisagens culturais, mudou a toponímia de alguns lugares, homenageou algumas “personalidades históricas”, criou novos “lugares de memória” em conformidade com a resignificação da identidade acreana e conseguiu trazer para Rio Branco uma coordenação sub-regional do IPHAN.

As iniciativas explicitam a criação e/ou invenção de “simulacros” representativos do passado. O que significa dizer, em conformidade com as reflexões de Le Goff (2003: 427), em *História e Memória*, que é “necessário encontrar simulacros adequados das coisas que se deseja recordar e é

¹²⁰ Entrevista em abril de 2008.

necessário inventar simulacros e imagens” das coisas que se deseja incorporar nessas recordações.

O apelo à memória tem sido utilizado no sentido de reforçar a coesão dos grupos e da sociedade em prol de um “sentido” para os mais de cem anos de história do Acre. Dar sentidos “é construir limites, é desenvolver domínios, é descobrir sítios de significação, é tornar possíveis gestos de interpretação” (Orlandi, 2003[1993]: 15). Sentidos esses que são encadeados pelo trabalho de enquadramento da memória coletiva em uma seqüência cronológica linear e não conflituosa.

A memória, como ressaltado em Le Goff (2003) e Pollak (1989), é um elemento constituinte da identidade. O apelo e construção da memória coletiva é uma das formas de reforçar uma unidade local e de reafirmação identitária, criar laços de pertencimento a uma história, a uma origem, a um povo original (que lutou para ser brasileiro) e a uma herança cultural.

No Acre, a partir do Governo da Floresta, percebemos muito claramente os elementos elencados por Hall (2005b) na construção do discurso identitário da nação, a saber: a narrativa da nação, a invenção de tradições, a ênfase dada às origens, ao mito fundacional e a referência a um povo original. A narrativa sobre o Acre tem sido permanentemente alimentada com publicações que contam e re-contam a “saga” acreana. Igualmente, é salientado que o povo acreano foi o único a lutar para ser brasileiro e também tem tido todo um investimento, em uma re-significação das tradições, como veremos mais adiante, porém, antes de falarmos sobre a construção do patrimônio histórico acreano, faremos algumas reflexões acerca da conceituação sobre o patrimônio histórico.

O conceito de patrimônio histórico evoca a imagem de um conjunto de monumentos antigos e novos que devem ser preservados, seja por que constituem obras excepcionais, seja por terem sido palco de eventos marcantes, seja para construir referências identitárias. O patrimônio tem como objetivo celebrar e relembrar os feitos da coletividade, que também é construído. A noção de patrimônio contém a idéia de uma inscrição de valor nas formas materiais, de um “lugar sagrado o qual é preciso preservar” (Di Mèo, 1998: 59). Nesse sentido são sacralizados certos lugares, ou certos traços da paisagem, alguns personagens e algumas datas.

A “patrimonialização dos territórios”, segundo Di Mèo (1998), explicita uma relação particular entre o grupo juridicamente definido e certos bens materiais, como as obras de arte, as edificações e também os semióforos e os símbolos. O símbolo, como conceituado em Chauí (2006b: 112), é “alguma coisa que se apresenta no lugar de outra e presentifica algo ausente”. E o semióforo é:

alguma coisa ou algum acontecimento cujo valor não é medido por sua materialidade e sim por sua força simbólica, por seu poder para estabelecer uma mediação entre o visível e o invisível, o sagrado e o profano, o presente e o passado, os vivos e os mortos. O mesmo destina-se exclusivamente à visibilidade e à contemplação, porque é nisso que realiza sua significação e sua existência (Chauí, 2006a: 117).

Além de objeto de contemplação, o semióforo é

algo retirado do circuito da utilidade encarregado de simbolizar o invisível espacial ou temporal e de celebrar a unidade indivisa dos que compartilham uma crença comum ou um passado comum (Chauí, 2006a: 11-14).

O semióforo é, igualmente, “posse e propriedade daqueles que detêm o poder para produzir e conservar um sistema de crenças ou um sistema de instituições permitindo-lhe dominar um meio social” (Chauí, 2006a: 11-14).

Os poderes religioso, econômico e político fazem uso dos semióforos. O poder religioso estimula “os milagres”, que, por seu turno, geram novas pessoas e novos lugares santos. O poder econômico estimula a aquisição de objetos raros, a descoberta de novos semióforos pelo conhecimento científico. E o poder político estimula a propaganda “que produz novas pessoas e objetos para o culto cívico” (Chauí, 2006a: 14).

O semióforo é, portanto, um “objeto de celebração” por meio de cultos, peregrinações a lugares sagrados; são também semióforos os heróis, as celebrações de datas públicas. Estes quando materializados devem estar localizados em locais públicos, como museus, lugares santos, em locais “onde toda a sociedade possa comunicar-se celebrando algo comum a todos e que conserve e assegure o sentimento de comunhão e de unidade” (Chauí, 2006a: 12).

O primeiro semióforo instituído pelo Estado, segundo Chauí (2006b), é a própria “idéia de nação” que é sujeito e objeto dos “cultos cívicos que ela presta a si mesma”. A partir da nação, os semióforos nacionais são estabelecidos, e com ela o patrimônio cultural e as instituições públicas encarregadas de guardá-los, conservá-los e exibi-los (p. 119).

Para Chauí (2006b), o patrimônio histórico-cultural está associado a três aspectos: - ao conjunto de monumentos, documentos e objetos que constituem a memória coletiva; - às edificações; e - às instituições públicas encarregadas de zelar pelo que foi definido como patrimônio da coletividade: museus, bibliotecas, arquivos, centros de restauro e preservação, documentos, edificações e objetos antigos. Os monumentos, um dos aspectos do Patrimônio Histórico e Cultural, são:

intencionalmente dotados de sentido político, capazes de ‘condensar complexos significados’ em torno de valores e práticas e, ao mesmo tempo, atuar como ‘mecanismo’ regulatórios de informações que controlam significados (Corrêa, 2005: 11).

Os monumentos contribuem para fortalecer o discurso identitário. Corroborando com esta idéia, Gonçalves (1988) ressalta que na medida em que “associamos idéias e valores a determinados espaços ou objetos”, esses assumem o poder de “evocar visualmente, sensivelmente aquelas idéias e valores” (p. 267) os quais devem significar. Pois, na medida em que olharmos o monumento, podemos estabelecer, por seu intermédio, um sentimento de pertencimento e/ou de rejeição.

Os monumentos “comunicam permanentemente às mensagens que deles se esperam”, os quais apresentam um “forte potencial para perpetuar antigas tradições, fazer parecer antigo o que é novo e representar valores que são passados como se fossem de todos” (Corrêa, 2005: 11). Nesse caso, os símbolos identitários de poucos são universalizados para todos. Igualmente, esses contribuem para o fortalecimento de identidades territoriais, a patrimonialização dos lugares, enaltecimentos de personagens que “necessitam ser criados ou enfatizados” (p. 12). Isso mostra que em torno da patrimonialização, está implícito o caráter político da escolha do que deve ser preservado e do que deve ser esquecido.

A análise do papel dos monumentos, segundo Corrêa (2005), está centrada em dois focos: um na questão do poder, pois estes são poderosos “meios de comunicar valores, crenças, utopias e afirmar o poder daqueles que os construíram”. Normalmente eles representam os vencedores na história. E o segundo foco no vínculo identitário que estes exercem, uma vez que o monumento é útil na “criação e permanência de determinadas paisagens urbanas, impregnando lugares de valores estéticos e simbólicos” (Corrêa, 2005: 15), de patrimonialização do território. Como explicou Le Goff (2003), os monumentos são tanto produtos e testemunhos de uma determinada situação de poder quanto criadores dela.

Além dos monumentos, a toponímia é igualmente representativa da mensagem que se quer passar, ela, segundo Corrêa (2007), é uma “forma simbólica espacial”, que se constitui em “importante marca cultural impregnada, em muitos casos, de um intencional sentido político” (p. 05). A toponímia articula “linguagem, política territorial e identidade” (Corrêa, 2003: 176). E expressa “uma efetiva apropriação do espaço”, por um dado grupo social, nele estando “simbolicamente impressos a memória, a identidade e o poder daqueles que impõem nomes aos lugares e assim controlam e comunicam significados espacialmente projetados” (2007: 05).

No Acre, do Governo da Floresta, temos assistido à renomeação de antigos logradouros, como praças, avenidas, a nomeação de novos logradouros e obras, todos com nomes relacionados aos três eventos históricos resignificados pela acreanidade.

No Acre, esse trabalho mais sistemático de levantamento, identificação, recuperação e sistematização do patrimônio histórico e natural é uma iniciativa recente, resultado principalmente da criação do Departamento de Patrimônio Histórico. Em 1999, no início do Governo da Floresta, existiam apenas três (03) espaços de memória – o Museu da Borracha, a Sala-Memória Porto Acre e a Casa do Seringueiro. Hoje são dez (12) espaços dedicados à memória acreana, pois, como salientou Jorge Viana, “é preciso construir mais museus para que as nossas crianças, desde pequenas, conheçam e valorizem a memória de seus antepassados” (Página 20, 05-08-2005). O patrimônio material acreano é representado pelos museus, salas-memórias, memoriais,

monumentos, sítios históricos e paisagens culturais e em sua maioria estão localizados na cidade de Rio Branco, capital do Estado do Acre.

O patrimônio histórico material da cidade de Rio Branco representa três momentos significativos da história acreana: a Revolução Acreana (movimento que incorporou o Acre ao Brasil) e alguns traços das construções de alvenaria dos governos de Hugo Carneiro e José Guimard dos Santos. O Movimento dos Autonomistas na luta pela criação do Estado do Acre (1957-1962) e o Movimento de Índios e Seringueiros (principalmente os últimos) que lutaram contra a expropriação de seus territórios [como visto no capítulo 2]. Nesse último caso, é um processo muito mais de criação de signos do que recuperação daquele já existente. Nesse sentido, há, como alerta Gondar (2005 17), “uma concepção de memória social implicada na escolha do que conservar”, pois no processo de revitalização e ou criação de símbolos foram escolhidos os espaços, os personagens, a história e o lado da história, no caso acreano, a história dos vencedores.

Esses eventos se materializam em lugares topográficos, para usar a expressão de Nora (1993) e não são lugares quaisquer, são pontos de referência identitária, em dois sentidos: enquanto lugares de memória e enquanto lugares de representação, como por exemplo, o “ambiente de floresta” em alguns trechos da cidade, construído pela iluminação esverdeada e pelo material utilizado nessas construções.

Nas cidades acreanas, além do processo de revitalização do patrimônio histórico e cultural, também foi implementado pelo Governo da Floresta um conjunto de obras de “embelezamento urbano”, revelando um “urbanismo-marca” dessa gestão, como a iluminação em tons verde, que traz um “ar de floresta” para a cidade. Esse processo de embelezamento utiliza um conjunto de símbolos que não necessariamente existiram no Acre. Um deles foi a atmosfera de “belle époque” da fase “glamourosa” da borracha, encontrada principalmente nas cidades de Manaus e Belém no início do século XX. Os demais foram a iluminação dos sítios históricos feita com “postes republicanos”, e também nas obras que trazem uma simbologia indígena e uma arquitetura moderna (ver painel de foto 01).

Painel de Fotos 01 - Obras de Embelezamento na Cidade de Rio Branco

Parques de Recreação



Fonte: CD obras do governo, 2006



Fonte: CD obras do governo, 2006

Obra futurista do Governo da
Floresta: passarela de pedestre,
sobre o rio Acre



Foto - Maria de Jesus Morais, em
março de 2007

Praça Povos da Floresta ornamentada
com 'postes republicanos'



Foto - Maria de Jesus Morais, em
março de 2007

Símbolos
indígenas e a
cor da floresta
ornamentando
a Via Chico
Mendes
(entrada da
cidade de Rio
Branco)

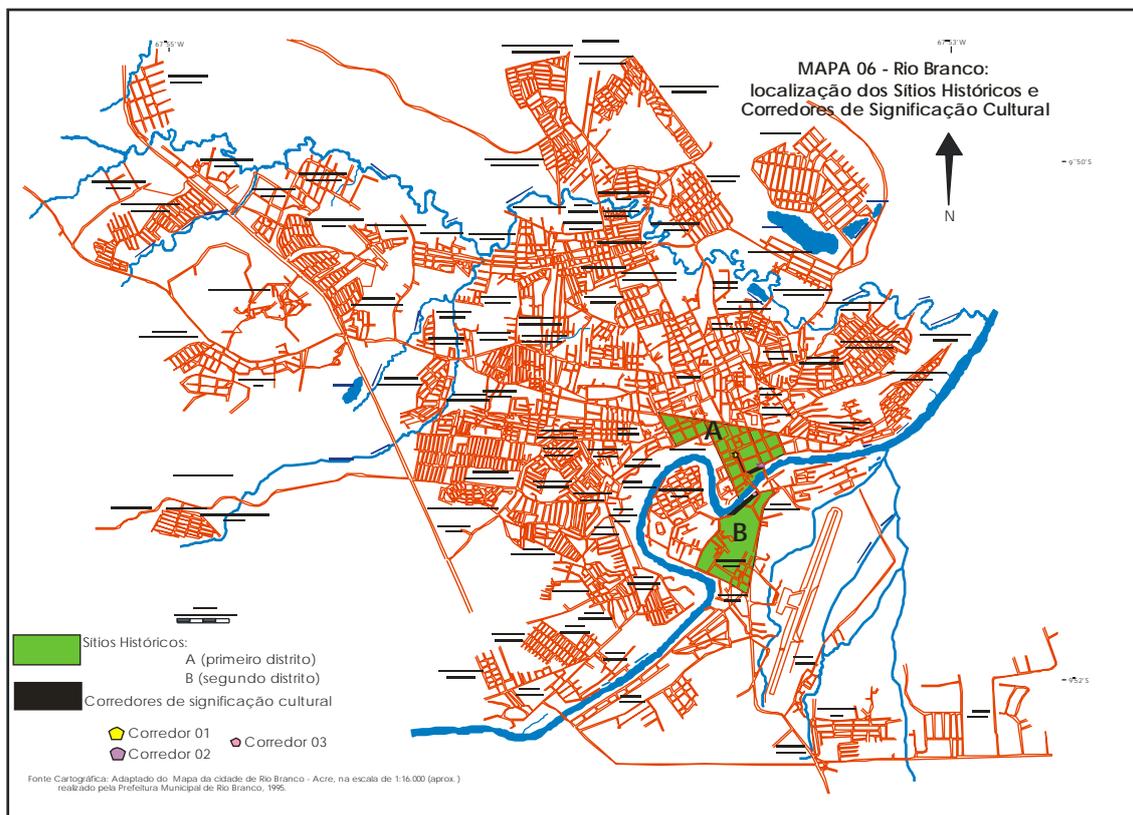


Foto - Maria de Jesus Morais, em
março de 2007



Fonte: CD obras do governo,
2006

A cidade de Rio Branco, capital do Estado do Acre, lidera as obras de “embelezamento” e lidera também no número de prédios recuperados, revitalizados e construídos para representar e guardar a memória acreana. Em Rio Branco, durante o Governo da Floresta, foi instituído em 2000, dois sítios históricos pelo Conselho Estadual de Patrimônio Histórico e Cultural (ver mapas 06 e 07). Os sítios históricos estão localizados na área central e de origem do povoamento da cidade de Rio Branco. O *sítio* do 1º distrito localiza-se na margem esquerda do Rio Acre e constitui a área central e político-administrativa da cidade. Já o sítio do 2º distrito, localiza-se na margem direita do Rio Acre, na parte mais antiga da cidade, em áreas da sede do seringal Volta da Empreza.



Nos sítios históricos estão localizados bens públicos que representam a vida política e econômica não só da capital, mas do Estado do Acre. No Estado são sessenta e quatro (64) bens de interesse cultural e/ou paisagísticos já catalogados pelo Departamento de Patrimônio Histórico. Entre

esses bens, que compõem o Patrimônio Histórico e Cultural do Acre, destacamos os mais expressivos utilizados na construção e reafirmação da identidade acreana e na reconstrução da memória das cidades de Rio Branco, Porto Acre e Xapuri.

Mapa 07 – Rio Branco: intervenções na área central da cidade



Fonte: organizado por Cláudio Cavalcante - IMAC

Os lugares da memória da cidade de Rio Branco estão concentrados, em sua maioria, no centro da cidade, nos limites dos sítios históricos estabelecidos pela Prefeitura e Estado, em três corredores de significação cultural.

O primeiro corredor, localizado no sítio histórico do 1º distrito, abrange a Praça Povos da Floresta, o Palácio Rio Branco, a Praça dos Seringueiros e o Memorial dos Autonomistas. Nesse corredor estão representados os três eventos da história acreana, acionados na re-significação da identidade acreana: a Revolução Acreana, o Movimento Autonomista e o Movimento Social de Índios e Seringueiros.

O segundo corredor é formado pelo casario da Rua Epaminondas Jácome e Praça da Bandeira, que hoje abriga o (velho) Mercado Novo, com essa revitalização tenta-se recuperar a memória da cidade. E o terceiro corredor é formado pelo Calçadão da Gameleira, que abriga o Memorial aos Combatentes da Revolução Acreana e o casario da Rua Eduardo Assmar no sítio histórico do 2º distrito.

Patrimônio Histórico e Cultural do corredor de significação cultural 01

A primeira obra revitalizada pelo Governo da Floresta foi o Palácio Rio Branco, principal símbolo do poder político estadual. Para o historiador Marcus Vinicius Neves, presidente do Departamento de Patrimônio Histórico (1999-2004) essa primeira iniciativa significava a “restauração do próprio Acre” e nisso o governador foi “muito sábio em pegar essa restauração do Palácio como signo dessa reconstrução”. O Acre naquele período, lembra o historiador, era “matéria-prima das páginas policiais¹²¹” dos jornais do sudeste, graças aos escândalos do governo anterior ao de Jorge Viana e por isso a revitalização representava o início de uma nova fase histórica que também estava ancorada nos feitos de outros dois governadores do Acre Federal: Hugo Carneiro (1927-1930) e José Guiomard dos Santos (1946-1950). Esses dois governadores são considerados como aqueles que empreenderam obras e políticas que “romperam” com o atraso do Acre. Os dois têm em comum às iniciativas de construir um “Acre definitivo”, um “Acre em alvenaria”.

Os governos de Hugo Carneiro (1927-1930) e de José Guiomard dos Santos (1946-1950) representam dois momentos significativos de tempos de rupturas com o “atraso” e de (re)construção de um “novo” Acre.

De Hugo Carneiro as obras públicas, o código de posturas, a construção do “Acre em alvenaria”, do Acre duradouro, lema de seu governo, como podemos observar nesse trecho do seu Relatório de Governo enviado ao governo federal, transcrito abaixo:

... estamos a construir um Acre definitivo, um Acre em alvenaria, sem o caráter transitório das fundações adventícias, um Acre que ficará, que

¹²¹ Entrevista concedida a autora em 15 de abril de 2008.

resistirá a acção destruidora do tempo e a poeira da ruína de seu passado (Souza, 2001: 63).

De Guiomard dos Santos, a perspectiva desenvolvimentista de investimento em atividades econômicas, como a agricultura, que romperiam com o atraso do extrativismo. Guiomard dos Santos governou o Acre de 1946 a 1950, também construindo um “Acre em alvenaria”, com objetivos de substituir a “barbárie” local por uma “civilização”, baseada em uma visão de cidade metrópole. Guiomard dos Santos considerava-se um “segundo libertador” do Acre, falava em nome dos heróis acreanos, apresentava-se de forma simbólica e ambivalente, discursando como pessoa comum, dirigente político ou militar. E as expressões simbólicas presentes em seus discursos eram partes do imaginário social dos acreanos.

A construção do Palácio Rio Branco, que substituiu a sede governamental construída em madeira em 1908, foi iniciada no governo de Hugo Carneiro em 1929, contudo a sua finalização e inauguração ocorreram na gestão de José Guiomard dos Santos, em 1948. O Palácio quando foi inaugurado no final da década de 1940, destoava do cenário da cidade de Rio Branco, que era de casas de madeira cobertas de telhas de barro ou palha (Souza, 2001). Em 15-06-2002, data comemorativa dos 40 anos do Acre Estado o Palácio Rio Branco foi (re)inaugurado pelo governador Jorge Viana objetivando reafirmar que isso representava o retorno dos tempos de desenvolvimento marcados por momentos de ruptura com o atraso (Lima, 2007).

O Palácio (re)inaugurado traz algumas permanências e muitas mudanças com relação ao Palácio anterior, isso ressaltou uma das arquitetas¹²² envolvidas na reforma. As “salas-museus não existiam”, mas “quando se pensou em fazer a restauração do Palácio já surgiu à idéia de se fazer uma espécie de um grande museu”. No andar inferior estão as salas-memórias que “narram” a história da sociedade acreana. E o segundo piso ficou reservado para os gabinetes do governador e vice-governador para ser utilizado em ocasiões nobres, isto é, em solenidades. Esse piso é decorado com móveis de madeira certificada, confeccionados em Xapuri em alusão à

¹²² Entrevista com Edunira Assef em 18-04-2008.

valorização dos produtos sustentáveis confeccionados no Acre do Governo da Floresta.

A exposição permanente das salas-museu narra a história do Acre, enaltecendo os semióforos e símbolos da identidade acreana. O visitante ao chegar ao Palácio Rio Branco primeiro conhece a Sala denominada *Seringal Palácio* que conta a história de sua construção. A segunda é a *Sala da Revitalização*. Ela mostra a situação que o Governo da Floresta encontrou o Palácio Rio Branco (ver fotos 02 e 03).

Fotos 02 e 03 - Palácio Rio Branco: antes e depois da reforma



Fonte: CD, obras do governo, 2006



Foto: Maria de Jesus Morais, em abril de 2008

A terceira sala é denominada *História do Povoamento* na qual são exibidas imagens e urnas de sítios arqueológicos da arqueologia acreana. A quarta sala é a do *Povoamento Indígena* ornamentada com artefatos indígenas e 16 tótems com fotos das etnias já reconhecidas no Acre, sul do Amazonas e sudoeste de Rondônia (ver painel de fotos 02). A quinta Sala é dedicada ao migrante e tem o nome de *Uma Terra Muitos Povos* com fotos de descendentes de árabes, europeus, negros e nordestinos.

Painel de Fotos 02 - Palácio Rio Branco: sala-museu dos povos indígenas do Acre



Fotos: Maria de Jesus Morais, março de 2007

Na sala Uma Terra Muitos Povos, o visitante pode ouvir depoimentos das trajetórias de algumas famílias de migrantes (ver foto 04).



A sala conjugada a essa, ou seja, a sexta, é dedicada à memória dos movimentos sociais de índios e seringueiros e recebe o nome de *Em defesa da Floresta*. E a sétima e última sala retrata episódios da Revolução Acreana, com fotos e objetos, como a primeira bandeira do Acre e a espada de Plácido de Castro (ver painel de fotos 03).

Painel de Fotos 03 - Salas-Museu do Palácio Rio Branco

Sala da Revolução

Sala da revolução: Bandeira do Estado Independente do Acre de 1899 (Luiz Galvez)



Foto: Maria de Jesus Morais, em março de 2007

Exposição permanente sobre o Tratado de Petrópolis



Foto: Maria de Jesus Morais, em março de 2007

Sala: Em Defesa da Floresta

Foto do Empate de Boca do Acre



Foto: Maria de Jesus Morais, em março de 2007

Recortes de matérias jornalísticas sobre Chico Mendes, fotos do movimento social de índios e seringueiros e da Revolução Acreana observar o ambiente de floresta no piso da sala



Foto: Lima (2007).

Entre o Palácio Rio Branco e o Memorial dos Autonomistas foi reconstruída a Praça dos Seringueiros que estava em completo abandono (ver figura 09).

Figura 09 - Praça dos Seringueiros



Fonte: SEPLANDS. CD, Obras do Governo, 2006.

O *Memorial dos Autonomistas* foi construído para reverenciar os heróis que lutaram pelo “ideário acreano de liberdade e autonomia política do Acre”, até 1962 Território tutelado pelo governo federal. Nele estão guardados, além dos restos mortais de José Guimard dos Santos e de sua esposa Lydia Hammes, acervo de jornais da época, imagens digitalizadas dos principais fatos que marcaram o movimento dos autonomistas e textos sobre os mais importantes episódios e seus principais personagens (fotos 05, 06 e 07).

Fotos 05, 06 e 07- Memorial dos Autonomista «José Guiomard dos Santos»

O Memorial foi construído em 2002, no aniversário
de 40 anos do Estado do Acre



Fotos: Maria de Jesus Morais, em abril de 2008



Homenagem do Centenário de nascimento,
2007, de Guiomard dos Santos.
Lápide dos corpos do Pai do Acre e esposa.

Fonte: Jornal Página 20, 25-03-2007.

O Memorial dos Autonomistas, construído em 2002, é apresentado à sociedade acreana como um espaço que representa a valorização daqueles que - assim como os revolucionários liderados por José Plácido de Castro (que lutaram para incorporar o Acre ao Brasil) -, por muitos anos lutaram para que essa terra tivesse o seu reconhecimento, daqueles que lutaram para criar um Estado autônomo da federação brasileira.

O senador Tião Viana ressaltou na data comemorativa do centenário de José Guiomard dos Santos (2007) que o ideal do “pai do Acre” em muito se “assemelhava aos ideais dos revolucionários que conquistaram o Acre”, opinião corroborada por alguns remanescentes do movimento autonomista presentes na solenidade: “no início do século XX, mesmo com a

falta de apoio do governo federal, que se pronunciou contra¹²³ a disputa com a Bolívia, os brasileiros decidiram conquistar estas terras”, ressaltou Omar Sabino de Paula, um dos membros do Comitê Autonomista no período de 1957-1962. “Guimard dos Santos deu prosseguimento à luta à medida que se posicionou, no parlamento, como um autêntico soldado em defesa da autonomia dessa terra” disse Omar Sabino (Página 20, 25-03-2007). Ainda segundo Omar Sabino de Paula, a luta dos autonomistas deu continuidade a luta daqueles que conquistaram o Acre, que abriram as clareiras, incorporando o Acre ao Brasil (Bezerra, 2006: 208).

As idéias de José Guimard dos Santos são apresentadas como continuidade do movimento revolucionário do início do século XX, na medida em que “além de dar seqüência à luta de Plácido de Castro, visava corrigir uma distorção criada com o Tratado de Petrópolis, de 1903, que estabeleceu o Território Federal”. O Território Federal foi criado pelo poder federal sem, no “entanto, oferecer a autonomia política e administrativa” tão esperada pelos seringalistas que apoiaram Plácido de Castro (Página 20, 25-03-2007).

Para Omar Sabino, o Território Federal “era uma situação humilhante para um povo que tinha lutado pela independência, lutado pela soberania e pela nação brasileira”. A compensação para a “luta dos revolucionários foi a submissão aos mandos e desmandos do governo federal, longínquo e desconhecedor da realidade local”. O Comitê Pró-Autonomia lutou durante o período de 1957-1962 para corrigir essa distorção, lutou com objetivos de transformar o Acre Território em Acre Estado da federação brasileira, disse Omar (Página 20, 25-03-2007).

Na celebração da inauguração do memorial, os corpos de José Guimard dos Santos e de sua esposa Lyda Hammes foram trasladados do Rio de Janeiro para serem sepultados em local reservado no Mausoléu. A cerimônia fúnebre como descrita em Lima (2007), ocorreu com benção e sepultamento, coroada de todos os aparatos cívicos: honras militares, hasteamento da Bandeira do Acre e declamação do Hino Acreano. Naquela ocasião o governador Jorge Viana proferiu o seguinte discurso:

¹²³ O Governo brasileiro só reconhece o conflito entre os brasileiros no Acre e o governo boliviano diante das ameaças de instalação do *Bolivian Syndicate* em fevereiro de 1903, quatro anos após ter iniciado os conflitos.

Eu costumo dizer que acreano não é quem nasce no Acre. Acreano é quem ama o Acre. Aqui nós estamos diante dos restos mortais de dois grandes acreanos – nascidos em Minas Gerais e Rio de Janeiro. Foram pessoas que deram demonstração de amor à nossa terra e a nossa gente. É por isso que eu acho que essas homenagens, além de justas, representam o desejo de Guiomard e de dona Lydia. Eles serão para sempre guardados pelo povo a quem eles amaram tanto (Lima, 2007: 43).

Compõe ainda esse corredor de significação cultural a antiga Praça Eurico Gaspar Dutra, hoje *Praça Povos da Floresta*, localizada no centro dos poderes Legislativo e Executivo do Acre e ponto central de manifestações políticas. A nova praça está ornamentada com imponentes árvores, coretos adornados com paxiúba, cipó e grandes pórticos. Essa praça foi reconstruída, para homenagear os povos da floresta (índios e seringueiros) e como símbolo desses povos foi construída uma estátua do seringueiro e sindicalista Chico Mendes conduzindo o filho Sandino. O monumento foi confeccionado em argila e bronze em tamanho natural (painel de fotos 04).

E é obra da artista plástica Christina Motta que já tinha feito a do ex-presidente Juscelino Kubitschek em Belo Horizonte¹²⁴. Durante a inauguração desse monumento o governador em seu discurso dizia: “a cerimônia de inauguração foi organizada para lembrar a morte e refletir sobre os sonhos do líder seringueiro” (Página 20, 23-12-2003).

¹²⁴ Lima (2007), na monografia intitulada *Entre a Memória Histórica e o Esquecimento*, faz uma observação pertinente da escolha desta profissional para confeccionar a estátua de Chico Mendes, pois as “mãos que elaboraram a estátua de Chico Mendes foram às mesmas que criaram a do presidente Juscelino Kubitschek (1956-1960)” político de grandes obras. Em 2008 Christina Motta também construiu as estátuas que simbolizam a emboscada e assassinato de Plácido de Castro, em memória ao centenário de seu assassinato.

Painel de Fotos 04

Praça Eurico Gaspar Dutra, na década de 1940



Fonte: acervo digital do
Memorial dos Autonomistas. In: Lima 2007



Foto - Maria de Jesus Morais,
em março de 2007

Monumento à memória de Chico Mendes



Foto - Maria de Jesus Morais,
em março de 2007

Coreto



Foto - Maria de Jesus Morais,
em março de 2007

O «Obelisco aos Heróis da Revolução Acreana» foi construído em 1937, em lugar onde estavam «enterrados» os soldados seringueiros de Plácido de Castro. O obelisco é circundado por pedaços da corrente de ferro, em alusão a corrente limada no Rio Acre, pelos seringueiros, no combate de Puerto Alonso.



Foto - Maria de Jesus Morais,
em março de 2007

Patrimônio Histórico e Cultural do corredor de significação cultural 02

O segundo corredor de significação cultural é formado pela Rua Epaminondas Jácome, pela Praça da Bandeira com o (novo) Mercado Velho e a Passarela Joaquim Macedo – que serve de travessia do Rio Acre para pedestres (painel de fotos 05).

**Painel de Fotos 05 - Corredor cultural 02:
Praça da Bandeira e Rua Epaminondas Jácome**

Rua Epaminondas Jácome, antes e depois da recuperação da fachada do casario



Rua Beira Rio, Praça da Bandeira: antes e depois da reforma do casario



Fonte: CD, obras do governo, 2006

O Mercado Público foi construído no governo de Hugo Carneiro, no contexto das políticas higienistas implantadas por esse governador na cidade de Rio Branco, foi inaugurado em 1929 e localiza-se às margens do Rio Acre. O Mercado Velho foi reconstruído e re-inaugurado em 06-08-2006, como parte da programação comemorativa dos 104 anos do início da Revolução Acreana. A reconstrução do Mercado Velho seguiu as mesmas motivações de quando foi construído, em 1929, a saber, a higienização, pois antes da revitalização, o Mercado era conhecido exatamente pela falta de asseio. O transeunte que passava pela Rua Epaminondas Jácome não conseguia vê-lo, “já que a seu redor, centenas de pequenas barracas de madeira foram instaladas” (Souza, 2001: 15). Antes da reconstrução no mercado público funcionavam pequenos

restaurantes, botequins onde o cheiro de bebida e perfumes baratos misturavam-se a um forte odor de urina e estabelecimentos comerciais, onde sapatos, roupas e outros tipos de confecções misturavam-se a ervas medicinais (Souza, 2001: 15).

Nas justificativas do Governo da Floresta para a sua reconstrução era ressaltada a necessidade de recuperar um pedaço da cidade que estava abandonada. A obra de revitalização do Mercado Velho teve

uma função que vai além de dar aspecto novo ao local, tinha a tarefa de resgatar a importância do espaço para a cidade e levar novamente a população a visitá-lo com mais frequência (Página 20, 03-08-2006) (ver painel de fotos 06).

Na ocasião da re-inauguração era tido que a:

revitalização beneficiaria diretamente dezenas de pontos comerciais, ...: pensões, lojas de armarinhos, bancas de ervas e plantas medicinais e muitos outros estabelecimentos que estão ali há décadas. Cada um desses comércios tem uma história para contar – e, agora com o Novo Mercado Velho, para recontar (Página 20, 08-08-2006).

Mas isso não quer dizer que os ocupantes de hoje sejam os mesmos de antes da revitalização, como nos informou uma das donas de pensões: só dois ou três boxes, hoje, eram de pessoas que já trabalhavam no mercado.

Painel de Fotos 06 - Corredor cultural 02: (Novo) Mercado Velho

Foto da inauguração do Mercado Público em 1929 e 1944



Capa da Revista «Um Novo Mercado Velho»

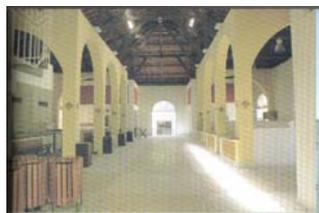
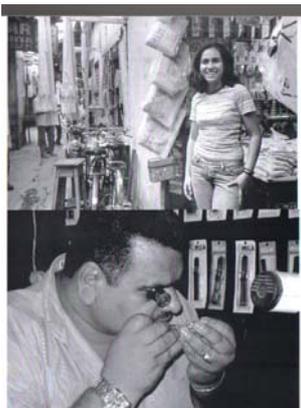


Mercado re-inaugurado em 2006



Foto: Maria de Jesus Morais, em 04-2006

Espaços interno do Mercado antes da reforma



Espaço Interno depois da reforma

História do Mercado Velho

Foi a primeira grande obra de engenharia da cidade.

Erguido na margem esquerda do Rio Acre, o Mercado abrigava no pátio externo os produtores de grãos, farinha, além dos feirantes e vendedores de mingaus nos fins de semana.

O Mercado, na década de 1950, foi «engolido» pelo seringalistas falidos, pelos funcionários públicos aposentados, pelos seringueiros e por migrantes que foram chegando e se escorando uns nos outros, abrindo uma vendinha como meio de vida.

Nos anos setenta, com a compra dos seringais por fazendeiros e especuladores de terras, vindos do Centro-Sul do país, mais seringueiros expulsos de suas colocações vieram morar na cidade. E mais barracos de feirantes e camelôs se amontoaram no entorno do mercado.

À chegada dos anos 2000, o Mercado transformara-se em um amontoado de coisas e gentes ignoradas.

Aos 77 anos de fundação, o Mercado Municipal de Rio Branco ou o que restou dele, continua acolhendo gerações acreanas, guardiães da cultura com cheiro de seringa e tabaco migado (Resumo do texto da Revista Um Novo Mercado Velho).

Fonte: Fotos e textos extraído da Revista «Um Novo Mercado Velho». 2006b

Essa questão nos remete as observações de Uriarte (2003), quando avalia o processo de revitalização do Pelourinho, no artigo, “Intervenções recentes em centros históricos”. Uriarte ressaltava alguns pontos críticos do processo de recuperação patrimonial, como esse do Novo Mercado Velho. Um deles diz respeito ao “elitismo na eleição do que é patrimônio e de como salvá-lo” (p. 85). Nesse caso a escolha do que é considerado patrimônio é feita de cima para baixo, em busca dos fragmentos para servir o presente. Outro ponto é o preconceito interesseiro dos responsáveis pelas intervenções nos Centros Históricos, ou seja, principalmente o preconceito que a “população pobre é incompatível com a renovação, devendo, portanto, ser expulsa” (p. 86). Um terceiro ponto está relacionado ao “desrespeito à população residente, não só enquanto locatária, mas também, enquanto cidadãos, enquanto pessoas” (p. 87) as quais são expulsas sem nenhuma consulta à população.

Na cidade de Rio Branco percebemos essas questões muito claramente, a reconstrução do Mercado e de outras obras como as praças foi alvo de conflitos entre os camelôs e a Prefeitura da cidade, uma vez que eles reivindicavam, já que seria despejado das praças, um outro local para trabalhar, como podemos aludir dos depoimentos abaixo:

Eu estou esperando eles virem até aqui. Reconheço que o local é deles, e nunca fui maltratada enquanto trabalho no lanche. Mas, eu pago todos os impostos que mandam pra cá, dou meu jeito e pago né, é minha obrigação, e eles ainda não vieram me dizer nada. Todo mundo já abandonou seus lanches, eu não posso fazer isso (depoimento de uma comerciante publicado no Página 20, na edição de 09-01-2003).

Eles sabem o que é melhor, quero saber apenas pra onde vão me levar, eu não posso ficar sem um ponto pra trabalhar, essa é a minha única renda, minha fonte de sobrevivência. Espero que eles me dêem um local no centro, na verdade o que eu queria era ficar aqui, porque moro muito longe e ficaria mais fácil. Aqui eu tenho meus clientes, consigo sobreviver e pagar as contas de água, luz, telefone e os 90 reais para a prefeitura todos os meses (depoimento de uma outra comerciante publicado no Jornal Página 20, na edição de 09-01-2003).

Patrimônio Histórico e Cultural do corredor de significação cultural 03

O *Calçadão da Gameleira* faz parte do sítio histórico do 2º distrito e integra o corredor de significação cultural nº 03. O Calçadão é uma das

paisagens culturais do Estado do Acre e tem como símbolo o arbusto que acampou o desbravador Neutel Maia em 1882, o fundador do Seringal Empreza e do Volta da Empreza, marco do início do povoamento da cidade de Rio Branco. A Gameleira (arbusto que abrigou Neutel Maia) foi “testemunha” de duas batalhas da Revolução Acreana e foi tombada como monumento histórico municipal pelo Dec. N°. 752, de 28 de dezembro de 1981.

A recuperação do Calçadão da Gameleira (2002), margem direita do Rio Acre que tinha desmoronado em 1997 em detrimento de enchentes e de movimentos de massa, foi reurbanizado com a recuperação da fachada do casario da *Rua 17 de Novembro* e com a construção do *Memorial aos Combatentes da Revolução Acreana*. Esse é composto de um mastro de 60 metros de altura com a maior bandeira do Estado do Acre. O memorial foi inaugurado em 2003, em homenagem ao centenário da Revolução Acreana, e pode ser avistado de vários pontos da cidade de Rio Branco (painel de fotos 07).

Com relação ao uso, o Calçadão da Gameleira quando este foi construído prometia ser um local de lazer, mas como comentou Edunira Assef, arquiteta responsável por várias obras de revitalização, não se pensou na utilização dos prédios revitalizados. Durante o dia funciona algumas casas comerciais e a noite alguns bares abrem as suas portas, entretanto o Calçadão não é utilizado com eventos culturais. Até a Folia da Gameleira – Carnaval como Antigamente já não acontece nesse local e, sim no estacionamento do estádio de futebol Arena da Floresta.

Painel de Fotos 07 - Corredor cultural 03: Calçada da Gameleira

Calçada: antes da reforma



Foto: Evandro Derze - Jornal A Gazeta em 1998

E depois da reforma



Fonte: Seplands,
CD Obras do Governo, 2006



Foto: Maria de Jesus Morais,
em abril de 2008

Década de 1940



Fonte: Seplands,
CD Obras do Governo, 2006

Hoje



Foto: Maria de Jesus Morais,
em abril de 2008

Casario de alvenaria da
década de 1940 revitalizado
em 2002 em comemoração
ao Centenário do Acre



Foto: Maria de Jesus Morais,
em abril de 2008

Memorial aos
Combatentes da
Revolução Acreana

Gameleira - árvore
que «testemunhou»
dois combates da
Revolução Acreana



Foto: Maria de Jesus Morais,
em abril de 2008

Além desses três corredores de significação cultural foi revitalizado na cidade de Rio Branco o Museu da Borracha e a Praça da Revolução “Plácido de Castro”.

O *Museu da Borracha* foi criado em 1978 pelo então governador Geraldo Gurgel de Mesquita por ocasião das comemorações do centenário da migração nordestina para o Acre. Este também foi revitalizado pelo Governo da Floresta e reúne um acervo de peças de arqueologia, paleontologia, coleção de manuscritos e impressos da história do Acre como jornais, revistas e publicações diversas, fotografias, peças e documentos de diversos grupos

etnográficos do Estado. Além da memória do extrativismo da borracha, inclui fotos e objetos relacionados ao Santo Daime, a religião da floresta (figura 10).

Figura 10 – Museu da Borracha “Governador Geraldo Mesquita”



Fonte: Acre, 2006a.

A *Praça da Revolução* foi construída na década de 1940 e recebeu o nome de Praça Rodrigues Alves. Na década de 1960, no governo de José Augusto a praça recebeu uma nova ornamentação com a estátua de Plácido de Castro, e, a partir daí, passou a ser conhecida por este nome. No governo de Jorge Viana, além da reforma da Praça foi construído um monumento de 12 metros de altura, em homenagem aos “heróis desconhecidos da Revolução Acreana”, que juntamente com a estátua de Plácido de Castro homenageia os “heróis da Revolução Acreana” (painel de fotos 08).

Painel de Fotos 08 - Praça da Revolução “José Plácido de Castro”

Nesta praça estão simbolizados os eventos e personagens mais significativos da “Revolução Acreana”:

O monumento ao «soldado-seringueiro desconhecido»



Plácido de Castro, o «herói» revolucionário



O painel do rompimento da «corrente de ferro» que «livrou» Porto Acre do domínio boliviano, considerado pela narrativa oficial como o último combate vencido por Plácido de Castro, em 24 de janeiro de 2003.



Fotos de Maria de Jesus Morais, em abril de 2008

As obras governamentais que pressupõem a construção de um novo Acre não se resumiram só nessas de caráter histórico e cultural. Foram (re)construídas praças em outros pontos da cidade, ruas e avenidas como a avenida Antonio da Rocha Viana, a avenida Ceará, Via Chico Mendes e Via Verde, contudo as obras de maior destaque foram os parques de recreação: Parque da Maternidade e Parque do Tucumã. O *Parque da Maternidade* inaugurado em 2002 é a obra de maior expressão na cidade de Rio Branco com uma extensão de 6.000 m, cortando grande parte da área ao redor do centro da cidade.

Esse parque se destaca pela própria arquitetura com portais medievais, pela decoração com símbolos indígenas e pelo modelo arquitetônico próprio, modelo esse que está se expandido para todo o Estado do Acre, como os parques das cidades de Bujari, Feijó e Cruzeiro do Sul.

A construção desse parque significou a realização de promessas do governo de Edmundo Pinto que já previa a urbanização do Igarapé da Maternidade (igarapé em torno do qual foi construído o parque). Antes da sua construção as margens do igarapé eram cobertas por um matagal que dificultava a passagem do local, e o esgoto doméstico corria a céu aberto, hoje o esgoto ainda corre céu aberto, mas com o diferencial que está canalizado (ver painel de fotos 09).

Painel de Fotos 09 - Cidade de Rio Branco: Parque da Maternidade

Igarapé da Maternidade antes e depois da intervenção urbana



Fonte: Mapa organizado por Cláudio Cavalcante



Pórtico de uma das entradas do parque



Vista parcial do Parque da maternidade



Fonte: fotos do CD obras do governo, 2006.

O Parque é dotado de ciclovias, parques de diversão e anfiteatro. Ao longo do Parque estão localizadas a Biblioteca da Floresta Ministra Marina Silva (espaço destinado à memória dos povos da floresta e da produção de memória coletiva), a Casa dos Artesãos (local de venda de artesanatos), a

Concha Acústica (local de shows) e a Casa Povos da Floresta (espaço destinado à memória das comunidades tradicionais) (ver painel de fotos 10).

Painel de Fotos 10 - Parque da Maternidade Biblioteca da Floresta Ministra Marina Silva



Espaço Povos Indígenas



Texto explicativo sobre as 16 povos indígenas



Painel explicativo sobre a «história de contato» dos povos indígenas do Acre

Fotos - Maria de Jesus Moraes em abril de 2008

A *Casa Povos da Floresta* construída pelo Governo da Floresta e inaugurada em 2003, foi financiada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, via Programa de Desenvolvimento Sustentável. A arquiteta responsável, Edunira Assef, atendeu ao pedido de projetar um “espaço que abrigasse as coisas dos Povos das Florestas, dos índios e seringueiros”¹²⁵. A arquitetura da casa está inspirada nas malocas indígenas e constitui-se em um espaço de valorização cultural desses povos, porque ali tem “os elementos que são nossos”, tem uma estrutura diferente do próprio Parque da Maternidade, porque a Casa foi construída com “palha, madeira, símbolos indígenas”, diz Edunira. A Casa possui um acervo de livros, revistas, publicações e documentos, sala de vídeo e peças artesanais indígenas (figura 11).

Figura 11 - Vista Parcial da Casa Povos da Floresta



Fonte: CD Obras do Governo, SEPLANDS, 2006

¹²⁵ Entrevista em 18-04-2008.

Na época da inauguração, o Secretário dos Povos Indígenas, Francisco Pianko dizia que essa iniciativa era imprescindível para valorizar a cultura da floresta:

Para que quem vive nela se sinta orgulhoso e valorizado, firmando assim suas raízes e tradições... Estamos organizando num só espaço as culturas ribeirinhas, indígenas e seringueiras, isso é muito importante para que as pessoas conheçam um pouco mais da nossa história... mostrando a importância que as populações tradicionais tem, e passando o recado para a sociedade zelar pela nossa cultura (Lima, 2007: 38).

Além da cidade de Rio Branco, duas outras cidades tiveram espaços de memória construídos ou revitalizados: as cidades de Porto Acre e Xapuri.

Na cidade de Porto Acre foi reconstruída a *Sala Memória Porto Acre*. Com o objetivo de retratar a história da cidade de Puerto Alonso, sede da aduana boliviana, no momento inicial de ocupação por parte do governo boliviano. Puerto Alonso foi o local do “último” combate da Revolução Acreana e constitui-se, portanto, na mais importante cidade histórica do Estado do Acre. Como vimos no segundo capítulo depois do combate de Puerto Alonso tiveram outros combates, mas não investidos da mesma aura simbólica da rendição dos bolivianos no território que foi incorporado ao Brasil. Os outros combates foram em terras consideradas bolivianas pelo Tratado de Petrópolis.

Em Puerto Alonso, hoje Porto Acre, aconteceu à deposição das armas pelos militares bolivianos frente ao comandante dos “soldados seringueiros” acreanos, o gaúcho José Plácido de Castro.

Ainda no município de Porto Acre foi revitalizado o *Seringal Bom Destino*, que é um dos principais “vestígios” da Revolução Acreana. Hoje é um museu-pousada ecológica (que se encontra fechada, dada a baixa procura por parte de turistas). O Seringal Bom Destino foi transformado em fazenda na década de 1970 e recuperado pelo governo estadual para ser transformado em espaço de memória da Revolução Acreana (painel de fotos 11).

Esse processo de patrimonialização do território é também expressivo em Xapuri, pois a cidade está investida da “aura de resistência”. O que é simbolizado pela construção do Museu do Xapurys, pelo tombamento da Casa Memória Chico Mendes e pela construção do Painel dos Mártires (painel de fotos 12).

Painel de Fotos 11 - Município de Porto Acre: Sala-Memória e Seringal Bom Destino

Sala Memória Porto Acre



Foto: Maria de Jesus Morais,
em abril de 2008



Foto: Maria de Jesus Morais,
em abril de 2008

Sede do Seringal Bom Destino (hoje pousada ecológica)

Barracão em 1907



Fonte: Álbum Rio Acre, 2007

Barracão depois da reforma



Foto: Maria de Jesus Morais,
em abril de 2008

Objetos representativo da casa do patrão



Foto: Maria de Jesus Morais,
em abril de 2008

Casas do Seringal Bom Destino que foram reconstruídas na reforma



Foto: Maria de Jesus Morais,
em abril de 2008

Os chalés da pousada
receberam nomes
dos principais
comandantes da
Revolução Acreana.
Este é José de Carvalho

Casa do Guarda-Livro



Foto: Maria de Jesus Morais,
em abril de 2008

Painel de Fotos 12 - Revitalização na Cidade de Xapuri



Entrada da Cidade de Xapuri
«Estrada da Borracha»
ornamentada por seringueiras

Antes



Depois da re-vitalização da fachada do casario



Fotos: CD obras do governo, 2006

Casa Chico Mendes: patrimônio nacional



Túmulo de Chico Mendes, visita de Lula



Espaço de memória construído em 2005



Painel dos Mártires inaugurado em 2003, durante a semana Chico Mendes



Fotos - Maria de Jesus Moraes em abril de 2008

A *Casa Chico Mendes*: símbolo do movimento de resistência dos seringueiros da década de 1970 e 1980, hoje é uma casa-memória que faz parte da Fundação Cultural Chico Mendes. A Casa Chico Mendes, singela construção de madeira, pintada de azul turquesa foi tombada como patrimônio estadual, em 2005, pelo Governo da Floresta e em 2008, ano em que se completa 20 anos do assassinato de Chico Mendes) de pelo Ipham foi tombada como patrimônio nacional. Segundo o arquiteto que apreciou o processo,

a Casa de Chico Mendes é, sem sombra de dúvida, uma casa histórica, porque remete simbolicamente à memória de uma pessoa importante que se notabilizou pela sua ação incansável em prol dos trabalhadores rurais, índios e seringueiros e pelas suas idéias preservacionistas que encontraram acolhida no mundo inteiro (www.portal.ipham.gov.br).

O *Museu do Xapurys* (alusão ao nome do rio) expõe peças e fotografias do início do século. O Museu foi entregue à população em um clima de exaltação do papel histórico da cidade de Xapuri na resistência à ocupação boliviana e por ser o berço do líder seringueiro Chico Mendes. Como nesse depoimento do diretor do Departamento de Patrimônio e História, Marcus Vinicius Neves:

Xapuri sempre foi o berço das revoluções e dos movimentos sociais que criaram o Estado do Acre. Foi assim no início do século, com a Revolução de Plácido de Castro. Esta posição de vanguarda voltou a se manifestar na resistência à ocupação dos fazendeiros sulistas no início da década de 1970 e depois, na década de 1980, com a aliança dos povos da floresta patrocinada por Chico Mendes (Discurso de inauguração do Museu, Página 20, 05-08-2005).

Compõe ainda o patrimônio de Xapuri o Painel dos Mártires construído em 2003 em alusão àqueles que lutaram contra a devastação da floresta Amazônica.

5.2 – Invenção de Tradições: Folia na Gameleira - Carnaval como Antigamente-, Folgado jabuti-bumbá e a Santa dos Seringueiros

Além do patrimônio material construído ou revitalizado, o Governo da Floresta tem investido na reinvenção de um patrimônio imaterial¹²⁶. Com o

¹²⁶ A Constituição de 1988, além do patrimônio material assegurou o caráter imaterial do patrimônio cultural brasileiro, bem como o dever do Estado de protegê-lo. O artigo 216 define como patrimônio cultural brasileiro: “os bens de natureza material e imaterial, tomados

Patrimônio Imaterial, que são elementos da “invenção de tradições”, explicitam-se a reinvenção da Marujada e do Carnaval como Antigamente, a invenção do folguedo Jabuti-Bumbá e a invenção do culto que se pretende com a popularização da imagem da “santa dos seringueiros”.

A marujada surgiu no Acre na década de 1940, como uma festa das ruas da cidade de Cruzeiro do Sul. O responsável pela introdução da manifestação popular no Alto Juruá foi o amazonense Oswaldo Galego que teve outros colaboradores como: Aldenor da Costa, Chico do Bruno e Francisco Ferreira. Hoje esses são os conhecedores do assunto. A Marujada no período de 2002 a 2007 abriu e fechou as atividades da Folia na Gameleira – Carnaval como Antigamente¹²⁷ da cidade de Rio Branco. Essa iniciativa foi organizada pela Fundação de Cultura do Estado, com objetivos de abrilhantar a festa carnavalesca. Apesar da Marujada não ser tradição na cidade de Rio Branco a intenção de introduzi-la na Folia da Gameleira, segundo Marcus Vinicius Neves, foi “divulgar a cultura popular”, da cidade de Cruzeiro do Sul, e “manter a antiga tradição da população citadina, que celebrava os vapores (barcos) que traziam mercadorias pelo Rio Acre e aportavam na Gameleira” (Página 20, 01-03-2003). Marcus Vinicius Neves argumenta o porquê dessa iniciativa:

achamos que as pessoas precisam tomar conhecimento de que muitas festas bonitas, como essa da Marujada, há quarenta anos, é realizada em Cruzeiro do Sul. O povo de Rio Branco não a conhece e tem tudo a ver com a história do Acre (Página 20, 01-03-2003).

A Folia da Gameleira – Carnaval como antigamente, foi uma tentativa do Governo da Floresta de “resgatar” um certo modo de vida da cidade de Rio Branco de outrora e foi:

individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (Brasil, 1988).

Este artigo apesar de introduzido em 1988, só foi regulamentado pelo Decreto Federal nº 3.551 de 04-08-2000, o qual estabeleceu o Patrimônio Imaterial em quatro categorias: os *saberes*, no que diz respeito aos conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades; as *celebrações*, os rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social; as *formas de expressão*: que são as manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas; e os *lugares*, como os mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas (Macedo, 2006).

¹²⁷ Desde o carnaval de 2008 a *Folia* foi transferida para o estacionamento do estádio de futebol Arena da Floresta, sob os argumentos de uma melhor segurança pública.

mais uma semente no resgate da expressão cultural do Segundo Distrito, que traz uma importância fundamental na formação social da cidade de Rio Branco, com seus personagens principais, como o regatão, seringueiros, seringalistas, migrantes nordestinos, portugueses, espanhóis, italianos, que foram precursores na formação do Acre (Página 20, 01-03-2003).

O Carnaval como Antigamente de 2003 foi narrado da seguinte forma pelo Jornal Página 20:

no final da tarde quando o pôr-do-sol desponta na curva do Rio Acre, o batelão da secretaria de Hidrovias cruza o Rio Acre e ataca no Calçadão da Gameleira, trazendo a bordo os 35 tripulantes do Grupo Folclórico da Marujada, abrindo a Folia da Gameleira.

Aos poucos os foliões de diversos bairros da capital começam a tomar o espaço do Calçadão para assistir ao abre-alas puxado pelos tradicionais personagens Pierrot, Colombina e Arlequim, sob o ritmo da banda da Polícia Militar, A Furiosa, e com a participação do Bloco da Terceira Idade. Concentrado em frente à Tentamen¹²⁸ o abre-alas adentrou a Rua 17 de Novembro na direção à Gameleira para encontrar com o Bloco da Cobra Grande, organizado pela Fundação Garibaldi Brasil e Prefeitura de Rio Branco. O momento selou a união entre arte e cultura popular, levando os brincantes a caírem na folia (Página 20, 01-03-2003).

Além da Marujada foi “resgatada”, durante a Folia, a travessia do Rio Acre, de Catraia, assim como antigamente, os catraieiros ficam de plantão nas cinco noites de folia na Gameleira para fazer a travessia dos brincantes que vêm de todos os pontos, da cidade em direção ao Segundo Distrito. Essa iniciativa agrada principalmente os mais idosos, como o catraieiro Francisco das Chagas Melo, de 67 anos, um dos pioneiros do transporte de catraias no Rio Acre. Ele lembrou os “bons tempos dos antigos carnavais e disse que hoje, com a iniciativa do governo, o cenário do Carnaval está fazendo lembrar as histórias do passado durante as travessias” (Página 20, 26-02-2003).

Além dessas duas reinvenções durante o Governo da Floresta foi inventado o folguedo com o nome de Jabuti-Bumbá, invenção recente, data de 2005, e desde então participa do Arraial Cultural da cidade de Rio Branco na noite das tradições, juntamente com a apresentação da Marujada. O jabuti representa para os idealizadores do folguedo o símbolo de resistência, por ter seu casco grosso e viver em média 80 anos. O jabuti tem como inimigos

¹²⁸ Tentamen clube de bailes, do segundo distrito, construído na década de 1920.

declarados os destruidores da floresta e é apresentado à sociedade acreana como uma resistência aos madeireiros e agropecuaristas. A proposta do Jabuti-Bumbá, segundo seus idealizadores, é divertir e ao mesmo tempo despertar a consciência ecológica do público que assiste ao espetáculo. Os brincantes vestidos de chitas e fitas coloridas dançam ao ritmo de maracás, tambor, sanfona, violão e zabumba, lembrando os rituais do daime, do cipó. À frente puxando o cortejo, vem o estandarte de Nossa Senhora Seringueira que é a padroeira da brincadeira (ver figura 12).



Misto de sagrado e profano, o Jabuti-Bumbá se apresenta fazendo críticas à devastação da floresta e se apropriando das manifestações culturais brasileiras e amazônicas, como o Santo Daime. As coreografias e suas músicas se baseiam em passos do bailado do Daime (Página 20, 13-03-2007). O principal espetáculo do Jabuti-Bumbá é o “causo” da Nossa Senhora da Seringueira.

Nossa Senhora da Seringueira é considerada a santa dos seringueiros e foi apresentada à sociedade acreana durante as comemorações

da assinatura do Tratado de Petrópolis, na procissão organizada pela Igreja Católica com a imagem da santa. Com esse ato pretendia-se transformá-la na nova padroeira do povo acreano.

A Santa foi “descoberta” pela equipe da Fundação Garibaldi Brasil quando membros da Fundação procuravam e selecionavam fotos para a exposição fotográfica comemorativa aos 100 anos do Acre. A partir desta descoberta foi “resgatada” a história da imagem que é contada da seguinte forma:

Quando os bolivianos ocuparam o Acre, no final do século XIX, e fundaram Puerto Alonso, entregaram o povoado à proteção da Virgem da Conceição, e até ergueram uma capela em sua homenagem. A imagem fora pintada por combatentes bolivianos durante a Revolução Acreana. Poucos anos mais tarde, durante a guerra do Acre, o exército boliviano lançou mão desta para armar uma cilada para os brasileiros: saiu com a imagem da santa forjando uma procissão, para que pudesse ultrapassar o grupo de Plácido de Castro.

Plácido de Castro desconfiou da religiosidade dos bolivianos, percebeu que tudo não passava de uma farsa e pedindo perdão à Santa atirou na imagem, as balas do conflito atravessaram a mesma, que guarda, até hoje, as suas marcas. Vencida a Guerra, os brasileiros a confiscaram. E durante muitos anos ela ficou desaparecida, até ser encontrada por um padre na cidade do Rio de Janeiro (Página 20, 16-11-2003a).

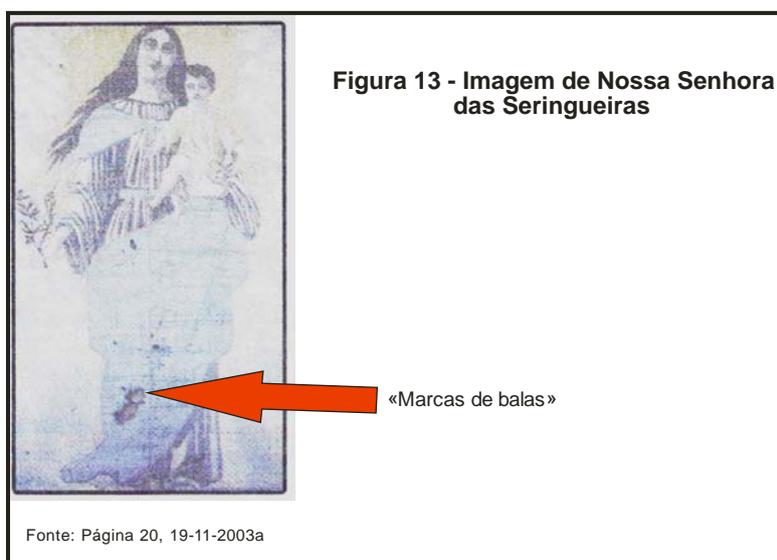
O Padre fez valer os “direitos do Acre” e devolveu a Santa às Servas de Maria Reparadoras. Durante muito tempo a imagem foi Nossa Senhora do Acre. Em 2003 era apresentada por Nossa Senhora da Seringueira.

Segundo publicou o *Jornal Página 20*, a partir das informações da freira Irmã Cláudia, a imagem não simboliza uma “santa” e sim uma “Nossa Senhora”. Quanto à Seringueira, diz que foi o título escolhido pela fé das pessoas pelo momento que viviam, explica irmã Cláudia que:

não sabemos do fundamento da imagem, mas ela tem uma história. Não é santa, é santíssima. Assim como Nossa Senhora de Fátima que apareceu para as três pastorinhas. De acordo com o que acontecia na época, a luta dos seringueiros, foi feita a citação a Nossa Senhora da Seringueira. E a partir do momento que o bispo a declarar na procissão ela passará a ter o sentido social e religioso. Pode se tornar a patrona dos seringueiros que poderão ser devotos (Página 20, 16-11-2003a).

O nome da Santa era novo para muitos seringueiros na ocasião em que foi apresentada. Guardada sob os cuidados das Servas de Maria Reparadoras por mais de 30 anos, só com as comemorações do Centenário do Acre foi iniciado o processo de popularização da história e da imagem da santa que “protegeu os seringueiros acreanos que lutaram ao lado de Plácido de Castro durante o processo revolucionário”, segundo relatou um padre (Página 20, 16-11-2003a).

Durante a procissão da missa que comemorou os 100 anos do Acre, a “santa” foi referenciada por várias pessoas, como por um ex-seringueiro, de 63 anos, dizendo que “nunca ouviu falar na santa protetora das seringueiras, mas sempre se sentiu ‘protegido na mata’, durante os mais de 35 anos que trabalhou como extrativista”. Outro seringueiro, de 78 anos de idade também disse que não conhecia a história da santa “essa é uma santa nova para mim”. Mas, segundo ele o que “importa é que dizem que ela fez uma boa passagem por aqui e isso é o mais importante” (Página 20, 19-11-2003a). (figura 13).



Para a presidente da Fundação Garibaldi Brasil da época (Silene Farias), a homenagem aos seringueiros foi uma maneira que a Prefeitura encontrou para demonstrar o respeito também a esses trabalhadores que são parte da história do Acre. Resgatada pelos acreanos, a imagem se encontra atualmente na Igreja Imaculada Conceição, em Rio Branco.

A partir dessa descrição dos espaços que compõem o Patrimônio Material e Imaterial do Acre, percebe-se que estes foram extremamente

selecionados. Assim, em aproximação a Di Mèo (1998), na produção da memória e dos “lugares do passado”, são primados “aqueles que lhes parecem susceptíveis de contribuir com maior sucesso, na resolução dos problemas da atualidade”. Nessa perspectiva, como ressaltou Marcus Vinicius: “nada é mais relevante do que o fortalecimento da acreanidade” (Neves, 07-01-2007), pois isso contribui para a elevação da auto-estima de um povo.

5.3 – Comemorações: usos e abusos da memória coletiva

Comemorar, segundo as reflexões de Silva (2002b: 06) significa “reviver de forma coletiva a memória de um acontecimento, a sacralização dos grandes valores e idéias de uma comunidade”. Significa “retirar o acontecimento passado (para) penetrá-lo nas realidades e nas questões do presente, criando a contemporaneidade e abolindo o tempo e a distância” continua Silva (2002b: 08).

Os acontecimentos mais significativos comemorados no Acre referem-se às datas cívicas. Estas estão organizadas em dois eventos históricos: a Revolução Acreana e o Movimento Autonomista. Durante o Governo da Floresta foram comemorados 06 centenários: as quatro insurreições dos brasileiros do Acre contra o domínio boliviano e os 100 anos das cidades de Cruzeiro do Sul e Sena Madureira. Outro evento, não cívico, muito comemorado no Acre, é o culto à memória de Chico Mendes que acontece anualmente em dezembro, nos dias 15 e 22, respectivamente nascimento e morte do líder seringueiro.

Com relação à Revolução Acreana é comemorado o 06 de agosto, data do início da “batalha” comandada por Plácido de Castro (1902), o 24 de janeiro e o 17 de novembro, data da assinatura do Tratado de Petrópolis (1903) que incorpora as terras em disputa ao Brasil. Com relação à criação do Estado do Acre é comemorado o dia 15 de junho, data em que foi assinada a Lei nº 4.070 que criou o Estado do Acre, em 1962. Estas três datas são feriados no Estado do Acre. Além destas três datas, é municipal em Porto Acre no dia 24 de janeiro, data do “último” combate da Revolução Acreana.

Com o Governo da Floresta essas datas ganharam uma maior visibilidade e foram comemoradas com lançamentos de livros, exposições, inaugurações, shows e homenagens aos personagens da história acreana.

Durante o Governo da Floresta essas comemorações se tornaram mais apoteóticas na medida em que se comemorou o centenário do Acre (1999-2003). Como visto no capítulo anterior, o grupo político autodenominado Governo da Floresta aciona desde a campanha eleitoral de 1990 o componente simbólico da “campanha de integração do Acre ao Brasil”, bem como o papel que tiveram os autonomistas na luta pela criação do Estado do Acre, tendo em vista que apresentavam resistências às ingerências federais no Território acreano. Nesse sentido busca-se fortalecer um enraizamento de todos os habitantes numa mesma história, da qual são retidos alguns grandes momentos e alguns grandes homens.

O Governo da Floresta iniciou as comemorações relacionadas ao centenário da Revolução Acreana em 1999, com os 100 anos da primeira insurreição comandada por José de Carvalho e os 100 anos da República de Galvez. Marcaram estas datas a publicação do Manifesto escrito por José de Carvalho, onde o autor relata sua experiência durante a primeira insurreição acreana e a Revista *Galvez e a República do Acre*. A primeira comemoração ocorreu em Porto Acre e em Rio Branco. Em Porto Acre houve a revitalização da Sala-Memória Porto Acre e da sede do seringal Bom Destino. Em Rio Branco encenou-se uma peça teatral nas escadarias do Palácio Rio Branco lembrando os feitos de Galvez. Em 2000 comemorou-se o centenário da Expedição dos Poetas, em uma sessão solene no Congresso Nacional.

Em 2002, um novo centenário: o início dos combates liderados por Plácido de Castro, em 06 de agosto de 1902, os quais tiveram duração de seis meses. Em 2003 dois centenários; o mais significado foi à tomada de Porto Acre em 24 de janeiro de 1903. Entretanto, o ápice das comemorações foi o 17 de novembro de 2003, o centenário da assinatura do Tratado de Petrópolis.

Nas inúmeras entrevistas dadas por Jorge Viana, durante essas comemorações, sempre se ressaltou que não se estava celebrando algo morto, um passado longínquo e sem significado. O que se estava fazendo era “dando vida ao nosso passado, reafirmando nossos símbolos, nossos heróis e nossos mitos, unindo passado e presente” (Página 20, 19-11-2003b).

O centenário do Tratado de Petrópolis foi comemorado com a inauguração do Memorial aos Combatentes da Revolução (no Calçadão da

Gameleira), com missa e procissão, durante a qual foi apresentada a Santa dos Seringueiros, e com a solenidade de entrega da réplica da Espada de Plácido de Castro a 100 personalidades. Entre os homenageados, com a réplica da Espada, estavam seringueiros, índios, fazendeiros, políticos, empresários e jornalistas. Entre os homenageados *in memoriam* figuravam Plácido de Castro – Revolução Acreana -, Chico Mendes e Wilson Pinheiro – movimento seringueiro, José Guimard dos Santos, José Augusto de Araújo (movimento autonomista e primeiro governador acreano eleito). A justificativa para a escolha dos “acreanos do século” foi homenagear “as personalidades que aqui nasceram e levaram em seu sangue, para o Brasil e o Mundo, a história de sua bravura. Ou das que aqui vieram de tantos lugares e se somaram no fortalecimento dos laços de acranidade que distinguem esse pedaço de Brasil” assim justificou a comissão encarregada de preparar às comemorações (Jornal Página 20, 19-11-2003b) (ver figura 14).



No discurso de Jorge Viana em solenidade comemorativa do Tratado de Petrópolis, no Congresso Nacional, ele ressaltou que era com grande emoção que se celebravam os 100 de uma história que “nos legou tudo que temos e somos”: uma terra, uma cultura, uma identidade, um jeito de ser e de enfrentar os desafios da vida,

Depois de Luiz Galvez e Plácido de Castro, com a incorporação do Acre ao Brasil, os autonomistas lutaram para transformar o Acre em Estado, e livrá-lo da condição de Território Federal administrado “pelos de fora”. Nas

décadas de 1970 e 1980, Wilson Pinheiro e Chico Mendes são lembrados como os líderes que mobilizaram seringueiros e índios em defesa dos territórios por estes ocupados (Página 20, 16-11-2003b).

Em Cruzeiro do Sul e em Sena Madureira, cidades centenárias (1904-2004), também foram construídos museus, recuperado casario e construídas obras de “embelezamento”. Em Sena Madureira construiu-se um Museu e publicou-se a revista “Scenário: Sena Madureira (1904-2004)”. Em Cruzeiro do Sul o “lugar de memória” mais representativo, construído pelo Governo da Floresta foi o *Memorial José Augusto*, inaugurado em 2003. O *Memorial* foi criado com objetivos de resguardar a memória do primeiro governador eleito do Acre, em 1963. Na solenidade de inauguração, o então governador ressaltou que fazia essa homenagem “em respeito à história e à memória que nós precisamos manter vivas. José Augusto é parte da história do Acre” e a sociedade acreana parecia que dele tinha se esquecido (Página 20, 21-06-2003).

Em Cruzeiro do Sul, à semelhança das comemorações do centenário da assinatura do Tratado de Petrópolis, foram entregues “réplicas da medalha de fundação da cidade de Cruzeiro do Sul - criada pelo fundador da cidade Marechal Thaumaturgo de Azevedo” - a cem homenageados que de alguma forma contribuíram com a história do lugar.

O governador Jorge Viana foi o primeiro a receber a medalha, das mãos do prefeito, César Messias. Em seguida outros nomes como o desembargador Arquilau de Castro; o secretário indígena, Francisco Pianko; os seringalistas Maurício Mappes, Antonio Francisco de Paula; o presidente do Banco da Amazônia, Mâncio Lima Cordeiro e; o ex-prefeito Pedro Ranzi (1971 a 1972) também receberam medalhas. Na ocasião Pedro Ranzi se pronunciou dizendo que:

Cruzeiro do Sul é diferente pra mim, porque me traz boas lembranças, com um astral muito bom, sempre sou bem recebido. Cem anos é importante pra mim, para a cidade e à população que sempre me recebeu muito bem, o que é uma característica importante no contexto acreano e amazônico (Página 20, 29-09-2004).

Assim como Marechal Thaumaturgo fez em 1904, colocando em uma urna alguns documentos históricos e outros objetos que relatam a história

de Cruzeiro do Sul, enterrando-a no monumento de fundação da cidade, Jorge Viana e César Messias repetiram o ato. Uma urna com objetos e documentos centenários como reportagens, diploma do centenário, decreto de nomeação das 100 pessoas condecoradas foi depositada no local onde está à estátua de Marechal Thaumaturgo. “Essa é uma maneira de fazermos um novo registro de Cruzeiro do Sul, agora como cidade centenária e daqui há 100 anos, quem sabe outras pessoas não repetem o ato”, disse o governador na ocasião (Página 20, 29-09-2004).

Na ocasião foi convidado especial para o evento, o neto de Thaumaturgo de Azevedo, fundador da cidade de Cruzeiro do Sul, Pedro Thaumaturgo Becker, este disse, na ocasião, que sentia uma dupla emoção: a primeira por estar na referida cidade. E também por ser a primeira visita na terra em que seu avô fez história. Colaborando com o museu, Pedro Thaumaturgo também trouxe alguns documentos referentes ao município, que estavam de posse da família. Na ocasião, ressaltou Pedro Thaumaturgo Becker, “é um prazer conhecer Cruzeiro do Sul nessa data. Hoje, em muitos Estados, as pessoas só se lembram de datas como essa para irem à praia ou se divertirem e esquecem da história. A população acreana veste a camisa de sua história” (Página 20, 29-09-2004).

No que se refere à memória de Chico Mendes, esta é lembrada principalmente durante a Semana Chico Mendes que ocorre todos os anos no mês de dezembro, na semana do dia 22, data em que o líder seringueiro foi assassinado.

O culto à memória de Chico Mendes relativa aos 15 anos da morte do líder seringueiro, em dezembro de 2003, ilustrou bem esta questão. Nesse ano realizou-se uma romaria¹²⁹ reunindo “cinco mil pessoas” entre: seringueiros, militantes políticos, agricultores, religiosos e representantes de organizações não-governamentais que se reuniram na cidade de Xapuri para a Romaria Chico Mendes, segundo noticiou o Jornal Página 20.

Os dois dias de homenagens foram celebrados com a romaria, missa campal, inaugurações e entregas de comendas aos pioneiros do

¹²⁹ As romarias ocorrem no Acre desde 1986 e é conhecida como Romaria da Terra. O evento sempre ocorre em lugares diferentes. No ano de 2003 foi programada para acontecer em Xapuri dentro das homenagens da semana Chico Mendes, com novo nome foi denominada Romaria dos Mártires.

sindicalismo no Acre. Jorge Viana inaugurou o Painei dos Mártires da Aliança dos Povos da Floresta, e uma nova sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri. As homenagens prestadas pelo sindicato foram a 36 personalidades fundantes e colaboradores da luta dos seringueiros na aliança com os povos da floresta.

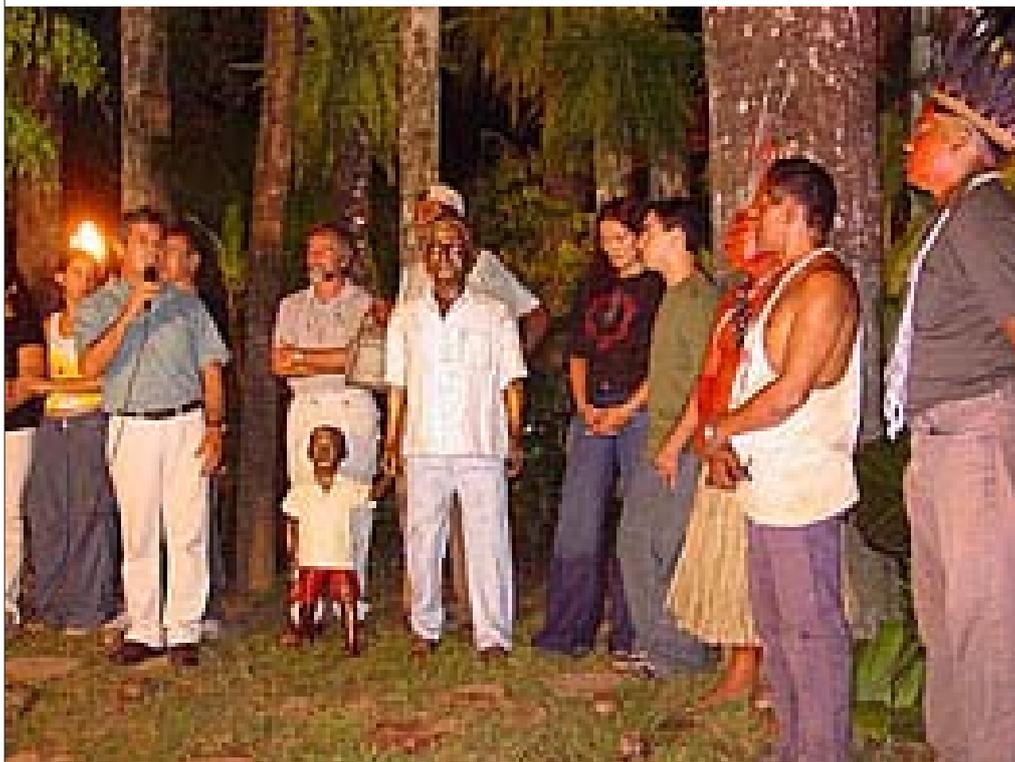
A Romaria dos Mártires foi o ápice das comemorações, esta homenageou 320 mortos pela “causa amazônica”. Os cartazes com imagens de Chico Mendes, Wilson Pinheiro, Dom Oscar Romero e Padre Jósimo, entre outros, foram carregados por alguns seringueiros que traziam a tradicional poronga acessa em suas cabeças em alusão ao seu significado no dia-a-dia do seringueiro. A romaria partiu da casa de Chico Mendes, passou pelo cemitério (túmulo de Chico Mendes) e foi encerrada no Painei dos Mártires ao lado da Igreja Matriz, onde se realizou uma missa campal celebrada por Dom Moacir, arcebispo de Porto Velho que veio especialmente para acompanhar a romaria do movimento social que “ele ajudou a construir”, nas décadas de 1970 e 1980.

As comemorações em memória de Chico Mendes são sempre acompanhadas de inaugurações de obras como a que ocorreu em 2003 com a inauguração da Praça Povos da Floresta e do monumento em homenagem aos povos da floresta, à estátua de Chico Mendes e também com a inauguração, em 2006, da Biblioteca da Floresta Ministra Marina Silva. A Praça Povos da Floresta está localizada no centro da cidade de Rio Branco, em frente ao Palácio do Governo. A estátua em homenagem a Chico Mendes foi construída em tamanho natural e à noite recebe uma iluminação esverdeada que ‘traz’ para o centro da cidade uma atmosfera da floresta. A Praça une rusticidade dos materiais da mata com os postes republicanos da Belle Époque do início do século XX.

Na noite de inauguração, a Praça estava bem representada. Estavam presentes índios, seringueiros, ribeirinhos (figura 15). Momentos antes da inauguração, era comum, como noticiou o *Jornal Página 20*, ver os ex-seringueiros olhando os detalhes da construção “esse ambiente de mata me traz lembranças de um tempo muito bom”, disse um ex-seringueiro. Outro seringueiro reforçou dizendo:

Veja só você, eu estou sentado aqui em um pedaço de paxiúba batida. Você colocar isso aqui em uma praça pública é sinal de respeito para quem já viveu na mata. Eu me sinto respeitado, disse outro seringueiro (Página 20, 23-12-2003).

**Figura 15 - Praça Povos da Floresta:
governador Jorge Viana na inauguração
do Monumento a Chico Mendes**



Fonte: Página 20, 23-12-2003

Com as comemorações cívicas são reforçados os ideais de coragem e determinação dos acreanos revolucionários e dos acreanos autonomistas. Já com as comemorações em memória à Chico Mendes são “resgatados” os ideais da sustentabilidade, segundo o discurso oficial.

5.4 – A manipulação da memória coletiva: espaços e tempos esquecidos na construção da acreanidade

Como vimos no primeiro capítulo, com base nas reflexões de Pollak (1989, 1992), Halbwachs ([1950] 2006), Santos (2007) e Oliven (2006) o enquadramento da memória, que é realizado pelas vozes autorizadas para a

construção de uma memória oficial, define o “passado a ser recuperado”, o passado que deve “ter direito à perpetuidade” (Santos, 2007: 130) no intuito de que este possa contribuir para a coesão social, para a construção de um sentimento de pertencimento, de um passado comum a todos, bem como invocar tradições como fundamento “natural” da identidade que está sendo criada e/ou reafirmada.

Nesse sentido são trazidos para o presente eventos do passado que possam contribuir com sucesso para a construção da identidade. Igualmente é realizado o trabalho de esquecimento, seja por fatos que causem vergonha, seja por que os “eventos esquecidos” não contribuem positivamente para a identidade em questão, podendo vir à tona em outro momento (Pollak, 1992).

A reconstrução da identidade territorial está cheia de ambigüidades e contradições, pois seleciona e elege para si, principalmente no que diz respeito à construção da identidade regional, os símbolos do poder constituído ou aqueles passíveis de também se constituírem como tal. Essa será a questão discutida a partir de agora.

No Acre, o Governo da Floresta investiu em uma re-construção de uma memória histórica sacralizada, “fixa na lógica não de pessoas comuns”, como os índios, os brasileiros do Acre,

os migrantes de outras nacionalidades como os sírios, os libaneses, os peruanos e bolivianos que com suas trajetórias marcaram a conflituosa existência deste território e sim nos grandes feitos de alguns poucos nomes (Albuquerque, Gérson Rodrigues de, mimeo).

Ao mesmo tempo e com imensa rapidez reconstruiu muitas obras, revitalizou outras, no sentido de dar nova vida a um patrimônio histórico já existente no Acre. A obra desse governo se funde com uma noção de estética e cultura presente em outras partes da Amazônia da *belle époque*, com ênfase dada à revitalização e criação de um patrimônio cultural em respeito à memória dos grandes proprietários, comerciantes, patrões seringalistas e políticos, as classes dominantes do passado. O patrimônio foi reproduzido em nome do “resgate da auto-estima” da população, atrelada a uma história de vencedores, e aliado a tudo isso, com um amplo auxílio dos meios de comunicação.

Os “elementos constitutivos da memória” acreana, enaltecidos pelo Governo da Floresta na invenção e reinvenção da acreanidade, contam a história da elite dominante, personificada em heróis extraordinários, em acontecimentos que representam sempre os feitos grandiosos, especialmente a “Revolução Acreana” que incorporou o Acre ao Brasil, a “autonomia” do Acre com a transformação do Acre Território para Estado da federação, e a personificação do movimento social dos seringueiros em torno de seu mártir, Chico Mendes.

No Acre, com o Governo da Floresta, o trabalho inicial de enquadramento da memória, foi eleger três eventos históricos. A partir da seleção dos três eventos históricos, o passo seguinte foi encontrar um elo para os fatos históricos significativos tendo em vista o discurso oficial. O ‘historiador oficial’ Marcus Vinicius Neves¹³⁰ na entrevista que nos concedeu nos disse textualmente que: “no início do governo do Jorge”, quando ele começou a trabalhar com Jorge e diretamente com o Toinho (secretário de cultura), ele “conseguiu elaborar uma síntese da história do Acre, demarcando os signos da sua história política” e foi aí, continua Marcus, “onde eu pude dar uma singela contribuição a esse processo todo, que foi a idéia de luta”.

No artigo de sua autoria *Uma Breve História da Luta Acreana*, publicado na Revista *Povos da Floresta* da Secretaria Executiva do Comitê Chico Mendes, em dezembro de 2003, Marcus Vinicius Neves qualificou a “idéia de luta”, na história acreana. O texto é justificado a partir da seguinte passagem:

A identidade histórica e cultural do povo acreano tem apenas 100 anos de reconhecimento. Um século apenas, breve, mais intenso o suficiente para forjar um povo consciente e orgulhoso de suas raízes. Alguma coisa deve haver de especial nesse lugar que criou as condições para que tivéssemos homens como Wilson Pinheiro e Chico Mendes (Neves, 2003: 12).

Esse ‘quê’ de especial, dos quais fala Marcus Vinicius Neves seriam as ‘lutas’ empreendidas pela sociedade acreana ao longo de 100 anos. A primeira luta destacada foi **a luta contra o meio**, luta empreendida pelos

¹³⁰ A entrevista com Marcus Vinicius Neves foi realizada na sede da Fundação Cultural Garibaldi Brasil em Rio Branco-Ac, em abril de 2008. Além dessa entrevista rastreei o discurso produzido por ele nas matérias publicadas no Jornal Página 20, a grande maioria publicadas nas colunas semanais: *O Acre é Cem* e *Miolo de Pote*, além dos artigos publicados em revistas, folhetos do Governo da Floresta.

nordestinos que migraram para as margens de rios que hoje formam o Acre, na qual: “os retirantes que fugiam da seca do sertão, iam pelo caminho sendo assombrados pelas histórias de fome, do impaludismo, do beribéri e das feridas brabas que nunca saravam”. Além disso, “para os fugitivos da Guerra de Canudos, para os tangidos da seca, para os repudiados de toda sorte, não havia outro caminho possível senão a floresta que a todos acolhia e escondia”. Chegando nos seringais ainda enfrentavam o “trabalho imposto ... que era sobre-humano”. E conclui “apesar de tantos obstáculos, reais ou imagináveis, há pouco mais de um século o povoamento do Acre se realizou e conseguiu fixar uma sociedade que vivia da e na floresta” (Neves, 2003: 13).

Outra luta foi a ***luta contra os outros***. No caso, esses outros foram os bolivianos que reivindicavam do Brasil o reconhecimento do *utis possidetis jure*, ou seja, o respeito aos tratados em vigor, quando surgiram as insurreições dos brasileiros do Acre. A primeira delas foi logo após a Bolívia estabelecer um porto aduaneiro e fundado a vila Puerto Alonso nas margens do Rio Acre, “logo, alguns brasileiros revoltados contra duas medidas alfandegárias dos bolivianos decidiram contestar a administração estrangeira daquele território povoado por brasileiros”, depois veio a República de Galvez sintetizada na frase ‘heróica’ “já que nossa pátria não nos quer, criamos outra”. Seguida pela Expedição dos Poetas “poderosa em ideais e frágeis em combate, cujo maior resultado foi ter mantido viva a luta contra a dominação boliviana”. Enquanto o governo não reconhecia a questão em prol dos brasileiros do Acre, eles “mantinham a resistência armada contra os bolivianos”. E iniciaram a “guerra”,

de um lado o exército regular da Bolívia entrincheirado em alguns pontos estratégicos do Rio Acre. De outro um exército de seringalistas e seringueiros organizados pelo ex-militar Plácido de Castro (Neves, 2003: 14-15).

A luta continua, uma guerra é iniciada “conflagrada em Xapuri, em agosto de 1902, e só concluída seis meses depois em Puerto Alonso com um saldo de quinhentos mortos em uma população de dez mil indivíduos” (Neves, 2003: 14-15).

A terceira luta elencada por Marcus Vinicius foi a tensão dos acreanos com o Governo Federal, a luta contra a criação e institucionalização do Território Federal do Acre, pois os acreanos “que haviam conquistado pelas armas o direito de serem brasileiros, ao alcançar a vitória foram condenados a serem cidadãos de segunda categoria em seu próprio país”. A partir daí começa uma nova etapa de lutas da sociedade acreana que culminou com o Projeto de Lei apresentado pelo então deputado pelo Acre José Guimard dos Santos, em 1957, projeto esse que fora sancionado em 1962 com a criação do Estado do Acre (Neves, 2003: 16).

E a luta mais recente é a **luta com os novos** contra a invasão dos ‘paulistas’ que se acirra a partir de 1975 “quando as populações tradicionais da floresta começaram a se organizar e a desenvolver diferentes estratégias de resistência” para permanecer na terra (Neves, 2003: 18-19).

Com esse artigo, como o próprio Marcus Vinicius Neves nos relatou buscava-se “mostrar a recorrência dessa luta de caráter de resistência regional de uma sociedade que busca se afirmar enquanto povo no mundo em seus diferentes momentos”. Essa síntese, ainda segundo Neves, muito contribuiu para o Governo da Floresta, pois estabeleceu um elo condutor do processo histórico e, nesse sentido, avalia que o governo agiu com muita ousadia, no que diz respeito à “retomada de todos esses sentidos e esses elos comuns da identidade” que dão coesão de fatos “comuns a todo o Acre, como signo de unificação em torno de um objetivo comum” (entrevista concedida à autora, em abril de 2008).

A narrativa oficial da história do Acre corresponde aos eventos dessa síntese histórica, quais sejam, povoamento dos altos rios por migrantes nordestinos; a questão da fronteira com a Bolívia e Peru; o movimento autonomista em prol da criação do Estado do Acre; o movimento social de índios e seringueiros. Desses eventos são retirados seus heróis: Plácido de Castro, Luiz Galvez da questão fronteira do Acre, José Guimard dos Santos e Hugo Carneiro, no que se refere ao rompimento com o ‘atraso’, uma vez que se iniciou a construção de um ‘Acre em alvenaria’ (Hugo Carneiro) e a iniciativa de apresentar o projeto de Lei que elevou o Acre à categoria de Estado (José Guimard dos Santos) e, por último, Chico Mendes, nesse caso com objetivos explícitos de sensibilizar a opinião internacional e também obter apoio irrestrito

dos próprios seringueiros para a adoção de um projeto de desenvolvimento econômico.

Com relação à questão da fronteira, ela se resume ao período de 1899 a 1903, período dos conflitos da denominada Revolução Acreana. A conquista do Acre nessa perspectiva é apresentada como um grande feito, pois tem um passado glorioso, original. É o único Estado brasileiro que lutou para isso, feito de atos heróicos e patrióticos de personagens que “conquistaram de armas nas mãos um território que não lhes pertencia” e com isso constituiu-se no final do século XIX “como uma unidade de território, povo e Estado” (Jorge Viana, In: Lima, 2007: 42).

O território do Acre não estava unificado na virada do século XIX e nem depois de criada a figura institucional de Território Federal do Acre, pois como vimos no capítulo 02, vieram do Juruá, vários movimentos que defendiam a separação do Acre em dois vales.

Nesse período também começam as divergências da elite local entre si e com o governo federal no que diz respeito ao destino do Acre, com a criação do Território Federal do Acre e início do inconformismo com a situação territorial.

A respeito dessa personificação dos dois heróis anteriormente descritos, as críticas¹³¹ podem ser sintetizadas na adaptação do poema de Bertold Brecht “Perguntas de um Operário que lê”, no qual se questionava a heroização de alguns nomes. Eis a adaptação:

*Joaquim Vitor jurou fazer uma capela no Seringal Bom Destino,
Caso ganhasse a Revolução.
Quem carregou e ergueu suas paredes e telhado?
Galvez proclamou o Estado Independente do Acre.
Ninguém mais estava com ele, naquele 14 de julho de 1899?
José Plácido de Castro
fez a “Revolução Acreana”.
Para onde foram os seringueiros que lutaram com ele,
Sonhando tornarem-se proprietários de suas colocações?
Quais deles faziam à guarda noturna?
Quem caçava e preparava as refeições?
Quem carregava as redes e cuidava dos enfermos?*

¹³¹ Texto do convite do Seminário “100 anos de Revolução Acreana: sentidos e possibilidades de interpretação”, realizado na cidade de Brasiléia (fronteira com a Bolívia) por iniciativa do historiador, Gerson Albuquerque, do CDIH-Centro de Documentação e Informação Histórica da UFAC.

Tantos relatos. Tantas perguntas.

A narrativa oficial do Acre lembrada e comemorada nos vários centenários entre 1999 a 2003, deu um destaque à imagem do seringueiro (também subentendido do seringalista) que deixou sua terra natal e veio extrair o leite da fortuna, mas como vimos no capítulo 3, às margens de rios que foram invadidas por eles já estavam ocupadas por grupos indígenas de várias nações, muitas das quais desapareceram em detrimento da exploração comercial do látex, por meio das sangrentas correrias. Os índios não participaram da invenção do Acre, a não ser como empecilhos à instalação da empresa seringalista.

Já o seringueiro e o seringalista são apresentados como aqueles que amansaram a natureza e os índios que faziam parte dela. A região é apresentada como um deserto, o “inferno verde” que se mistura às esperanças do Eldorado, do “vou enricar na seringa”.

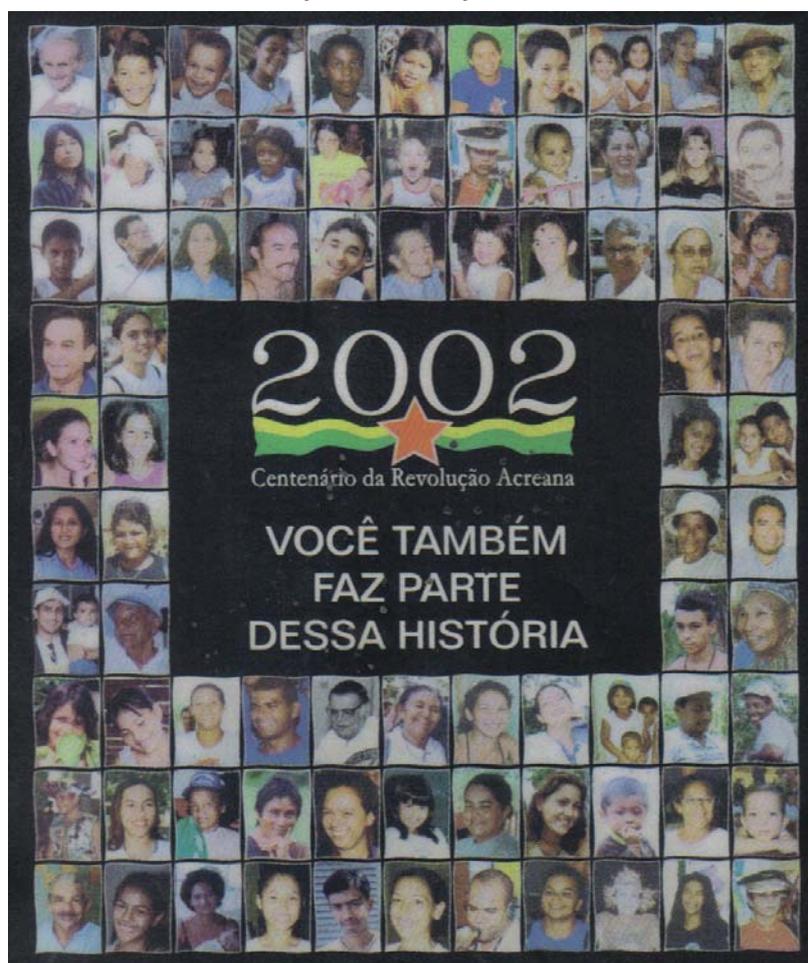
O Acre é, nessa narrativa, obra dos seringueiros (subentendido dos seringalistas) que com bravura souberam conquistar cada palmo de chão e integrá-lo à nação, como ressaltado nas conclusões de Euclides da Cunha, no Relatório de Reconhecimento do Alto Rio Purus:

As gentes que a povoam talham-se pela braveja. Não a cultivam, aformoseando-a: domam-na. O cearense, o paraibano, os sertanejos nortistas, em geral, ali estacionam, cumprindo, sem o saberem, uma das maiores empresas destes tempos. Estão amansando o deserto (Cunha, 2000: 88-89).

Nessa empreitada, o seringueiro também civilizou o índio, diz Pimenta (2003: 10), pois no momento da conquista “as populações indígenas eram vistas como obstáculo à exploração da borracha” e eram oferecidos prêmios aos seringueiros que conseguissem matá-los. Para os índios, o contato com os seringueiros se revestiu em perda populacional e na extinção de várias etnias.

Com o Governo da Floresta, há uma manipulação dessa memória com a suposta inserção dos índios como combatentes da Revolução Acreana. Nos textos alusivos ao centenário da “questão do Acre”, como este da figura 16, o índio aparece ao lado de seringueiros como se juntos tivessem lutado pela incorporação do Acre que lhes tirou os seus territórios.

Figura 16 - Campanha publicitária em comemoração a Revolução Acreana



Os últimos cem anos do Brasil foram enriquecidos pela gloriosa conquista de uma vasta floresta amazônica que pertencia à Bolívia.

Há um século, **a bravura de índios e seringueiros resultou na formação do Estado Independente do Acre** Depois, liderado por Plácido de Castro, o povo fez a Revolução Acreana. Houve luta e derramamento de sangue para que esta terra e seu povo pertencessem ao Brasil (grifos nossos).

Nessa construção identitária é acionado três eventos históricos que coincidem com a sua história econômica periodizada nos seguintes marcos: de 1877 a 1920 (primeiro ciclo da borracha), período de formação dos seringais, expansão da ocupação em direção aos altos rios e de expansão da produção e exportação da borracha e, da incorporação do Acre ao Brasil. De 1942 a 1945 (segundo ciclo da borracha), da chegada dos soldados da borracha e, o terceiro período, a partir de 1964, com as políticas públicas dos

militares que incentivaram a bovinização do Acre. Com essa periodização, é dada pouca importância ao período entre 1921 a 1941. Entretanto, alguns autores têm trazido uma importante contribuição, discutindo o que se passou no interior da floresta naquele período. Entre esses autores destacamos Porto-Gonçalves (1998), Almeida & Wolff (2002) e Wolff (1998). Esse período é o da gênese do seringueiro liberto e/ou do seringueiro autônomo. Igualmente, após a morte de Chico Mendes, em 1988, parece que nada existiu no Acre, até surgirem os “meninos do PT” fazendo uma “nova revolução”, ganhando a eleição e dando continuidade aos sonhos do seu líder maior, Chico Mendes que lutou contra a pecuarização do Estado do Acre.

No período de 1921 a 1941 a exportação da borracha brasileira foi ultrapassada no mercado mundial pela borracha asiática. A partir daí o padrão enfraquece, uma vez que o barracão fica destituído de mercadoria. Houve uma substituição dos vínculos dos seringalistas com o mercado por uma economia de subsistência (realizada pelos seringueiros) e houve uma maior liberdade nas relações entre seringueiros e seringalistas. Porém, como nos lembra Reis (1953: 76) os seringais “não entraram em colapso. E se não experimentavam o esplendor dos dias venturosos no princípio do século XX, tampouco voltaram à fase de decadência das décadas posteriores a 1912”. Considerando-se que no Acre produzia-se a borracha do tipo *Acre-fina* e em que pese a redução da renda regional, a região apresentará um saldo positivo em relação ao resto da região Amazônica coberta pelo extrativismo da borracha.

No entanto, os seringais sobreviveram. A crise para Almeida e Wolff (2002) deu origem a dois processos de movimento populacional. De um lado houve evasão dos seringais por parte daqueles seringueiros que tinham acumulado algum capital e se retiraram para os seus Estados de origem, ou para as proximidades das cidades, onde se dedicaram a outras atividades, como a extração de madeira ou agricultura de subsistência. Nesse caso os seringueiros dos altos rios estavam: “trocando o interior da floresta, onde a única alternativa comercial era a extração da borracha, pela margem dos rios, onde era possível dedicar-se à agricultura e fazer escoar seus produtos” (Castelo Branco, In: Almeida e Wolff, 2002: 118).

Por outro lado o movimento foi “rio acima”, em busca de áreas em que a produtividade da borracha era tão alta que continuava sendo compensadora. Pois como ressalta Porto-Gonçalves (1998), aos seringueiros restavam as seguintes alternativas: tornarem-se rendeiros, migrarem para os rios ricos em leite (principalmente do Vale do Purus), ocuparem terras abandonadas ou se tornarem seringueiros libertos. Muitos seringalistas também voltaram para o Nordeste ou para outras cidades da Amazônia, seja “vendendo, arrendando ou mesmo abandonando o seringal por falta de trabalhadores ou crédito para aviar os seringueiros” (Porto-Gonçalves, 1998: 139).

No período do apogeu da borracha, os patrões, para obrigar os seringueiros a se dedicarem exclusivamente à seringa e mantê-los dependentes do barracão que lhes aviava as mercadorias, chegavam a proibir até o cultivo de roçados de subsistência. Já com a queda das exportações e o empobrecimento dos seringalistas, em muitos seringais, os seringueiros se dedicaram à agricultura, com a aquiescência do patrão.

O modo de vida desses trabalhadores, denominados por Almeida & Wolff (2002) de ‘camponês florestal’ diferenciava-se bastante daquele seguido pelos seringueiros que chegaram no auge da produção da borracha, nos tempos de expansão do preço da borracha. Agora se dedicam à agricultura, além do látex, da pesca e da caça.

Nesse sentido, como ressalta Porto-Gonçalves, nesse período de 1921 a 1941, forjou-se um “novo padrão de organização societária” a partir das novas relações de gênero, onde a presença da mulher e a constituição de famílias conformarão um espaço doméstico, até então inexistente. A partir também de uma nova configuração de relações interétnicas que abriu outras possibilidades na relação dos seringueiros com a floresta e com os grupos indígenas e, um novo padrão de relações técnicas de produção, baseado no agroextrativismo.

A família teve um papel importante nessa fixação do migrante na Amazônia, como podemos observar na fala desse cearense, Francisco Lopes, que veio para o Amazonas em 1906. O mesmo tinha retornado para o Ceará e estava retornando para a Amazônia, em 1942. Esse foi um dos 55 migrantes

entrevistados por Samuel Benchimol¹³² em 1942, na cidade de Manaus. Francisco Lopes relatou para Benchimol tanto o momento de chegada, quanto o momento em que resolveu fixar moradia na Amazônia. Na chegada em 1906 dizia que:

Achava tudo esquisito, diferente dos costumes lá de minha terra. Tive muita vontade de voltar, mas de nada adiantava, pois não tinha com que. O jeito que tive foi eu me amansar na terra. Desse jeito virei seringueiro. Conheço quase todos os rios do Amazonas. No Juruá aprendi a ser mateiro, estive no Purus, conheço o Madeira e o Abunã muito bem. No Acre foi onde cheguei a fazer dinheiro, pois peguei os bons tempos da alta de 1912. Dez anos estive por lá trabalhando com um e com outro.

Do Acre eu passei para a Bolívia, pois já estava enjoado daquilo. Trabalhei no caucho e fiz alguns cobres. (...) Mas eu precisava me situar num lugar. Eu tinha casado e estava cansado de tanto andar de cima para baixo (Benchimol, 1977: 263).

No que diz respeito às relações interétnicas, Cristina S. Wolff traz uma importante contribuição para entender essas relações, uma vez que diferente de outras regiões da Amazônia onde se tinha a experiência do “seringal caboclo”, no Acre foi estabelecido o “seringal empresa”.

Cristina S. Wolff (1998) enfatiza o tipo de relação estabelecida naquele período entre índios e seringueiros:

Para os seringueiros(a) este período foi de um intenso aprendizado sobre a floresta e seus recursos. Se no Baixo Amazonas era possível contar com a experiência das populações ribeirinhas, nos altos rios a única experiência anterior à dos seringueiros era a dos índios, com os quais os seringueiros normalmente não mantinham relações muito amistosas. Certamente, apesar do massacre físico e cultural a que foram submetidos em toda a região, porém, os seringueiros assimilaram muito de seus conhecimentos e tecnologias para o aproveitamento dos recursos da floresta (Wolff, 1998: 174).

E, no que se refere ao agroextrativismo, o antropólogo Mauro Almeida, que estuda as populações tradicionais do Juruá, sintetiza essa questão na seguinte passagem:

¹³² Esta pesquisa de Samuel Benchimol foi apresentada, em 1944, no X Congresso Brasileiro de Geografia com o título de *O Cearense na Amazônia: um inquérito antropológico*, publicado no livro deste mesmo autor *Amazônia: um Pouco-antes e além-depois*, em 1977.

Com o colapso do mercado mundial para a borracha, a máquina extrativa-exportadora dos barracões tornou-se obsoleta. Com isso os seringueiros tiveram que desenvolver, a partir de sua experiência camponesa, mas, sobretudo apreendendo tecnologias indígenas, um modo de vida florestal, que dependesse ao mínimo de bens importados (Porto-Gonçalves, 1998: 278).

A agricultura teve um papel significativo na organização do espaço das regiões do alto Juruá e alto Purus, como nos diz Porto-Gonçalves (1998: 180): primeiro por que a agricultura foi uma “iniciativa dos seringueiros remanescentes do seringal-empresa”, foi também uma iniciativa que os patrões e as casas aviadoras tiveram de adotar para sobreviver e muitos seringalistas “transformaram-se em rentistas, vivendo da cobrança de renda pela exploração das estradas de seringa”. Pois como alertou Benchimol:

Seringa e roça ... não rimam bem. O roçado só existe quando a seringa falece. Na época da crise até que se vive bem nos seringais. Pelo menos o homem toma interesse para a plantação e volta as suas vistas à terra. Seringa rima bem é com beribéri, com charque e farinha, com pirarucu seco e feijão. Não combina com batatas, legumes, galinha, ovos, leite. Se ela juntasse tudo isso o homem não vinha para voltar. O homem sentiria alguma coisa de seu trabalho e de sua pessoa fincado na terra (Benchimol, 1977: 177).

Foi contra a crise, como mostra Porto-Gonçalves (1998) que emergiram os seringueiros autônomos que,

tiveram que ser previdentes, diversificar sua produção, fazer uso múltiplo dos recursos naturais, revolucionar as relações de gênero, constituir um espaço doméstico de reprodução, incorporar a matriz da racionalidade indígena-cabocla e, por essa via, se tornaram povos da floresta (Porto-Gonçalves, 1998: 278).

A produção da borracha ganha importância outra vez com o seu segundo ciclo, de 1942 a 1945, com a Batalha da Borracha e a mobilização de 50, 60 mil “soldados” também chamados de brabos para distingui-los dos mansos, isto é, os que já estavam aqui no Acre e foram domesticados pela malária e, sobretudo, pelo sistema de exploração vigente nos seringais. Os soldados foram incentivados a migrar com o argumento de que estavam servindo a pátria e a humanidade, mas o que encontraram foram condições subhumanas, desde a viagem até quando chegaram ao Acre, como podemos observar a partir do depoimento de Euclides (soldado da borracha), publicado no Jornal Varadouro:

Quem se alistava como soldado da borracha estava proibido de recuar, de se arrepender e até de ter saudade da família... Os americanos precisavam de borracha, muita borracha e os brabos não podiam, agora, dar-se ao luxo de sentir fraquezas (Varadouro, setembro de 1977).

O que permitiu ao seringal sobreviver durante o período de crise foi uma certa retração ou independência frente ao mercado internacional, com a transformação do seringueiro especializado em camponês florestal, em uma economia permeada por regatões, patrões locais enfraquecidos e novos mercados para pele, madeira ou produtos agrícolas. Os seringueiros se transformaram em coletores, pescadores, caçadores, produtores de farinha.

Para os seringueiros, a falência da economia extrativa do látex determinou o enfraquecimento da capacidade de ação e dominação dos patrões. Com isso passaram a ter domínio territorial maior de suas colocações em decorrência da falência dos patrões. O espaço doméstico, a colocação como espaço de conformação de novas relações societárias, 'sociedade das colocações', passa a ser o lócus da organização social territorial e não mais o barracão (Porto-Gonçalves, 1998).

Nesses períodos de crise foi, por conseguinte, sendo gestado o rompimento da relação seringueiro e seringalista nos seus itens clássicos da empresa seringalista, quais sejam: endividamento prévio para o seringueiro a partir dos gastos com transporte, utensílios destinados a eles quando era colocado na 'colocação'; proibição de realizar outras atividades produtivas pelos seringueiros, como 'botar' roçados no interior dos seringais que se rompe no momento que enfraquece o sistema de aviamento; quebra do monopólio comercial exercido pelo barracão e sintetizado no exclusivismo da compra de mercadoria pelo seringueiro e na venda da borracha dele só para o patrão; pagamento obrigatório da renda pelo uso das estradas de seringa, cerca de 10% da sua produção anual de borracha ao patrão seringalista.

No caso da renda pelas estradas de seringa esta só foi extinta completamente no contexto dos movimentos sociais a partir da década de 1970 para o vale do Acre, e final da década de 1980, para o vale do Juruá. O rompimento desse item é o marco da caracterização do seringueiro como posseiro e/ou como liberto.

As justificativas dadas pelo discurso oficial para que os seringueiros ficassem na floresta no período de 1921 a 1941, foi pelas “raízes criadas, pela acreeanidade”. Nesse sentido a acreeanidade surge também “desse signo de resistência, da necessidade de se manter aqui” (Marcus Vinicius Neves, entrevista à autora, em abril de 2008).

Diante do exposto e visto até aqui, algumas considerações são necessárias. Por um lado queríamos mostrar que o Governo da Floresta, que se intitula como a continuação dos anseios dos movimentos sociais do Acre, “traiu a confiança dos trabalhadores” que acreditaram nas mudanças prometidas para os de baixo, para usar a expressão de Osmarino Amâncio. Por outro lado às supostas inversões dos parâmetros de desenvolvimento continuam as mesmas, qual seja exploração dos recursos naturais com lucro para quem sempre se beneficiou das políticas públicas estaduais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta tese abordamos a questão da construção da identidade acreana empreendida pelo Governo da Floresta, ao longo dos anos de 1999 a 2006. Este trabalho cumpre o objetivo de discutir a acreanidade a partir dos processos discursivos que vão inventando e reinventando o Acre e os acreanos; a partir da produção de signos identitários, em suas duas dimensões: criação de “espaços de e da memória” e escolha de “espaços de referência identitária” e também; a partir da “invenção de tradições” que dão sustentação a essa construção identitária.

A construção identitária, como discutido com base em Albuquerque Júnior (2007), Castelles (2000), Chauí (2006^a), Corrêa (2007), Hall (2005^a e 2005b), Haesbaert (1997, 2004^a e 2007), Oliven (2006), (Pollak (1989 e 1992), Said (2003), Santos (2007) e Silva (2005), é uma **construção histórica e social**, que refletem múltiplas relações de poder, como o poder de decidir o que pode e deve ser incluído e o que deve ser excluído. No caso da acreanidade, realizada pelo Governo da Floresta, foi pautada na re-significação de dois eventos históricos e na inserção da trajetória de índios e seringueiros como novos símbolos identitários. Na construção da acreanidade, tanto os eventos históricos foram re-significados quanto o próprio povo acreano. Os eventos relacionados à “identidade acreana” foram re-atualizados com o movimento social de índios e seringueiros nos anos de 1970 e 1980, simbolizado pela rejeição aos empresários e especuladores do Centro-Sul do país, denominados no Acre de “paulistas”. Esses eram vistos como os supostos responsáveis pelos conflitos sócio-territoriais nos seringais acreanos. Dessa forma, a questão do “direito de permanência dos seringueiros à terra que haviam conquistado de armas nas mãos” (Fernandes, 1999) voltava a fazer parte do debate político.

A construção identitária é, também, uma **construção relacional e contrastiva** que revela as oposições, pois para que uma identidade exista se faz necessário que haja algo fora dela. O discurso da acreanidade resignifica os eventos históricos, até então, relacionados a identidade acreana que tinha como protagonistas os de cima (a elite acreana). Com o Governo da Floresta, tanto a floresta quanto seus povos foram re-significados: os índios participam

de um movimento discursivo-representacional importante: de entrave ao seringalismo e à pecuarização passam a guardiões da floresta; os seringueiros, de forma semelhante, figurarão de resistência à pecuarização a também guardiões da floresta. Além dos “povos da floresta”, Plácido de Castro, passa de “caudilho pernicioso” a herói acreano e nacional; os paulistas passam de massacradores dos acreanos a símbolo dos negócios sustentáveis; e os bancos multilaterais, de financiadores do desmatamento a financiadores da sustentabilidade.

Foram re-significados também quem são os de fora, os não nascidos no Acre ou os não acreanos. O Acre foi libertado da Bolívia por um espanhol (Luiz Galvez) e um gaúcho (Plácido de Castro), das ingerências do governo federal por um mineiro (José Guimard dos Santos) e o “historiador oficial” do Governo da Floresta é carioca. E todos são “acreanos”.

O personagem Luiz Galvez foi resignificado. Este saiu da imagem de aventureiro bêbado do romance *Galvez, Imperador do Acre*, de Márcio Souza, para *status* de Presidente do Estado Independente do Acre. Nessa mudança, segundo Marcus Vinicius Neves, foi recuperada a firmeza de Galvez com sua República inspirada nos signos da Revolução Francesa. Plácido de Castro, herói estadual, é elevado à condição de “herói nacional” e inserido no livro *Heróis da Pátria* pelo governo Fernando Henrique Cardoso. Em setembro de 2008, mês do centenário de morte de Plácido de Castro, foi construído, no Acre, um “museu aberto” em sua homenagem, no local em que este foi emboscado e assassinado em 1908. Para José Guimard dos Santos foi construído, em 2002, o Memorial dos Autonomistas na cidade de Rio Branco e seus restos mortais foram trasladados do Rio de Janeiro para o Mausoléu do memorial, onde repousa ao lado de sua mulher Lydia Hammes, no “Acre que tanto amou”, como costuma se referir Jorge Viana. O “Acreano é quem gosta do Acre, é quem ama o Acre”.

Marcus Vinicius Neves, carioca, foi homenageado como alguém que também ama o Acre, com a medalha de cidadão acreano em 2005 e como cidadão riobranquense, em 2007. Os “de fora”, atualmente, são os grupos políticos adversários do discurso florestânico.

A acreanidade, como toda construção identitária, é **estratégica e posicional** e está estreitamente ligada às relações de poder (Hall, 2005b;

Silva, 2005). Daí a questão, quem precisa de identidade? Porque a construção da acreanidade? Para nós, essa construção tem dois sentidos, um é a produção de uma diferenciação espacial em detrimento da mercantilização da cultura, ou seja, 'colocar o Acre no mundo', a partir da mercantilização de sua história. Essa tem sido uma meta recorrente dos governos locais, uma ação estratégica, com objetivos de reafirmar identidades específicas e outro é uma iniciativa visando obter um consenso em torno de um novo (velho) direcionamento econômico dado ao Estado do Acre.

A construção identitária envolve, portanto uma dimensão simbólica e material, ancorada em uma memória coletiva que também é construída.

O enquadramento da memória coletiva é uma construção que reinventa o passado não de forma aleatória, mas ancorado nas memórias individuais. A memória, mais do que um simples arquivo classificatório de informações a reinventar o passado, é norteador da construção da identidade, na medida em que ela é um fator que contribui para consolidar um sentimento de pertencimento a uma história. Para que seja eficiente o trabalho de enquadramento, é preciso que a memória seja construída a partir de dados e noções comuns aos diferentes membros da coletividade. Nesse sentido, os eventos históricos escolhidos, servem para consolidar a identidade territorial. Isso significa dizer que são selecionados as "seqüências da história" e os lugares, entre aqueles que são susceptíveis de contribuir, com maior sucesso, para validar e legitimar a identidade.

O trabalho de enquadramento das memórias individuais se materializa em narrativas oficiais sobre acontecimentos e personagens históricos e também na institucionalização de "espaços de memória", espaços esses destinados a guardar, a difundir, a perpetuar e reafirmar uma certa memória coletiva.

No que se refere às narrativas, na construção da acreanidade, o Governo da Floresta tem produzido um "jeito acreano" de ser e de pensar, apoderando-se das memórias individuais, as quais são enquadradas em uma construção identitária que produz tanto um passado quanto um presente comum. Hoje somos todos descendentes de índios e seringueiros e provenientes da vida no seringal. Podemos dizer, também, que se produz um

futuro, pois suas premissas apontam para um projeto de governo e de uma sociedade florestal, como projeto de futuro.

A acreanidade envolve, portanto, enquanto construção, a valorização dos aspectos históricos e culturais do Acre, o culto do sentimento de pertencimento do povo acreano ao território do Acre, gestado em uma “sociedade florestal” desde o início do processo migratório, por volta da década de 1870. Esse sentimento teria alimentado pela vida na floresta de índios e seringueiros, nas décadas de 1921 a 1941, período da diversificação produtiva, de aprendizado dos seringueiros com os índios, de sedimentação da cultura dos povos da floresta. Em torno dessa questão, é construída a compreensão de que aqueles que ficaram no “interior da mata nos momentos de crise econômica, o fizeram por amor às raízes criadas, ficaram pela acreanidade”. Nesses momentos de crise, o “que ligava eles (seringueiros) às terras, era o sentimento de pertencimento, foi a acreanidade”, diz Marcus Vinícius Neves. Dessa forma, o sentimento da acreanidade surge sob o “signo da resistência, da necessidade de se manter aqui” (Marcus Vinicius Neves em entrevista concedida à autora em abril de 2008).

Nessa construção identitária, como visto, principalmente nos capítulos 2, 3 e 5, a memória é recriada na medida em que são anuladas as tensões e as diferenças de interesses entre seringueiros e seringalistas durante a “guerra do Acre”, são silenciadas também as oposições ao movimento revolucionário entre os próprios brasileiros do Acre. O discurso relacionado aos autonomistas do Acre, da mesma forma, pois o discurso identitário amplia a insatisfação da elite local a todos os moradores do Acre. Iguala todos os acreanos que lutaram pela autonomia, porém, como sabemos, os acreanos, em sua maioria, viviam na floresta e não vivenciavam o dia-a-dia político da cidade.

Em se tratando do movimento seringueiro, são silenciadas as questões mais importantes, a luta pela permanência nas colocações de seringa e como seringueiros, mas o que se assiste, como sempre lembra Osmarino Amâncio, é a tentativa de transformá-los em mão-de-obra a favor de madeireiros. Nesse aspecto tem havido uma manipulação dos ideais dos movimentos sociais em favor de um discurso sobre o desenvolvimento sustentável que acaba beneficiando a elite local. Com os negócios sustentáveis

transformam-se os locais simbólicos da luta do movimento social dos povos da floresta em vitrines dos negócios sustentáveis, a exemplo do que vem ocorrendo no Projeto de Assentamento Chico Mendes, mais conhecido como Seringal Cachoeira. O Seringal Cachoeira foi o local onde viveu Chico Mendes, que foi “comprado” pelos Alves (assassinos do líder seringueiro), local onde ocorreram empates contra desmatamentos e expulsão de seringueiros e hoje é exemplo do manejo madeireiro.

A acreanidade é a síntese de um certo processo histórico. Enquanto construção, a acreanidade advém da identificação do migrante nordestino com a floresta, construída a partir da chegada nos altos rios, os quais foram amansados pela floresta, pela vida que tiveram que aprender a viver, com os índios e “vencendo os riscos oferecidos pela natureza”. Adviria também das lutas que tiveram que travar (os brasileiros do Acre) para defender os territórios dos seringais. A acreanidade traduziria, portanto, essa intimidade dos acreanos com a natureza, esse conhecimento aprofundado dos segredos das matas, das florestas que se traduz na gestão do Governo da Floresta, onde supostamente o que se vive hoje é o desdobramento dos “ideais dos povos da floresta”.

Assim, são “esquecidas” as condições de trabalho e de vida dos migrantes nordestinos que chegaram ao Acre a partir de 1870; são igualmente esquecidas as tensas relações entre índios e seringueiros que resultaram em genocídios e etnocídios dos povos indígenas. Nos últimos dez anos, aquele momento é re-significado como o tempo de *forjamento* da gênese da acreanidade, pois “o lado perverso naqueles tempos era vencido pela coragem, pela esperança e por outros bons sentimentos que acabaram moldando os povos da floresta – a que ousamos chamar de acreanidade”, dizia o então governador Jorge Viana (panfleto publicitário do Governo da Floresta).

É re-significada, também, a violência do encontro entre índios e não-índios, amenizada em detrimento da incorporação do Acre ao Brasil. Nessa construção, dissemina-se a idéia de que as particularidades do Acre (isolamento geográfico, abandono político) deram origem a um sentimento territorial, um sentimento de defesa, de afirmação da identidade que estaria na base da resistência do povo acreano.

As identidades territoriais, como visto ao longo da tese, são construídas a partir de duas dimensões, uma histórica e outra geográfica. A dimensão histórica está ancorada em uma memória coletiva, que também é reconstruída. Já a dimensão geográfica está ancorada nos “espaços de referência identitária”. A construção das identidades territoriais se dá, por conseguinte, por meio dos referenciais geo-históricos com os quais os grupos se reconhecem como pertencentes.

A acreanidade, em sua caracterização, com base no discurso oficial, é o processo de releitura do passado, da busca dos conhecimentos e valores dos povos da floresta, do aprendizado com o passado ao longo dos mais de cem anos de história do Acre.

A partir dessa releitura, o executivo estadual estaria propiciando um reencontro do acreano com a floresta, tanto do ponto de vista da patrimonialização das cidades com símbolos da floresta, quanto ao direcionamento econômico da última década que é “voltado” para fomentar uma economia florestal, em respeito aos “verdadeiros acreanos”.

O acreano, nessa construção identitária, pode ser compreendido em duas perspectivas. Em uma perspectiva externa, o acreano é o povo que foi capaz de atravessar o Nordeste e chegar até aqui na segunda metade do século XIX. Povo que lutou sem aquiescência do governo federal para criar uma pátria na Amazônia Ocidental, povo que protestou contra as ingerências do poder federal no Território Federal do Acre, povo que resistiu à expropriação de seus territórios e inventou um novo modelo de uso da terra: os territórios reservados ao extrativismo. E, em uma perspectiva interna, o acreano é o produto do diálogo de saberes, entre a tradição vivida na mata e a modernidade vivida na cidade em um esforço de sobrevivência para a adaptação à floresta e a luta pela permanência nela e dela (Élson Martins, entrevista em abril de 2008).

O território, nessa construção identitária da acreanidade, e enquanto espaço de referência identitária, é inicialmente condição para o processo de identificação, porque na luta pela sobrevivência dos primeiros anos dos migrantes nordestinos foi se fixando uma sociedade que vivia na e da floresta. Depois, o território assume uma forma material e simbólica, os altos rios ocupados por brasileiros deveriam ser do Brasil. Na atualidade, o território

assume uma dimensão mais simbólica, afetiva, onde povos (da floresta) e natureza formariam uma coisa só, em uma aproximação ao território conceituado por Bonnemaïson e Cambrèzy (1996: 13-14): “pertencemos a um território, nós não o possuímos, nós o guardamos, nós o habitamos, nos impregnamos dele”.

O processo de valorização dos aspectos históricos e culturais do passado acreano materializou-se por meio das obras monumentais, nos atos celebrativos das datas cívicas, históricas e também espaciais, e das homenagens dos “grandes homens que construíram o Acre”.

No Acre do Governo da Floresta foram revitalizados os espaços de referência identitária onde ocorreram eventos históricos e os espaços criados para guardar “uma certa memória” da coletividade, citados a seguir.

Da Revolução Acreana: Seringal Bom Destino, local onde o exército de seringueiros venceu o exército boliviano; cidade de Xapuri, local onde iniciou a batalha comandada por Plácido de Castro, Gameleira, local que testemunhou duas batalhas entre os seringueiros do Acre e as forças bolivianas (uma derrota e uma vitória dos brasileiros do Acre) e Porto Acre, local do início das insurreições acreana e local do último combate entre bolivianos e brasileiros do Acre.

Do Movimento Autonomista: museus em memória ao “pai do Acre” e ao primeiro governador eleito. Do Movimento Social de Índios e Seringueiros: construção de espaços que homenageiam os povos da floresta, principalmente Chico Mendes e, nesse caso, Xapuri, terra natal e cenário das lutas lideradas por Chico Mendes aparece como símbolo internacional da luta pelo desenvolvimento sustentável da Amazônia.

Em se tratando da cidade de Rio Branco, ela é a vitrine da patrimonialização do Estado do Acre. Nela estão representados os três momentos históricos do Acre e alguns traços da memória da cidade.

O Governo da Floresta tem se apropriado politicamente não só dos eventos históricos em um trabalho de construção de uma memória coletiva, através de slogans, publicações de revistas temáticas, criação de monumentos e celebrações das datas históricas e cívicas relacionadas ao centenário do Acre (1999-2003), onde se dizia que “os 100 anos do Tratado de Petrópolis era a oportunidade de reafirmar os ideais de coragem e determinação que fizeram

com que milhares de brasileiros decidissem construir na Amazônia Ocidental um pedaço de sua pátria”.

Dessa forma, como nos alerta Le Goff (2003: 477), “a memória, de onde nasce à história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro”. Devemos, então, trabalhar de “forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Maurício de Almeida. (1998). Sobre a Memória das Cidades. In: Território. Rio de Janeiro: Garamond (LAGET/UFRJ). Ano III, nº 4. Jan./Jun.

ACRE, Governo do Estado do. (1999). Galvez e a República do Acre. Rio Branco, FEM. (Revista do 1º Centenário do Estado Independente do Acre).

ACRE, Governo do Estado do. (2004a). Povos do Acre: história indígena da Amazônia Ocidental. Rio Branco, FEM.

ACRE, Governo do Estado do. (2004b). Plano Plurianual. Rio Branco, SEPLANDS.

ACRE, Governo do Estado do. (2005). Acre em Números. Rio Branco, SEPLANDS.

ACRE, Governo do Estado. (2006a). Zoneamento Ecológico-Econômico do Acre. Documento Síntese da Fase II. Rio Branco, SEMA.

ACRE, Governo do Estado. (2006b). Um Novo Mercado Velho. Rio Branco, FEM.

ACRE, Tribunal de Justiça do. (2002a). ACRE, Relatórios de Governo – 1899 a 1905: Os Anos do Conflito: José Paravicini, Cunha Matos, José Marques Ribeiro. Rio Branco, FEM. V. I.

ACRE, Tribunal de Justiça do. (2002b). ACRE, Relatórios de Governo – 1906 a 1910: Os Anos do Conflito: José Plácido de Castro, Gabino Besouro, Deocleciano Souza, Epaminondas Jácome. Rio Branco, FEM. V. II.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. (2007). História: a arte de inventar o passado. Bauru: EDUSC.

ALLEGRETTI, Mary Helena. (2002). A Construção Social de Políticas Ambientais: Chico Mendes e o movimento dos seringueiros. Brasília. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável), UNB.

ALMEIDA, Lelcia Maria Monteiro de & CAVALCANTE, Márcio Roberto Vieira. (2006). Osmarino Amâncio: tempo e resistência. In: PAULA, Elder Andrade de & SILVA, Silvio Simione da (Orgs.). Trajetórias da Luta Camponesa na Amazônia-Acreana. Rio Branco, EDUFAC.

ALMEIDA, Mauro Barbosa de. & WOLFF, Cristina Scheibe. (2002). Habitantes: os seringueiros. In: ALMEIDA, M. B. & CUNHA, Manuela Carneiro da. Enciclopédia da Floresta: o alto Juruá – práticas e conhecimentos das populações.

ALVES, Toinho. (2004). Artigos em geral. – Rio Branco, 2004.

AQUINO, Txai Terri Valle de. (1977). Kaxinawá: de seringueiro 'caboclo' a peão 'acreano'. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Brasília: UnB.

AQUINO, Txai Terri Valle de. (2001). A Luta pelas Terras Indígenas no Acre. Comissão Pró-Índio do Acre: festejando 22 anos de história. Rio Branco: CPI/AC.

AQUINO, Txai Terri Valle de & IGLESIAS, Marcelo Piedrafita. (1994). Kaxinawá do Rio Jordão: história, território, economia e desenvolvimento sustentado. Rio Branco: Comissão Pró-Índio do Acre.

AQUINO, Txai Terri Valle & IGLESIAS, Marcelo Piedrafita. (2002). Os Kaxinawá. In: ALMEIDA, Mauro Barbosa de & CUNHA, Manuela Carneiro da (orgs.). Enciclopédia da Floresta: o alto Juruá – práticas e conhecimentos das populações. São Paulo: Companhia das Letras.

AQUINO, Txai Terri Valle de & IGLESIAS, Marcelo Piedrafita. (2005a). Povos e Terras Indígenas no Estado do Acre. Rio Branco: (Caderno Temático de Subsídio ao ZEE do Acre).

AQUINO, Txai Terri Valle de & IGLESIAS, Marcelo Piedrafita. (2005b). Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas. Rio Branco: (Texto de Subsídio ao Eixo Cultural Político do ZEE do Acre).

ARRUTI, José Maurício. (1997) A Emergência dos 'remanescentes': notas para o dialogo entre indígenas e quilombolas. Rio de Janeiro: Mana, nº3.

ARRUTI, José Maurício. (2006) Mocambo: antropologia e história do processo de formação quilombola. Bauru-SP: EDUSC.

BARNES, Eduardo Vieira (2006). O Conselho do Parque Nacional da Serra do Divisor: rituais políticos, (sobre)posições e representações territoriais. Brasília. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília.

BARROS, Glimes Rego. (1993). Nos Confins do extremo Oeste. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército. V. I e II.

BASTOS, Abguar. (1927). Certos Caminhos do Mundo: romance do Acre. Rio de Janeiro, Hensen.

BASTOS, Abguar. (1931). Terra de Icamiaba: romance da Amazônia. Rio de Janeiro: Adersen.

BERCKER, Berta K. (1997). Novos Rumos da Política Regional: por um desenvolvimento sustentável da fronteira amazônica. In: _____ & MIRANDA, Mariana (Orgs.). A Geografia Política do Desenvolvimento Sustentável. Rio de Janeiro: UFRJ.

BECKER, Berta. (2004). *Amazônia: geopolítica na virada do III milênio*. Rio de Janeiro: Garamond.

BENCHIMOL, Samuel. (1977). *Amazônia: um pouco-antes e além-depois*. Manaus, Governo do Amazonas.

BEZERRA, Maria José (org.). (1992). *Dossiê-Acervo: Guiomard Santos (Acre) Elevação do Acre a Estado*. Rio Branco: Globo.

BEZERRA, Maria José. (2006). *Invenções do Acre: de Território à Estado – um olhar social....* São Paulo. Tese (Doutorado em História), USP.

BONNEMAISON, Joel. (2000). *La Géographie Culturelle*. Paris: Éditions du C.T.H.S.

BONNEMAISON, Joel. (2002). *Viagem em Torno do Território*. In: CORRÊA, Roberto Lobato e ROSENDAHL, Zeny (orgs.). *Geografia Cultural: um século (3)*. Rio de Janeiro: UERJ.

BONNEMAISON, Joel e CAMBRÉZY, Luc. (1996). *Le Lien Territorial: entre frontières et identités. Géographies et Cultures (Le Territoire), n° 20*. Paris: L'Harmattan.

BOSSÉ, Mathias Le. (2004). *As Questões de Identidade em Geografia Cultural – algumas concepções contemporâneas*. IN: CORRÊA, Roberto Lobato e ROSENDAHL, Zeny (orgs.). *Paisagens, Textos e Identidade*. Rio de Janeiro: UERJ.

BRASIL, República Federativa. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. São Paulo: Atlas.

BRUNDTLAND, Comissão. (1987). *Nosso Futuro Comum*. Oxford, UK: Orford Press.

CALAÇA, Manoel. (1993). *Violência e Resistência: o movimento dos seringueiros de Xapuri e a proposta de reserva extrativista*. Rio Claro. Tese (Doutorado em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”.

CALIXTO, Valdir. (2003). *Plácido de Castro e a Construção da Ordem no Aquiri: contribuições à história das idéias políticas*. Rio Branco: FEM.

CALVINO, Ítalo. (1990). *Cidades Invisíveis*. São Paulo: Companhia Brasileira.

CARVALHO, David Ferreira. (2006). *Desenvolvimento sustentável e seus limites teóricos-metodológicos*. In: FERNANDES, Marcionila & GUERRA, Lemuel. *Contra-Discursos do Desenvolvimento Sustentável*. Belém: UNAMAZ.

CARVALHO, José de. (2002[1904]). *A Primeira Insurreição Acreana (documentada)*. Rio Branco: FEM.

- CASTELLS, Manuel. (2000). O Poder da Identidade. São Paulo: Paz e Terra.
- CASTELO BRANCO, José Moreira Brandão. (1961). Povoamento da Acreania. Rio de Janeiro, Revista do IHGB, volume 250.
- CHAUÍ, Marilena. (2006a). Brasil: mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Perseu Abramo.
- CHAUÍ, Marilena. (2006b). Cidadania Cultural – o direito à cultura. São Paulo: Perseu Abramo.
- CONSELHO Nacional dos Seringueiros. (1985). Resolução do I Encontro Nacional dos Seringueiros. Brasília.
- CONSELHO Nacional dos Seringueiros. (1993). Diretrizes para um Programa de Reservas Extrativistas na Amazônia. Rio Branco, CNS.
- CORRÊA, Roberto Lobato. (2003). A Geografia Cultural e o Urbano. In: _____ & ROSENDHAL, Zeny (orgs.). Introdução à Geografia Cultural. Rio de Janeiro Bertrand Brasil
- CORRÊA, Roberto Lobato. (2005). Monumentos, Política e Espaço. In: _____ & ROSENDHAL, Zeny (orgs.). Geografia: temas sobre cultura e espaço. Rio de Janeiro: EdUERJ.
- CORRÊA, Roberto Lobato. (2007). Formas Simbólicas Espaciais e Política. Buenos Aires: UGI.
- COSTA, José Craveiro. (2005[1924]). A Conquista do Deserto Ocidental: subsídios para a história do Território do Acre. São Paulo: Nacional.
- CRUZ, Tereza Almeida e FERREIRA, Paulo Roberto Nunes. (Orgs.). (2004). Retrato Cultural dos Katukina, Kaxinawá, Shanenawa, Jaminawa e Manchineri. Rio Branco: Fundação de Cultura e Comunicação Elias Mansour.
- CUNHA, Euclides da. (2000). Um Paraíso Perdido. Brasília: Senado Federal.
- CUNHA, Euclides da. (1999[1909]). À Margem da História. São Paulo: Martins Fontes.
- DEATRY, Giovanna Ferreira (2002). Memória e esquecimento como formas de construção do imaginário da nação. In: LOPES, Luiz Paulo da Moita. Identidades: recortes multi e interdisciplinares. Campinas-SP, Mercado de Letras.
- DI MÉO, Guy. (1998). Géographie Sociale et Territoires. Paris: Nathan.

FERNANDES, Marcionila. (2006). Desenvolvimento Sustentável: antinomias de um conceito. In: _____ & GUERRA, Lemuel. *Contra-Discurso do Desenvolvimento Sustentável*. Belém: UNAMAZ.

FERNANDES, Marcos Inácio. (1999). *O PT no Acre: a construção de uma terceira via*. Natal. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). UFRN.

FOUCAULT, Michel. (1976). *Método*. In: *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal.

FRANCO, Carlos Alberto. (2008). Impactos Econômicos e Ambientais do manejo Florestal Comunitário no Acre: duas experiências, resultados distintos. In: *Anais do XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural*. Rio Branco.

FRANCO, Mariana Ciavatta Pantoja. (2001). *Os Milton: cem anos de história familiar nos seringais*. Campinas. Tese (Doutorado em Antropologia), UNICAMP.

GARRAFIEL, Denise Regina. (2004). *As Políticas Públicas de Desenvolvimento Sustentável no Estado do Acre, de 1999 a 2002*. Rio Branco. Dissertação (Mestrado em Ecologia e Manejo de Recursos Naturais), UFAC.

GONÇALVES, José Reginaldo. (1988). Autenticidade, Memória e Ideologias Nacionais: o problema dos Patrimônios culturais. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro. Vol. 1, nº 2.

GONDAR, Jô & DODEBEI, Vera (orgs.). (2005). *O Que é Memória Social?* Rio de Janeiro: Contracapa.

GUPTA, Akhil e FERGUSON, James. (2000). Mais Além da 'Cultura': Espaço, Identidade e Política da Diferença. In: ARANTES, Antonio (Org.) *O Espaço da Diferença*. Campinas: Papirus.

HALBWCAHS, Maurice. (2006[1950]). *Memória Coletiva*. São Paulo: Centauro.

HALL, Stuart. (2005a). *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A.

HALL, Stuart. (2005b). Quem Precisa de Identidade?. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes.

HAESBAERT, Rogério. (1997). *Des-Territorialização e Identidade: a rede "gaúcha" no nordeste*. Rio de Janeiro, EDUFF.

HAESBAERT, Rogério. (1999). Identidades Territoriais. In: CORRÊA, Roberto Lobato e ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). *Manifestações da Cultura no Espaço*. Rio de Janeiro: UERJ.

HAESBAERT, Rogério. (2004a). *Dos Múltiplos Territórios à Multiterritorialidade*. Porto Alegre: UFRGS (no prelo).

HAESBAERT, Rogério. (2004b). *O Mito da Desterritorialização: do “fim dos territórios” a multiterritorialidade*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.

HAESBAERT, Rogério. (2007). *Identidades Territoriais: entre a multiterritorialidade e a reclusão territorial (ou: do hibridismo cultural à essencialização das identidades)*. In: _____ & ARAÚJO, Frederico Guilherme de. *Identidades e Territórios: questões e olhares contemporâneos*. Rio de Janeiro, Access.

HOBSBAWM, Eric e RANGER, Terence. (2002). *A Invenção das Tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

IBGE. (1987). *Mapa Etno-histórico de Curt Nimuendajú*. Rio de Janeiro: IBGE.

INCRA. (2004). *Programa de Reforma Agrária para o desenvolvimento Sustentável do Acre*. Rio Branco: Ministério do Desenvolvimento Agrário.

LEFEBVRE, Henry. (2000[1984]). *La Production de l'espace*. Paris: Anthropos.

LE GOFF, Jaques. (2003). *História e Memória*. Campinas: Unicamp.

LEROY, Jean-Pierre. (1997). *Da Comunidade Local às Dinâmicas Microrregionais na Busca do Desenvolvimento Sustentável*. In: BECKER, Bertha & MIRANDA, Mariana (Orgs.). *A Geografia Política do Desenvolvimento Sustentável*. Rio de Janeiro: UFRJ.

LIMA, Ana Carla Clementino (2007). *Entre a Memória Histórica e o Esquecimento: a Re-invenção do Acre*. Rio Branco, UFAC. (Monografia de Especialização em História).

MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. (2006). *A Dimensão Imaterial nas Políticas Patrimoniais*. Natal: paper da mesa-redonda “A Cultura Popular e a Tradição Oral”. Mimeo.

MAGNOLI, Demétrio. (1997). *O Corpo da Pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)*. São Paulo: UNESP.

MAHER, Tereza Machado. (2002). *Ser Índio em Português* In: SIGNORINI, Inês (org.). *Língua (gem) e Identidade*. Campinas: Mercado de Letras.

MARTINELLO, Pedro. (1988). *A “Batalha da Borracha” na Segunda Guerra Mundial e suas Conseqüências para o Vale Amazônico*. Rio Branco: Cadernos UFAC. N. 1.

MELLO, Mauro Pereira de (1990). *A Questão de Limites entre os Estados do Acre, do Amazonas e de Rondônia*. Rio de Janeiro, *Revista Brasileira de Geografia*. V. 52, nº 4.

MENEZES, Ulpiano T. Bezerra de. (1999). A Crise da Memória, História e Documento: reflexões para um tempo de transformações. In: SILVA, Zélia Lopes da (Org.). Arquivos, Patrimônio e Memória – trajetórias e perspectivas. São Paulo: UNESP.

MESQUITA JÚNIOR, Geraldo. (2004). Cruzeiro do Sul. Brasília: Senado Federal.

MORAES, Antonio Carlos Robert de. (1990). Ratzel. São Paulo: Ática.

MORAES, Antonio Carlos Robert de. (2002). Território e História no Brasil. São Paulo: Hucitec.

NEVES, Marcus Vinícius. (2003). Uma Breve História da Luta Acreana. In: MENDES, Comitê Chico. Caderno Povos da Floresta. Rio Branco.

NEVES, Marcus Vinícius. (2004). História Nativa do Acre. In: ACRE, Governo do Estado do Acre. Povos do Acre: história indígena da Amazônia Ocidental. Rio Branco, FEM.

NORA, Pierre. (1993). Entre Memória e História: a problemática dos lugares. São Paulo: Projeto História. Dezembro.

O'DWER, Eliane Catarino. (1998). Seringueiros da Amazônia: dramas sociais e o olhar antropológico. Niterói-RJ: EDUFF.

OLIVEIRA, João Pacheco de. (1999). Ensaios em Antropologia Histórica. Rio de Janeiro: UFRJ.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. (1976). Identidade Étnica, Identificação e Manipulação. Rio de Janeiro: (mimeo).

OLIVEN, Ruben George. (2006). A Parte e o Todo: a diversidade cultural no Brasil-nação. Petrópolis-RJ, Vozes.

ORLANDI, Eni Puccinelli (Org.). (2003 [1993]). Vão Surgindo Sentidos. In: _____. Discurso Fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional. Campinas: Pontes.

ORLANDI, Eni Puccinelli. (2008 [1990]). Terra á Vista: discurso do confronto: Velho e Novo Mundo. Campinas: UNICAMP.

ORTIZ, Renato. (2005). Cultura Brasileira & Identidade Nacional. São Paulo: Brasiliense.

PAULA, Elder Andrade de (1991). Seringueiros e Sindicatos: um povo da floresta em busca de liberdade. Rio de Janeiro: UFRJ/CPDA. (Dissertação de Mestrado).

PAULA, Elder Andrade de (2004). O Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais e a Luta Pela Terra no Acre: conquistas e retrocessos. Presidente Prudente: Revista Nera, jul./dez.

PAULA, Elder Andrade de (2005). (Des) Envolvimento Insustentável na Amazônia Ocidental. Rio Branco: EDUFAC.

PAULA, Elder Andrade de (2006). O Conto da “floresta pública” e o canto da sereia: Lei 11.284/2006. IN: Conflitos no Campo – Brasil 2005. Goiânia, CPT.

PIMENTA, José. (2003). A História Oculta da Floresta: Imaginário, conquista e povos indígenas no Acre. Paris: Revue Linguagens Amazônicas.

POCHE, B. (1996). L'espace fragmente: éléments pour une analyse sociologique de la territorialité. Paris: L'Harmattan.

POLLAK, Michael. (1989). Memória, Esquecimento, Silêncio. In: Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol.2, nº 3.

POLLAK, Michael. (1992). Memória e Identidade Social. In: Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol.5, nº 10.

PORTELLI, Alessandro. (2006). O Massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína. Usos e Abusos da História Oral. Rio de Janeiro: FGV.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. (1998). Geografando nos Varadouros do Mundo (da territorialidade seringalista à territorialidade seringueira – do seringal à reserva extrativista). Rio de Janeiro. Tese (Doutorado em Geografia), UFRJ.

RANCY, Cleusa Maria Damo. (1992). Raízes do Acre (1870-1912). Rio Branco, M. M. Paim.

RAFFESTIN, Claude. (1993). Por uma Geografia do Poder. São Paulo: Ática.

RAFFESTIN, Claude. (1988). Repères pour une théorie de la territorialité humaine. In: DUPUY, G. (dir.) Réseaux Territoriaux. Caen: Paradgime.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. (1948). Limites e Demarcações na Amazônia Brasileira. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. (1953). O Seringal e o Seringueiro. Rio de Janeiro, Ministério da Agricultura.

SAID, Edward. (2003). Reflexões Sobre o Exílio e Outros Ensaios. São Paulo: Companhia das Letras.

SÁNCHEZ, Fernanda. (2003). A Reinvenção das Cidades: para um mercado mundial. Chapecó: Argos.

SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de (2004). Florestania: a saga acreana e os povos da floresta. Rio Branco, EDUFAC.

SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. (2007). A Invenção do Brasil: ensaios de história e cultura. Rio de Janeiro, UFRJ.

SECRETO, Maria Verônica. (2007). Soldados da Borracha: trabalhadores entre o sertão e a Amazônia no governo Vargas. São Paulo, Perseu Abramo.

SEPLANDS. (2006). CD de Obras do Governo. Rio Branco.

SILVA, Francisco Bento da. (2002a). As Raízes do Autoritarismo no Executivo Acreano – 1921/1964. Recife. Dissertação (Mestrado em História). UFPE.

SILVA, Helenice Rodrigues da. (2002b). “Rememoração”/Comemoração: as utilidades sociais da memória. In: Revista Brasileira de História. São Paulo: v. 22, nº 44.

SILVA, Laélia Maria Rodrigues da. (1996). Procura-se uma Pátria: a literatura no Acre (1900-1990). Porto Alegre. Tese (Doutorado em Letras). PUCRS.

SILVA, Sílvio Simione da. (2003). A Fronteira Agropecuária Acreana. Rio Branco: EDUFAC.

SILVA, Sílvio Simione da. (2006). O Sentido da Luta na fala de Raimundo Barros. In: PAULA, Elder Andrade de & _____(Org.). Trajetórias da Luta Camponesa na Amazônia-Acreana. Rio Branco: EDUFAC.

SILVA, Tomaz Tadeu da. (2005). A Produção Social da Identidade e da Diferença. In: _____ (Org.). Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes.

SOUZA, João José Veras de. (2008). O “programa de desenvolvimento sustentável do acre”: uma análise á luz do discurso do desenvolvimento sustentável e da cooperação internacional. Florianópolis: UFSC. (Dissertação de Mestrado em Direito).

SOUZA, Ricardo Luiz de. (2007). Identidade Nacional e Modernidade Brasileira: o diálogo entre Sílvio Romero, Euclides da Cunha, Câmara Cascudo e Gilberto Freyre. Belo Horizonte: Autêntica.

SOUZA, Sérgio Roberto Gomes de. (2001). Fábulas da Modernidade no Acre: a utopia modernista de Hugo Carneiro na década de 1920. Pernambuco: UFPE. (Dissertação de Mestrado em História).

TOCANTINS, Leandro. (1982). Amazônia: natureza, homem e tempo. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército.

TOCANTINS, Leandro. (2001a). Formação Histórica do Acre. Brasília: Senado Federal. V. 1.

TOCANTINS, Leandro. (2001b). Formação Histórica do Acre. Brasília: Senado Federal. V. 2.

URIARTE, Urpi Montoya. (2003). Intervenções em Centros Históricos: as políticas de “recuperação” dos Centros Históricos de Salvador, Lima e Quito. In: Cardeno CEAS. Salvador. CEAS.

ZANONI, Mary Helena Allegretti. (1979). Os Seringueiros: estudo de caso em um seringal nativo do Acre. Brasília. Dissertação (Mestrado em Antropologia), UnB.

WEBER, Ingrid. (2006). Um Copo de Cultura: os Huni Kuin (Kaxinawá) do rio Humaitá e a escola. Rio Branco: EDUFAC.

WOLFF, Cristina Scheibe. (1998). Marias, Franciscas e Raimundas: uma história das mulheres da floresta do Alto Juruá, Acre 1870-1945. São Paulo. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo.

WOODWARD, Kathryn. (2005). Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes.

REPORTAGENS DO JORNAL *PÁGINA 20*

PÁGINA 20. (01-03-2003). Folia da Gameleira abriu o Carnaval 2003, unindo arte e folclore. Rio Branco.

PÁGINA 20. (09-01-2003). Comerciantes do Bebódromo temem não ter para onde ir. Rio Branco.

PÁGINA 20. (14-01-2003). Índios aguardam com grande expectativa instalação da sua secretaria. Rio Branco.

PÁGINA 20. (26-02-2003). “Carnaval como Antigamente” resgata tradição dos catraieiros na capital. Rio Branco.

Página 20. (27-02-2003). Hildebrando Pascoal agora responde a processos por sonegação fiscal. Rio Branco.

PÁGINA 20. (21-06-2003). Memorial em Homenagem a José Augusto emociona Juruá. Rio Branco.

PÁGINA 20. (16-11-2003a). A Santa dos Seringueiros. Rio Branco.

PÁGINA 20. (16-11-2003b). A Política Territorial de Rio Branco.

PÁGINA 20. (19-11-2003a). A Santa dos Seringueiros. Rio Branco.

PÁGINA 20. (19-11-2003b). Os Acreanos do Século. Rio Branco.

PÁGINA 20. (21-11-2003b). Peruanos Invadem Área Indígena no Acre. Rio Branco.

PÁGINA 20. (02-12-2003). A Herança de Chico Mendes. Rio Branco.

PÁGINA 20. (23-12-2003). “Não há nada mais forte do que uma vida de luta como exemplo”, diz Viana. Rio Branco.

PÁGINA 20. (28-12-2003). Xapuri retoma história épica e lúdica. Rio Branco.

PÁGINA 20. (06-03-2004). Jorge Viana busca investimentos para o Acre. Rio Branco.

PÁGINA 20. (16-04-2004). Ganho de Comunidades Acreanas com Produtos Certificados Chega a 100%. Rio Branco.

PÁGINA 20. (04-05-2004). Um Jeito Novo de Caminhar. Rio Branco.

Página 20. (04-09-2004). Dia da Amazônia em Xapuri. Rio Branco.

Página 20. (05-09-2004). Homenagens pelo Dia da Amazônia. Rio Branco.

Página 20. (29-09-2004). Comemoração do Centenário de Cruzeiro do Sul. Rio Branco.

Página 20. (03-06-2005). Exploração de floresta só por brasileiros. Rio Branco.

Página 20. (05-06-2005). Construindo uma nova civilização na Amazônia. Rio Branco.

PÁGINA 20. (21-06-2005). Pólo Moveleiro já é Modelo para a Amazônia. Rio Branco.

PÁGINA 20. (03-08-2006). Reconstruindo Rio Branco. Rio Branco.

PÁGINA 20. (05-08-2005). Acre Comemora os 103 anos da Revolução Acreana. Rio Branco.

PÁGINA 20. (06-08-2005). Nova era para o Comércio da Praça da Bandeira. Rio Branco.

PÁGINA 20. (08-08-2006). O novo Mercado Velho. Rio Branco.

PÁGINA 20. (16-12-2006). Ninguém pode se Apropriar da Floresta. Rio Branco.

PÁGINA 20. (23-12-2006a). Jorge Viana Inaugura Biblioteca da Floresta Marina Silva. Rio Branco.

PÁGINA 20. (23-12-2006b). Complexo Industrial de Xapuri. Rio Branco.

PÁGINA 20. (27-12-2006). Período de 2000 a 2010 será melhor década da História do Acre, diz Jorge Viana. Rio Branco.

PÁGINA 20. (13-03-2007). Jabuti-Bumbá conta 'causo' da Nossa Senhora Seringueira. Rio Branco.

PÁGINA 20. (23-03-2007). Tião Viana Convida para Homenagem aos Cem anos de Guiomard Santos. Rio Branco.

PÁGINA 20. (25-03-2007). Centenário de José Guiomard Santos. Rio Branco.

PÁGINA 20. (19-06-2007). Design estratégico: o futuro no presente. Rio Branco.

PÁGINA 20. (29-07-2007). Governo Jorge Viana: a era da decolagem (I). Rio Branco.

Página 20. (12-08-2007). O governo Jorge Viana: A era da decolagem (II). Rio Branco.

COLUNAS SEMANAIS DO JORNAL PÁGINA 20

PAPO DE ÍNDIO

AQUINO, Txai Terri Valle de & IGLESIAS, Marcelo Piedrafita. (04-09-2005). Os Saberes Indígenas nas Escolas da Floresta. Rio Branco, Jornal Página 20.

AQUINO, Txai Terri do Valle & IGLESIAS, Marcelo Piedrafita. (09-10-2005). Homenagem ao Professor Ixã Kaxinawá. Rio Branco: Jornal Página 20.

AQUINO, Txai Terri Valle de & IGLESIAS, Marcelo Piedrafita. (11-06-2006). Terras Indígenas a identificar e novas demandas territoriais no Acre. Rio Branco, Jornal Página 20.

AQUINO, Txai Terri Valle de & IGLESIAS, Marcelo Piedrafita. (18-06-2006). Revisão de limites e 'terras reservada': novos tempos na história dos povos indígenas no Acre. Rio Branco, Jornal Página 20.

AQUINO, Txai Terri do Valle & IGLESIAS, Marcelo Piedrafita. (25-02-2007). Prospecção de Petróleo nas Florestas Acreanas. Rio Branco: Jornal Página 20.

AQUINO, Txai Terri Valle de & IGLESIAS, Marcelo Piedrafita. (18-05-2008). Entrevista com o sertanista Meirelles (parte III). Rio Branco, Jornal Página 20.

AQUINO, Txai Terri Valle de & IGLESIAS, Marcelo Piedrafita. (30-06-2008). FPERE reafirma migração de índios isolados do Peru para o Acre. Rio Branco, Jornal Página 20.

MACIEL, Ney José Brito. (05-03-2006). Integridade Territorial Yawanawá: uma questão de reparação e justiça. Rio Branco: Jornal Página 20.

PEREIRA NETO, Antônio. (20-03-2005). O Começo da Atuação da FUNAI no Vale do Alto Juruá. Rio Branco: Jornal Página 20.

O ACRE É CEM

NEVES, Marcus Vinicius (26-01-2003). Quatro anos de Revolução seis meses de guerra. Rio Branco: Jornal Página 20.

MIOLO DE POTE

NEVES, Marcus Vinicius. (07-01-2007). Fechando o Ciclo. Rio Branco: Jornal Página 20.

NEVES, Marcus Vinicius. (02-03-2008). A Pré-História Acreana V (O caso dos sítios geométricos). Rio Branco: Jornal Página 20.

REPORTAGENS DO JORNAL VARADOURO

VARADOURO. (maio de 1977). Índios (ou caboclos) do Acre. Rio Branco. Ano I, nº 01.

VARADOURO. (agosto de 1977). A Briga pela Posse: o Governador Lamenta. Rio Branco. Ano I, nº 03.

VARADOURO. (setembro de 1977). Migração, uma história de cem anos. Rio Branco. Ano I, nº 04.

VARADOURO. (novembro de 1977a). Caeté: onde se vive apenas 20 anos. Rio Branco. Ano I, nº 04.

VARADOURO. (novembro de 1977b). Um Índio para o Presidente. Rio Branco. Ano I, nº 05.

VARADOURO. (dezembro de 1977). A Herança dos Caciques. Rio Branco. Ano I, nº 06.

VARADOURO. (fevereiro de 1978a). A Terra na Mão de Poucos. Rio Branco. Ano I, nº 07.

VARADOURO. (maio de 1978a). Rumo à Bolívia. Rio Branco. Ano I, nº 09.

VARADOURO. (maio de 1978b). Os Coronéis da Borracha. Rio Branco. Ano I, nº 09.

VARADOURO. (agosto de 1978a). Como Expulsar Seringueiros com Recursos da SUDAM. Rio Branco. Ano II, nº 11.

VARADOURO. (setembro de 1978). Eles Têm o Capital, nós temos a união. Rio Branco. Ano II, nº 12.

VARADOURO. (dezembro de 1978b). Turiano, um índio à procura de 'patrão bom'. Rio Branco.

VARADOURO. (março de 1979). Depois da Borracha, do boi ... Agora, a madeira (em risco). Rio Branco. Ano II, nº 14.

VARADOURO. (junho de 1979a). Uma Voz Chama no Purus. Rio Branco. Ano II, nº 15.

VARADOURO. (junho de 1979b). Cuidado, Acreanos!. Rio Branco.

VARADOURO. (outubro de 1979). "Nóis faz a Reforma Agrária". Rio Branco. Ano II, nº 16.

VARADOURO. (dezembro de 1979). Tudo Dito e Comprovado. Rio Branco. Ano II, nº 17.

VARADOURO. (março de 1980). O Vereador Seringueiro. Rio Branco. Ano IV, nº 18.

VARADOURO. (maio de 1980a). Os Novos Donos do Acre. Rio Branco. Ano IV, nº 19.

VARADOURO. (maio de 1980b). Nosso Partido vai ser muito forte. Rio Branco. Ano IV, nº 19.

VARADOURO. (abril de 1981). A qualquer sinal os jagunços podem sair da toca. Rio Branco. Ano IV, nº 20.

VARADOURO. (junho de 1981). Seringueiros apontam rumo para o Sindicato. Rio Branco. Ano IV, nº 23.

VARADOURO. (agosto de 1981). Comunidades Eclesiais de Base: 10 anos. Rio Branco. Ano IV, nº 23.

OUTROS JORNAIS

Correio do Acre (18-09-1910).

Jornal Empate (dezembro de 2003). Rio Branco.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)